

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

UMA VISITA NUNCA É SÓ UMA VISITA

**RECEPTIVIDADE, POLÍTICA E AMIZADE NA COMUNIDADE QUILOMBOLA
MALHADINHA – TO**

Daniella Santos Alves

SÃO CARLOS

2023

DANIELLA SANTOS ALVES

UMA VISITA NUNCA É SÓ UMA VISITA

**RECEPTIVIDADE, POLÍTICA E AMIZADE NA COMUNIDADE QUILOMBOLA
MALHADINHA – TO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Doutora em Antropologia social.

Orientador: Dr. Felipe Ferreira Vander Velden

SÃO CARLOS

2023

Alves, Daniella Santos

Uma visita nunca é só uma visita : receptividade, política e amizade na Comunidade Quilombola Malhadinha - TO / Daniella Santos Alves -- 2023.
271f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Felipe Ferreira Vander Velden
Banca Examinadora: Igor José de Renó Machado, John Cunha Comerford, Radamés Vieira Nunes, Suzane de Alencar Vieira
Bibliografia

1. Receptividade. 2. Comunidade quilombola. 3. Afeto e controle . I. Alves, Daniella Santos. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Daniella Santos Alves, realizada em 30/06/2023.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Felipe Ferreira Vander Velden (UFSCar)

Prof. Dr. Igor José de Renó Machado (UFSCar)

Prof. Dr. John Cunha Comerford (UFRJ)

Prof. Dr. Radamés Vieira Nunes (UFCAT)

Prof. Dr. Suzane de Alencar Vieira (UFG)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

*Dedico esta tese à Oneida (in
memoriam), minha tia e aos meus pais,
Maria Cristina e Pedro Alberto.*

RESUMO

Esta pesquisa é fruto da imersão etnográfica realizada na Comunidade Remanescente de Quilombo Malhadinha, situada na zona rural da divisa dos municípios de Brejinho de Nazaré e Porto Nacional, no Estado do Tocantins. O objetivo deste trabalho é mostrar a constituição e as modulações da *receptividade* – categoria nativa – na vida cotidiana dos moradores, mas também ao ser direcionada aos diferentes outros que aparecem nas relações destes, notando-se seus diferentes usos ao ser infletida diante de conflitos e/ou amizades. Essas modulações indicam a forma como os *malhadenses* controlam, aproximam e/ou repelem aqueles que ali adentram. Apresento, portanto, a tese de uma síntese dos contrários, controle e afeto: isto é, existe uma dupla face no *receber bem*, constituída por ações que incluem ao mesmo tempo, *pegar amizade* – laços duradouros de afeto –, mas que não deixam de lado o *assuntar* os visitantes sobre os objetivos que os levaram ou levam até ali, o que faz o *receber* ser marcado também por uma certa dosagem de controle e vigilância. Nesse sentido, a *receptividade* parece ser o modo de não só ordenar a vida cotidiana entre os moradores da Malhadinha, mas também a forma de fazer política própria desta comunidade quilombola, considerando que os motivos por detrás das chegadas e presenças de estrangeiros são sempre envoltos por jogos de interesses, negociações, hierarquias, conhecimento e poder.

Palavras-chave: receptividade, comunidade quilombola, Tocantins, política e poder.

ABSTRACT

This research is the result of the ethnographic immersion carried out in the Remanescente de Quilombo Malhadinha Community, located in the rural area on the border of the municipalities of Brejinho de Nazaré and Porto Nacional, in the State of Tocantins. The objective of this work is to show the constitution and modulations of receptivity – native category – in the daily life of the residents, but also when directed to the different others that appear in their relationships, noting its different uses when it is inflected in the face of conflicts and /or friendships. These modulations indicate the way in which the *malhadenses* control, approach and/or repel those who enter there. I present, therefore, the thesis of a synthesis of opposites, control and affection: that is, there is a double face in receiving well, constituted by actions that include, at the same time, making friends – lasting bonds of affection –, but which do not cease to on the other hand, asking visitors about the objectives that led or led them there, which makes the reception also marked by a certain amount of control and vigilance. In this sense, receptivity seems to be the way of not only ordering everyday life among the residents of Malhadinha, but also the way of carrying out politics specific to this quilombola community, considering that the reasons behind the arrivals and presence of foreigners are always involved in games of interests, negotiations, hierarchies, knowledge and power.

Keywords: receptivity, quilombola community, Tocantins, politics and power.

AGRADECIMENTOS

A construção de uma tese de doutorado consegue ser uma atividade que é, ao mesmo tempo, desafiadora, complexa, mas igualmente, gratificante, prazerosa e de muito aprendizado. Esses polos, muitas vezes vistos como em oposição, são necessários para a constituição e construção de uma pesquisadora e, em se tratando da etnografia, arrisco-me a dizer que também da pessoa humana. Isso porque a etnografia é uma metodologia que conjuga não só os desafios que são da ordem da ciência e da teoria, mas sobretudo das relações humanas; fazer etnografia é arriscar-se ao e no mundo do outro, é se propor a conhecê-lo, ao mesmo tempo que o compila e o sistematiza para o compartilhar com o universo científico através de um texto etnográfico.

Nesses dois polos eu me encontrei e me redescobri como pessoa, pesquisadora, mulher, irmã, filha, companheira e professora. Tais mudanças, contudo, não foram realizadas de maneira isolada, mas com pessoas e lugares pelos quais eu passei durante os anos do doutorado. E a estas pessoas eu deixo a minha eterna gratidão por todo o apoio e suporte durante a caminhada. Em primeiro lugar, eu agradeço a Deus que em sua infinita misericórdia me manteve firme, com fé e acreditando. Foi por ele e graças a ele que, ao colocar pessoas e instituições no meu percurso, permitiu-me aproximar da Antropologia, um sonho iniciado, ainda aos quatorze (14) anos de idade, que hoje, eu concretizo.

Agradeço ao Felipe Vander Velden que não só me acolheu como orientanda, mas teve a paciência, o cuidado e a atenção de me conduzir ainda nas primeiras incursões etnográficas. Eu costumo dizer aos meus amigos que o exemplo de professora e profissional em que eu me espelho é o dele. Eu desconheço, em toda a minha trajetória, alguém que ame e se dedique a profissão como o Felipe. Esse trabalho não seria o mesmo sem a sua erudição, o seu olhar cirúrgico e a sua paciência para com o aprendizado de cada um.

Na UFSCar, eu também agradeço ao grupo de estudos HUMANIMALIA – Antropologia das Relações Humano-Animais, nas figuras de Ariane Vasques, Larissa Portugal, Sarah Moreno, Elisa Oberst, Miriam Stefanuto, Julia Silva, Marina Fontanelli, Gabriela Folegatti, Izadora Acypreste, Gabriel Sanchez, Bruno Silva, Bruno Guillard, Matheus da Silva e Túllio Maia. Agradeço aos professores do departamento com os quais tive aula durante a pós-graduação, Geraldo Andrello, Catarina Morawska e Jorge Villela, e ao Marcos Lanna por compor a banca de qualificação.

A Suzane de Alencar Vieira agradeço por aceitar o convite e participar tanto da banca de qualificação quanto da banca de defesa. Agradeço também aos professores John Cunha Comerford, Igor Machado e Radamés Vieira por aceitarem generosamente o convite e fazerem parte dessa comissão avaliadora. Sou também grata à Izadora Acypestre e ao Marcos Lanna por aceitarem participarem como suplentes. É com grande entusiasmo e satisfação que conto com a leitura e a contribuição de cada um de vocês.

Durante os anos do doutorado trabalhei em vários lugares e instituições que me deram suporte para o andamento da pesquisa. De 2018 a abril de 2019, ainda viajando para São Carlos, trabalhei na Escola Estadual São Francisco de Assis (EESFA), em Canápolis (MG). Ali, tive o apoio e a compreensão do corpo diretivo, nas figuras de Adriana Barcelos, Nívia Borges, José Mazetti, Alessandra Pidruca e Maria José Fernandes. De agosto de 2019 a julho de 2021 trabalhei como professora substituta na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), tendo a oportunidade de reencontrar os meus professores e agora colegas de profissão. Agradeço ao carinho dos (as) professores (as) Márcio Ferreira, Patrícia Trópia, Edilson Graciolli, Luciano Senna, Marcel Mano, Moacir de Freitas e, em especial, ao professor Robson Rodrigues, arqueólogo e presidente da Fundação Araporã. Obrigada pela confiança, conselhos e orientações.

Na UFU, também agradeço aos meus eternos amigos do mestrado, Inaê Soares, Alecilda Oliveira, Luiz Paulo Melo Costa, Carolina Cádima e Amilton Lima. À minha parceria de trabalho e amiga da vida, Gabriela Junqueira, que desde os anos finais da graduação me acompanha na pesquisa em etnohistória, como educadora patrimonial e nas desventuras em série que é ser professora. Agradeço ao Robert Mori, exímio historiador. Ao Antônio Augusto e à Mara Pereira, meus grandes amigos da graduação em Ciências Sociais. Em Uberlândia, na minha terra natal, agradeço aqueles que, muito embora, não compartilhem da mesma profissão, sempre torceram por mim: Luna Karla, Ana Laura Batista, Fernanda Félix, Nathália Batista, Murilo Teodoro, Isabela Pimenta, Matheus França, Gabriela Almeida, Ana Luiza Fidelis, Celina Alvim e Ana Laissa Fernandes.

A equipe do Instituto Federal de Brasília (IFB) que, mesmo eu sendo recém contratada em março de 2023, não deixou de me oferecer o suporte para a reta final da escrita. Agradeço, especialmente, a professora e coordenadora Kelly Santos, Thiago Borges, Suiane Bezerra, Patrícia Santiago e Andreia Leão; aos discentes pela compreensão, carinho e por me acolherem nesse momento tão desgastante que é a finalização de uma tese de doutorado.

Agradeço a minha grande amiga Juliana Carneiro. Os anos no PPGAS/UFSCar não seriam os mesmos sem você. Mesmo com pesquisas distintas, nos apoiamos, conversamos e compartilhamos leituras. O ano de 2022, residindo em Ourilândia do Norte (PA), foi particularmente difícil pois, mesmo estando com meu companheiro, fiquei distante dos amigos e da minha família realizando uma atividade que por si só é solitária. Mas isso foi apaziguado pelos nossos encontros remotos os quais intitulemos como “bibliotecas virtuais”, diálogos imprescindíveis para a escrita da tese. Em Ourilândia do Norte, agradeço aos amigos que fiz por lá: Ipojiana Tavares, Flaviane Cristina, Karine de Lucca, Grazielle Amaral e a Jociane Pagung. A amizade de vocês trouxe leveza para um momento tão árduo.

Em Porto Nacional, agradeço a Juliana Vaz e Radamés Vieira, que não só me apresentaram a Malhadinha, mas foram meus anfitriões no Tocantins. No Tocantins, a minha gratidão aos *malhadenses*, por me acolherem, por me aceitarem e fazerem dessa pesquisa uma experiência de vida, de amizade, de amor e aprendizagem. Em especial, agradeço ao Irmão Zé, Sandoval, Nega, Ariadne, Aparecida, Marlene, Irmã Rosa e a Evanir. Para além de interlocutores, nos tornamos amigos, e espero contribuir com a história da Malhadinha da mesma forma que vocês contribuíram com a minha.

Agradeço aos meus familiares que me acompanharam desde pequena, oferecendo as bases materiais e imateriais para a conclusão dessa pesquisa. Agradeço a minha madrinha Valéria, aos meus primos Alfredo e Thais, e a minha avó Valda. Agradeço ao meu irmão Diego Santos Alves e a Maitê Carvalho por me concederem a alegria de ser madrinha da querida Teodora. Agradeço a minha irmã Dara Santos e ao meu cunhado Gustavo Lamanes a companhia e o amor de vocês para com os animais, em especial, com os cavalos, apresentando-me uma outra forma de ver a vida.

Agradeço ao meu companheiro de vida Francisco Lago que desde 2011 me acompanha e me apoia na minha escolha profissional: ser professora e pesquisadora. Não é um caminho fácil, pois incide em sacrifícios diários, dedicação e nem sempre esse esforço tem como retribuição um salário a altura, para dizer o mínimo. Obrigada por “segurar as pontas”, por não me deixar desistir e por acreditar no meu potencial, muitas vezes, mais do que eu mesma acreditei. O seu amor, a sua paciência e a sua certeza me concedem paz e tranquilidade para seguir a jornada. Obrigada por tudo que fez e que faz por mim. Sem você, eu não teria finalizado o doutorado.

Por fim, eu agradeço àqueles que me conceberam, os meus pais, Maria Cristina e Pedro Alberto. Ambos, desde criança, incentivaram-me a ser o que eu quisesse ser:

cientista social, antropóloga, arqueóloga ou historiadora. Incentivo este que foi consubstanciado não só no suporte emocional, mas sobretudo, no material. Obrigada por me acompanharem nas minhas andanças, cidades, pesquisas e empregos. Vocês foram e são imprescindíveis.

Essa tese, definitivamente, é dedicada a vocês.

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CDAF – Compra Direta da Agricultura Familiar

COEQTO – Coordenação Estadual Quilombola do Tocantins

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONSEA – Conselhos de Segurança Alimentar Nutricional

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

ECQ – Estudo de Componente Quilombola

EFA – Escola Família

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

ENERGISOL – Empreendimento de Transmissão de Energia

FCP – Fundação Cultural Palmares

FGTS – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IFES – Instituto Federal de Ensino Superior

IFTO – Instituto Federal do Tocantins

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LT – Linha de Transmissão

MAPA/TO – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MEC – Ministério da Educação e Cultura

NUAP – Núcleo de Antropologia Política

OGU – Orçamento Geral da União

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PBAQ – Plano Básico Ambiental Quilombola

PBQ – Programa Brasil Quilombola

PIR – Promoção da Igualdade Racial

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PVC – Policloreto de polivinila

RDBH – Rede Elétrica Brazil Holding

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

RURALTINS – Instituto do Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins

SEDEPS – Secretaria Estadual de Defesa e Proteção Social

SEI – Sistema Eletrônico de Informações

SESCOOP/TO – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SIN – Sistema Interligado Nacional

SPE – Sociedade de Propósito Especifico

UC – Unidade de Conservação

UFT – Universidade Federal do Tocantins

LISTA DE IMAGENS

| | |
|---|-----|
| IMAGEM 1: Comunidade Quilombola Malhadinha | 28 |
| IMAGEM 2: Inserção Regional da Comunidade Quilombola Malhadinha | 33 |
| IMAGEM 3: Vista das torres de energia elétrica que atravessam o território da Malhadinha | 34 |
| IMAGEM 4: Mapa dos caminhos para as regiões do norte, sul, leste e centro-oeste, partindo da Capital Vila Boa, século XVIII..... | 50 |
| IMAGEM 5: A origem dos Siqueira Mendes | 58 |
| IMAGEM 6: <i>Povo do Colina Quadrada</i> | 58 |
| IMAGEM 7: <i>Povo do Florescer</i> | 59 |
| IMAGEM 8: Família de Francisco do Pavão..... | 62 |
| IMAGEM 9: Mapa dos principais setores da Malhadinha que realizei a pesquisa..... | 69 |
| IMAGEM 10: Família extensa do Pavão..... | 75 |
| IMAGEM 11: Família extensa do Colina Quadrada..... | 78 |
| IMAGEM 12: Família extensa do Centrinho..... | 80 |
| IMAGEM 13: Ieda, Joana e Jaqueline fazendo <i>vizinhança com o bolo de cenoura e frango de molho</i> | 98 |
| IMAGEM 14: Ieda, mostrando o pão de queijo para levar na <i>vizinhança</i> | 99 |
| IMAGEM 15: Produtos que ganhei na Malhadinha como <i>agrado e vizinhança</i> | 100 |
| IMAGEM 16: Joana fazendo <i>vizinhança</i> com o seu Tio Adolfo do Santa Rita..... | 101 |
| IMAGEM 17: “Fila” para as crianças ganharem biscoito/bolacha..... | 103 |
| IMAGEM 18: “Fila” para pegarem pipoca de leite em pó..... | 104 |
| IMAGEM 19: Regiões e cidades que passam a linha de transmissão..... | 204 |
| IMAGEM 20: Mapa do perímetro da Malhadinha, sendo atravessada pela linha de transmissão..... | 205 |
| IMAGEM 21: Etapas do Licenciamento Ambiental..... | 207 |

| | |
|--|-----|
| IMAGEM 22: Esboço da Faixa de Servidão Administrativa da Linha de Transmissão..... | 208 |
| IMAGEM 23. Vista do <i>barracão de torrar farinha</i> a partir da varanda de Indira, no setor Pavão..... | 219 |
| IMAGEM 24. <i>O mostrar a cultura e o conhecer a cultura no setor Pavão.</i> Da esquerda para a direita e sentada descascando mandioca, Jô; de costas, em pé, Indira, seguida de Enade; sentada na roda, Dona Firmina, seguida de Osório e Seu Francisco..... | 224 |
| IMAGEM 25. Unidade de beneficiamento de polpa de fruta, setor Colina Quadrada..... | 234 |
| IMAGEM 26. Moradores <i>assuntando</i> , após a reunião com a SESCOOP, realizada na casa de Joana ao lado da <i>mini fábrica de polpa de fruta</i> , setor Colina Quadrada..... | 240 |
| IMAGEM 27: Meus pais comendo pastel frito na casa de Jacinta no setor Centrinho..... | 250 |
| IMAGEM 28: Atalho que liga a casa de Florisvaldo a de Calu..... | 264 |
| IMAGEM 29: <i>Malhadenses</i> na fábrica de polpa de fruta..... | 265 |
| IMAGEM 30: Crianças <i>fazendo pose</i> para uma foto que irá representar a Malhadinha..... | 266 |
| IMAGEM 31. Autora e as crianças do Colina Quadrada em 2019..... | 267 |
| IMAGEM 32. <i>Ser quilombola</i> , persistir, resistir e não desistir..... | 268 |
| IMAGEM 33. Meninas <i>malhadenses mostrando a cultura</i> em uma escola na cidade de Porto Nacional..... | 269 |

CHAVE DE LEITURA

| | |
|------------------------------------|---|
| <i>Itálico</i> | Palavras e expressões nativas. Por exemplo: <i>candeia</i> , <i>lambida</i> . Apelidos ou formas nativas de expressar o nome de alguém. Algumas palavras podem ser expressas sem itálico quando presentes na bibliografia e em itálico quando mencionadas pelos interlocutores. Exemplos: <i>empreendimento</i> , <i>receber bem</i> , <i>visita</i> , <i>Energisol</i> , <i>Ágil Ambiental</i> , <i>hospitalidade</i> , entre outras. |
| <i>Itálico com ‘aspas simples’</i> | Discurso direto dos interlocutores da tese |
| [] | Significado da expressão nativa ou menção à palavra nativa proferida em frase anterior ao trecho transcrito |
| “aspas duplas” | Expressões não literais, citações e títulos de obras |
| Negrito | Termos estrangeiros e grifos meus nas falas dos interlocutores |

PESQUISA DE CAMPO

| Pesquisa de Campo | Períodos |
|-----------------------|-----------------------------|
| Pesquisa exploratória | 5 a 20 de janeiro de 2019 |
| 1º Campo | Abril a agosto de 2019 |
| 2º Campo | 10 a 25 de janeiro de 2020 |
| 3º Campo | novembro e dezembro de 2021 |

Sumário

| | |
|--|------------|
| Introdução | 18 |
| Prólogo..... | 18 |
| A arte do receber bem | 19 |
| A Malhadinha | 25 |
| O Campo da Pesquisa | 35 |
| Dos capítulos..... | 42 |
| Capítulo 1. De primeira era assim | 47 |
| 1.1.Pontal e Porto Imperial | 48 |
| 1.2. As primeiras famílias, a descendência e as terras | 54 |
| 1.3. A origem dos setores..... | 67 |
| 1.4. Os casamentos e a família extensa: conhecendo os setores | 74 |
| Capítulo 2. Sobre os modos de criar e a natureza dos Setores | 86 |
| Notas Iniciais | 86 |
| 2.1. A origem da natureza boa e a vizinhança | 89 |
| 2.2. A natureza boa: o caso de Dona Josefa e Américo | 92 |
| 2.3. As crianças: educando pelo exemplo..... | 102 |
| 2.4 Duas naturezas, uma única criação?..... | 109 |
| 2.5. É possível contornar o sangue? Outros casos | 115 |
| Considerações finais sobre a parte I | 120 |
| Capítulo 3. Os modos de ser, movimentar e receber | 125 |
| Notas Iniciais | 125 |
| 3.1. Modo de ser: <i>os de casa</i> | 131 |
| 3.2. Movimentar e receber | 133 |
| 3.3 Não é amigo, <i>mas também não é inimigo</i> | 137 |
| 3.4. Categorias em Mobilidade: <i>ser de casa e ser visita?</i> | 145 |
| 3.5. Uma visitante de casa?..... | 155 |
| Considerações finais sobre a parte II | 162 |
| Capítulo 4 - Tornar-se quilombola | 167 |
| Notas iniciais | 167 |
| 4.1. O reconhecimento | 177 |
| 4.2. <i>Ser quilombola</i> | 178 |
| 4.3. A chegada da energia, o poder local e a <i>receptividade</i> | 185 |
| 4.4. As <i>parcerias</i> | 192 |
| 4.5. O aprendizado | 197 |
| Capítulo 5 – Amizade, Controle e Negociações | 201 |
| 5.1. A Energisol | 203 |
| 5.2. Cada casa uma família, cada família uma recepção?..... | 216 |
| 5.2. A arte de <i>assuntar, o mostrar a cultura e o conhecer a cultura</i> | 218 |
| 5.3. O <i>pegar amizade, a amizade mais colorida e a amizade mais a trabalho</i> | 226 |
| 5.4. <i>Amizade mais a trabalho: artifício para negociações?</i> | 235 |
| Considerações finais sobre a parte III | 242 |

| | |
|---|------------|
| Considerações Finais | 245 |
| Referências Bibliográficas | 252 |
| Anexos..... | 264 |

Introdução

Introdução

Prólogo

É fim de tarde e, na Malhadinha, é a hora mais esperada do dia. As crianças chegam da escola e começam a ir às casas dos primos, das mães, das tias, das avós e dos avôs para procurarem alguma comida, outras vão direto para o campo de futebol para participarem de algum jogo ou até mesmo só para assistirem. Alguns jovens chegam do trabalho e outros da escola. Uns vão encontrar os seus afetos e outros vão *fazer bestagem* na casa daqueles com os quais se tem alguma *intimidade*. Homens e mulheres também anseiam pelo final do dia. No caso das mulheres, poucas são aquelas que trabalham fora da comunidade; assim, se não estiverem em casa, passam o dia na roça, torrando farinha, limpando os quintais e cuidando das crianças. As que ficam no ambiente doméstico tratam de cuidar das crianças, dos jovens e dos maridos que saem para trabalhar. Ao fim do dia, esquentam as *petas*, preparam o frango e a janta para os aqueles vão chegar após o expediente.

Mulheres *com os seus filhos já criados* anseiam também pelo final do dia, mas, no caso destas, não para prepararem a janta e/ou algum quitute, mas sim para *prosearem*. Separam a cadeira e levam até a varanda das casas, pois se sabe que a essa hora alguém sempre passa na *vizinhança*, seja para *visitar*, dar um aceno ou para *vizinhar* (compartilhar) uma farinha de puba, um abacate maduro, um cacau, um murici, uma carne de caça e até mesmo um bolo de cenoura com cobertura de chocolate. Nesses encontros, conversam sobre assuntos diversos, sobre o tempo, as amizades, os desafetos e a *presença de pessoas de fora da Malhadinha* na rotina do grupo. Essas mobilidades *não têm muita regra*, uma *visita* pode se iniciar com um ato de *vizinhar* (compartilhar) algo ou, então, vai-se fazer uma *visita* e deixa-se a casa da pessoa com alguma coisa. A *visita* é feita entre os amigos, os parentes e vizinhos que vão às casas das madrinhas, dos padrinhos, dos avôs e das avós. Nessas mobilidades, não só se espera achar algo para comer, como também alguém para conversar.

O fim de tarde é movimentado e, tal como os *malhadenses*, depois de alguns meses no mesmo convívio, eu também me sentia assim, esperando o final do dia. Na tarde de 20 de dezembro de 2021, eu estava sentada na varanda de Indira, no setor Pavão, conversando com Gildaiani, Anita, Margarethe (ou Mag) e Enade. Eram os meus últimos dias na comunidade e Fernanda estava na sua casa fazendo uma lasanha em minha homenagem. A disposição do setor permite que Fernanda cozinhe ao mesmo tempo que

participa do assunto, isso porque a porta da sua cozinha fica em frente à varanda de Indira. O assunto gira sobre as minhas impressões a respeito da *receptividade malhadense*, com a qual eu convivi tanto tempo. Fernanda me pergunta de qual casa eu mais gostei, o setor cuja *receptividade* pode ser referência no quilombo e quantos amigos eu fiz durante a pesquisa. Enquanto eu ia conversando e narrando o vivido, elas, ao mesmo tempo, completavam, refutavam e/ou corrigiam as minhas análises.

Tais ações não foram exclusivas dessa tarde de dezembro, elas seguiram durante todo o tempo em que eu realizei a etnografia. E isso aconteceu justamente porque a *receptividade* no quilombo não se trata apenas de um modo de receber alguém, mas tem laços com a história e a constituição do grupo, sendo também um operador político para mediar a relação entre *os de dentro e entre os de fora*. Fui entender que o assunto não era apenas sobre as *visitas* que eu fiz, mas tudo o que elas representam para os *malhadenses*, permitindo-me compreender, como discutirei na presente tese, que na Malhadinha uma visita nunca é só uma visita.

A arte do receber bem

A arte do *receber bem*, segundo os moradores¹ da Malhadinha² é uma prática costumeira. Esta é largamente difundida entre os seus integrantes e na relação com outros quilombolas, pois entendem que tão importante quanto morar em sua própria casa é frequentar as casas uns dos outros, momentos nos quais a hospitalidade acontece. Entretanto, não é algo que incide, com frequência, para com aquelas *pessoas de fora*. Melhor dizendo, receber é uma ação pouco direcionada para aqueles que não nasceram, não moraram e muito menos frequentaram a região, ou, caso tenham algum convívio, este é feito de maneira breve e intermitente, gente que vem e vai, pouco permanece.

De uns anos para cá, na Comunidade Remanescente de Quilombo Malhadinha, essa prática do *receber bem* pareceu tomar outro rumo, a partir do contato com diferentes

¹ Na presente tese, eu assumo o nome oficial da comunidade quilombola com o objetivo de contribuir com uma pesquisa da/para a Malhadinha. Entretanto, e como forma de proteger os meus interlocutores, faço uso de nomes fictícios dos moradores, dos setores e das pessoas *de fora* com as quais mantiveram algum contato no quilombo e que aparecem no texto.

² Grande parte das dissertações e teses concernentes às comunidades quilombolas localizados no Tocantins têm como eixo analítico categorias que envolvem o território, a história e a formação da identidade (MARQUES, 2014; MATOS, 2018; XAVIER, 2019). No que tange à produção bibliográfica referente à Malhadinha, encontra-se a tese do historiador Francisco Esteves (2012), na qual o autor aborda a relação entre a sua estrutura socioeconômica e o processo histórico de reconhecimento como remanescente quilombola, a partir das políticas do Governo Federal iniciadas em 2006. Apesar de compreender as contribuições dessa produção bibliográfica, busco estender a discussão para o eixo analítico das diferenças e das segmentariedades, analisando as camadas e as complexidades que envolvem o cotidiano da Malhadinha.

(e novas) alteridades. O grupo, após obter o certificado de remanescente de quilombo da Fundação Cultural Palmares (FCP), em 2006, passa a ser alvo do interesse de diversos agentes e, segundo os próprios integrantes, diferente das outras comunidades quilombolas, transpõe a arte do *receber bem* para com *os de fora*. Pesquisadores, curiosos, missionários, servidores do estado do Tocantins, de programas do Governo Federal, prefeituras, escolas, faculdades, todos esses chegam até os moradores da Malhadinha não só com diversos projetos, inquietações e perguntas, mas também trazendo mudanças físicas e espaciais, como foi o caso da entrada de energia e das casas de alvenaria substituindo ou complementando as antigas casas de taipa e adobe. Esse processo mudou a vida das famílias *malhadenses*, que antes viviam com *candeia*³ e *carne seca*, e, agora, vivem no *puro luxo*. Isso começou a acontecer, segundo eles, em decorrência da vitória de Lula, na *época da política*, quando *os de fora* começaram a olhar para o quilombo.

Na Malhadinha, é muito comum os moradores fazerem referência a quem é *de dentro* e a quem é *de fora*. *De dentro* seriam aqueles que são parentes, descendentes das famílias *que sempre estiveram ali* e são *nascidos e criados* naquele lugar. *De dentro* também são pessoas que não nasceram na Malhadinha, mas se casaram com alguém *de dentro*, como aponta Josi: *‘igual Firmina, casada com Francisco, não é daqui, nasceu no Piauí, mas casou aqui e criou os filhos aqui’*. Ela é *de dentro*, mas com uma ressalva, pois ela não é *daqui*. Movimento similar é visto em outras exceções na comunidade, cujo casamento não foi feito entre os parentes, por exemplo, *Sirlene de Elvis e Margareth de Osório*, *‘não são daqui, mas é como se fosse’*. *Ser de dentro* relaciona-se muito mais com uma genealogia do que com uma vinculação com o espaço, embora o espaço seja também importante. Digo isso, pois as pessoas genuinamente *de fora*⁴ são aquelas que não nasceram e não residem ali. São os agentes do governo, funcionários do *empreendimento*, políticos, conhecidos, desconhecidos e amigos.

O fato é que a chegada *dos de fora*, inicialmente marcada pela presença dos agentes do governo, trouxe alterações na forma como o grupo era e é visto. Se, antes, ser da Malhadinha *era ser isolado e sem contato com ninguém, agora é bom, todo mundo quer ser da Malhadinha*. Além dessas novas configurações relacionais, outra é acompanhada pelos moradores desde 2015: O *empreendimento* intitulado Energisol⁵ teve

³ Uma peça de iluminação abastecida com óleo.

⁴ Vale ressaltar que alguns parentes distantes são considerados *de fora*, como uma maneira de identificação, caso alguém presente na conversa não o conheça. Do contrário, eles são considerados como *de casa*. Logo, não entram na semântica de apreciação que faço aqui com *os de fora* (HARTUNG, 2013).

⁵ Faço uso de nomes fictícios, tanto das empresas quanto dos seus funcionários.

início em 2015, sendo organizado e financiado pela empresa Rede Elétrica – uma companhia de eletricidade da China – e a sua subcontratada, a Ágil Ambiental. O *empreendimento* é responsável pela construção de uma linha de transmissão de energia de 2.543,4 km, que sai de Altamira, no estado do Pará (PA), e finaliza no terminal Rio, em Nova Iguaçu (RJ). Dentro desse percurso, a comunidade Malhadinha foi impactada com a construção de dez torres de energia elétrica de alta tensão e pela travessia de 12,0 km de linhas de transmissão em seu território, sendo que duas destas localizam-se diretamente nas proximidades das casas das famílias.

De 2015 a 2019, a subcontratada *Ágil Ambiental* ficou responsável por realizar, junto à comunidade, medidas mitigatórias por meio de, entre outros, cursos de capacitação e empreendedorismo rural, a reforma do barracão para as reuniões da associação, a construção de dois poços artesianos, a construção de uma unidade de processamento de polpa de fruta, além de cursos sobre sustentabilidade e outros temas. Atualmente, quem estabelece relações com a comunidade é apenas a Energisol. Tal como os moradores da comunidade, para fazer menção ao empreendimento, irei utilizar os termos *Energisol, Rede Elétrica e empreendimento*. As relações estabelecidas entre as empresas e o quilombo cumpriram, portanto, dois propósitos. O primeiro foi o da instalação de torres de transmissão de energia elétrica, e o segundo, como desdobramento do primeiro, tratando das medidas mitigatórias para amortizar, na linguagem empresarial, o impacto que a rede de alta tensão poderia imprimir na vida do quilombo.

Vale ressaltar que as instituições privadas não procuraram a comunidade por ser a Malhadinha, mas sim como uma resposta aos imperativos legais do Licenciamento Ambiental⁶. Os moradores, acostumados com a chegada de vários elementos externos, passaram a *receber bem* os representantes do *empreendimento*, não só como um mecanismo de vigilância e controle⁷, como veremos, mas também como um elo de aproximações e amizades que permitiu e permite manter os funcionários por perto, contribuindo também para a eficácia das *negociações* que se impuseram com a chegada

⁶ O Licenciamento Ambiental é um instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente instituído pela Lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981. Tem a finalidade de promover o controle prévio à construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais. Trocando em miúdos, é o processo administrativo por meio do qual o órgão licenciador verifica, analisa e viabiliza, dentro do âmbito jurídico, atividades que têm o potencial de causar danos sociais e/ou ambientais (MAZUREC, 2012).

⁷ As palavras vigilância e controle no decorrer da presente tese aparecem como complemento uma da outra. Isso porque a vigilância concentra-se nas ações de cerceamento do ato, feito, muitas vezes pelo olhar e acompanhamento da atitude. Já o controle são ações práticas diante daquilo que foi vigiado, são perguntas seguidas da exigência de respostas e mudança de ação diante de um ato que foi reprimido. Por isso que muitas vezes são tomadas como sinônimos, pois uma não se faz sem a outra.

do *empreendimento* na sua região. Essas experiências passadas mostraram aos moradores que receber vai além do oferecimento de um café, de uma água, um beiju e uma boa conversa. *Receber bem* acaba modulando a estranheza, aproximando os distantes, o que corrobora não só para *unir o útil ao agradável*, mas também para a construção de afetos e, em outros casos, estes somados à vigilância e ao controle.

Assim, apesar da *receptividade*⁸ ser algo rotineiro às comunidades quilombolas ao entorno, na Malhadinha, segundo os moradores, *ela se faz diferente*, pois é utilizada também para conter, controlar, dialogar, negociar, resistir e, na medida do possível, incorporar o elemento externo; segundo Enade⁹: ‘*you have to se infiltrar*’. E *se infiltrar* significa fazer diferente do que outros grupos fazem para manter por perto *os de fora*. A *receptividade* deve ser aqui compreendida como um conceito/prática nativo, ou seja, próprio da Malhadinha, que sempre existiu nas suas relações internas, muito associado à finada Josefa, e que se foi disseminando entre os parentes. Como conceito, a *receptividade* seria aquilo que está previamente definido enquanto uma ideia, uma característica ou um comportamento compartilhado por todos, que se revela empiricamente nas ações, nas práticas das pessoas. Logo, *receber bem* é, tradicionalmente, oferecer o que se tem de melhor em casa, é doar alguma fruta, verdura, uma carne de caça ou boi, é deixar as portas abertas, é dar farinha e até mesmo rapadura.

Esse conceito é amplo, são formas criativas de se relacionar com *os de fora* e com *os de dentro*, que aparecem no cotidiano da Malhadinha. Receber envolve palavras, gestos, olhares, apelidos, respostas, perguntas, brincadeiras, nomes, bloqueios de assuntos, o que falar, quando falar, com quem falar. E, acima de tudo, receber significa facilitar a arte de *assuntar*. O vocábulo *assuntar* guarda em si uma série de ações direcionadas tanto *aos de dentro*, quanto *aos de fora*. É definido como condutas dos moradores que, no limite, poderiam ser sintetizadas como o participar de um assunto ou de uma conversa, sem demonstrar claramente o interesse; outras vezes o *assuntar* por ser visto como o observar, sem fazer perguntas e/ou falar alguma coisa. No decorrer do texto, esse vocábulo irá aparecer em várias situações das quais podemos abstrair, ao menos, dois formatos: um mais ativo, que seria feito por meio de perguntas diretas, e outro menos ativo, que reside em apenas observar sem tecer qualquer comentário.

⁸ A *receptividade*, substantivo feminino derivado do verbo receber, engloba o que *os malhadenses* fazem no cotidiano entre seus pares e com os estrangeiros que chegam ali. Construído a partir de múltiplas práticas, é utilizado como um termo plural e é, geralmente, proferido em entrevistas menos espontâneas, portanto, mais formais. A escolha por seu uso deriva dessa função infinitiva, que permite sintetizar sem reduzir.

⁹ Usarei nomes fictícios para preservar a identidade dos moradores.

Vieira (2015) define o assuntar entre os quilombolas da Malhada, na serra do Caetité (BA), como uma forma de criatividade que perscruta, tateia, conjuga sinais e levanta questões. Eles fazem isso para lidar com os assuntos pesados, como as mudanças ecológicas e do mundo sobrenatural. Muito embora na Malhadinha o *assuntar* esteja voltado não são, mas especialmente, para uma forma de controle, vigilância e conhecimento, nota-se que em ambas as comunidades a a o constitui ferramenta criativa e inventiva para lidar com questões cotidianas da realidade quilombola. Assim, o *ser receptivo* – que engloba várias a es – permite aos moradores da comunidade um controle maior sobre o observar, o movimentar e o negociar.

O desafio a que me proponho nesta tese é o de entender como a *receptividade* do grupo – que implica em certos conceitos e práticas – opera, costumeiramente, no convívio e na socialidade entre os *de dentro* e são transformadas para operar igualmente nos tempos das mudanças recentes que trazem a chegada *dos de fora*. Vale ressaltar que, apesar de os meus interlocutores sinalizarem para uma Malhadinha antes de serem quilombolas *como isolada e sem contato com ninguém*, migrando para uma Malhadinha como alvo e interesse *dos de fora* após o reconhecimento como Remanescente de Quilombo, isso não significa dizer que não estabeleciam contato com ninguém e tampouco que eram totalmente isolados tal como a palavra sugere. O que existe é uma diferença nas rela es cunhadas com esses *de fora*, as quais foram acentuadas pela mudança do estatuto comunidade rural para comunidade quilombola.

Ainda vale ressaltar ao leitor que ao falar em *categorias malhadenses*, como a *receptividade*, não se pode tom -las como o todo da Malhadinha. Isso porque, essa e outras categorias me foram apresentadas pelas lideranças e pelos principais setores do quilombo, com os quais eu estabeleci um maior contato. Isso significa dizer que a pesquisa foi feita em oito dos dez setores do quilombo – Distrito, Nascente, Colina Quadrada, Pavão, Florescer, Redondo, Centrinho e Canarinho Verde –, sendo o Jiboia e o Santa Rita, pouco contatado. Por isso, não são análises universais, mas de grupos específicos que se intitulam como representantes da comunidade.

Dito isto, esta tese tem como objetivo, portanto, entender essa categoria – *receptividade* –, frente aos interesses diversos que operam no cotidiano das rela es quilombolas, tanto das contendas – diretas e indiretas – quanto das amizades. A singularidade *dos de dentro* e o modo como recebem o quem *vem de fora*   o que será o interesse central deste trabalho. Além dessa questão teórica, a pesquisa parece apontar t mbe m para um problema de ordem metodológica (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998;

CLIFFORD, 2002; PEIRANO, 2008). Digo isso, pois, pensar a *receptividade* envolve entender o pesquisador em campo como alguém *de fora* e suscetível de ser interpretado dentro da tessitura relacional do afeto e do controle. Assim, minha experiência enquanto pesquisadora rendeu frutos sobre a forma como essa dupla face do *receber bem* é direcionada aos agentes que ali adentravam e adentram. Para tanto, apresento essa perspectiva naquilo que intitulei como uma visitante de casa, categoria que me colocou como alguém *de dentro*, mas que veio *de fora*, me mostrando os laços cotidianos feito entre as famílias, mas nunca me inteirando como tal. Ao fim e ao cabo, eu mesma experienciei esta forma de “domesticação” via a simultaneidade do afeto e do controle.

Aqui, cabe salientar que, muito em decorrência da pandemia, eu não consegui realizar o tanto que julguei necessário de trabalho de campo para a coleta e confirmação de alguns dados e até mesmo nas descrições um pouco mais assertivas a respeito das formas como acontecem a vigilância e o controle na Malhadinha. Como será visto no decorrer dos capítulos, abordarei essa faceta da *receptividade* de maneira sutil, e isso se justifica por dois motivos: o limite que a pandemia colocou ao trabalho etnográfico, mas também por ser uma característica do quilombo – *ser receptivo*.

Como se trata de uma comunidade que reitera a máxima do *receber bem* tanto como algo histórico – vindo dos antepassados –, mas também como algo que se tornou uma ferramenta política a partir da construção das *parcerias* – relações de favores que tecem com a prefeitura de Brejinho de Nazaré –, não evidenciar o controle e a vigilância como se evidencia o afeto é também uma estratégia política dos *malhadenses*. Isso porque um dos motivos da existência das *parcerias* é justamente o fato de ser uma comunidade receptiva, de fácil acesso e que trata todos bem, por isso, não faz sentido evidenciar de maneira desmoderada o controle e a vigilância, pois uma comunidade assim, afinal, “ninguém quer visitar”.

Essa assertiva, de uma comunidade hospitaleira, é reiterada na região; entretanto, na cena cotidiana, objetivo da tese, não é tão simples assim, e notam-se sempre cenas de afeto e de controle a depender do chegante. O observador mais desatento nota apenas o afeto, mas o controle é presente e este acontece de maneira muito sutil, para não “espantar”, por assim dizer, o visitante. Esses dois fatores – pandemia e característica da Malhadinha – incidiram na existência de certas lacunas que, às vezes, podem aparecer na tese no que tange aos contornos mais evidentes do controle e da vigilância, mas jamais na ausência destes.

Divido a tese em três partes. Uma primeira em que abordo a origem da *receptividade* e as relações com *os de dentro*; uma segunda que direciona o olhar para a mobilidade e recepção entre os *malhadenses* tanto na relação entre *os de dentro*, como com *os de fora*, a partir da minha experiência. E uma terceira parte intitulada Agenciamentos Políticos, em que falo da chegada massiva dos *de fora* através dos programas do Programa Brasil Quilombola (PBQ) e a relação deste com os agentes dos governos municipal, estadual e federal, e com uma segunda frente a partir das relações que foram sendo cunhadas com os funcionários do *empreendimento*. Procuo mostrar as várias direções que a *receptividade* parece assumir na vida *malhadense*, corroborando para a constituição das famílias quilombolas, para a identidade do grupo, para as relações de afeto e para as relações políticas nas quais se enreda a comunidade.

A Malhadinha

A comunidade Malhadinha está situada na zona rural da divisa dos municípios de Brejinho de Nazaré e Porto Nacional, no Estado do Tocantins (TO). A comunidade fica a cerca de 100 km de distância de Palmas, a 30 km da cidade de Brejinho de Nazaré e a 15 km da cidade de Porto Nacional¹⁰. É cercada por uma serra: viajando de Porto Nacional até o limite da comunidade, os moradores dizem que *you sobe a Serra da Malhadinha*; já indo no sentido de Brejinho de Nazaré, a comunidade diz que *you desce a Serra da Malhadinha*. Ocupando uma área territorial de cerca de 200 alqueires, é cercada por grandes fazendas, como a Aroeira, Osvaldo Bandeira, Landi, Boqueirão e Angico, além do que eles designam como *alguns posseiros* residindo em terras de menores extensões. O território é habitado por aproximadamente 70 famílias rurais, somando um total de 250 habitantes. O nome Malhadinha, segundo os moradores, é um apelido por ser uma região que se lavrava muito ouro.

Todavia, o nome oficial é Fazenda São Felipe e seu dono era um senhor chamado Felício Mendes, que acabará por herdar as terras de um padre que o criou. Essa fazenda São Felipe, em conjunto com outras comunidades quilombolas na região de Porto Nacional e Brejinho de Nazaré, compunham a localidade histórica que, no século XVIII, era designada como Arraial do Bom Jesus do Pontal, localidade da então região norte da província de Goiás (PALLACIN, 1976; PARENTE, 1999; GIRALDIN, 2002; APOLINÁRIO, 2007; LOIOLA, 2007). A Malhadinha, segundo os moradores da

¹⁰ No último mapa desta seção, apresento a localização da rodovia TO-070, bem como o acesso à comunidade quilombola.

comunidade, teve sua localização inicial perto dessa Serra do Pontal. Na memória dos quilombolas, seu início foi marcado por duas figuras centrais – Felício Mendes e a escrava “ferrada”¹¹ Ismênia. Apesar de terem vivido em temporalidades distintas – Felício Mendes em meados do século XIX e Ismênia próximo à última década do referido século –, suas histórias se cruzam nas memórias de seus descendentes.

Os moradores mais antigos apontam para a chegada de escravos vindos da Bahia a partir da história de Ismênia que, segundo eles, iniciou a descendência de origem africana das famílias quilombolas. Ismênia teria se relacionado com um homem branco da região e tivera uma filha chamada Madalena. Madalena, por seu turno, teve um relacionamento com um homem branco – descendente de Felício Mendes e, portanto, herdeiro da Fazenda São Felipe – chamado Leonardo Siqueira Mendes¹². Tiveram dois filhos, que foram criados por sua mulher Teresa por conta do falecimento precoce de sua mãe, Madalena.

Os filhos, Airton e Américo, constituiriam a principal descendência da comunidade, a saber, a família Siqueira Mendes. Airton “fundaria” o que eles designam como Florescer – lugar onde se situa a *velha Malhadinha*¹³– e Américo, o Colina Quadrada. Os Siqueira Mendes são descendentes diretos da união de Ismênia com o herdeiro de Felício Mendes e, de maneira jocosa, se sentem e dizem os “verdadeiros quilombolas”. Os Magalhães Matos, que constituem também parte da comunidade, e vivem especialmente nas terras do setor Pavão (irei explicar), relatam a sua origem contemporânea à de Madalena e alegam que seus antepassados sempre estiveram ali.

Assim, a Malhadinha é constituída por famílias, conceito importante para compreender as tessituras locais. Tal como já apontado por outros autores (ALMEIDA, 1986; VILELA, 2009; MARQUES, 2018), o conceito é cambiante, pois se expande e se retrai segundo distintas perspectivas, momentos e contextos e diferentes práticas e usos políticos. Ele pode fazer referência tanto a um grupo doméstico, a uma linhagem, a uma genealogia ou uma casa. Na Malhadinha, nota-se, ao menos, três acepções: a primeira, entendida tal como Almeida (1986) propõe, algo mais intrínseco, referindo-se a um

¹¹ Tal termo faz referência à marcação com ferro em brasa – prática muito comum no período escravista brasileiro – para identificar o pertencimento a um dono específico.

¹² Segundo o relato dos moradores, Leonardo Siqueira Mendes era um entre nove irmãos, filhos de Isac Siqueira e Dielma Mendes. Dielma Mendes e Jovina (parentes de Felício Mendes) herdaram a terra. O que não se sabe exatamente era se Felício Mendes era avô ou pai de Dielma Mendes, mas por apontarem o surgimento da região em meados do século XIX, ao que tudo indica, ele seria pai de Dielma.

¹³ O termo *velha Malhadinha* faz referência à localidade que iniciou o quilombo, onde residiam Madalena e a sua mãe Ismênia. Atualmente, os descendentes de Airton residem nessas terras, intituladas como Florescer ou *velha Malhadinha*.

determinado conjunto de parentes que vive em uma casa como uma família nuclear. A família extensa¹⁴ compõe o que intitulam como setores, abrigando mais de uma família nuclear; e, por último, a *família Malhadinha*, considerando que todos na comunidade são ou se consideram parentes.

Os setores¹⁵ são constituídos por lotes de terras, herdados desde os *tempos de primeiro*, habitados por uma família extensa, formada por um casal, os filhos, genros, noras, netos e bisnetos com os respectivos cônjuges, se for o caso. A relação intrasetores é marcada, preferencialmente, pelos casamentos entre primos e, portanto, verifica-se outra forma de identificação: *sou do povo de Florisvaldo, mas moro aqui no Pavão porque meu marido é Magalhães Matos*. Tão importante quanto ressaltar a unidade do grupo é mostrar também suas fragmentações e diferenças, para manter e/ou afastar a reputação dos seus antigos e/ou atuais lares e também mostrar como a Malhadinha é multifacetada.

Os setores em conjunto – Distrito, Nascente, Santa Rita, Jibóia, Colina Quadrada, Pavão, Florescer, Redondo, Centrinho e Canarinho Verde – formam a unidade Malhadinha, povo receptivo e hospitaleiro, constituído por famílias aparentadas, pois *aqui é tudo junto e misturado*. Cada setor tem seu nome associado a uma respectiva característica e é formado por familiares que se consideram parentes de primeiro grau; os parentescos considerados como de segundo, terceiro e quarto graus caracterizam as relações entre setores. Casas de adobe e alvenaria compartilham a paisagem dessas terras. As casas de adobe remontam a um tempo, marcado pela expressão *de primeira era assim*, e as casas de alvenaria marcam as mudanças que ocorreram na comunidade a partir do momento em que se tornaram quilombolas. A construção das casas é feita de um modo que ficam próximas umas das outras, de forma que os moradores transitem livremente entre o próprio setor e entre distintos setores. O setor Centrinho, além das casas dos familiares, ainda recebe a escola da comunidade e os dois bares – Bar do Vanoni e, mais recentemente, o Bar do Bigode. Abaixo, segue o mapa da comunidade, feito pelos interlocutores.

¹⁴ Na Malhadinha, os setores vão ao encontro do conceito de grupo doméstico de Almeida (1986), considerando que são parentes ligados por uma linguagem de filiação e casamento, que compartilham unidades residenciais, de trabalho e consumo.

¹⁵ A palavra setor é utilizada pelos moradores da Malhadinha, sendo um termo nativo. Ademais, vale ressaltar que os setores fazem parte de uma das três formas de pensar e nomear o território, além dele existe também outras duas formas: os nomes da família e a palavra povo.

MAPA SOCIOAMBIENTAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA MALHADINHA

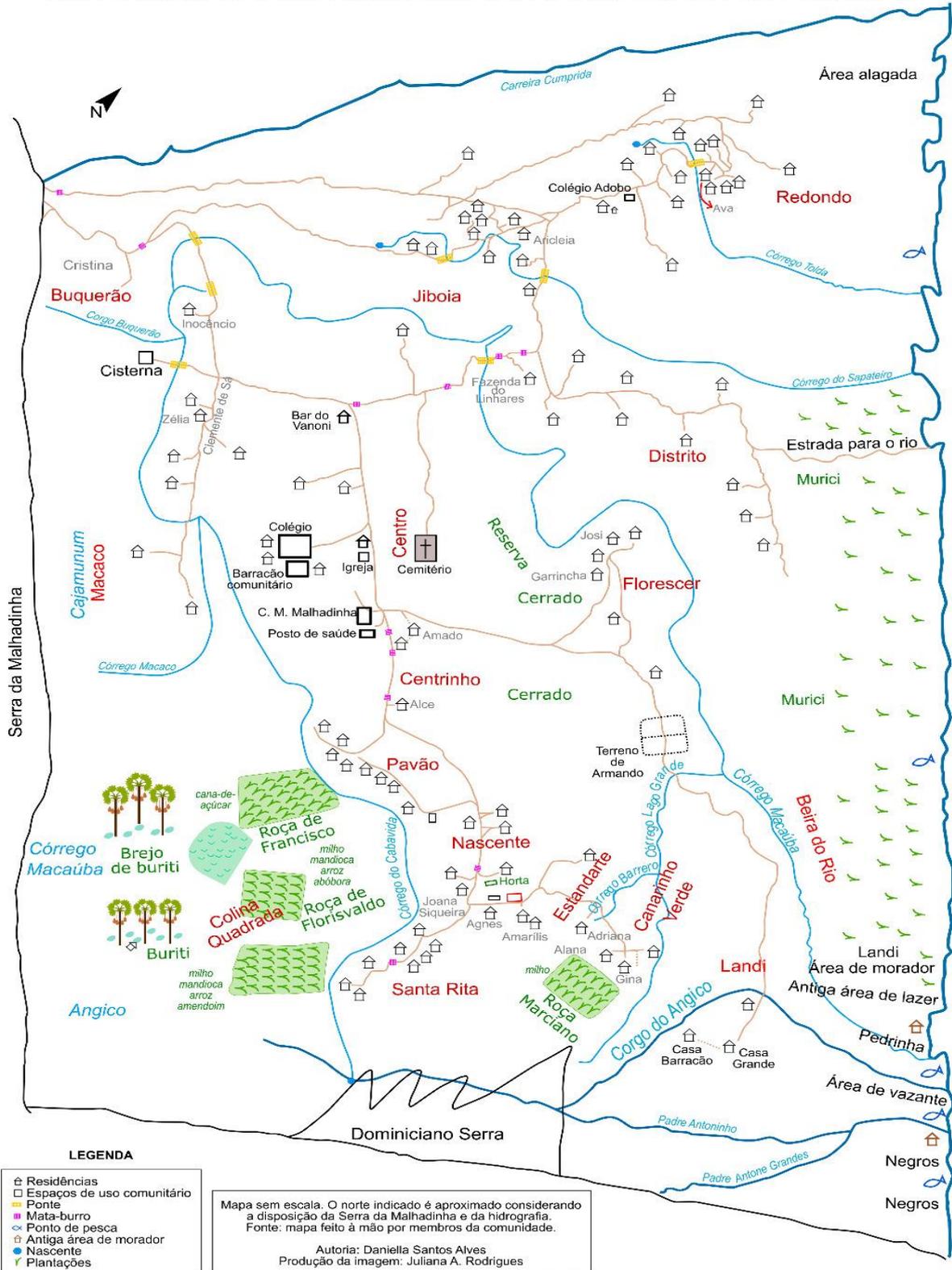


Imagem 1: Comunidade Quilombola Malhadinha, **Autores:** Moradores da Malhadinha, vetorizado por Juliana Rodrigues

A estrada central da comunidade, denominada Estrada da Malhadinha, tem início na TO-070 e segue na direção oeste, descendo a Serra da Malhadinha na altura da localidade indicada no mapa como Boqueirão e terminando nos setores Colina Quadrada e Santa Rita. Esse percurso tem trechos íngremes e com buracos, e outros com boas condições de acesso. Ao seguir essa rota, o transeunte irá notar várias ramificações que levam a outras regiões ou setores, como Distrito, Florescer, Canarinho Verde, Jiboia e Redondo. Andando poucos metros pela estrada principal, próximo à indicação de Cristina no mapa, existe um mata burro (no mapa, sinalizado em rosa) que dá acesso à estrada do Jiboia à esquerda ou estrada Central à direita. Indo na primeira opção, o transeunte vai chegar à casa de Aricleia, matriarca referência do setor Jiboia.

Mas se o visitante seguir na estrada Central, ele irá passar por duas pequenas pontes (sinalizadas de amarelo, próximas à casa de Inocêncio) e, aproximadamente 2 km depois, ele encontrará uma bifurcação que, seguindo reto, chegará à casa de Zélia, dos Clemente de Sá, ou, virando à direita, na cisterna. Ao virar à esquerda nessa mesma ramificação, aproximadamente 4 km depois, encontra-se o Bar do Vanoni, no setor Centro. Localizado na esquina, o Bar do Vanoni é a referência para quem quer ir até o setor Redondo ou para quem pretende ir, pela estrada central, para os principais setores da Malhadinha. Assim, se o transeunte virar à esquerda, depara-se com um mata burro no sentido da fazenda do Linhares e, após alguns quilômetros, com, ao menos, outro mata burro, seguido de uma ponte e depois de dois novos mata burros, chegará à bifurcação que divide o acesso para o setor Redondo ou para o Distrito. À esquerda, em uma estrada de aproximadamente 10 km de extensão, tem-se acesso até a casa de Ava, professora no colégio da comunidade e referência para quem adentrar no setor Redondo. Se o passante virar à direita, vai em direção ao Beira do Rio, ocupado, em sua grande maioria, por posseiros e pouco mencionado pelos *malhadenses*.

Ainda tendo como referência o Bar do Vanoni, no setor Centro, o transeunte, ao seguir reto na estrada principal, já estará nas casas das famílias que compõem esse setor. Ao andar alguns metros, próximo à casa de Amado, sinalizada no mapa, existe outra bifurcação que permite chegar às terras do Florescer. Com uma estrada de aproximadamente 4 km de extensão, o viajante pode ter mais dois caminhos a seguir. À direita, vai por uma estrada que leva à casa de Garrincha, no sentido da fazenda Landi ou, virando à esquerda, até a casa de Josi, no que designam como a *velha Malhadinha*. O acesso a essas regiões pouco centralizadas é feito de bicicleta, carro e/ou moto, pois se inscrevem em uma distância média de 10km da estrada central e, às vezes, até mais.

Mas, se não for o objetivo do passante ir até o setor Florescer após passar pela ramificação próxima à casa de Amado e seguir reto na estrada principal, ele chegará nas casas dos moradores do setor Centrinho. O fim desse setor é registrado pelo mata burro próximo à casa do Alce e, a partir dali o caminhante estará nas terras do Pavão, Nascente, Colina Quadrada e Santa Rita, nesta sequência. Estas últimas são as regiões mais populosas do quilombo com, no máximo, 1 km de distância uma da outra. É comum observar os moradores transitando entre essas localidades a pé, indo em direção à escola, ao posto de saúde, ao cemitério, ao culto evangélico aos domingos e aos bares sempre movimentados do setor Centro. Algumas vezes, utilizam esse trecho para fazerem caminhadas, estas sempre acompanhadas das inquietas e ávidas companhias dos cachorros e das crianças brincando, cantando e correndo.

Esses setores¹⁶ abrigam as principais lideranças e a rede de infraestrutura social (escola, posto de saúde, cemitério, igreja evangélica, barracão comunitário e bares), por isso o intenso fluxo de pessoas e veículos. Entre a região da Nascente e do Colina Quadrada e Santa Rita, próxima à casa de Joana Siqueira, existe outra estrada que leva à região do Canarinho Verde, onde residem, em três casas separadas, Dona Gina e Seu Marciano, e as respectivas famílias do filho Amável (não está no mapa) e da filha Alana. As casas de Agnes e Amarílis, que estão na estrada sentido Canarinho Verde, são consideradas pelos moradores como terras do Colina Quadrada.

A casa de Adriana é a única que compõe o que intitulam como setor Distrito. Ali, reside ela com a família do seu filho, donos de uma significativa área territorial, com cerca de 40 alqueires de terra. O mapa ainda sinaliza para outras localidades, tais como Osvaldo Bandeira, Landi, Boqueirão e Angico que, como dito, são as fazendas vizinhas do território da Malhadinha. Também é comum observar a passagem de caminhonetes na porta das residências, pois algumas dessas estradas fazem ligação com as fazendas, muito embora existam também vias para esse mesmo fim, como a estrada da Carreira Cumprida e a estrada da fazenda Landi, que tem início na Serra do Dominiciano.

A região está inserida na bacia hidrográfica do Tocantins-Araguaia, sub-bacia do rio Tocantins, entre os rios Paranã e do Sono. A comunidade, como mostra o mapa, é permeada por uma série de córregos responsáveis pelo abastecimento de água dos seus moradores. O Rio Tocantins fica próximo à região do setor Redondo, sendo possível, do quintal da casa de Ava do Redondo, ter uma bela imagem deste grande curso

¹⁶ O capítulo um da presente tese, se detém com mais afinco sobre a origem, formação e distribuição dos setores da Malhadinha.

d'água. Dentre uma miscelânea de córregos, o Macaúba é apontado como sendo a principal fonte de abastecimento de água, mas a canalização improvisada com dois tubos de policloreto de polivinila (PVC), feita pelos moradores, registra a falta de estrutura e saneamento.

Isto é, apesar de suprir grande parte da Malhadinha, especialmente as famílias do Colina Quadrada, Pavão, Nascente e, em pequena escala, do setor Centro, não existe tratamento para essa água. Quando muito, a prefeitura de Brejinho de Nazaré disponibiliza cloro para os moradores fazerem esse processo. O córrego Macaúba é o único recurso hídrico utilizado pela comunidade que não seca, mantendo certo volume de água durante o ano todo, mesmo nos meses de estiagem. Ele nasce na região leste da comunidade, na parte alta da Serra da Malhadinha, atravessa o território sentido leste-oeste, passando pelo Colina Quadrada, Pavão, Centrinho, até desaguar no rio Tocantins, perto da fazenda Landi, em um trajeto de aproximadamente 13 km.

Outros córregos aparecem no mapa, como o Córrego Angico, Córrego Padre Salomão Grande, o Córrego Padre Antoninho, Córrego Sapateiro e o Córrego Toldo, que não são utilizados como fontes de água por, ao menos, três motivos imbricados entre si: falta de qualidade e/ou quantidade de água, por estarem muitos distantes dos setores, e por cruzarem as terras das fazendas e serem utilizados na atividade pecuarista. O Córrego Lagoa Grande passa pela remota região do Canarinho Verde, abastecendo os moradores dali, tal como o Córrego dos Macacos, que abarca as famílias dos Clemente de Sá e de alguns posseiros.

As famílias que vivem nas localidades distantes do Córrego Macaúba e de outros córregos, como os moradores do setor Centro, Florescer e Jiboia, enfrentam problemas de abastecimento de água. No Centrinho, chega um pouco da água canalizada do Macaúba, ficando este setor, contudo, desabastecido por extensos períodos. No Florescer e no Jiboia, alguns moradores adotaram o sistema de poços artesianos financiados por eles e/ou atendidos pelo programa Tocantins Sem Sede¹⁷, por meio da implantação de cisternas que permitem reservar até 16 mil litros de água, estimando um abastecimento para até seis meses.

No que concerne à vegetação, trata-se de uma área característica de cerrado e, como tantos outros biomas brasileiros, é Régis trado pelas interações entre humanos e não humanos, cujo resultado pode interferir no clima, na geologia, no território e no relevo

¹⁷ Para maiores informações, ver: <https://www.to.gov.br/ats/noticias/governo-inicia-implantacao-de-cisternas-do-programa-tocantins-sem-sede-na-regiao-sudeste/73h6rhanpi9i>

(OLIVEIRA, 2011). O cerrado conta com uma rica biodiversidade e uma extensa área que ainda não é totalmente conhecida. Na Malhadinha, a vegetação é classificada como savana florestada (cerradão), contando com mais de 11.046 espécies de plantas (OLIVEIRA, 2011), com uma estimativa de cerca de 110 espécies utilizadas pelos *malhadenses* para fins alimentícios, medicinais e comerciais.

A coleta dos frutos do cerrado respeita a sazonalidade do bioma, parte deles sendo revertida na produção de polpa de frutas até os anos 2000 vendidas nas escolas de Brejinho de Nazaré e Malhadinha. Entretanto, por falta da certificação sanitária exigida pela Prefeitura de Brejinho de Nazaré, a comunidade não pode mais repassar esses produtos até regularizar o abastecimento e a qualidade da água. Além desses produtos, nas roças próximas aos setores, também se encontra a produção de grãos e cereais (arroz, milho, feijão), plantas e verduras (gergelim, amendoim, abóbora, quiabo), gramíneas (cana-de-açúcar), tubérculos (mandioca) e, como dito, as frutas (melancia, melão, cajá, buriti, murici, mangaba, baru, pequi, cagaita, cajuí, puçá, bacupari, curiola, banana, jenipapo).

Outros produtos são vendidos pela Malhadinha, qual seja, a produção de rapadura com a cana-de-açúcar colhida nas roças das famílias. O setor que mais produz rapadura para vender ao comércio local é o Pavão. Segundo Seu Francisco, a venda da rapadura é feita em Porto Nacional e em Brejinho de Nazaré, com o preço médio de R\$ 7,00 o quadro, o que equivale a 900 gramas. Além da rapadura, produzem também farinha, cujo preço oscila entre R\$ 150,00 a R\$ 200,00 a quarta, que, de acordo com os *malhadenses*, equivale a 40 litros de farinha. A criação de gado é pequena e o tamanho do rebanho não ultrapassa as 30 cabeças. As áreas de pastagens estão concentradas nas localidades do setor Jiboia, Centrinho e Redondo. A criação de pequenos animais, como porcos e galinhas, tanto para o consumo doméstico como para venda, é realizada por quase todas as famílias.

O mapa abaixo ilustra a localização da Malhadinha diante das principais cidades ao entorno, Porto Nacional e Brejinho de Nazaré, além de sinalizar os 12 km de extensão (foto inserida na sequência) que ocupam as mencionadas torres de transmissão de energia elétrica da *Energisol*. A construção das torres terminou no final de 2018 e a ligação da energia em dezembro de 2019.

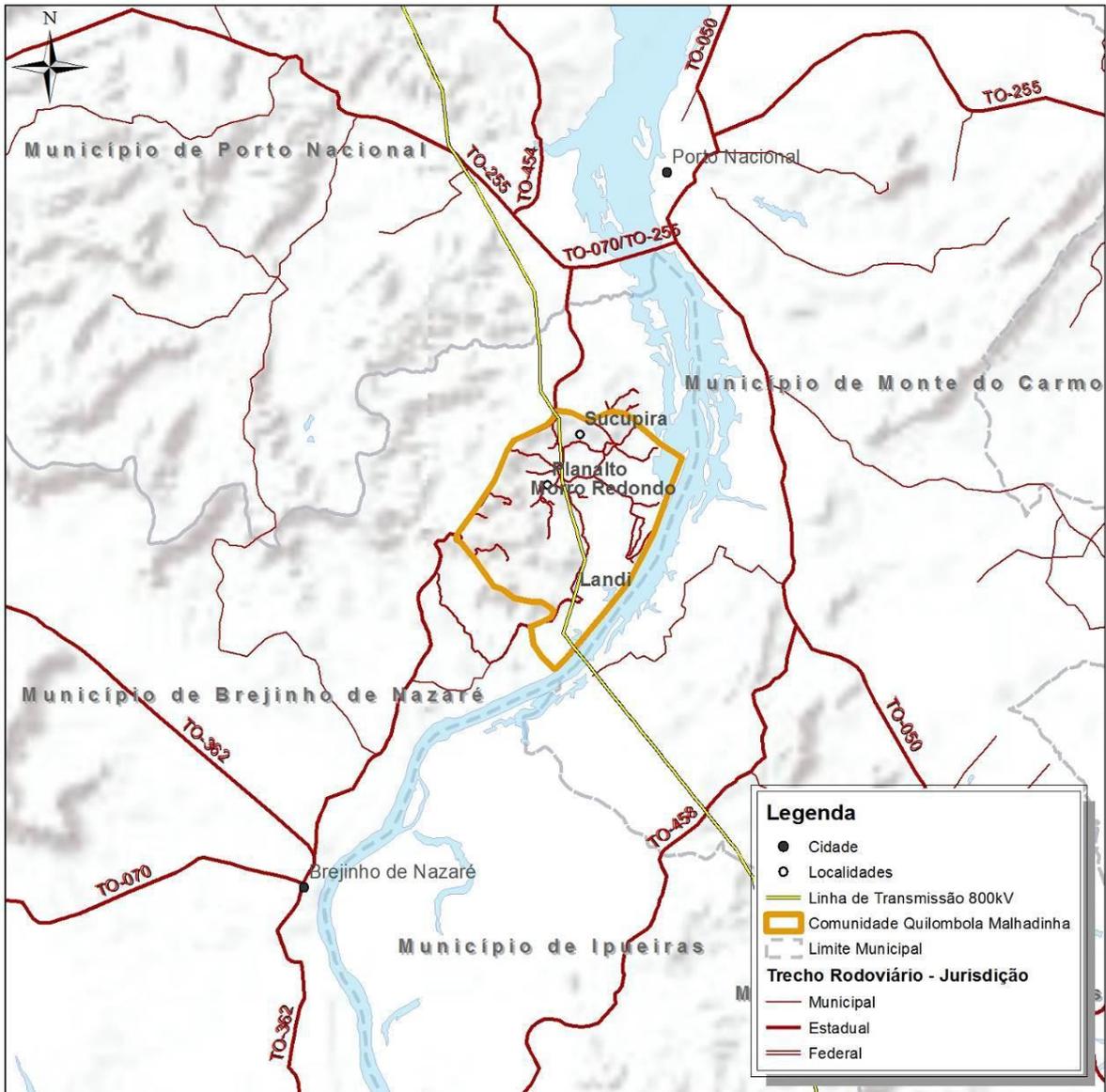


Imagem 2: Inserção Regional da Comunidade Quilombola Malhadinha. Autor: Ágil Ambiental - Estudo de Componente Quilombola, 2017.



Imagem 3. Vista das torres de energia elétrica que atravessam o território da Malhadinha. Início da estrada central. Acervo: Daniella Santos Alves.

A imagem acima ilustra a paisagem vista por um transeunte ao chegar na estrada central da comunidade quilombola. As torres de transmissão de energia elétrica acabam por compor e decompor a vegetação nativa do cerrado e apresentar aos *malhadenses* novas maneiras de se relacionarem tanto com esses objetos quanto

com as pessoas que os acompanham, os funcionários do *empreendimento*. Essas torres acabam por fazer parte da paisagem e do cotidiano dos *malhadenses* e, de certo modo, elas também foram recebidas pelos moradores. Em alguns momentos, as torres são utilizadas como pontos de referência para aqueles que querem ir ao quilombo, isso porque a primeira torre se localiza ainda na BR-070, em frente à estrada central da Malhadinha. Outras vezes, a localização das torres, em específico a do setor Florescer, se tornou um espaço de encontro dos jovens do quilombo. Antes da instalação *da internet* (2021) pelo perímetro do quilombo, os moradores ficavam embaixo dessa torre, utilizando a cobertura 4G dos seus aparelhos celulares e justificavam esse uso pelo sinal oferecido pela torre. A esse espaço, Joana intitulava como *celulódromo*.

De fato, e tal como *os de fora*, os funcionários do *empreendimento*, humanos, foram recebidos pela comunidade, as torres, espécie de seres outros-que-humanos, também o foram. Entretanto, para realizar essa discussão, seria preciso mais um campo de pesquisa. Assim, vale ressaltar que esses indícios foram percebidos no trabalho de campo realizado em 2020 e, em decorrência da pandemia, não consegui aprofundar nessa temática em 2021. De todo modo, é um horizonte ao qual vislumbro me dedicar em outra oportunidade.

Essa breve apresentação da Malhadinha será continuada no primeiro capítulo, aqui o objetivo foi descrever, mesmo que brevemente, as teias relacionais que constituem a vida no quilombo: a história e a geografia da região. Esse olhar macro, contribui para o entendimento das formas sutis e diretas com as quais a *receptividade* atua na vida cotidiana com os *de dentro* e estes em contato com *os de fora*, experienciado também, por mim, como mostrarei na seção seguinte.

O Campo da Pesquisa

Meu encontro com a comunidade quilombola Malhadinha aconteceu em decorrência de uma visita a um casal de amigos, em janeiro de 2019, que residiam em Porto Nacional (TO). Na altura, meu companheiro também estava trabalhando em Palmas, facilitando não só o encontro com esses colegas, mas também a possibilidade de realização de uma pesquisa etnográfica. Até o ingresso no doutorado, eu entendia a etnografia como sendo um trabalho realizado por outros antropólogos, não associando a minha imagem a essa árdua e linda tarefa. Durante os anos da graduação e do mestrado, eu me concentrava em realizar pesquisas documentais, pelo viés da Antropologia, mas com a coleta do material e a metodologia alinhada ao trabalho de uma historiadora e não

da etnografia, metodologia muito vinculada, mas não exclusiva, aos estudos antropológicos.

Eu sentia que precisava alçar novos voos e conhecer os povos indígenas e as comunidades quilombolas nos dias de hoje e não somente pelo trabalho da etnohistória que havia feito durante os anos da graduação e do mestrado. Eu queria ter a experiência do trabalho etnográfico que, com toda certeza, foi e está sendo de grande estímulo para a minha formação pessoal e profissional. Esse desejo tornou-se objetivo a partir do meu encontro com Radamés Vieira, meu amigo, professor de história na Universidade Federal do Tocantins (UFT) que tinha algum contato com os alunos do quilombo da Malhadinha, famosa na região pela sua *receptividade*. Aproveitando a minha presença e conhecendo os meus interesses de pesquisa, nos deslocamos ao quilombo, a convite da sua então aluna Joana.

O meu interesse em investigar os povos tradicionais¹⁸ teve início na graduação, se estendendo também para o mestrado. Entretanto, e diferente de uma pesquisa etnográfica, como dito, eu investigava através do diálogo entre a Antropologia e a História. No mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), pesquisei as alianças de certos grupos indígenas Jê centrais com os negros aquilombados no Ambrósio. O recorte temporal foi o século XVIII no que hoje se entende como a região do norte de São Paulo, o sul de Goiás e o Triângulo Mineiro. Por fazerem morada em territórios próximos uns aos outros e nutrirem um mesmo inimigo comum – a coroa portuguesa –, conjecturei a existência não só de quilombos e/ou aldeias indígenas, mas também de comunidades livres e autônomas formadas por indígenas, quilombolas e intermitentemente pelos desclassificados sociais, ou vadios, como se refere a documentação aos pobres livres (ALVES, 2017).

Já no ingresso no doutorado, minha proposta era continuar investigando relações interétnicas com os indígenas Araxá, que se autodenominam como remanescentes dos povos Jê na região do Alto Paranaíba, e com os remanescentes dos negros aquilombados do Ambrósio, localizados em Patos de Minas, no estado de Minas Gerais. Esse enlace

¹⁸ Povos tradicionais, segundo Little (2003), refere-se a uma categoria destinada às populações brasileiras que, em conjunto, compartilham o que o antropólogo intitula como razão histórica – regimes de propriedade comum, pertencimento a um lugar específico e uma memória coletiva. O conceito ainda faz referência a uma razão instrumental, visto que o termo foi “criado” pelo Estado brasileiro na constituinte de 1988. O objetivo era o de proteger as populações que residiam nas designadas UCs. Assim, ciente de suas limitações, o termo “povos tradicionais” tem a vantagem de proteger esses grupos contando tanto com uma dimensão empírica quanto com uma dimensão política, de tal modo que as duas dimensões são quase inseparáveis (LITTLE, 2003).

seria investigado a partir dos encontros que as lideranças teciam em eventos que propunham justamente esse diálogo entre os coletivos. A hipótese era de uma possível continuidade, muito evocada pelas lideranças, da aliança histórica de seus antepassados, indígenas e negros, reverberando também nos dias de hoje. Entretanto, o encontro com a Malhadinha proporcionou uma readequação desses planos não só teóricos, mas especialmente metodológicos; eu caminhava, pois, para um inédito – ao menos de minha parte – trabalho etnográfico.

Assim em janeiro de 2019, combinei com Radamés de irmos até a comunidade fazer uma visita. Ele entrou em contato com a sua então aluna Joana Siqueira Mendes – presidente da Associação dos Mini e Pequenos Produtores da Malhadinha. Muito solícita, Joana disse que poderíamos ir até a comunidade, mas estaria um pouco ocupada levando o educador da *Ágil Ambiental* para conhecer os setores do quilombo. Sem nos incomodar com a ressalva, aproveitamos o ensejo e fomos, em seguida, também conhecer a região. No decorrer do dia, fiquei sabendo que a *Ágil Ambiental* era uma empresa subcontratada da *Rede Elétrica*, que estava na comunidade desde 2015. Suas atividades iam desde a construção de torres de transmissão de energia elétrica até medidas mitigatórias edificadas como resposta ao impacto gerado pela *linha de transmissão*. A *Rede Elétrica* é um sistema de transmissão que vai desde o Estado do Pará até o Rio de Janeiro. Dessa extensão territorial, no Tocantins, a única comunidade quilombola impactada diretamente foi a Malhadinha, por isso, o longo contato da empresa com o grupo.

Fiquei curiosa para entender a relação da comunidade com o *empreendimento*, como seriam os impactos, como foi a organização dos trâmites legais, quais atores estavam envolvidos, qual o período iria ficar, os empregos gerados, o Programa de Educação Ambiental, de empreendedorismo rural, a reforma do barracão da comunidade, a construção da unidade de beneficiamento de polpa de fruta, entre outras medidas que iriam afetar diretamente a rotina do grupo. Segundo Joana, a entrada do *empreendimento* tinha mudado não só a sua vida, mas a de todos os moradores do quilombo. Nesse primeiro contato, como fui *bem recebida*, fiquei em torno de quinze dias na comunidade. Na altura, meu companheiro estava morando em Palmas, e esse trânsito foi tranquilo.

Até então, eu entendia a ideia da *receptividade* como uma característica que não destoava tanto de qualquer outra. Fiquei mesmo interessada no *empreendimento* da *Rede Elétrica*. Voltei para São Carlos com o objetivo de conversar com meu orientador, Felipe Vander Velden. Expus algumas questões que tinha visto nesse primeiro contato e lancei

a possibilidade de realizar a pesquisa lá. Com a sua anuência, retornei em abril de 2019, permanecendo até agosto daquele mesmo ano. Antes de iniciar a pesquisa, falei com Enade, uma moradora do Pavão, que, apesar de atualmente não estar vinculada a nenhum cargo na associação dos moradores, é uma liderança importante para o grupo, como mostrarei adiante. Pedi sua permissão para ficar até mais ou menos o mês de agosto e, em seguida, falei com Joana, atual presidente da associação, obtendo também dela o consentimento.

Durante o primeiro mês na comunidade ainda em 2019, sempre fui *bem recebida*. Era comum o convite para um almoço, pegar um pedaço de rapadura, de cana-de-açúcar, farinha com leite, doce de buriti, suco de cajá e até mesmo para comprar alguns produtos da comunidade. Nessas refeições e em outras ocasiões, ficava sabendo de algum evento que aconteceria e, de antemão, me convidavam para estar presente, mas sem avançar muito nos assuntos delicados, como o que concernia às empresas ativas na comunidade. Conversávamos sobre algo que despertava interesse nos *malhadense*: saber sobre outra *cultura*, da minha vida em outra região e dos costumes das Minas Gerais, ao mesmo tempo que começavam a me mostrar também a sua *cultura* e, entre as duas, teciam comparações. Como se vê, estavam já, certamente, *assuntando*.

De outro modo, quando a conversa ia no sentido do *empreendimento*, o silêncio e o desvio do assunto tomavam a cena do encontro. Foi aí que comecei a entender que ser *bem recebida* não era sinônimo de ser aceita em todos os sentidos e que o nível de *receptividade* e *amizade* ao qual me encontrava não eram suficientes para um assunto sensível por demais do ponto de vista dos *malhadenses*. Nesse momento conjecturei a possibilidade de entender um pouco mais do processo que faz uma comunidade ser tão hospitaleira, mesmo que isso não signifique deixar de vigiar e controlar os desconhecidos, também os conhecidos.

Muitas vezes, ficava sem entender se o que existia entre mim e os quilombolas era uma relação de amizade ou esta somada ao controle e à vigilância – o que, de certo modo, parecia estranho à minha noção de amizade –, se estavam interessados na minha companhia apenas para saberem sobre mim ou sobre meus interesses de trabalho. A leitura dessas ações simbólicas (GEERTZ, 1989) requer do pesquisador uma atenção e um treinamento na captura desses sinais indiretos – um piscar de olhos, por exemplo –, pois eles formam o contexto da situação. Busquei colocar em cena os ensinamentos de Cardoso de Oliveira (1998) e de Peirano (2008) a respeito do trabalho etnográfico envolver todos os nossos sentidos – o olfato, a visão, a percepção espacial e o tato.

Observar o comportamento dos *malhadenses* e entender o que os gestos significavam, como o sair diretamente de uma conversa, o desvio do olhar sobre um assunto e a mudança sutil de uma prosa a partir do oferecimento de um café e/ou uma rapadura, tudo isso passava a ser do meu interesse.

Apreender essas teias de significados (GEERTZ, 1989) permitiria, após algum tempo, ser *mais bem tratada, ser de casa e até mesmo pegar amizade*. Para isso, precisei compreender que um dos pontos do relacionamento com os *malhadenses* envolve a continuidade e, até então, eu não vivia como eles: tal como os *de fora*, eu chegava e saía sempre, não compartilhando a sua rotina por muito tempo. Ademais, fui saber que todos pensavam que eu era uma funcionária da *Ágil Ambiental* ou da *Rede Elétrica*, explicando o porquê eu estava sendo *bem recebida*, mas alvejada por vezes com certa indiferença e muitas respostas imprecisas e evasivas.

Ali, decidi que deveria estreitar os laços e apresentar meu interesse em conviver com o grupo. Eles já tinham me convidado para ficar morando com eles, mas havia me desvencilhado dessa opção por dois motivos. 1) Vários setores ofereceram abrigo e não queria me indispor com os demais optando por um apenas; 2) Meu trabalho envolvia ensino a distância, logo, a internet era uma ferramenta crucial e, na comunidade, quando funcionava, era apenas em locais específicos e somente com determinada operadora. Apesar desses obstáculos, decidi ficar na Malhadinha durante a semana e, nos finais de semana, voltar para Palmas. A saída que eu encontrei foi me revezar entre os setores para não criar indisposição com ninguém. Continuei sendo *bem recebida* e, talvez por ficar mais tempo com eles, me aproximei mais, o que não significa dizer que me tornei um deles ou que até mesmo a sensação de vigilância tivesse desaparecido, mas justo o contrário disso: quanto mais proximidade e afeto, mais controle e vigilância.

Por isso, continuavam me *assuntando* da mesma maneira em termos de hospitalidade, alimentação e conversas, bem como do interesse nas Minas Gerais de onde eu vinha. De maneira sutil e progressiva, nossa relação foi se desenvolvendo pois, afinal, agora eu estava com eles todo o tempo. Comecei a sentir e entender o desconforto e a desconfiança que a presença dos funcionários do *empreendimento* despertava. Isso porque eles interrompiam a rotina do quilombo ou, até mesmo, criavam outra. Alguns, simplesmente, chegavam, outros marcavam horário, o fluxo era contínuo e intenso, muitas vezes esperado e outras vezes nem tanto.

Outros trabalhos etnográficos (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998; CLIFFORD, 2002; PEIRANO, 2008) narram as experiências que os antropólogos compartilham ao

entrar no campo, e eu destaco aqui um elo em comum a todos estes: são pessoas de fora que ficam um tempo num lugar e, muitas vezes, de lá saem e não mais retornam. Logo, a desconfiança e a indiferença, em certa medida, permeiam o trabalho antropológico desde a perspectiva de nossas interlocutoras e nossos interlocutores. Em alguns casos, após semanas e meses, isso se resolve, mas em outros, torna-se também um ponto importante da pesquisa. Na presente tese, acredito se tratar da segunda alternativa, pois, ao investigar a *receptividade* como categoria quilombola, eu acabo esbarrando também em uma questão metodológica: afinal, estou simultaneamente estudando um problema etnográfico e sendo alvo dele. Ao buscar entender a chegada dos *de fora*, não esqueci que também sou uma forasteira que passou, e ainda passa, pelo “crivo” da *receptividade*.

E talvez aí meu trabalho possa ter uma contribuição nesse plano teórico-metodológico. Cintia Rocha (2014) sinaliza que essa desconfiança por parte da comunidade estudada é algo corrente. No seu trabalho entre os Tupinambá de Olivença, em Ilhéus, na Bahia, ela relata que a chegada dos de fora obedece a uma recepção arreada, com indiferença e desconfiança muito acentuadas. Ela observou isso no tratamento com vários representantes de Organizações não governamentais e até com ela mesma. A autora diz que, nos primeiros momentos, foi alvo de comentários e olhares tortuosos até adquirir certa intimidade com os indígenas. Ela narra esse processo como a “etiqueta Tupinambá”, isto é, após um tempo com o grupo, mostrando de fato seus interesses, ela passa a ter intimidade e a ser convidada para almoços, festas e até mesmo a morar com os indígenas.

Entretanto, parece-me existir uma demarcação muito específica no trabalho de Rocha, uma espécie de antes e depois da proximidade com os Tupinambá. Na Malhadinha, a situação é mais matizada, embora também parecida. Digo isso pois parece não existir uma área de passagem, de transição entre o não ser aceito e o ser aceito, são camadas de afeto e controle que se compõem e decompõem uma na outra a todo o momento. Não existe uma linha para essa transição: ao mesmo tempo em que sou uma *visita bem recebida* (ação direcionada a todos), ao passar para uma *de casa, mais bem tratada e que pegou amizade* eu posso a qualquer momento voltar para a situação primeira de ser apenas *bem recebida* e mais vigiada, por assim dizer. Parece existir uma oscilação na captura desses *de fora*, e só o tempo e a permanência com o grupo podem, talvez, romper com esses muros aparentemente intransponíveis. Realizar ações diferentes do que outras pessoas que ficavam um tempo e logo saíam foi importante para uma maior aproximação entre nós. Diante da continuidade, compartilhavam comigo o que era analisado, observado e anotado nos momentos posteriores às visitas. Eu estava, agora,

antes, durante e depois, mas não deixava de *ser visita, de fora*, e com potencial ameaça ao grupo.

Os meus principais interlocutores, aqueles com quem desenvolvi maiores relações de afeto (carinho, cuidado e empatia), mas que não excluía, insisto, a vigilância e o controle, residiam na parte central do território da Malhadinha, nos setores Colina Quadrada e no Pavão. No primeiro, residindo Régis, Ieda e Joana e, no segundo, Enade, Margareth e Francisco. Acabei permanecendo com mais frequência nesses locais, mas mantive também alguma proximidade com outros setores. O que justifica grande parte da confiança que construí com o grupo, pois, diferente de outros *de fora*, não ficava restrita aos locais mais *movimentado*¹⁹. Essa dissonância em relação a um comportamento padrão dos *de fora* me foi permitindo o afeto ou a afetação, em seu duplo sentido,²⁰ e a imersão perante ao grupo.

A pesquisa de campo teve uma duração total de cinco meses e meio, sendo que, em janeiro de 2019, fiz uma primeira incursão, momento no qual conheci o grupo com o Radamés e passei a colocar meu interesse de realizar a pesquisa e ficar um pouco mais com eles. Voltei em fevereiro para Uberlândia, pois era concursada como professora de Sociologia do Estado de Minas Gerais. Em abril, decidi pedir exoneração do cargo e, com a anuência do meu orientador, também do pessoal da Malhadinha, retornei para o Tocantins, ficando até agosto de 2019. Nesse período, permanecia durante a semana na comunidade e nos finais de semana ia para Palmas, momentos nos quais trabalhava como tutora em um curso de especialização.

¹⁹ Os lugares movimentados da Malhadinha são aqueles nos quais residem as principais lideranças: Colina Quadrada e Pavão. Também são consideradas regiões movimentadas os setores que se posicionam em localidades de caminho até essas, como, por exemplo, o Centro e Centrinho. Esse setor é o primeiro que qualquer transeunte chega ao se dirigir à comunidade quilombola. Os setores como Florescer, Canarinho Verde, Redondo, Distrito, e Jiboia ficam situados em regiões remotas do território, isolados e com pouco contato com *os de fora*. Atualizam sobre a vida movimentada nas regiões centrais por meio das fofocas.

²⁰ A noção de afeto pode ser compreendida nas palavras da antropóloga francesa Favret-Saada: “quando se está em um tal lugar, é-se bombardeado por intensidades específicas (chamemo-las de afetos), que geralmente não são significáveis” (2005, p.159). O contato com os *malhadenses*, ficar com eles antes, durante e depois, me permitiu ser afetada pelas situações particulares do cotidiano quilombola. Por isso, chamo aqui de intensidades específicas acidentáveis algo que não estava premeditado, mas aconteceu. Ser afetada, na perspectiva da antropóloga, é uma imersão quase completa no universo de pesquisa. Entretanto, (FAVRET SAADA, 2005, p. 158), aceitar ‘participar’ e ser afetado não tem nada a ver com uma operação de conhecimento por empatia”, ou seja, não é se pôr no lugar do outro, da alteridade. Ser afetada é algo que transcende a empatia, você compartilha, tal como os sujeitos da pesquisa, situações cotidianas que passam, tal como é para eles, a ser inenarráveis. Por isso, a importância de o antropólogo não excluir, mas controlar, esses afetos com a devida construção científica do discurso nativo. Dito isso, vale ressaltar que a noção de afeto aqui tem duas acepções: a primeira de ser afetado, tal como indica a antropóloga e a segunda no sentido de cuidado, carinho e empatia.

Em agosto de 2019, após passar em um processo seletivo, fui contratada com professora substituta da Universidade Federal de Uberlândia, no Instituto de Ciências Sociais (INCIS/UFU), e precisei retornar para assumir as aulas. Ainda em contato com meus interlocutores/amigos, voltei para a Malhadinha em janeiro de 2020, ficando parte das férias no quilombo. No cronograma da pesquisa, o objetivo era continuar o campo em julho de 2020 (férias da universidade) e retornar em dezembro e janeiro de 2021 para finalizar essa etapa. Por conta da pandemia da Covid-19, contudo, não tive condições de manter esse plano de trabalho e continuar a pesquisa presencialmente. Entretanto, e já vacinada, voltei até a comunidade, após a banca de qualificação, permanecendo durante um mês, de final de novembro até final de dezembro.

Durante a pandemia, mantive contato com os meus interlocutores por meio das redes sociais, inteirando-me dos últimos desdobramentos da vida no quilombo e ajudando de alguma forma no enfrentamento à pandemia, levantando verbas para ajudar os moradores. Fiquei o segundo semestre de 2020 apenas tecendo esse tipo de diálogo. No começo de 2021, após o início da vacinação na comunidade e uma espécie de aproximação com o fluxo normal da rotina, retomei a pesquisa por meio de ligações telefônicas com meus interlocutores e amigos, retornando, como dito, em novembro de 2021 e ficando na comunidade até dezembro do referido ano.

Dos capítulos

Esta tese está dividida em três partes em que busco relacionar o cotidiano quilombola com as modulações da *receptividade*. A primeira e a terceira partes da tese são compostas por dois capítulos e a segunda contém apenas um capítulo. Na primeira parte, intitulada como “Conhecer de dentro”, apresento a origem do grupo, o contexto histórico do seu surgimento, bem como a construção do *ser malhadense*, por meio das categorias *vizinhança*, *natureza e criação*, voltada para *dar o último, ser bom e receptivo*, mostrando também como a *receptividade* é construída internamente.

A segunda parte da tese, intitulada “Mobilidades e recepção”, tem o propósito de apresentar como a *receptividade* acontece, por meio do movimento dos moradores e da análise de duas categorias – *ser de casa* e *ser visita*. Estas são operadas no cotidiano *malhadense*, entre *os de dentro* e entre *os de fora*, a partir da minha experiência. Na terceira parte, intitulada como “Chegadas e agenciamentos políticos”, apresento a Malhadinha situada na transformação e na transição de uma comunidade rural para uma comunidade remanescente de quilombo. Busco mostrar as consequências desse fenômeno

atreladas à relação dos *malhadenses* com as políticas públicas do Programa Brasil Quilombola (PBQ), mas também com a prefeitura de Brejinho de Nazaré, bem como estas influenciaram na relação com os funcionários do empreendimento da *Energisol*.

Sobres os capítulos, no primeiro, intitulado “*De primeira era assim*”, apresento a história da comunidade a partir da ótica dos interlocutores mais antigos, sobretudo por meio das narrativas de Francisco (**in memoriam**²¹), percorrendo dois caminhos. O primeiro, ressaltando a história da região (PALACIN 1976, SALLES, 1992; LOIOLA, 2008) e da formação das cidades ao entorno do quilombo – Arraial de Bom Jesus do Pontal e Porto Real. Faço esse movimento tanto por intermédio de fontes documentais quanto pela narrativa dos moradores que sinalizam, como dito acima, para duas notáveis personagens – Felício Mendes e Ismênia. Na segunda parte do capítulo, dou destaque à formação genealógica das primeiras e principais *famílias* e a constituição dos locais em que estas residem, intitulados como setores. O esforço etnográfico dessa seção é o de mostrar como os moradores narram o parentesco e a familiarização do grupo (COMERFORD, 2003), seguida da uma última seção em que busco fazer uma discussão mais geral das categorias por estes utilizadas, a saber: *família e parente*.

No capítulo dois, intitulado como “Sobre os modos de criar e a *natureza* dos Setores”, apresento a maneira como os quilombolas entendem as relações familiares de *receptividade* por meio de três categorias: *vizinhança, natureza e criação*. A *natureza* faz menção tanto ao comportamento do indivíduo quanto do grupo familiar ao qual ele faz parte (MARQUES, 2018, MICAEL, 2020), ao passo que a *criação* faz referência ao criar junto, à educação e à socialização dos indivíduos sem necessariamente ter laços consanguíneos. Na Malhadinha, falam-se de duas *naturezas: uma boa e uma ruim*. A pessoa é considerada como de *natureza boa* quando ‘*o cabra dá o último*’, isto significa dizer que não leda nada a ninguém, tem ações solidárias, é alegre, *receptivo e trata todo mundo bem*. Já a *natureza ruim* é contrária, são pessoas e/ou grupos familiares cujas ações são voltadas para o egoísmo, o não compartilhamento, a negação da hospitalidade.

A comunidade entende que o grupo tem uma *natureza boa*, mas reconhece a existência de algumas famílias cuja *natureza é ruim* e a creditam à *criação*, ou à educação do viver junto, como responsáveis por manter a comunidade, em geral, boa e receptiva. Trocando em miúdos, significa dizer que a *receptividade* acontece porque ela “está no

²¹ Infelizmente, Francisco foi vítima da Covid-19, em 2021. Entretanto, os dados etnográficos dos capítulos que escrevi com a sua participação foram feitos durante os anos de 2019 e 2020. Como adoto o presente etnográfico nesta tese, os dados de Francisco serão trabalhados também no tempo presente.

sangue” dos *malhadenses*, sendo a prática dessa ação o ato de *vizinhar* – dividir, compartilhar – e este sendo reiterado pela *criação* do sujeito. O que faz uma comunidade ser hospitaleira é justamente a continuidade dessas práticas ancestrais ainda nos dias de hoje e estas também sendo direcionadas aos *de fora* e visitantes, como as situações presenciadas e vivenciadas por mim.

A segunda parte da tese é baseada nas discussões sobre “Mobilidades e recepção”. Por mobilidade, entende-se os diferentes modos e motivos de chegar e sair das casas, e por recepção, o ato ou o efeito de receber alguém que venha dessa mobilidade. Ao que parece, na Malhadinha, a mobilidade constitui e é constituída pela recepção, sendo o inverso igualmente válido. Assim, uma boa recepção leva a tantas outras mobilidades, do mesmo modo que uma recepção ruim dirime o movimento em direção a uma casa e/ou a alguém. Como na Malhadinha a *receptividade* tem uma centralidade na vida cotidiana, a preocupação com o *receber bem* faz parte do ordenamento da vida social, conjugando – e este é o ponto central de meu argumento – tanto afeto quanto o controle, pois é *‘preciso receber bem, mas ficar de olho’*.

Desse modo, independente de quem chega e de como chega, todos serão bem recebidos, mas com nuances relacionais. E é sobre essas nuances relacionais, a partir de duas categorias *malhadenses*, *ser de casa e ser visita*, de que trata a discussão do capítulo três “Sobres os modos de ser, movimentar e receber”. Esse capítulo também tem uma contribuição metodológica no sentido de que ele destaca a minha inserção enquanto alguém *de fora*, mas dentro das categorias nativas – *ser de casa e ser visita*. Ao me aproximar de algumas famílias do quilombo e ter me tornando o que intitulei de uma “visitante de casa”, mostro a ambivalência que a minha figura apresentava no cotidiano em diferentes famílias e setores.

A terceira parte da tese é entendida pelo movimento de “Chegadas e agenciamentos políticos”. Ela inicia-se com o capítulo quatro, “Tornar-se Quilombola”, que tem o objetivo de mostrar a transição da Malhadinha enquanto uma Comunidade Negra Rural para uma Comunidade Remanescente de Quilombo. Apresento a apreensão dos moradores do que é *ser quilombola* e do papel político que envolve essa categoria para eles. Para isso, destaco os primeiros contatos que os moradores passaram a tecer de maneira mais contundente com os agentes governamentais do Programa Brasil Quilombola (PBQ), bem como com o poder local, na figura da prefeitura de Brejinho de Nazaré, responsável por mediar parte das políticas públicas então direcionadas ao grupo.

O ponto alto do capítulo é mostrar que o ser *quilombola* foi importante para modificar a relação que já nutriam com a prefeitura de Brejinho de Nazaré, por meio da categoria *parceria*, mostrando que manter relações políticas e receptivas com a prefeitura foi importante para obterem vantagens para o quilombo, ainda que tal parceria esteve sempre *sendo dosada*. As experiências desse período foram importantes para o aprendizado *malhadense* a respeito de um novo conjunto de atores, forças e agentes provenientes *de fora* e para a forma como construíram relações com a *Energisol*.

O quinto e último capítulo da tese é designado como “Amizade, controle e negociações”. Nesse último esforço analítico, mostro como as reminiscências dos eventos passados que o *ser quilombola* trouxe para os moradores foram cruciais para conter, dialogar e *negociar* com a presença dos funcionários de ambas as empresas, a *Ágil Ambiental* e a *Rede Elétrica*, que se tornaram presenças constantes no cotidiano da Malhadinha. Exponho como a *receptividade* aqui também envolve uma aproximação afetiva com os funcionários do *empreendimento*, ao sempre *recebê-los bem*, mas também se constitui como um instrumental importante para o controle e a vigilância sobre os interesses e objetivos de quem ali adentra, bem como para a luta pelos direitos da comunidade.

As modulações da *receptividade*, por meio das categorias *ser bem recebido*, *mais bem tratado*, *amizade colorida*, *amizade mais a trabalho*, *mostrar a cultura* e *conhecer a cultura*, serão alvo desse capítulo, ressaltando um modo de *negociar* próprio dos moradores do quilombo. Ao fim, se no capítulo três apresento a *receptividade* sendo própria dos *de dentro*, nesse último capítulo mostro seu uso enquanto um modo de fazer política²² para com *os de fora* da Malhadinha. Isso porque ela se constitui como uma porta para fazer alianças, controlar o estranho, construir afetos e desafetos, *negociar*, tecer movimentos e outras formas de engajamento, imperando, em todo o sentido, o modo local de *ser quilombola*.

²² Assumo a categoria política, tal como aponta Peirano (1998), como sendo sempre etnográfica — quer para aqueles que são observados, quer para o próprio investigador.

Parte I

Conhecer de Dentro

Capítulo 1. *De primeira era assim*

Conheci Francisco, morador do Pavão, ainda nas minhas primeiras chegadas na Malhadinha, em 2019. Muito embora não seja o morador mais antigo do quilombo, tem a fama de ser o que mais conhece e se lembra dos acontecimentos. É um senhor que tem por volta de 86 anos de idade e acompanhou a formação das primeiras famílias e setores do grupo, das primeiras festas em homenagem ao Divino e das Folias de Reis. No plano político, foi ele quem encabeçou a Associação dos Mini e Pequenos Produtores Rurais da Malhadinha, sendo seu presidente até a entrada do seu sobrinho materno, Régis, em 2005, junto com a sua nora, Enade.

É um homem de estatura média, bem magro, com um semblante acolhedor, mas, ao mesmo tempo, desconfiado, *é da sua natureza*. Dizem que até da esposa ele desconfia. Escolhe bem as suas palavras e aquilo que tem interesse em dar algum destaque. Com muita paciência e detalhe, é ele quem consegue desfiar todo o rosário do parentesco *malhadense*, a formação das principais famílias, sua genealogia e o domínio das terras. Tem uma memória ressaltada por muitos, mas quando não mais sabe distinguir ou ter a sua reconhecida precisão sobre as datas, os nomes ou até mesmo a genealogia do parentesco, a sua reação é emitir as seguintes frases: *‘so sei distinguir dali pra cá’*; ou *‘quando me entendia por gente, já era assim’*; e até mesmo *‘de primeira era assim’*²³. As frases envolvem o limite da memória, mas também da longevidade dos costumes, da tradição da comunidade, do que se quer lembrar e daquilo que se quer esquecer e deixar distante – até porque nunca se diz tudo, ainda mais para alguém que, como eu, venho *de fora*.

A partir das memórias do Seu Francisco, mas não de maneira exclusiva, o objetivo deste primeiro capítulo é apresentar a comunidade quilombola Malhadinha. Para isso, retomo às origens familiares dos primeiros moradores, das terras e da sua divisão. Para compor com a narrativa *malhadense*, utilizo parte da historiografia regional sobre o julgado de Pontal e Porto Real, com o objetivo de apresentar o que tem documentado

²³ Nas comunidades quilombolas - Sangradouro Grande, Croatá, Gameleira e Várzea da Cruz, localizadas no município de Januária, Norte de Minas Gerais - estudadas por Acypreste (2021), acontece um fenômeno similar. A antropóloga conta que os moradores também utilizam a nomenclatura “de primeira era assim” para falar de um tempo que passou. Segundo a antropóloga, “Este *tempo* é definido de acordo com o *alcance* da memória daquele que narra algo, sendo, portanto, o início. É quando começa a estória da experiência vivida ou conhecida pelo narrador. Este *tempo*, no entanto, não tem uma data certa de início ou finalização, pois depende diretamente das memórias *alcançadas* pelo narrador e por seus antepassados” (ACYPRESTE, 2021, p. 93).

sobre a Malhadinha e a formação dos quilombos da região, além de entender os que os *malhadenses* dizem sobre essa história “oficial e local”²⁴. Essa história documentada, por assim dizer, segue para um segundo momento, em que darei destaque à formação genealógica das primeiras e principais famílias e à constituição dos locais em que estas residem, denominados, como vimos, como setores. O esforço etnográfico dessa seção sobre história, famílias e setores é feito acompanhando o modo como os *malhadenses* o fazem, isto é, como eles narram o parentesco (COMERFORD, 2003), e a formação de famílias e setores em que se divide o grupo.

1.1. Pontal e Porto Imperial

Osório: O lugar original mesmo da escravidão é aqui mesmo [Malhadinha], é porque veio pingado de lá pra aqui. Veio do Pontal. O Pontal é aqui perto, de carro passa ali pela porta da Escola Brasil. Aí quando os índios atacaram a igreja lá no Pontal, um bocado [de negros] escorregou por aqui e pingou pra dentro, formando os quilombos.

Daniella: Esses índios será que eram os Xerente?

Osório: Eu não sei de que tipo eram esses índios, povo diz que é, sei que antigamente Porto não era cidade, era só a passagem do Pontal para Monte do Carmo. Esse Pontal é aqui para trás, lá perto do Manoel João [quilombo localizado a 40km da Malhadinha]. Fica para a entrada dos Curralinho [quilombo a cerca de 30km da por ali.

Daniella: Pontal era uma cidade, então?

Osório: Isso, aí lá tem a igreja velha, é ali ligado dos Curralinho, por isso Curralinho do Pontal. Era um povoadinho dos quilombos mesmo, hoje não existe porque acabaram né. Tem a igreja velha. Felício Mendes é da época dessa igreja aí. Pela história, foi atacada a igreja, diz a história e foi pingado pra cá, outros caíram para o Córrego Fundo, Curralinho, são todos da mesma geração (meus grifos).

Esse diálogo traçado entre mim e o Osório, filho de Seu Francisco, teve como contextualização a busca das origens históricas da Malhadinha e de outras comunidades quilombolas da região de Porto Nacional e Brejinho de Nazaré, a saber, Curralinho do Pontal, Córrego Fundo e Manoel João. As quatro compunham, tal como acentua Osório, a localidade histórica que, no século XVIII, era designada como Arraial do Bom Jesus do Pontal, local da então região norte da província de Goiás (PALLACIN, 1976; PARENTE,

²⁴ As aspas servem para sinalizar que o termo história oficial e local não faz referência a uma hierarquia de conhecimento. Pensar assim é oferecer bases para a caixa de ressonância desse pensamento, que chancela a alguns autores uma espécie de interpretação autorizada, retirando a importância da história dos povos tradicionais e até mesmo da sua análise sobre o que foi dito sobre eles.

1999; GIRALDIN, 2002; APOLINÁRIO, 2007; LOIOLA, 2007). A Malhadinha, segundo os moradores, teve a sua localização inicial perto dessa Serra do Pontal, tendo a sua origem por volta do ano de 1738 (CHAIM, 1974; PALACIN 1976, SALLES, 1992; LEMKE, 2008). Mas, segundo Seu Francisco: *‘Quilombola começou aqui primeiro, depois Manoel João, Córrego Fundo e Curralinho, o pessoal daqui foi mudando pra lá’*.

A região foi formada tanto pelos nativos que lá residiam, a exemplo dos possíveis indígenas Xerente, uma pequena população branca de abastados, brancos livres e pobres e os negros escravizados, cuja força de trabalho era a que sustentava esse período de atividades auríferas. Esses povos vieram da África, sendo comercializados em outras regiões do Brasil até chegarem ao norte de Goiás. Parte das fugas, no espaço de caminho como no destino final, foi responsável pela construção dos redutos que a historiografia denomina de quilombos (ver ALVES, 2017). Esse traslado partia não só, mas sobretudo, da cidade de Vila Boa Goiás, seguindo pela Estrada do Norte, levando a todos os arraiais além sul, território do atual estado do Tocantins (BARBO; RIBEIRO, 2015), sendo que o mapa abaixo ilustra alguns caminhos que existiam nesse período.

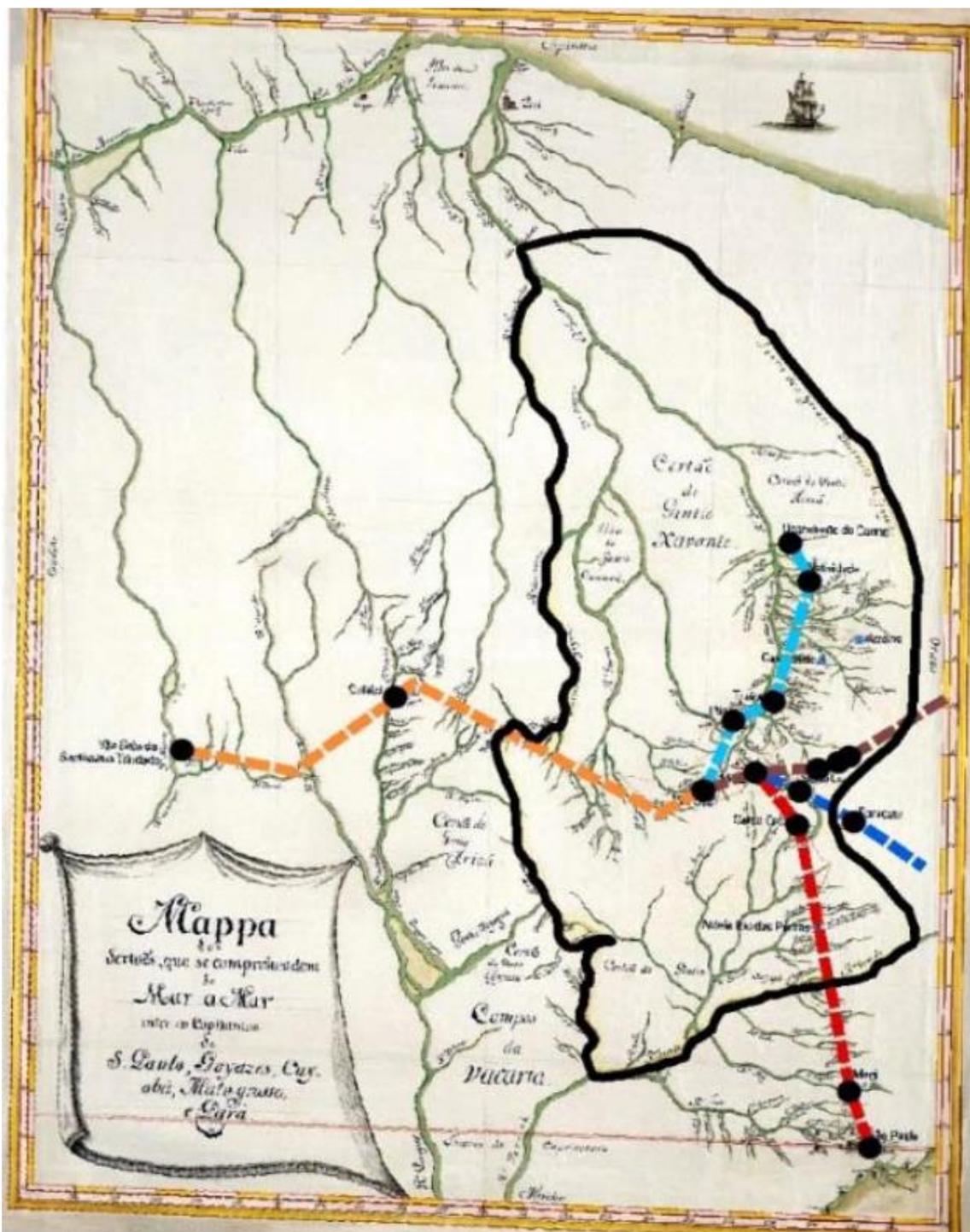


Imagem 4. Mapa dos caminhos para as regiões do norte, sul, leste e centro-oeste, partindo da Capital Vila Boa, século XVIII (BARBO; RIBEIRO, 2015).

O tracejado na cor preta faz referência à capitania de Goiás, que hoje se entende como os estados do Tocantins e o de Goiás. Na altura do século XVIII, à qual faz referência o mapa, todos os outros caminhos e tracejados aí presentes tinham como ponto de partida a então capital goiana, Vila Boa, hoje cidade de Goiás. Dali, as mercadorias eram enviadas para os outros arraiais e capitânicas; o mapa apresenta ao menos cinco caminhos: o primeiro – tracejado de azul escuro – era a Picada de Goiás, este, muito enunciado na documentação histórica justamente por registros de contínuos ataques de calhambolas e gentios aos bandeirantes (ALVES, 2017, MORI, 2015). De leste para sul, esse caminho passava por Paracatu, em Minas Gerais, indo até a Capitania do Rio de Janeiro. O segundo – tracejado de laranja – era a estrada de Cuiabá, que saía de Vila Boa e seguia até Vila Bela da Santíssima Trindade, na Capitania de Mato Grosso. O terceiro – tracejado de marrom – era a estrada da Bahia ou caminho dos currais e Bahia, ia para leste e depois para o norte de Goiás, passando por Couros e São Domingos, e chegando até Salvador. O quarto caminho – tracejado de azul claro – levava a todos os arraiais do norte de Goiás, chamado de Estrada do Norte, e foi por essa estrada que parte da força de trabalho negra chegou até os arraiais do atual Tocantins, inclusive, o do Pontal. Por último, o primeiro caminho oficial da região – Caminho de Goyazes, tracejado de vermelho – apontava na direção sul e sudeste, passava por Mogi e fazia ligação com São Osório (BARBO; RIBEIRO, 2015).

Segundo Giralдин (2002), o Pontal, tal como outros julgados do norte, surge a partir de garimpos encontrados próximo ao rio Tocantins e desse contínuo tráfico de cativos vindos pela Estrada do Norte. Era um caminho extenso e deveras perigoso, não só pela espessa vegetação, mas também por ser um território de pouca vigilância e presença da administração de Vila Boa; logo, ataques, roubos e mortes eram recorrentes na estrada até os julgados do norte. Por isso que, diferente do sul da capitania e de outras capitânicas no período aurífero, os arraiais do Tocantins colonial – então norte de Goiás – foram construídos só na terceira década do século XVIII. E com Pontal não foi diferente. O nome Pontal faz menção à serra que cercava esse arraial e, ao que tudo indica, vigorou por, aproximadamente, cem anos. Atualmente, a região é conhecida como “Vale do Ouro” e situa-se a cerca de vinte quilômetros de Porto Nacional. No século XVIII, Pontal tinha uma importante presença no norte da capitania, tal como Monte do Carmo e Natividade.

Continha cerca de trezentos metros de extensão e contava com quarenta e nove casas dispostas ao longo de duas ruas – uma principal que terminava na praça da igreja tal como conta Osório - e outra perpendicular. O conjunto populacional era formado por

trinta e oito escravos e cento e quarenta pessoas livres. As casas eram construídas de adobe, cobertas de telhas e com pisos de lajotas de cerâmica, semelhantes às encontradas atualmente em casas mais antigas de Porto Nacional. Já no século XIX, precisamente em 1824, havia uma população de 444 pessoas livres, 94 escravos, 61 escravas. Ao incluir os moradores “urbanos” e “rurais”, perfaziam um total de 780 pessoas, entre livres e escravas (GIRALDIN, 2002).

Atualmente, os moradores locais – em Porto Nacional – e os moradores da Malhadinha associam o fim do julgado do Pontal enquanto catalisador para a construção de outros povoados. Os moradores de Porto Nacional falam dessa incursão a partir das invasões dos indígenas, que mataram grande parte dos habitantes da vila, e o restante acabou migrando para as margens do Rio Tocantins, sedimentando, assim, hoje, o município de Porto Nacional. Já os moradores da Malhadinha associam o fim do Pontal e os ataques indígenas como o momento em que os cativos foram fugindo e se embrenhando nas matas, formando os quilombos.

Giraldin faz alguns apontamentos a respeito da associação do fim do julgado do Pontal a partir dos ataques indígenas, isso porque tal pensamento está muito baseado naquilo que Mano (2012) intitulou como alegorias da colonização. Essas alegorias, muitas vezes feitas por historiadores da região (como PALACIN, 1976), justificam o fim do julgado, apenas, aos ataques indígenas, reiterando estereótipos e acentuando a violência como sendo o único **modus operandi** de resistência desses povos. Segundo o professor da UFT, vários são os fatores que explicam o fim desse julgado. De fato, por volta de 1810, um grupo estava garimpando no ribeirão Matança, local de extração abundante de ouro, quando foi atacado e morto pelos indígenas, provavelmente Xerente. Esse ataque permaneceu na memória como um fato extremamente marcante e deve ter contribuído para que algumas famílias, a partir de então, abandonassem o Pontal, mudando-se para onde estava o então destacamento do Porto Real. Mas esse massacre não foi o fator determinante, segundo Giraldin, para a extinção desse arraial.

Tal arraial foi progressivamente abandonado em decorrência da crise das atividades mineradoras, que não ficou restrita apenas a essa região, mas transcorreu em várias outras capitânicas. Essa crise exigiu respostas por parte dos administradores da capitania, que buscaram realocar e equilibrar a economia, reativando o comércio entre os julgados do norte com Belém do Pará, através do rio Tocantins. Essa rota havia sido proibida em 1730, a fim de tentar impedir o acentuado contrabando de ouro, entretanto, com a crise aurífera, essa medida foi revogada em 1782 e ratificada pelo decreto do

Príncipe Regente, D. João, por meio da Carta Régia de 05 de agosto de 1811, oferecendo vantagens para quem quisesse estabelecer-se às margens do rio Tocantins, visando, com isso, retomar e favorecer o comércio fluvial com a capital paraense.

Essa mudança econômica associada aos ataques indígenas, juntamente com o declínio da atividade mineradora, corroborou para o fim do julgado do Pontal e ascensão de Porto Real, que, agora, já no século XIX, seria tornada Porto Imperial. Segundo Giralдин (2002), ao que tudo indica, Pontal sobreviveu até 1839, pois foi um dos últimos registros que se tem da região associando aos ataques dos indígenas. Já em meados do oitocentos, não há mais notícia desse arraial. Pontal parece, igual a tantas outras vilas, ter sobrevivido nos tempos auríferos e seu término vai ao encontro do declínio da atividade mineradora. Porto Real (reino), Porto Imperial (império) e Porto Nacional (república) parecem ter seu auge com a decadência das minas como uma forma de impulsionar o comércio pelo rio Tocantins até Belém do Pará.

Tal como destaca Osório, marido de Margareth, a formação dos quilombos da região aconteceu por essa crise em que os cativos ‘*foram pingando*’ pelas matas após o ataque dos ‘*índios*’, formando os grupos quilombolas das redondezas. Outro fator que contribuiu para a existência e manutenção dessas comunidades foi o que Mary Karasch disse sobre a capitania de Goiás ser considerada entre as melhores para esse fim, por contar com muitos esconderijos naturais. “A capitania possuía ecossistemas do mesmo tipo que protegiam escravos fugidos em todas as Américas”. (1996, p.244). Assim, não só os cativos da região fugiam para as matas, mas também “os africanos fugidos do Maranhão, Bahia e Pernambuco percorreram a rota do sertão com destino ao norte e nordeste de Goiás”. (1996, p. 240).

Inclusive, Ismênia, ‘*a escrava ferrada*’, que deu origem à descendência africana do quilombo, segundo os moradores, veio *da Bahia para o Tocantins*, e o que não se sabe é se ela veio fugida ou vendida para trabalhar naquelas terras em que, hoje, se encontra a Malhadinha e que, até então, levavam o nome de Fazenda São Felipe, comandada por *um tal de Felício Mendes*. Felício Mendes era um homem branco, dono de terras, e ela, uma negra fugida e/ou vendida que teve parte de sua descendência com um homem branco. Apesar de terem vivido em temporalidades distintas – ele, em meados do século XIX, e Ismênia próximo à última década do referido século –, suas histórias se cruzam nas memórias de seus descendentes.

1.2. As primeiras famílias, a descendência e as terras

Do lado de Felício, segundo Francisco (86)²⁵, vale ressaltar que *‘ele foi criado por um padre que tinha aí na fazenda Landi. Era dele. Ele criou esse Felício Mendes aí e o adotou com uma leva de terra. De lá do Landi até a Serra e daqui até o Rio era dele’*. O morador narra que Felício, provavelmente, nasceu no começo do século XIX e vivera em meados desse período. Para comprovar a sua hipótese, Francisco (86) faz referência a partir do nascimento do seu pai, da existência do seu avô e de como eles contavam que ali já existia gente vivendo a um *‘par de era’* perto e depois *‘desse Felício’*. Seu pai nasceu em 26/08/1906 e ele nasceu no ano em que seu avô morreu, em 1933, e eles já diziam que *‘esse povo já existia tudo aqui, Felício era daí pra trás. Meu avô já estava aqui há muito tempo, mas morreu mais novo. Meu pai viveu muito, até 83 anos’*.

Se o seu avô nasceu mais ou menos no terceiro quarto do século XIX e já contava com a presença do Felício, tudo indica que a história dele começara na região no início do referido século. Marciano (83), seu irmão, acrescenta, ao falar de Felício Mendes: *‘Esse aí já ficou pra trás de 1900’*. Não há consenso entre os moradores a respeito da família (nuclear) de Felício Mendes e de como esta foi se desdobrando na atual descendência *malhadense*, segundo Seu Francisco:

Francisco: *Felício Mendes teve duas famílias, ele teve família com uma escrava e teve uma família com a mulher dele.*

Daniella: *Era a Ismênia?*

Francisco: *Não sei, era uma outra escrava aí dele. Entonces ele teve essas duas famílias. Uma Mendes dos Reis, era dele com a escrava e a outra Mendes de Siqueira, com a mulher dele. Esse pessoal era uns pretos que tinha por ali acolá.*

Daniella: *Os Siqueira Mendes também estão aqui na Malhadinha?*

Francisco: *Os Siqueira Mendes são próprios daqui, da geração do Felício Mendes... Aqui produziu a senhora de Dielma Mendes e a Jovina Mendes, parentes de Felício que herdaram um par de terra* (meus grifos).

Também não se sabe com exatidão a quantidade de terras que Felício Mendes herdou desse padre, mas ao que tudo indica, foi parte dos 2.000 mil alqueires de terras, hoje não delimitados, mas assegurados como sendo do quilombo.²⁶ Essas terras foram

²⁵ Por se tratar de uma seção de contextualização da comunidade, irei colocar a idade dos moradores na frente dos seus nomes, para o interlocutor saber em que lugar ele se inscreve na tessitura social da Malhadinha. Os dados desse capítulo foram todos coletados na pesquisa de campo de 2019, momento no qual Francisco ainda estava vivo. O morador faleceu, como disse, de Covid-19, no começo de 2021.

²⁶ Vale ressaltar que a Malhadinha teve seu território reconhecido como sendo quilombola e aos moradores destinados, a partir do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), 2.000 mil alqueires de terra. Esse processo se iniciou ainda no começo dos anos 2000 – como será visto no capítulo três. A despeito desse reconhecimento, os moradores, atualmente, têm o domínio de apenas 200 alqueires de terra dessa

passadas para as suas descendentes Dielma Mendes e Jovina Mendes. Francisco e outros moradores indicam que, provavelmente, elas eram filhas ou netas de Felício e herdaram essas terras; mas como não têm certeza, fazem uso do termo genérico *parente*, uma vez que este tem a vantagem de denotar familiaridade sem necessariamente precisar o grau da relação. A atual descendência dos Siqueira Mendes, a principal família da Malhadinha, veio da união de Dielma Mendes, que casou com um ‘*tal de Isac de Siqueira*’, e segundo Seu Francisco, tiveram nove filhos. Dos nove filhos, sobreviveram oito:

‘O filho do Veio Isac de Siqueira era o Leonardo, Bernardo, Joca de Siqueira, Pietro, Nicolas Siqueira, Benjamim, véia Acácia e Bonifácia. Acho que o Felício Mendes era bisavô desses irmãos, porque o véio Isac de Siqueira que era o pai deles e a mãe era a Dielma Mendes, mas não sei se era filha ou neta do Felício’ (meus grifos).

Ao concluir seu raciocínio, mas sem a sua reconhecida precisão, finaliza:

Seu Francisco: *‘quando me entendia por gente, já era assim, diz que ele lavava ouro, ele morava numa tapera, era rico, mas ninguém conheceu, só conheceu os pés de manga. Nem meu pai num conheceu a morada, essa água passava ali do Boqueirão e ia passando adiante, diz que ele secava ouro no couro de boi naquela época’* (meus grifos).

Dos oito filhos, o nome que mais se escuta falar entre os moradores quando se pergunta sobre a origem quilombola da Malhadinha é o de Leonardo Siqueira Mendes, em associação com o de Madalena. Isso porque é a partir da descendência de ambos que se tem a proximidade mnemônica com os tempos da escravidão e dos seus antepassados. Madalena era a filha da ‘*escrava ferrada que teria vindo da Bahia*’, a Ismênia, e os seus filhos é que fundariam a principal descendência ‘*africana no quilombo*’, o *povo do Colina Quadrada* e o *povo do Florescer*.

Segundo Esteves (2012), ao fazer um levantamento da história das famílias da região, Lurdes, moradora e esposa do falecido Airton, filho de Madalena e Leonardo e neto de Ismênia, conta que a avó do esposo foi trazida de cavalo da Bahia pelo senhor Frederico, que era responsável pela construção de uma Igreja Católica na cidade de Porto Nacional: ‘*Ela [Ismênia] morava aqui de outro lado. Acho que teve uma menina ou duas. E uma delas [Madalena] é a que teve o Airton [seu esposo]. Ele [Leonardo] conheceu ela*

região, o restante estando sob o domínio de fazendeiros e posseiros. Em termos jurídicos, a Malhadinha conta apenas com o certificado de reconhecimento emitido pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e a delimitação ainda está em tramitação no INCRA, que deverá indenizar os fazendeiros da região, passando o uso para as famílias quilombolas *malhadenses*.

quando era pequeno. Era filha da escrava ferrada’. Ismênia não era da mesma era de Felício, ele veio antes, ela, provavelmente, chegou na região no final do século XIX e teve uma ou duas meninas com um homem branco, dizem que era *‘parente desse Felício*’, e uma das filhas era a Madalena. Segundo Seu Francisco:

‘Madalena, já foi criada no Brejinho, entonces, ela teve esses meninos com o véio Leonardo mais pra lá [Brejinho], depois que ela morreu, ele veio com a véia Teresa [esposa] aí, ele veio com os meninos e trouxe pra cá, pras terras dele, eu mesmo conheci véio Leonardo e a Teresa’.

Leonardo Siqueira Mendes e Madalena tiveram um relacionamento, segundo os moradores, alheio ao seu casamento com Teresa, tendo os filhos – Américo e Airton – sido criados pela madrasta, que não tivera nenhum. Diferente de Madalena, que morrerá cedo, Leonardo era conhecido por muitos moradores da Malhadinha, como Francisco (86) e o neto Cauan (78), filho de Américo. Américo era um dos filhos de Leonardo e casara com a finada Dona Josefa Azevedo, e os seus descendentes *fundariam* o setor Colina Quadrada. Já os filhos de Airton, que *‘puxaram mesmo o povo de Madalena e Ismênia*’, *fundariam* o que eles designam como o Florescer – lugar onde se situa a *velha Malhadinha*. O termo *velha Malhadinha* faz referência à localidade que iniciou o quilombo, segundo Seu Francisco:

‘Toda vida foi Malhadinha, até o nome Florescer foi depois. O Florescer era um lugar onde o povo do Airton ali ia pegar um gado de madrugada porque o gado dormia em um lugar, só aí de madrugada eles iam para pegar o gado do malhador. Chegava aí o gado estava tudo deitado. Ali apelidou de Malhadinha, aonde o gado dormia’.

Atualmente, os descendentes de Airton residem nessas terras, intituladas como Florescer ou *velha Malhadinha*. Entretanto e muito embora esses dois irmãos constituíssem o que os moradores chamam de *verdadeiros quilombolas da Malhadinha*, não são os únicos herdeiros das terras de Isac de Siqueira e Dielma Mendes. Segundo Seu Francisco, há outros filhos cujos descendentes continuaram ali, tais como:

‘Véio Joca que teve Rosallino, Demétrio, Olímpia, Juliana e Margarida, o Nicolas de Siqueira era o mais velho e teve Filomena, Juliana, Datinho, todos eram filhos do véio Nicolas Siqueira. Aí Leonardo teve Américo e Airton. O véio Bernardo teve Pelonha, Joana e Firmino e o véio Pietro teve Aristeu, Nalberto, Epidio, Claudinho, Allan, Salomão, Laviano, Januário e Lina’ (meus grifos – fazem referências aos irmãos que ainda têm descendência no quilombo).

Segundo Seu Francisco, nem todos ficaram nas terras, alguns venderam para os irmãos, outros para moradores de Porto Nacional, alguns perderam o direito à terra por não pagarem os impostos ou até mesmo foram roubados pelos cercamentos que começaram na década de 1950 por posseiros²⁷. Atualmente, dos descendentes ‘*desse povo antigo do Isac de Siqueira*’, ficaram os filhos de ‘*Pietro: Aristeu, Nalberto, Epidio, Claudinho, Allan, Salomão, Laviano, Januario e Lina, mas que ainda é vivo é só Allan*’, hoje, o morador mais velho da comunidade, com 102 anos, tendo os seus filhos e netos continuado a família com os casamentos entre os primos; os filhos do seu falecido irmão Salomão então representados pelos filhos de Murilo, seu filho, residindo, em sua maioria, no setores Centro e Centrinho.

Estão também os descendentes do *véio Joca Siqueira*, representados pelo povo de Demétrio do setor Santa Rita, acima do Colina Quadrada; e quase todos os descendentes de Leonardo, os filhos, netos e bisnetos dos seus dois filhos Airton e Américo, que continuam morando ali. Como a comunidade faz referência à descendência africana, especialmente, à família de Leonardo Siqueira Mendes, apresento o diagrama da origem destes.

²⁷ Alessandra Regina dos Santos (2021) também discute eventos semelhantes em seu trabalho. A história espacial dos moradores de Sapatu, na região do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo, é ainda atravessada pelos processos de expropriação de terras empreendidos por grileiros que chegaram ou/e passaram a atuar na região de forma mais intensificada por volta dos anos 1950. Em Sapatu, nas conversas com moradores mais antigos, são comuns as histórias que remetem ao *tempo dos grileiros*. ‘Um tempo de sofrimento, quando *homens de fora compravam terra e fizeram esse povo tudo de bobo. Pagavam tudo por quinze cruzeiro*’ (2021, p. 210).

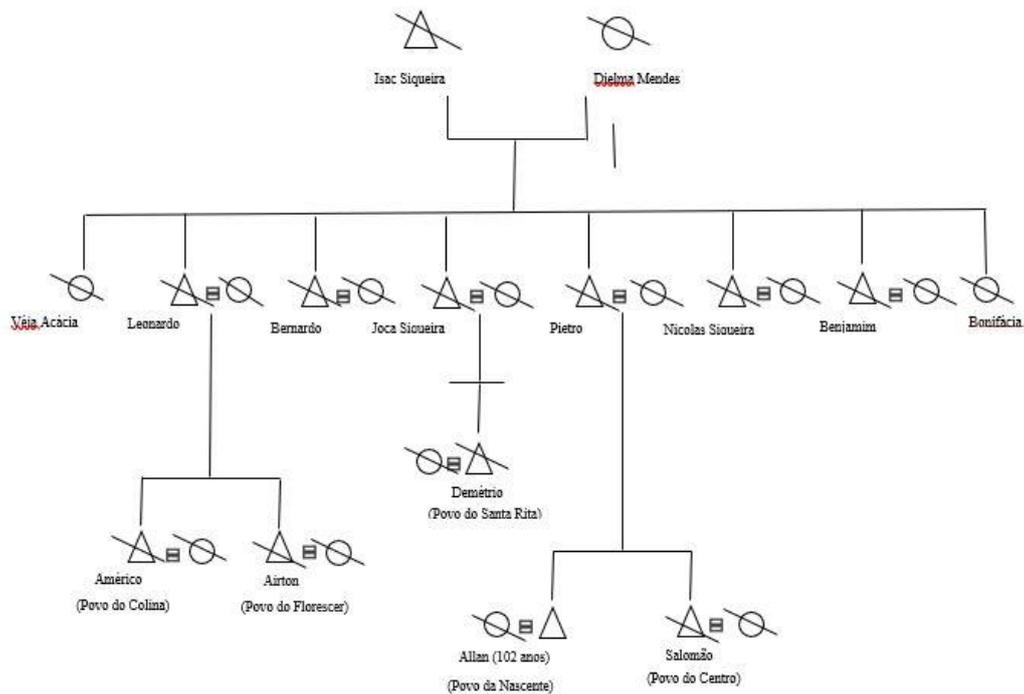


Imagem 5: A origem dos Siqueira Mendes, Autora: Daniella Santos Alves a partir das descrições dos moradores

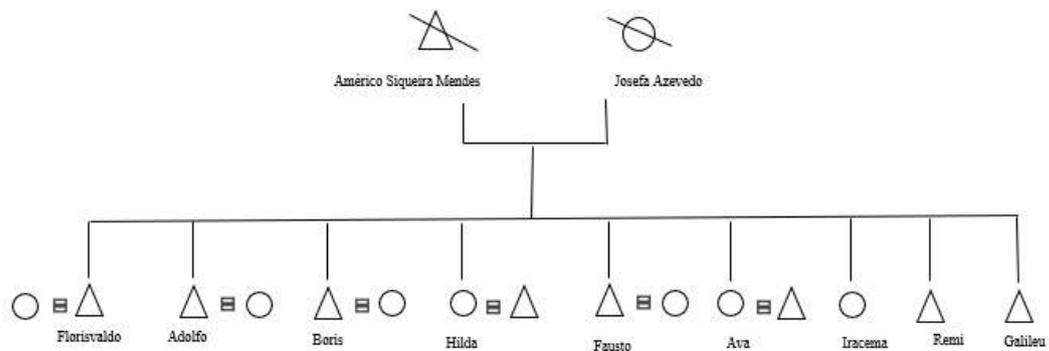


Imagem 6: Povo do Colina Quadrada, Autora: Daniella Santos Alves a partir das descrições dos moradores.

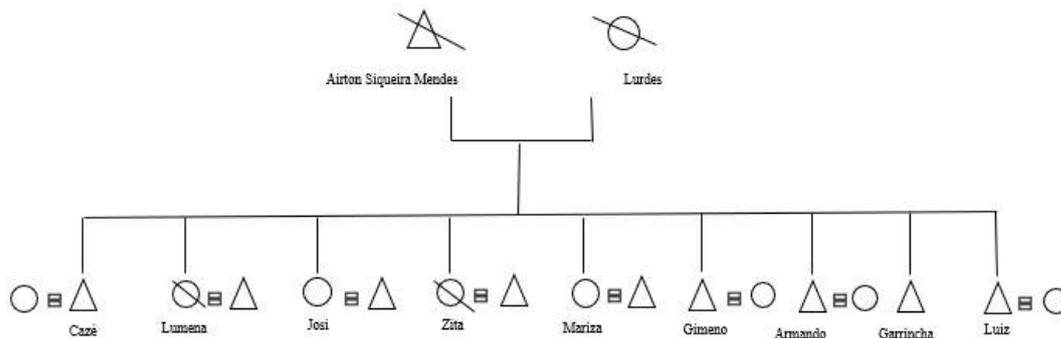


Imagem7: *Povo do Florescer*, Autora: Daniella Santos Alves a partir das descrições dos moradores.

Sobre o restante dos parentes, Cauan (78), filho de Américo, me disse que esses mais velhos foram saindo das terras, o que permitiu a entrada de outras famílias: eles *‘ficaram indo embora, indo embora, saindo, saindo, os filhos de Nicolas Siqueira vendeu quando os velhos morreu, eles vendeu o direito deles’*. Essa saída, tomada e/ou venda das terras corroborou para a perda territorial da família. Cauan (78) continua a dizer que, muito embora o início dos Siqueira Mendes aparentasse ser de posse de muita terra, na verdade, os parentes não tinham muitas propriedades. Seu avô, Leonardo, filho do Isac Siqueira, *‘não tinha muita coisa, não’*. Ele:

‘Tinha com o que passar né, mas não era rico, eles tinham um bocado de gado, Nicolas Siqueira [tio bisavô] tinha um curralão grandão, eles tudinho tinham gado, não sei como que acabou os irmãos tinham Pietro, Nicolas Siqueira, Meu avô Leonardo, Véio Bernardo’.

As terras e os gados foram sendo vendidos, tomados e perdidos, o que colocou outras famílias na região, como foi o caso dos Batista, os Borges e os Alves, que compraram as terras que fazem parte do que conhecem hoje como Fazenda Alegre, e que está dentro do perímetro de duzentos alqueires da Malhadinha. Já os Campos, que moram no setor Redondo, situados a uns 16km do centro da Malhadinha, seriam os descendentes dos casamentos interétnicos – negros e indígenas – da região e sempre estiveram ali. Francisco diz:

‘Lá [Redondo] eles compraram o direito deles. Lá eles tinham 40 alqueires. Comprou o direito, já é de outra fazenda, agora tá dentro do quadro porque, como a gente fez a medição dos terrenos dos quilombos, eles ficaram dentro, da divisa da carreira cumprida pra cá.’

Considerando a distância geográfica e a pouca proximidade com o pessoal do setor Redondo, perguntei, então, a Francisco se eles não seriam também parentes, ao que ele me respondeu: *'Sim, aqui não deixa de ter mistura, porque Donata é minha prima, esposa de Servino e sogra da Ava'*. Lá eles parecem com os indígenas e negros, pois:

'são bem morenos, mas são mais pra índios. O Selvino é bem moreno do cabelo liso. O Aldenir moreno bem preto do cabelo liso. Seu Lourenço era também bem moreno "preto, preto igual Régis" tinha o cabelo liso (risos)'.

Entretanto, essas famílias que chegaram depois e foram constituindo outros setores ou se misturando aos já existentes não compõem a centralidade dos interlocutores da pesquisa, tendo em vista que esta se debruçou nas principais famílias e setores da comunidade, a saber: a família dos Siqueira Mendes, que faz morada nos setores como Florescer, Colina Quadrada, Canarinho Verde, Centro, Centrinho e Nascente, com destaque aos moradores do Colina Quadrada, seguida dos moradores do Centrinho; e a família dos Magalhães Matos, do setor Pavão que, muito embora não seja tão extensa como a dos Siqueira Mendes, tem um protagonismo na região ao lado das famílias do Colina Quadrada. Os Magalhães Matos são os descendentes dos antepassados do Francisco (86).

Tal como mostraram Comerford (2003) e Marques (2002), é comum, nas comunidades rurais, algumas famílias terem mais destaque do que outras, alguns nomes serem mais acionados do que outros ou, talvez, alguns até mesmo serem esquecidos. Ambos mostram em seus trabalhos que é comum existirem, nas comunidades rurais, famílias "que contam" e famílias "que não contam", aquelas que são mencionadas, mas não são tão principais. Tal como podem existir também nomes que aparecem quando se pergunta sobre uma família e outros nomes que não aparecem.

Costuma-se também eleger alguns dos filhos de algumas famílias, como o Leonardo, para traçar as gerações seguintes, e o mesmo procedimento se aplica às gerações subsequentes. Em razão disso, por maiores que sejam as genealogias, elas jamais abrangem a totalidade dos descendentes de um pioneiro, mas selecionam certas linhas de descendência que, por algum motivo, se destacaram socialmente ou simplesmente sobre as quais o genealogista nativo tem um interesse pessoal, jamais oculto nos seus enormes trabalhos, mesmo quando incluem famílias às quais efetivamente eles não pertencem (MARQUES, 2002; COMERFORD, 2003).

Na Malhadinha, as famílias e nomes mais acionados para fazerem referência ao protagonismo da região e às lideranças da comunidade são os Siqueira Mendes e os Magalhães Matos. Os outros nomes, como os Batista, os Alves e até mesmo os Borges, pouco aparecem, no máximo emergindo para falarem da *natureza* comportamental dos descendentes. Quando se trata da origem história do quilombo, a família mais acionada é a de Leonardo Siqueira Mendes e Madalena, justamente porque mostra a origem da comunidade como sendo de descendentes africanos, considerando que esta era filha da Ismênia, *a escrava ferrada*, como dizem os moradores, e que *veio de alguma região da África*. Essa genealogia para os *malhadenses* confere, ao mesmo tempo, a legitimidade e a longevidade do quilombo.

Os Magalhães Matos, mesmo não tendo uma ligação tão direta com os Siqueira Mendes, segundo Francisco, não estão longe do protagonismo na descendência que hoje conforma o mapa populacional da região, pois, ao que tudo indica, ambas as famílias tiveram proximidade nos *tempos de primeiro*. Francisco explica a sua origem com o suposto casamento de Jovina Mendes, filha ou neta de Felício Mendes e irmã de Dielma Mendes, com o seu bisavô *Luizinho Venceslence*, sobrenome o qual o seu avô, Pedro Venceslence, e o seu pai, tinham na certidão de nascimento.

A ausência desse nome no registro de batismo de Francisco aconteceu porque a sua mãe e ele não se casaram *'de papel passado'* e aí ele ficou só com o sobrenome de sua mãe, Magalhães de Matos, justificando em parte ele ter pouca terra, mas também a longevidade da sua família ali. Ele conta que: *'Quando me entendi, já tinha tudo isso. Meu bisavô não sei se ele nasceu aqui, mas produziu família aqui com a Jovina Mendes'*. Sua família, segundo ele, sempre viveu com muita dificuldade: *'Antigamente, camarada pra fazer uma roça era de facão, aí ia cortar os pau, cercar aquela roça, aí ia limpar'*. Atualmente, a família do Francisco é reconhecida por viver nas terras do setor Pavão, sendo ele casado, desde 1953, com *uma de fora*, Dona Firmina, que veio do Piauí por conta da seca.

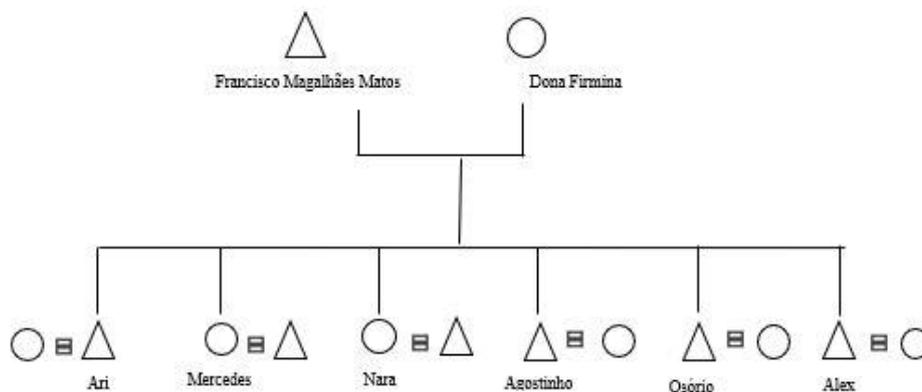


Imagem 8: Família de Francisco do Pavão, Autora: Daniella Santos Alves a partir das descrições dos moradores.

Francisco (86) narra que o seu pai, avô e ele viveram no tempo em que o indivíduo tinha o que ele chamava de *direito da terra*, também mencionado por Cauan (78). O *direito da terra* seria uma espécie de chancela adquirida pelo nascimento, sendo, portanto, a herança do indivíduo após a morte do pai, de modo que, quando este viesse a óbito, o filho poderia separar uma parte da terra, dividida com os irmãos, para ser *o seu domínio*. Vale ressaltar que o *direito da terra* não estava associado a um espaço delimitado: a pessoa sabia, pela oralidade, que ela tinha, por exemplo, nove alqueires de terra; entretanto, quem fazia a demarcação do espaço eram os próprios moradores, registrando, assim, uma imprecisão da herança e da quantidade de terra que cada um teria. Segundo Francisco, era comum alguém: ‘*herdar nove (9) alqueires de terra, mas tirar 12 alqueire de terra*’.

Como a comunidade não era tão numerosa, as pessoas sabiam que quem tinha *direito da terra* eram os filhos e os netos de Isac de Siqueira e de Dielma Mendes. Por isso que: ‘*Demétrio herdou 9 alqueires do véio Joca [seu pai e filho de Isac Siqueira], mas tirou trinta e poucos*’: Sobre isso, ele explica:

Seu Francisco: *A terra era tudo um tanto, eram 9 alqueires de Pietro e 9 alqueires de Bernardo. Pietro vendeu a dele para o seu Joca Pereira ali, e véio Bernardo vendeu para Allan, os 9 dele. Bernardo era tio dele e vendeu para ele. Entences, Bernardo vendeu e não foi medido, vendeu no direito. Aí ele vendeu para Allan, aí quando foi medir tirou mais que os 9, já era 16. É o seguinte, é porque o cara morava muitos anos ali e não tinha quem tirava ele mais. Ele tinha uma posse ali.*

Daniella: *Aí vendia o direito, mas o direito não era delimitado?*

Seu Francisco: *Não limitava. Era desse jeito. Leonardo tinha 10 alqueires, ficaram 5 pra Airton e 5 pra Américo. Mas como era direito, Américo tirou 14 e Airton tirou 9. Você podia pegar aqui, ali, trabalhava em qualquer lugar, depois que foi separando, cercando, aí num tinha jeito de ficar aqui e foi mudando quando cercaram, tenho uns 10 irmãos lá no Brejinho. Ficaram aqui só Marciano e Mariana.*

Francisco narra que essa imprecisão foi responsável por alguns descendentes terem mais terras que outros. Outra característica importante desse período, narrada por Francisco no trecho acima, é que, nessa época, especialmente no *tempo do seu pai*, não existia a preocupação com a jurisdição da terra, as famílias *‘iam produzindo aqui e acolá, não tinha ninguém estranho naquela época. As pessoas mais estranhas que tinha era minha esposa, que era do Piauí, né, mas ela casou comigo. O resto era filho e sobrinho, eram tudo parente aí de Felício’*. Essa não preocupação com a jurisdição da terra permitia que as famílias – tendo direito ou não – plantassem em um lugar e fizessem morada em outro, como ele costuma me dizer: *‘naquele tempo, você morava aqui, você criava até a beira do Rio o gado, né; você tinha um gado aqui ia buscar até a beira do rio, não tinha cerca’*.

Quando o perguntei como ele tinha conseguido a sua terra, uma vez que não era descendente direto do *povo de primeiro*, ele me disse que conseguiu quando começaram a cercar as terras. As cercas marcam a saída de um tempo mais livre, em que se poderia plantar em um lugar e morar em outro, mas também marcam o momento em que a posse dessas terras se tornou legalmente controlada. Assim, quando chegaram as cercas²⁸, segundo Francisco: *‘de 1950 pra cá’*, muita gente ficou sem morada, inclusive, os seus irmãos e ele também perderam parte das terras em que sua família produzia, pois, com a chegada das cercas, era preciso comprovar que a *terra era do sujeito*; como ele não tinha condição de comprar muitos lotes, conseguiu permanecer na região por sua irmã ter casado com um Siqueira Mendes e por ter comprado somente um alqueire e meio.

²⁸ Acypreste (2021) nos mostra como o processo de cercamento também foi narrado pelos seus interlocutores no médio Jequitinhonha como um momento em que tirou “as áreas de solta, as terras livres, que os *fracos* utilizavam para a criação de seus pequenos rebanhos e para o plantio de suas roças. Além disso, as cercas vieram com o “pacote tecnológico” completo, que envolvia, entre outras coisas, a expropriação de terra, o desmatamento e a introdução de variedades exóticas de capim” (2021, p. 258). Esse processo de cercamento também é visto na tese de Mourthé (2021), nos quilombos do norte de Minas Gerais.

Francisco: *Naquele tempo, as terras eram dos Siqueira, né. Mas, depois, com as cercas, eles não cuidaram de pagar imposto, legalizar a terra, aí quem morava foi tirando lote. Eu mesmo tirei um lote aqui. Ai uns tirou, outros não tirou e não tem nada. Nessa era, a herança era de muitos, uns foi perdendo o direito porque não pagaram imposto na época das cercas. Morria um pai e eles não inventariavam para pegar o direito. Ia ficando aí, ia caducando. Eu não tinha terra, mas devido caducar e minha irmã casar com Salomão Siqueira Mendes, eu tive o direito aqui e tirei [pagou] um alqueire e pouco’.*

Francisco também narra que parte das terras dos Siqueira Mendes foram se perdendo por não pagarem impostos quando chegaram as cercas e essas terras acabaram por serem loteadas e vendidas aos interessados da região. Essa narrativa mostra como as terras da Malhadinha foram sendo passadas para as gerações seguintes, tanto a partir do *direito da terra* atrelado à herança e ao nascimento, quanto pelo viés consuetudinário, mesmo o indivíduo não sendo parente direto, mas por sempre ter morado na região, ele também teria direito a um lote de terra. A mudança desse modo de viver começa a acontecer após a década de 1950, quando as terras começaram a ser “legalmente reconhecidas” e, por causa ou consequência disso, cercadas.

A partir da crescente literatura antropológica e historiográfica disponível, as terras das atuais comunidades dos remanescentes de quilombos podem ter origens diversas (BERNO DE ALMEIDA, 2002; 2010; 2012; RAMOS, 2009), não sendo necessariamente uma continuidade histórica dos quilombos que existiram no Brasil no período colonial. Estes eram entendidos, segundo definição do Conselho Ultramarino em 1740, “como toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (BARBOSA, 1972; GOMES, 1994; RAMOS, 1996; AMANTINO, 2001, BERNO DE ALMEIDA, 2002). Além disso, a compreensão dos quilombos se inseria dentro do binômio da fuga e da resistência com pouca ou quase nenhuma descrição desses espaços como coletividades de produção autônoma²⁹ e coletiva.

Essa definição, permeou e permeia o imaginário social, na medida em que o Estado, responsável pelo processo de reconhecimento e demarcação das terras, olha para

²⁹ Vale ressaltar, segundo Alves (2017), que, muito embora os quilombos sejam entendidos como um reduto de fuga/resistência formado por indivíduos que foram escravizados, em sua maioria, provenientes das várias nações de África, há indícios de que a interpretação sobre esses espaços deve ser ampliada para o que a autora defende como sendo *comunidades livres e autônomas*. Isto é, como espaços formados também por brancos livres e pobres, indígenas, nas fimbrias da sociedade escravista. Essa hipótese é sustentada pelo conceito de Flávio dos Santos Gomes (1996) de campo negro: “(uma complexa rede social) permeada por aspectos multifacetados que envolveu, em determinadas regiões do Brasil, inúmeros movimentos sociais e práticas econômicas com interesses diversos” (GOMES, 1994, p.36).

as atuais comunidades quilombolas procurando pontos de relação com um fenômeno do século XVIII, desconsiderando outras possíveis formações históricas que justifiquem a existência das atuais comunidades quilombolas que não sejam, por assim dizer, residuais ao quilombo na definição colonial.

O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da constituição de 1988 ratifica esse último argumento. O dispositivo diz que aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estão ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva e o Estado devendo emitir os títulos. O texto trouxe consigo um avanço no sentido de reconhecer as terras; entretanto o fez reproduzindo mitos e alegorias da colonização (MANO, 2015). Isso porque busca o processo do reconhecimento e ratificação de terras para as comunidades negras rurais ou as chamadas terras de preto (BERNO DE ALMEIDA, 2002), partindo, de certo modo, de uma equivalência ou continuidade da experiência histórica dos quilombos (O'DWYER, 2002) na medida que as tratam como resíduos, aquilo que sobrou.

Ademais, a alusão às comunidades negras rurais ou terras de preto fica, muitas vezes, representada não por uma autoidentificação por parte dos grupos, mas pela alcunha jurídica de “remanescentes quilombolas”. Obviamente que, à revelia dos incisos constitucionais, a retomada de sua história ou de suas terras não deve estar baseada na busca por traços ancestrais, nem tampouco, como acentua Arruti (2001), tem o objetivo de buscar pequenas Áfricas no Brasil. Trata-se, pois, da construção de novas alteridades e sujeitos políticos. Argumento este, compartilhado também por Berno de Almeida (2002; 2010), que indica a necessidade de se revisitar o conceito de quilombo, ou melhor, de expandi-lo para um fenômeno que ele intitula como *terras de preto* — essa dimensão mais *lato sensu* de *quilombo*. Segundo o autor:

Tal denominação compreende aqueles domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, por famílias de ex-escravos. Abarca também concessões feitas pelo Estado a tais famílias, mediante a prestação de serviços guerreiros. Os descendentes destas famílias permanecem nessas terras há várias gerações sem proceder ao formal de partilha, sem desmembrá-las e sem delas se apoderarem individualmente. Além de detectáveis na Baixada Ocidental, nos Vales dos Rios Mearim, Itapecuru e Parnaíba, no Estado do Maranhão, e na zona limítrofe deste com o Piauí, são também observáveis no Amapá, na Bahia, no Pará, bem como em antigas regiões de exploração mineral de São Paulo e Minas Gerais, onde as agriculturas comerciais não chegaram a se desenvolver de maneira plena [...]. A expressão “terra de preto” alcança também aqueles domínios ou extensões correspondentes a antigos quilombos e áreas de alforriados nas cercanias de antigos núcleos de mineração, que permaneceram em isolamento relativo, mantendo regras de uma concepção de direito, que orientavam uma

apropriação comum dos recursos. Registrados em regiões do Tocantins Goiano e da Serra Geral no Norte de Goiás, no Vale do Maracassumé, no Maranhão e nas antigas áreas mineradoras de Goiás e São Paulo (BERNO DE ALMEIDA, 2010, p. 114-115).

As terras de preto seriam o resultado de múltiplas situações históricas que possibilitaram a formação das atuais comunidades negras rurais que não tiveram sua origem necessariamente vinculada ao conceito de quilombo como reduto de fuga e resistência. São comunidades que construíram sua relação com a terra a partir do uso comum, coletivo e de forma autônoma. Muitas delas foram terras doadas por fazendeiros no fim do período das monoculturas, como a cana-de açúcar e algodão, às famílias de ex-cativos que residiam ali; outras vezes, essas comunidades foram formadas no pós-abolição, momento no qual muitos ex-cativos compraram as terras por um preço reduzido (ESTEVES, 2012). Há casos também em que as terras foram conquistadas por intermédio das prestações de serviços em guerras contra insurreições ao lado das tropas oficiais. Todas essas múltiplas possibilidades históricas mostram origens e motivos diversos para a formação das atuais comunidades negras rurais podendo, algumas vezes, não se “encaixarem” na definição arqueológica e congelada presente na definição jurídica das comunidades remanescentes de quilombo (BERNO DE ALMEIDA, 2002).

O que Berno de Almeida (2002) propôs foi uma revisão e expansão do conceito de quilombo no âmbito jurídico considerando essas múltiplas formações históricas por meio das quais essas comunidades foram sendo construídas e transformadas até chegarem nos dias de hoje. Entretanto, e apesar dessas possibilidades de origem, costuma-se associar a cada comunidade remanescente quilombola e/ou comunidade rural uma única origem, com apenas uma explicação histórica, sem considerar, até mesmo, que uma comunidade pode ser fruto de vários fatores em conjunto. Isto é, ao mesmo tempo serem terras compradas por ex-cativos, herdadas por fazendeiros no período pós-abolição e inclusive, em algum momento da sua formação, contarem com a presença dos sujeitos oriundos de antigos quilombos. O trecho de Rios e Mattos (2005), ao falarem sobre a formação das comunidades negras rurais, indica isso:

A sua instalação se deu pela doação da terra **aos ex-escravos, ou pela compra de propriedade de pouco valor ou ainda pelo desejo de atrair colonos e pelo absenteísmo dos proprietários** (RIOS e MATTOS, 2005, p.222, meu grifo).

O caso da Malhadinha parece contribuir para o fenômeno, no sentido de que a comunidade não é descrita como tendo uma única origem, mas sim originada na

combinação de múltiplas trajetórias. Ademais, ela conjuga tanto a definição jurídica do conceito de comunidade remanescente quanto a expansão do conceito através da definição de terras de preto. Isso porque é uma comunidade que associa sua origem aos quilombos no sentido colonial e aí a justificam isso a partir da Ismênia – *a escrava ferrada* – e também dos quilombos que se formavam perto da região do Pontal, tal como acentua Osório no começo do capítulo: que a Malhadinha foi formada por ‘*esses negros que foram pingando de lá para acolá.*’ Essa definição aproxima-se do entendimento do Estado brasileiro do que seria uma comunidade remanescente de quilombo.

Ao mesmo tempo, a Malhadinha também foi historicamente constituída à luz do conceito mais amplo de terras de preto, por se tratar de uma terra de uso comum, de produção autônoma e que foi herdada de um fazendeiro que residia ali, Felício Mendes que, por sua vez, deixou-as aos seus descendentes. Ademais, são terras que, antes da cerca, eram de uso compartilhado, não tinham limites, onde cada um poderia plantar e/ou morar onde ficasse melhor para a sua família, sendo o modo de viver baseado no compartilhamento e nas práticas de vicinalidade.

A Malhadinha, assim, parece contribuir para o debate no sentido de olhar também para as comunidades negras rurais, as chamadas terras de preto, como sendo fruto de um complexo compilado histórico e não com uma única origem, podendo também ter traços do que é entendido como comunidade remanescente de quilombo no âmbito jurídico. Apesar dessas análises, o que se precisa fazer é olhar para o que os quilombolas estão desenvolvendo, dizendo e entendendo sobre si mesmos, sobre a sua organização histórica, social e estrutural. Sobre esse último ponto, a seção seguinte trará a formação dos setores, constituídos, por assim dizer, dessa formação histórica sobre a origem das terras *malhadenses*.

1.3. A origem dos setores

Como visto acima, as terras da Malhadinha são habitadas por famílias que vivem em setores. Reiterando a definição da introdução da presente tese, por setores³⁰, entende-se lotes de terras, herdados desde os *tempos de primeiro*, habitados por uma família

³⁰ A união dos setores pode ser entendida tal como os conceitos encontrados na literatura que se dedica ao estudo do campesinato brasileiro (WOORTMANN, 1995; GODOI, 1999; MARQUES, 2002), qual seja, os setores, em conjunto, podem ser denominados como “sítio camponês”, “bairro”, “ribeira” e até mesmo “fazenda”. Esses termos fazem referência a um aglomerado de sítios que constitui um grupo rural de *vizinhança* sob determinada base territorial e compõe a estrutura fundamental de sociabilidade das famílias que aí vivem.

extensa, formada por um casal, os filhos, genros, noras, netos e bisnetos com os respectivos cônjuges, se for o caso. Muito embora a Malhadinha seja composta, em sua maioria, pela família dos Siqueira Mendes, estes não ficaram e não ficam restritos a apenas um setor, mas o contrário disso: à medida que os filhos de Isac Siqueira e Dielma Mendes foram casando e formando as suas famílias, os filhos destes foram pegando parte das terras, casando e formando famílias nucleares e, destas, as famílias extensas e novos setores. Os Siqueira Mendes, em sua maioria, se casaram e se casam ainda entre os primos, mas também com pessoas de outras famílias que estavam e estão nas terras da Malhadinha, a saber, os Magalhães Matos, os Alves, os Batista, os Borges, permitindo a expansão da comunidade e a formação de vários setores.

Vale ressaltar que a Malhadinha é constituída por onze setores, sendo eles Distrito, o Nascente, o Jiboia, o Canarinho Verde, o Redondo, o Santa Rita, o Centro, o Centrinho, o Florescer, o Colina Quadrada e o Pavão. As famílias que compõem o setor Distrito são *do povo dos Batista*. Já o Nascente, Colina Quadrada, Santa Rita, Florescer, Centro e Centrinho, são constituídos pela família dos Siqueira Mendes, tendo a maioria das famílias sendo originada dos casamentos entre os primos. Já no setor Jiboia, os moradores são pertencentes à família dos Alves, no Redondo são os Campos, no Pavão são os Magalhaes Matos e, por fim, o Canarinho Verde é um setor formado a partir do casamento entre um Magalhães Matos e uma Siqueira Mendes.

No decorrer da presente tese, eu tive maior contato com os descendentes dos Siqueira Mendes, famílias que vivem principalmente nos setores Colina Quadrada, Florescer, Nascente, Centro e Centrinho; também estive bastante com os Magalhães Matos, moradores do setor Pavão. Com os moradores do Jiboia e do Redondo, eu tive pouco contato, já com os moradores do Distrito, Nascente, Santa Rita, Canarinho Verde, eu realizei algumas visitas, mas o encontro era feito, em grande parte das vezes, quando essas famílias ou alguns moradores iam em algum setor da parte mais central da Malhadinha, momento no qual eu os encontrava. Abaixo, segue o mapa dos principais setores e das principais casas em que a pesquisa foi realizada. Vale recordar que o mapa completo da comunidade se encontra na introdução da presente tese. Este, aqui apresentado, tem como objetivo situar o leitor dos principais setores da Malhadinha, bem como dos seus moradores:

SETORES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA MALHADINHA

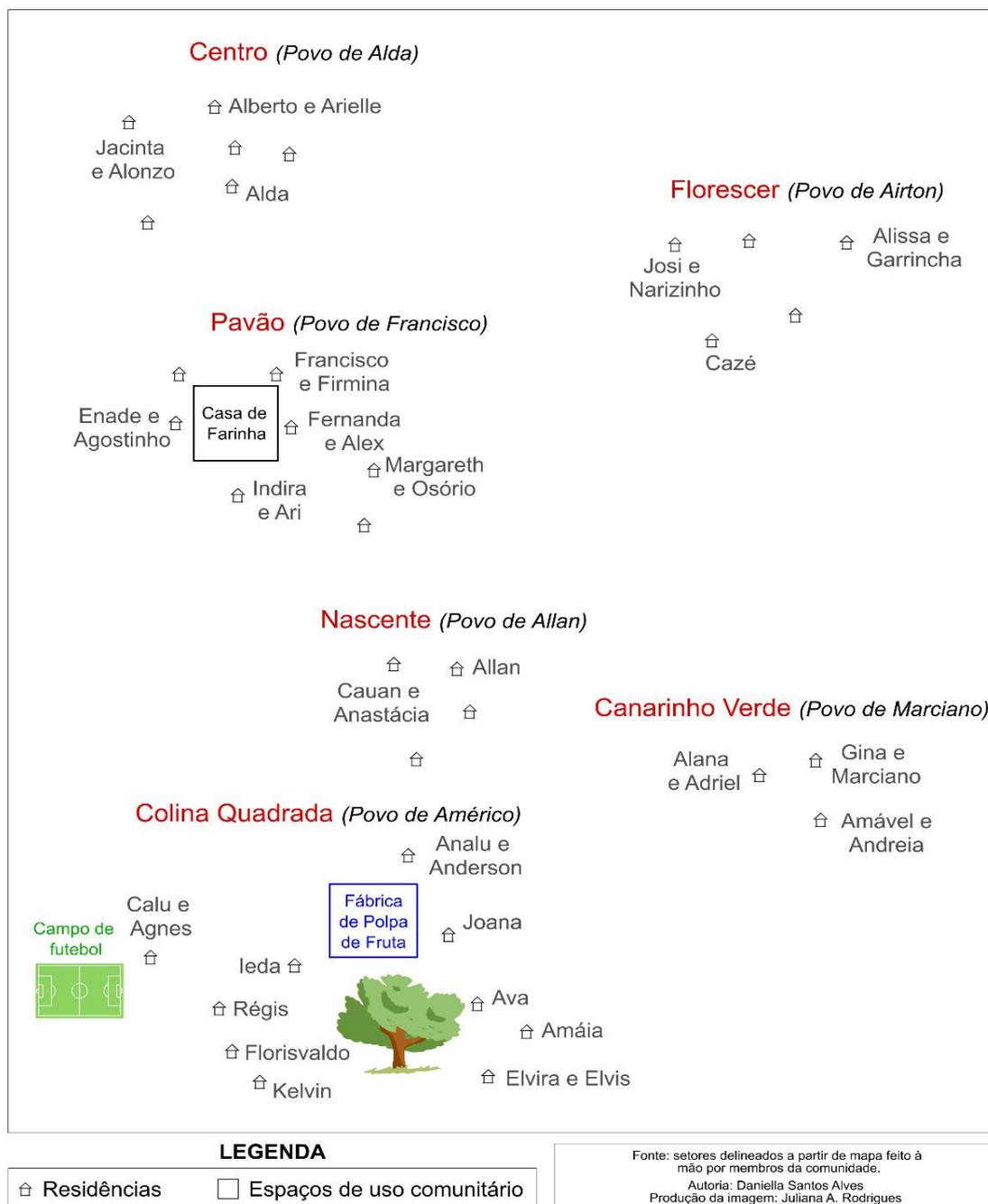


Imagem 9: Mapa dos principais setores da Malhadinha que realizei a pesquisa. Autora: Daniella Santos através das informações dos moradores.

Sobre a origem dos setores, se pudesse precisar uma data, Francisco, morador e patriarca do setor Pavão, conta que estes, tal como eu os conheci, surgiram por volta de 1940, alguns em 1950, e outros ainda, como o Nascente, são da década de 1920, visto que o morador mais antigo dali já tem 102 anos – Allan Siqueira Mendes. Segundo Seu Francisco, os setores foram surgindo de maneira espontânea, tanto como consequência

do processo de *direito às terras* narrado acima, quanto por um processo relacionado ao trabalho. Como naquele tempo, por volta de meados do século passado, se tirava o *direito* a um lote de terra e este não estava vinculado a uma área específica, era possível que as famílias, com o objetivo de morarem perto de alguma roça ou então perto de algum riacho, fossem constituindo os setores próximos uns dos outros, a exemplo do Colina Quadrada, Nascente, Santa Rita e Pavão, mas quando esses recursos cessavam ou escasseavam, buscavam por terras mais distantes, e aí formavam os setores, exemplo dessa origem, tem-se o setor Canarinho Verde.

A história do Canarinho Verde e do Colina Quadrada são bons exemplos de como se originaram os setores. No Canarinho Verde, atualmente, reside a família extensa de Marciano Magalhães Matos (83), casado com Gina Siqueira Mendes (80), que veio do Colina Quadrada. A princípio, Marciano não tinha *direito às terras*, uma vez que não era descendente direto dos Siqueira Mendes, mas ao casar-se com Gina, puderam *tirar um lote*. Entretanto, e antes da terra destinada a eles, ambos viviam nas fazendas da região em que Marciano trabalhava de vaqueiro ou, então, na casa do seu irmão mais velho, Seu Francisco, que já vivia no Pavão, ou em seu sogro, Américo, que fundara o setor Colina Quadrada. Ao casar-se com Gina, o seu sogro sugeriu que mudassem para as terras do Canarinho Verde. A região era conhecida por ter um córrego que passava perto, ainda não era habitada e poderia ser um bom lugar para começar. Assim, Marciano e Gina fundariam o setor Canarinho Verde, por volta dos anos 1950. Segundo Seu Marciano:

‘Quando eu casei, num tinha casa fixa não, passei temporada na casa da minha irmã, passei para casa do meu irmão [Seu Francisco], depois meu pai foi trabalhar no buquerão e eu passei para lá. Hoje na barraca dum e amanhã no barraco doutro. Aí eu tava assim um dia, morando na casa do padrasto dela [Américo do Colina Quadrada], ele só tinha um braço que é o pai de Florivaldo. Aí ele disse: cumpade, que que cê tá pensando assim? Eu digo: cumpade, eu tô pensando num lugar pra ser minha dominação. Aí ele disse: se você agradar, aqui tem um lugar desocupado, vai lá pro Canarinho Verde. E eu, ó, já tínhamos dois filhos e um esperando, viemos pra cá e fiz minha dominação aqui’ (meus grifos).

A fala de Marciano dá indícios de como aconteceu a sua mudança e a formação do setor Canarinho Verde, mas também de como era comum a mobilidade das famílias em decorrência do trabalho e como estas, assim que formadas, buscavam um *rancho* para fazerem morada. No caso dele, tal qual o de muitos moradores, a mudança se deu com objetivo de ter um lugar para criar a família, próximo a um riacho, onde se poderia plantar e viver da terra. Nesse trecho, Marciano também indica um relacionamento com ao menos

duas famílias, a de seu Irmão Francisco, que formou o setor Pavão, e com o padraсто de sua esposa, Américo, filho de Leonardo Siqueira Mendes, que fundou o setor Colina Quadrada. É comum, na Malhadinha, que a origem de um setor esteja relacionada com outro setor, especialmente, por meio do casamento.

Tal como Marciano, que se casou com uma Siqueira Mendes, a sua irmã, Mariana Magalhães Matos³¹ (74), casou-se também com um, Florisvaldo Siqueira Mendes (76), filho de Américo e Dona Josefa Azevedo, criando a sua família no Colina Quadrada. Francisco é irmão de Marciano e Mariana, mas diferentemente destes, casou-se com *uma de fora*, motivo pelo qual só teve direito a comprar as terras do Pavão por viver ali desde *os tempos de primeiro* e pelo fato da sua outra irmã, a Raimunda (**in memoriam**), ter casado também com um Siqueira Mendes, Salomão, filho de Pietro Siqueira Mendes, que fundou o setor Nascente. Cada setor obedece a esse princípio, a constituição de famílias extensas formadas em sua maioria pelo casamento de primos e por afinidade. Era possível, ainda, se não se casasse com ninguém *de dentro* da comunidade, como o casamento de Francisco, que não era Siqueira Mendes, que criasse parentesco por afinidade, em decorrência do casamento das irmãs e do irmão com os Siqueira Mendes.

Nos setores, é comum existir um patriarca ou matriarca que, ao ter seus filhos, vai expandindo a formação de casas naquelas terras. Como os setores são formados por famílias extensas, é possível que os filhos casem e façam morada no setor do pai e da mãe. Não existe uma regra na Malhadinha que possa indicar uxorilocalidade, virilocalidade ou neolocalidade, essas coisas podem acontecer a depender do contexto histórico e da situação. Por exemplo, se a mulher vem de uma família com terras e condições, o homem se muda para *o domínio* do pai da esposa, mas o inverso é igualmente válido. Antigamente, havia a tendência de a mulher ir para o setor dos sogros, mas, na atualidade, seu Francisco diz: *‘Aqui é assim, a maioria casa entre os primos e, geralmente, o homem leva a mulher para a casa dos sogros, até a mulher bater o martelo e construir a casa em outro lugar (risos)’*.

Florisvaldo acrescenta que *‘depende do patrimônio’*: se a mulher tiver mais condição, o homem vai para o *domínio* da família dela, ou se for o homem, ela vai para o *domínio* dele. O morador utiliza da sua própria história para contar como acontece a mudança após o casamento:

³¹ **In memoriam**, vítima da Covid-19 em 2021.

‘É como se diz quando se casa, se a mulher tem um patrimônio melhor, vai para o puxado do pai dela. Quando casa igual eu casei mais Mariana, ninguém tinha, ela não tinha e eu também não. Eu a carreguei pra cá, pra gente criar nosso patrimônio. Eu tinha terra pelo meu pai [Américo Siqueira Mendes], mas o velho do pai dela não tinha. Vivia aqui, morava aqui, mas não tinha terra. Ele não era herdeiro de ninguém. Aí ela veio e nós começamos a vida sendo vaqueiro, eu mudava aqui, fiz meu rancho aqui mudava, deixava a casa fechada e ia ser vaqueiro pra acolá’.

Florisvaldo tem sua casa e a sua família residindo nas terras que herdou do seu pai Américo Siqueira Mendes, vivendo no Colina Quadrada. As suas filhas reiteram a ausência de regras das mudanças após o casamento, podendo ser uxorilocal, virilocal ou neolocal. Sua filha Ieda se casou com Marcos, do Canarinho Verde, e ele se mudou para o Colina Quadrada. Ela mesma é filha de Florisvaldo Siqueira Mendes, do Colina Quadrada, e de Mariana Magalhães Matos, do Pavão; já Marcos é filho de Gina Siqueira Mendes e Marciano Magalhães Matos, do Canarinho Verde. Ambos são primos duas vezes, uma vez que Mariana é irmã de Marciano e Florisvaldo é irmão de Gina. Já Andréia, irmã de Ieda, também se casou com o outro filho de Marciano e Gina, Amável, mas, diferentemente de Ieda, que ficou no Colina Quadrada, ela mudou para as terras do marido, no Canarinho Verde.

Como ambas as famílias têm terras, a escolha por morar em um setor e não em outro se deu pela *intimidade*. Ieda gosta de ficar perto da mãe e aí Marcos foi para o Colina Quadrada, e Amável não queria deixar os pais idosos no Canarinho Verde, e aí Andréia foi para o setor do marido. Ieda diz que: *‘não existe muita regra, povo vai casando e mudando, alguns homens vão pra casa dos sogros e outros para os dos pais mesmo. Tem famílias que não tem terra, vão pro Centro e Centrinho que dá para comprar lote’.*

Os setores Centro e Centrinho, diferente dos demais setores da Malhadinha, aparecem como sendo terras residuais, isto é, não são originárias do *povo de primeiro*, sendo terras da prefeitura de Brejinho até a década de 1990, quando uma família da Malhadinha se mudou para lá e formou os setores. As terras do Centro e Centrinho, segundo Francisco, eram terras vagas e ficavam bem localizadas, perto da estrada principal e dos setores mais movimentados do quilombo, o Colina Quadrada e o Pavão. A primeira família a se mudar para lá foi a de Armando Siqueira Mendes (54), do setor Florescer, que se casou com Nara Magalhães Matos, filha de Francisco Magalhães Matos e Firmina, do setor Pavão. Armando poderia levar Nara para morar no setor Florescer,

nas terras herdadas do seu pai. Entretanto, é um setor distante do centro da Malhadinha e do núcleo mais movimentado em que Nara foi criada, perfazendo uma distância de 10km.

Todavia, as terras de Francisco não abrigariam a família de Nara, pois seus outros filhos já estavam ali com as respectivas famílias. Armando, vendo as terras do Centro e Centrinho vazias, se mudou para lá. O morador, na década de 1990, tinha uma relação próxima com alguns vereadores da cidade de Brejinho de Nazaré, conseguindo uma concessão para que moradores da Malhadinha fizessem loteamentos nas terras vagas. Assim, e após a sua mudança e a formação desse novo setor, o Centro e Centrinho se constituíram como espaços ocupados por famílias recém-formadas sem lotes nas terras dos pais, ou então querendo um espaço próximo à saída para a rodovia (TO-070) e com acesso aos núcleos mais movimentados da Malhadinha. O setor surge, segundo Francisco, com as famílias: *‘crescendo e o povo não tinha pra onde ir, foram montando casa pra lá, o primeiro a ir foi Armando meu genro e minha filha Nara’*.

*‘O Centrinho é uma vila que pode ver que é de outros lugares e juntou ali, tem a Nara, o Armando que é irmão de Garrincha lá do Florescer, **ai tem a Alda filha do Allan, casada com o Murilo**, lá é terra que é da prefeitura. Então, se você não tem um lugar para construir, pode fazer lá’ (grifo meu).*

Quando perguntei ao Francisco sobre a origem dos outros setores, ele me disse que foram sendo construídos dessa mesma forma: *‘O povo vai tendo filho, fazendo casa de taipa igual essa aqui, depois família ia crescendo e ia mudando’*. Mas diferente do Centro e Centrinho, que são terras da prefeitura, os outros setores são terras dos descendentes das famílias da Malhadinha dos *tempos de primeiro*. Francisco conta que sempre existiu gente entre os setores e a mobilidade entre uma terra e outra é grande, tanto para a moradia (mora-se em um lugar e tem-se roça em outro), quanto para ir à casa uns dos outros, obedecendo aos mais variados motivos: *visitas*, estas para levar um *agrado*; outras vezes, vai-se até a casa de um parente para dar uma informação, comer alguma coisa, *fazer bestagem, vizinhança, fofoca/fuxico* ou isso tudo junto, assuntos que serão abordados no capítulo três desta tese.

Como dito, atualmente, na Malhadinha, existem 11 setores, a saber: Colina Quadrada, Pavão, Santa Rita, Nascente, Canarinho Verde, Distrito, Florescer, Centro e Centrinho, Jiboia e o Redondo. Os setores acabaram se formando por meio da união das distintas famílias que habitavam a Malhadinha. Grande parte dos setores é composta pelos Siqueira Mendes, como o Centro, Centrinho, Colina Quadrada, Florescer, Nascente, Canarinho Verde e, em alguma medida, o Pavão. Este último, muito embora não seja

domínio dos Siqueira Mendes, não deixa de ter relações de parentesco por afinidade com estes, dadas pelo casamento e pela suposta relação com Jovina Mendes.

Os únicos setores em que não há o predomínio dos Siqueira Mendes é o Jiboia, onde moram os Alves, no Redondo, onde vivem os Campos e no Distrito onde está o *povo do Batista*. Esses três setores *não deixam de ter mistura*, mas é em uma quantidade menor quando comparada à quantidade de Siqueira Mendes, que vivem nos setores ditos acima. Vale ressaltar novamente que, com os setores Jiboia e Redondo, eu tive pouco contato, tendo ido até a região apenas uma vez e, por isso, eles não aparecem diretamente na tese, apenas quando citados pelos moradores dos locais onde residi. E aos setores como Distrito, Nascente, Santa Rita e Canarinho Verde eu realizei algumas visitas, mas estabeleci contato com os seus moradores apenas quando estes apareciam nos setores mais movimentados da Malhadinha.

Isto posto, o objetivo da presente seção foi entender a origem dos setores enquanto espaços constituídos por famílias extensas que, em conjunto, compõem a comunidade quilombola Malhadinha. Entender a origem destes é de grande importância para os capítulos seguintes da presente tese. Não só porque permite uma maior aproximação com a história da comunidade e das famílias, mas sobretudo porque é pela origem dos setores que se entende também a origem da *receptividade* e as formas como esta acontece dentro de cada setor, como será visto no capítulo dois. Entretanto, antes de encaminhar para essa discussão, é crucial entender a constituição familiar de cada setor, seus principais moradores, a relação entre os setores e, sobretudo, como os moradores articulam e narram as relações de identidade, parentesco e casamento, discussão que será feita na seção seguinte.

1.4. Os casamentos e a família extensa: conhecendo os setores

Para ilustrar como são constituídos os setores na Malhadinha, eu escolhi descrever a relação de parentesco de três famílias que habitam três setores diferentes. O primeiro motivo pelo qual se deu essa escolha é por eu ter passado mais tempo com essas pessoas; o segundo, por serem os principais interlocutores do trabalho e lideranças da comunidade; já o terceiro, pelo fato de que a forma como se relacionam consegue ser um exemplo geral de como é a origem e a dinâmica dos casamentos no quilombo da Malhadinha, tanto dentro dos setores quanto entre os setores. Assim, farei menção, principalmente, aos setores Centro e Centrinho, Colina Quadrada e Pavão.

O Pavão é o setor fundado por Francisco Magalhães Matos e Dona Firmina Magalhães Matos. O morador conta que, diferente dos demais setores da Malhadinha, o dele foi o que mais teve gente se casando com pessoas *de fora*, a começar por ele mesmo, que se casou com Dona Firmina, que viera do Piauí na década de 1950, por conta da seca. Ali, tiveram seis filhos, dos quais dois residem em Porto Nacional. Vivendo com ele, no seu pedaço de 1 alqueire e meio de terra, com as suas respectivas esposas, estão quatro homens: Ari, Agostinho, Alex e Osório. A sua filha Mercedes mora em Porto Nacional e a filha Nara mora em outro setor, no Centro, casada com Armando, que é do povo *legítimo* da Malhadinha, do Florescer, ‘*dos Siqueira Mendes mesmo*’, finaliza Seu Francisco.

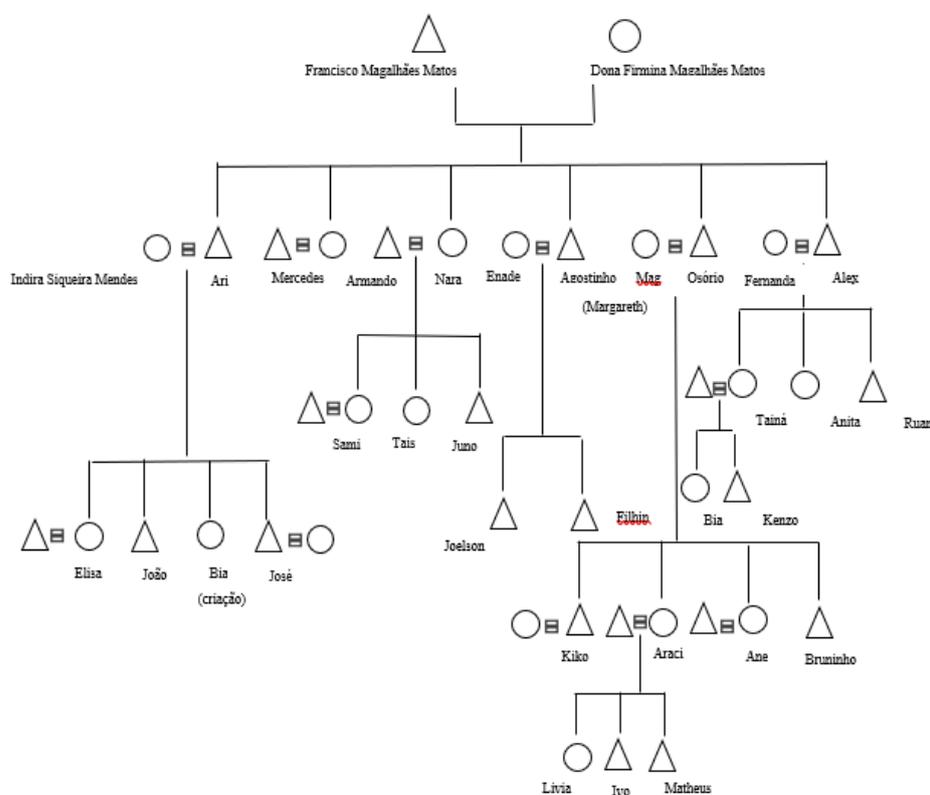


Imagem 10: Família extensa do Pavão. Autora: Daniella Santos Alves a partir das descrições dos moradores.

Ari, seu filho, foi *nascido e criado* nas terras do Pavão, que faz divisa com as terras de Allan, da Nascente, por isso, casou-se com Indira, neta de Allan, também Siqueira Mendes. Eles têm três filhos: Elisa, João e José, e criam Bia. Bia é neta da sua vizinha, cunhada, também prima, Fernanda, do Florescer. Indira conta que Fernanda é filha de Cazé e neta de Airton, que é ‘*sobrinho-neto do seu avô Allan*’. Fernanda casou-se com Alex, que é ‘*primo e irmão de Ari [seu esposo] ao mesmo tempo, porque Alex é*

filho de Teresa, irmã de Francisco que não podendo criar, deu o menino ainda cedo para Dona Firmina e Francisco’, finaliza Indira.

Sobre a família de Fernanda e Alex, estes têm três filhos: Anita, Ruan e Tainá. Esta última se casou com Ari do Jiboia – setor em que prevalece a família dos Alves e com pouco destaque no quilombo. Tainá e Ari têm dois filhos, Bia, que é criada pela sua tia Indira, e Kenzo, que mora com eles em Porto Nacional. Os outros filhos de Seu Francisco, Agostinho e Osório, parecem ter seguido os passos do pai, diziam, pois ambos se casaram com duas irmãs *de fora*, de Brejinho de Nazaré, mas que, *‘se mexer muito, acha parentesco aqui na Malhadinha’*, conclui Seu Francisco. Agostinho se casou com Enade Lago e Osório com a irmã desta, Margareth Lago. Agostinho e Enade são pais de Joelson, que reside ali, e um outro filho que mora em Brejinho.

Margareth, irmã de Enade, se casou com Osório, mas este tivera um casamento antes dela. Osório se casara com Ava Siqueira Mendes, do Colina Quadrada. Ava é irmã de Florisvaldo, sendo este casado com a tia de Osório, Mariana Magalhães Matos. No primeiro casamento, Osório teve com Ava três filhos: Manuela, Luzmair e Elvis. Manuela foi *‘dada pra criar’* ainda cedo para o irmão de Ava, o Adolfo, que se casara com a sua prima, filha do seu Tio Demétrio, do setor Santa Rita, e, atualmente, vive nas terras do seu sogro, acima do Colina Quadrada. Luzmair vive na cidade de Porto Nacional e na Malhadinha, *‘não tem muito rumo’*, dizem, *‘vive na cachaça’*. Já Elvis se casou com *uma de fora*, Elvira, e mora nas terras de sua mãe, Ava, com suas quatro filhas.

Após a separação, Osório se casou com Margareth Lago, residindo nas terras do seu pai, no Pavão. Ali, tiveram quatro filhos: Bruninho (falecido), Ane, Kiko e Araci. Kiko e Araci moram em Goiânia. Araci teve três filhos que são criados por Mag, a avó. Já Ane se casou em Brejinho de Nazaré, mas sempre volta para a Malhadinha nos finais de semana. O Pavão é um setor pequeno, composto pela casa do patriarca Francisco e sua esposa Dona Firmina, seguida pela casa de Agostinho e Enade. Da lateral da casa de Enade, está o barracão de torrar farinha e, na frente deste, a casa de Fernanda e Alex. Em frente à casa de Fernanda, está a casa de Indira e Ari. Um pouco mais distante da casa de Indira, não mais do que cinquenta metros de distância, fica a casa de Margareth.

No Pavão, por ser um setor pequeno, grande parte das casas se encontra ao lado uma da outra, de modo que, do quintal de uma, dá para ver e ouvir o que está sendo dito no quintal da outra. A casa de Fernanda tem uma centralidade que permite acompanhar o que acontece em Indira e Enade. Durante a pesquisa de campo, fiquei grande parte do tempo no Pavão, realizando as refeições na casa de Fernanda, torrando farinha com

Enade, tomando café na casa de Margarethe, comendo biscoito em Dona Firmina. Para dormir, me dirigia à casa de Indira, que tinha uma extensão maior.

Já o Colina Quadrada foi um setor criado pela família de Américo Siqueira Mendes e Dona Josefa Azevedo, diagrama apresentado ainda na seção dois deste capítulo. Ali, atualmente, o patriarca e referência do setor é Florisvaldo Siqueira Mendes, casado com Mariana Magalhães Matos (falecida em 2021, em decorrência da Covid). Florisvaldo e Mariana têm quatro filhos, a saber: Régis, Ieda, Kelvin, Catarina e Patrícia (filha da irmã de Florisvaldo, que ele cria). Régis e Kelvin são solteiros e residem em casas separadas ao lado da de Florisvaldo que, atualmente, também vive sozinho após a morte de sua esposa. Kelvin tem um filho chamado Gabriel, que é criado por sua irmã, Ieda. Esta se casou com Marcos do Canarinho Verde e tem três filhos: Jaqueline, Leandro e Felipe. A família de Ieda, até 2020, morava na casa de adobe ao lado da casa de alvenaria dos seus pais, compartilhando da mesma cozinha. Após a morte da mãe e a construção da sua casa finalizada, ela e a sua família se mudaram, mas se mantiveram no Colina Quadrada, sendo da *vizinhança* direta de Régis e de sua prima e amiga Agnes, que é casada com Calu, seu também primo.

Agnes e Calu têm três filhos e todos eles moram no Pará, trabalhando em fazendas. Calu e Agnes são primos em primeiro grau. Ele tem outros dois irmãos, Alonzo, que mora no Centrinho e é casado com Jacinta, e Veinho, vizinho de Calu e Agnes, que é casado com Zira. Os três são filhos de Teresino, filho do primeiro casamento de Dona Josefa Azevedo, mãe de Florisvaldo, que se casara com Paulinho, tendo Teresino e Gina, do Canarinho Verde, como filhos. Segundo Calu, *‘Os dois não deram muito certo, aí Dona Josefa se casou com Américo, que é pai de Florisvaldo, aí o Paulinho se casou com Margarida e teve o pai de Joana [presidente da associação] e a mãe de Joana é filha de Dona Josefa com Américo’*. Segundo Agnes:

‘Joana é prima duas vezes de Alonzo, de Calu e de Veinho, porque eles lá são filho de Teresino [fruto do casamento de Dona Josefa e Paulinho], e o pai dela é filho de Paulinho e Margarida, e a mãe dela é filha de Vó Josefa. Num tô falando? É parte de mãe e pai, é tudo parente’.

Calu também é casado com uma prima duas vezes, já que Agnes é neta de Dona Josefa e Américo, e Teresino, pai do seu esposo Calu, é filho de Dona Josefa e Paulinho, só que com pais diferentes. Essa forma de narrar o parentesco, apresentada por Calu a partir do seu setor, não deixa também de mostrar as relações com os outros setores. Esse

movimento de narrar as relações e uniões que contenham alguma proximidade consanguínea ou de afinidade é feito de maneira natural e corriqueira, como nos exemplos dados acima. É uma ação similar ao que Comerford (2003) intitulou como um território de parentesco. O diagrama abaixo retrata parte das famílias que, atualmente, residem no setor Colina Quadrada, a partir da linha de descendência de Américo Siqueira Mendes e de Dona Josefa Azevedo.

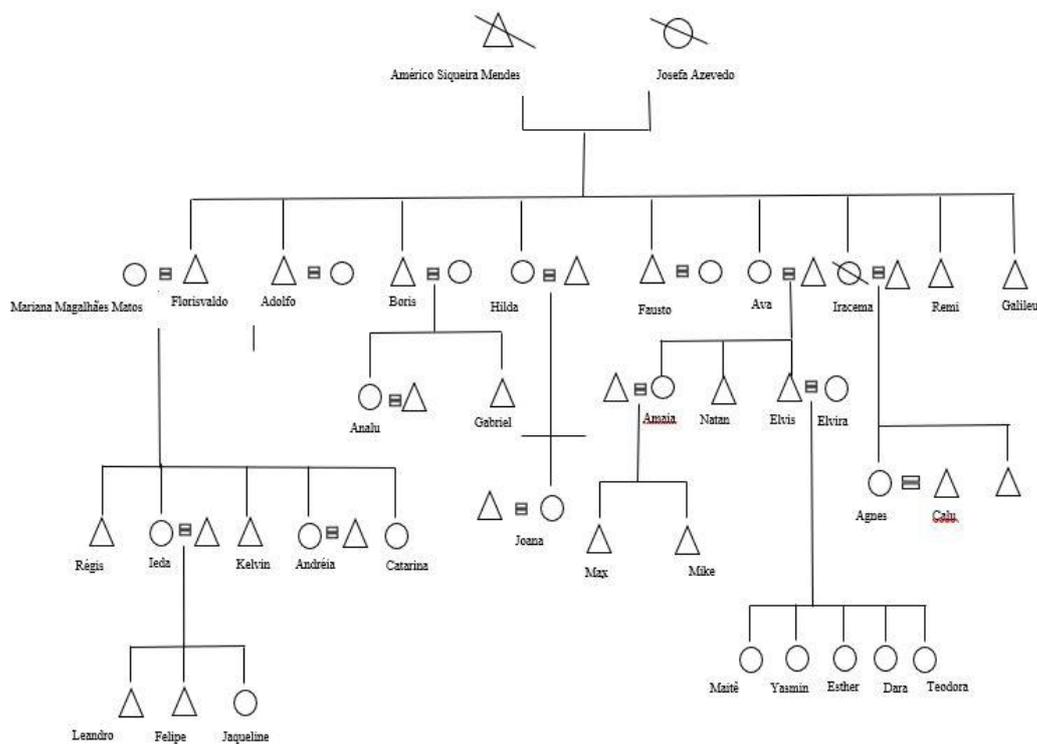


Imagem 11: Família extensa do Colina Quadrada. Autora: Daniella Santos Alves, a partir das descrições dos moradores.

O Colina Quadrada, diferente do Pavão, é um setor com uma extensão territorial maior, logo, as famílias moram próximas umas das outras, mas com uma distância que pode variar entre cem e quinhentos metros. Florisvaldo Siqueira Mendes vive a uma distância de cem metros da sua irmã Ava, mas em relação à sua sobrinha Joana e Analu, por exemplo, esse percurso chega a aproximadamente trezentos metros. A casa do patriarca do setor fica ao lado da do seu filho Kelvin e também de Régis. Em frente à casa, tem um pátio central e, logo em seguida, a casa da sua irmã Ava. Esta, atualmente, é casada com o seu primo Eloir, filho de Demétrio e neto de Joca Siqueira Mendes, do setor Santa Rita. Desse casamento, Ava teve mais três filhos: Amaia, Natan e Imaculada.

Amaia, mora na casa ao lado, com os seus respectivos filhos, Mike e Max, frutos da união com Odair do setor Centrinho. Natan mora na casa dos pais e Imaculada em Porto Nacional.

Em frente à casa de Ava, a poucos metros, está a casa do seu filho Elvis, do primeiro casamento desta com Osório, hoje casado com Margareth. Elvis é casado com *uma de fora*, Elvira, e tem cinco filhas: Maitê, Dara, Teodora, Yasmin e Esther. Ainda no Colina Quadrada, há mais duas casas, a casa de Joana e Grandão. Joana é filha de Meire, irmã de Florisvaldo e Ava, que saiu da Malhadinha e mudou para Goiânia, deixando o seu direito às terras para a sua filha Joana. Joana e Grandão têm três filhos, dois homens e uma mulher. Os homens moram em Goiânia e a menina, Natalia, em Porto Nacional.

Ainda no Colina Quadrada, da casa de Joana, andando uns cem metros, está a casa de Analu, casada com Anderson, um *de fora* da Malhadinha; ambos não têm filhos. Analu reside na última casa do Colina Quadrada, próximo ao mata burro da divisa com o setor Nascente, no qual a primeira casa é habitada por seu pai Cauan e a sua mãe Anastácia. Cauan e Anastácia têm dois filhos biológicos, Analu e Neto, e dois que *pegaram para criar*, Juraci e Orlando. Neto mora com eles e os outros dois residem em Goiânia. Cauan é irmão de Florisvaldo, Ava e Meire, e deixou as suas terras no Colina Quadrada para a sua filha Analu construir e morar. Ele mora nas terras do seu sogro, Allan Siqueira Mendes, casado com a sua prima e filha deste, Anastácia, sendo a única casa do setor Nascente na qual eu fiz trabalho de campo.

Foi no Colina Quadrada e no Pavão que realizei grande parte da pesquisa. No período em que residi no Colina Quadrada, fazia as refeições na casa de Ieda ou Vó Mariana, passava as tardes na casa de Agnes, os domingos na casa de Ava e Eloir e as noites eu dormi na casa de Joana. Era comum eu fazer visitas na casa de Analu e Anderson para comer um frango ou ir em almoços e jantares – geralmente churrascos – na casa de Elvira e Elvis. A única casa com a qual não tive proximidade no Colina Quadrada foi a casa de Zira e Veinho.

Outro setor com o qual eu tive bastante proximidade, e está também ligado aos demais, foi o Centrinho. Ali residem os Siqueira Mendes, frutos do relacionamento entre a filha de Allan, Alda, casada com Murilo, filho de Salomão Siqueira Mendes, irmão de Allan. Salomão, por seu turno, foi casado com Raimunda (ambos falecidos), irmã de Francisco do Pavão; segundo Jacinta, filha de Alda, *'era tudo parente, junto e misturado'*. Alda e Murilo são parentes e são pais de Jacinta, Odair, Ângela, Alberto e Joelson. Todos esses moram no Centrinho. Dos filhos de Alda, com quem mais tive contato foi com

Jacinta. Jacinta é casada com Alonzo, irmão de Calu do Colina Quadrada, sendo também primos. Eles têm quatro filhos: Laura, Pedro, Odara e Otávio. Abaixo, o diagrama de parentesco dos descendentes de Murilo Siqueira Mendes e de Alda Siqueira Mendes.

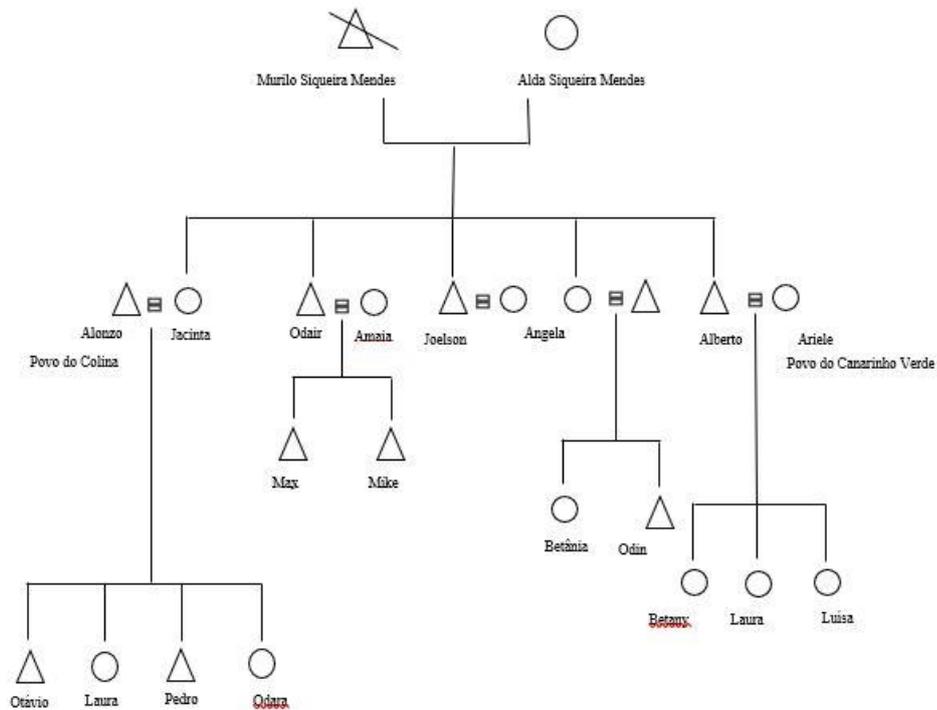


Imagem12: Família extensa do Centrinho. Autora: Daniella Santos Alves a partir das descrições dos moradores.

Jacinta gosta de narrar o parentesco da sua família, mostrando como este estava e está inteiramente ligado com a Malhadinha, tal como o seguinte exemplo: ‘*Minha mãe é prima primeira de meu pai [Murilo], meu pai é filho da minha avó Raimunda [irmã de Francisco do Pavão] e do meu avô Salomão, meu avô Salomão era irmão de meu avô Allan [ambos, filhos de Pietro Siqueira Mendes], pai de minha mãe*’. Ao finalizar o seu raciocínio, Jacinta diz com orgulho como sua família ia se entrecruzando, e finaliza: ‘*é por isso que estou te falando, é tudo parente, minha mãe é casada com meu pai, primo, primo duas vezes, é tudo junto e misturado*’. Na medida em que eu acompanho o seu diagrama do parentesco, que ela tem na ponta da língua, Jacinta continua:

‘Dani, por exemplo, meu tio Zé do mata burro, irmão de minha mãe [Alda] e a mulher dele é irmã de meu pai [Murilo], o Alce do outro mata burro é irmão de meu pai e a mulher irmã da minha mãe, é tudo primo, primo irmão, tô te falando, tudo parente, junto e misturado’.

Jacinta mostra também essa teia intrincada pelas relações do seu marido: ‘*Alonzo também é meu primo, somos parentes, é do povo do Colina Quadrada, mas somos todos Siqueira Mendes*’.

Diferente dos setores Centro e Centrinho, formados pelo casamento entre primos da família dos Siqueira Mendes, a formação do setor Florescer foi fruto do casamento de Airton Siqueira Mendes com Lurdes, do povo dos Alves do setor Jiboia. Os filhos são: Cazé, pai de Fernanda que mora no Pavão; depois, Laura (**in memoriam**); Josi, que mora no Florescer e se casou *com um de fora*, Narizinho do Piauí; Madalena, casada com Antônio, filho de Allan da Nascente, tendo ido morar nas terras do sogro; Gimeno, que mora no Florescer junto com o seu irmão Garrincha, e lá *eles guardam o baú de Ismênia*, a bisavó *ferrada*, que veio da Bahia.

No Florescer, fruto do casamento de Airton e Lurdes, está o filho Luiz, casado com Alissa e pais de duas filhas, uma que mora em Porto Nacional e outra que mora com eles na Malhadinha. Eles são conhecidos como a casa com a *melhor farinha da região* e vivem na divisa com a entrada para as terras da fazenda Landi. Do Florescer, as pessoas com as quais mantive mais contato e foram cruciais para a pesquisa foram: Fernanda, que, em decorrência do seu casamento, mora no Pavão, e o seu irmão Gael, que mesmo morando em Porto Nacional, volta sempre para a Malhadinha, passando uma temporada junto com o seu pai que, atualmente, é viúvo.

Todos esses setores se imbricam e se relacionam pelos termos ‘*junto e misturado*’, ou então pelas expressões ‘*somos todos parentes*’ ou ‘*é tudo família*’. Mas em uma comunidade em que existe um alto grau de parentesco, de proximidade, mas igualmente de distância, como entender as categorias como parente e família da mesma forma? Assim, tal como apontado por outros autores (ALMEIDA, 1986; VILELA, 2009; MARQUES, 2018), entendo o conceito de família como cambiante, podendo se modificar, assumir significados distintos, usos políticos diferentes a depender do grupo que dele faz uso. Em alguns lugares, família pode fazer referência a um grupo doméstico, a uma linhagem, a uma genealogia ou uma casa.

Na Malhadinha não é diferente. Como vimos, os setores são formados por famílias nucleares, residindo cada qual em uma casa, mas convivendo em um espaço em comum e, muitas vezes, em relação de *vizinhança* (o que será tratado no capítulo seguinte). Essas famílias nucleares, em conjunto, são famílias extensas que compõem uma unidade territorial. Como os moradores fazem uso do termo família em diferentes contextos com

significados compartilhados, em sua grande maioria, apenas por eles, vale aqui, ressaltar algumas diferenças.

Assim, família abarca ao menos duas definições. O primeiro significado faz referência à identidade do grupo como um todo, quando ouvimos falar: ‘*todo mundo aqui é família, é junto e misturado*’. Essa primeira frase mostra a unidade do grupo, como vindo dos mesmos ascendentes. Quando se pergunta sobre a história dos primeiros moradores, aí a palavra família é acionada, mas para fazer menção aos nomes das famílias que têm mais destaque. Logo, algumas têm um certo protagonismo – como dito, os Siqueira Mendes e os Magalhães Matos, por exemplo –, ao passo que outras não são tão mencionadas ou, se o são, é tão somente para qualificar ou adjetivar comportamentos julgados típicos daquele conjunto de pessoas.

Família também é utilizada tal como Almeida (1986) propõe, como algo mais intrínseco, referindo-se a um determinado conjunto de parentes que vive em uma casa, uma família nuclear. Um exemplo de família nuclear seria a de Fernanda Siqueira Mendes e Alex Magalhães Matos, que residem com os filhos Anita e Ruan no setor Pavão; outro exemplo é a família de Enade Lago e Agostinho Magalhães Matos, residindo no mesmo setor. Com essas duas famílias nucleares, convivem tantas outras, e aí temos o conceito de família extensa, justamente porque são famílias nucleares formadas por parentes ligados por alguma linguagem de filiação e casamento³², além de compartilharem uma unidade de trabalho e consumo, mesmo que residindo em casas separadas.

Os outros setores da Malhadinha, como visto, seguem essa mesma tendência, por isso que vão ao encontro do conceito de grupo doméstico de Almeida (1986) e também de Brandão (1994), para os quais grupos domésticos são compostos por famílias nucleares de uma mesma parentela. Os setores são importantes enquanto uma unidade residencial de famílias, sendo também um local de produção econômica conjunta dos seus moradores. No Pavão, por exemplo, a família extensa produz rapadura e farinha como sendo as principais fontes de renda do setor.

³² Segundo Pina-Cabral (1991) no livro *Contextos da Antropologia*. no capítulo VIII, ‘A família burguesa do Porto’, cada casamento cria uma nova unidade social primária, cuja vida se prolongará até a morte do casal que a formou. Por conseguinte, cada unidade particular não se reproduz enquanto tal, mas antes, através de um processo de fissiparização; os membros mais jovens abandonam-na, juntando-se cada um a um membro de outra unidade para criar novas unidades — trata-se de um esquema de reprodução. Nas diferentes ‘configurações camponesas’ (GODOI, 1999) presentes no território brasileiro, o casamento entre duas pessoas é o que propicia a constituição de uma casa, ou de uma unidade doméstica independente, o que a literatura chama de residência neolocal. A construção da casa seria um dos primeiros passos do processo matrimonial (WOORTMANN, K., 1982 apud WOORTMANN, E., 1982, p. 120).

Por compartilharem um espaço, os meios de produção e alguns costumes ou características – conforme se verá no capítulo seguinte –, os setores acabam constituindo a identidade da família e/ou do indivíduo. Por isso que, quando um morador faz menção à sua descendência, ela é direcionada ao nome da principal família do setor ou do chefe da família, podendo usar o sobrenome e/ou a espacialidade. Tais identificações dependem do interlocutor. Se a conversa for com um parente, a frase evocada é *‘fulana é lá do povo de Francisco’*; se for com alguém *de fora* e interessado na história da Malhadinha, *‘somos Magalhães Matos’*; e se for demarcar as terras e/ou apontar residência, *‘sou do setor Pavão’*. As três acepções incorporam a família extensa que compõe os setores, este, em específico, tratando-se do Pavão, utilizado como exemplo acima.

Outro termo muito utilizado pelos moradores para fazer referência à composição dos setores é a palavra parente, vista nas frases de Jacinta ao falar do casamento do seu pai Murilo Siqueira Mendes com a sua mãe Alda Siqueira Mendes, primos de primeiro grau. Frase similar também pode ser lida na declaração de Agnes do Colina Quadrada, ao falar do parentesco com o seu marido, sendo ambos também primos de primeiro grau; tal como Jacinta, Agnes finalizava a frase com os seguintes dizeres: *‘é tudo parente, junto e misturado’*.

A categoria parente, tal como família, é muito utilizada pelos *malhadenses*, mas com significados um pouco diferentes. No exemplo acima, utilizado nas frases de Jacinta e de Agnes, parente significa qualquer pessoa com algum grau de parentesco, no caso desses exemplos, tratando-se do compartilhamento de ancestrais em comum, em ambos os casos de pais que eram primos. Com o objetivo de não precisar o grau de parentesco, a palavra parente dispensa explicações mais elaboradas, a partir das frases: *‘ah, é tudo parente’* ou *‘ele aí é parente nosso’*, *‘se mexer muito descobrimos algum parente’* ou então *‘são de fora, mas são parentes de consideração’*. Essa última frase é utilizada para mostrar que até mesmo alguém *de fora*, como Enade Lago e Margareth Lago, pode vir a ser parente, servindo também para mostrar a vinculação com o grupo.

Logo, a palavra parente é vista como um recurso mais amplo do que família, servindo como uma maneira de explicar que o quilombo é composto por famílias tanto com laços consanguíneos quanto de afinidade (ABREU, 1980). Ao perguntar à Fernanda Siqueira Mendes, esposa de Alex Magalhães Matos, do setor Pavão, qual a diferença dos termos família e parente, ela resume assim:

‘Na Malhadinha, todo mundo é parente. Então, família são os próximos, irmão, primos, tios, avôs. O restante é parente, mas com diferença, tipo assim,

tem os parentes próximos, os parentes de consideração, os distantes e os que não se tem consideração. Por exemplo, aqui: Alex, Anita e Ruan são minha família, Enade e Margareth não é parente de sangue, mas é de consideração, meu cunhado, irmão da Ângela, é um parente distante, minhas primas de terceiro grau que mora longe e não têm contato é tudo parente distante, mas tem umas que a gente é assim mais chegada aí parente mais próximo, tendeu? Os parentes que não têm consideração, convive, mas num é tão assim, Érico, vem aqui em casa, recebemos mas num temo assim aquela consideração’

A fala de Fernanda nos apresenta o termo parente como sendo dado tanto por relações consanguíneas quanto de afinidade (casamento). Assim, ela define: *os parentes que são próximos, distantes e os parentes de consideração e os que não se tem consideração. Os parentes que são próximos*, como ela diz, não o são no sentido consanguíneo atribuído à família, mas sim de *intimidade*, e aí, a pessoa pode tanto morar fora da Malhadinha, ou morar dentro, o que manda na relação é a *intimidade*. *Os parentes distantes* são aqueles que não se tem a mesma proximidade, a exemplo de algumas primas, mas também do seu cunhado.

Outra maneira de construir o parentesco por afinidade é o que ela define como *parentes de consideração*, como é o caso das suas cunhadas Enade e Mag. Enade Lago se casou com Agostinho Magalhães Matos e Margareth Lago com o Osório Magalhaes Matos, todos estes residindo no Pavão, sendo exemplos de *parentes*³³ *de consideração*. Fernanda apresenta também o exemplo da sua sogra: *‘Dona Firmina de Francisco, minha sogra, não é daqui, mas temos consideração, igual Elvira do Colina [casada com Elvis], Enade e Margareth são de fora, mas são parentes de consideração’*.

Sobre isso, Marques, em pelo menos duas passagens diferentes (2002, p.115; p.164-5), já havia observado no seu estudo sobre as lutas de famílias no Sertão pernambucano, destacando que a “economia da consideração”, talvez, dissesse respeito mais aos estranhos do que aos familiares – não “[...] tendem a ser os parentes os principais objetos da consideração ou não consideração” (MARQUES, 2002, p.115). A consideração, assim, permitirá incluir uma pessoa que não seria, **a priori**, parente, reconhecendo-a como tal e afirmando proximidades.

Os *parentes que não se tem consideração*, diferentes dos que se tem consideração, são aqueles com os quais existe, sim, uma ligação consanguínea, mas que, em algum momento, a relação foi estremecida por alguma desavença. Em outro momento, Fernanda

³³ Segundo Pina-Cabral e Silva (2013), a casa é a moradia em que se vive, mas também uma instância coletiva e partível, que não se limita à família nuclear, ao passo que a “família” e os “parentes” são a rede de relações que cada pessoa possui, e que vai além dos limites da casa.

compartilhou comigo que o parente que *não se tem consideração* ‘foi criado junto, brigou, aí num dá certo com o jeito de viver, às vezes, é *suvino* [egoísta], *aí não considera, num convida pras coisas, eu mesmo tenho uma prima assim, tem Érico, fica aí*’.

A despeito das diferenças no interior da categoria parente, sendo laços construídos pelo viés do consanguíneo e/ou por afinidade (casamento), o fato é que o grupo se entende como ligado por uma linguagem própria de parentesco e que permite *aos de fora* se aproximarem e, eventualmente, serem vistos como parentes, tal como as figuras de Enade e Margareth do Pavão, mas também de Elvira do setor Colina Quadrada. A questão que paira é: por que elas são *parentes de consideração*? O que *essas de fora*, além do casamento, fizeram para se aproximarem e serem vistas como *de dentro* da Malhadinha? Ao que tudo indica, o que permite construir e manter esses laços de *parentesco por consideração* é a *receptividade* vista nas ações desses indivíduos.

Essa discussão, claro, não voltada diretamente para o parentesco, será vista no capítulo seguinte, a partir de três categorias *malhadenses: a criação, a natureza e a vizinhança*. Essas categorias, em sentido geral, dizem respeito à origem da *receptividade* e à forma como esta se concretiza no cotidiano. A forma como ela se materializa está relacionada com a *natureza* do indivíduo, mas também com a *criação* deste. Isto é, alguns *malhadenses* nascem com a *natureza boa*, de dividir, compartilhar, receber bem e *dar o último*, sendo essa reiterada pela *criação*; mas outros nascem com a *natureza ruim*, são *suvinos*, egoístas e, muitas vezes, nem a *criação dá jeito*. Entretanto, quando se é parente, não tem como “deixar de ser”, mas quando não se é, é possível se tornar.

E o que permite essa aproximação são justamente as ações de hospitalidade que veremos em Enade, Margarethe e em Elvira. Ações vistas também em outros *de fora*, como no meu caso e no caso de um funcionário da *Ágil Ambiental*. As nossas ações de *vizinhança*, de *receptividade* e bondade foram permitindo que nos tornássemos, no limite da comparação, *parentes por consideração*. Florisvaldo tinha-me como *netinha* e, ele, o funcionário da empresa, como se *fosse um filho*, justamente por trazermos algo crucial aos *malhadenses: a vizinhança, a criação boa que dá sempre o último*. Mas isso é assunto para o próximo capítulo.

Capítulo 2. Sobre os modos de criar e a *natureza* dos Setores

Notas Iniciais

As discussões feitas no capítulo anterior buscaram apresentar, de um lado, a história da Malhadinha, o início da região nos tempos auríferos e a formação dos quilombos, e por outro, relacionar essa história mais ampla, oficial, com aquela contada pelos moradores, por meio da chave analítico-descritiva do parentesco. Este pensado, nesse primeiro momento, pelo que Alencar (2015) mostrou como uma via molar: da genealogia, da identidade social, do modo de organização da vida quilombola, da relação com a família, dos setores e da terra. No presente capítulo, pretendo apresentar essa relação por intermédio do que a mesma autora mostrou como sendo a contraposição da linha molar, a linha molecular, olhando para os fluxos e devires de três categorias *malhadenses* não dissociáveis entre si: a *vizinhança*, a *natureza* e a *criação*, bem como a relação destas com o que os moradores entendem como sendo a origem da *receptividade*, o que já nos encaminhará para os capítulos seguintes.

Na Malhadinha, quando os moradores pensam sobre a origem da *receptividade*, remetem a três categorias ligadas entre si: a *natureza boa*, a *criação* e a prática da *vizinhança*. Trocando em miúdos, significa dizer que a *receptividade* acontece porque ela está no “sangue” dos *malhadenses*, sendo a prática dessa ação o ato de *vizinhar* – dividir, compartilhar – e este sendo reiterado ou expresso pela *criação* do sujeito. O que faz uma comunidade ser hospitaleira é justamente a continuidade dessas práticas ancestrais ainda nos dias de hoje, e estas também sendo direcionadas *aos de fora* e visitantes, como as situações presenciadas e vivenciadas por mim e que deram origem a esta pesquisa. Essas práticas da *vizinhança* só existem pela *criação malhadense* ser voltada para esse objetivo, mesmo que tenham consciência também da existência de pessoas de *natureza ruim*, que não “ligam para a criação” e muito menos para a *vizinhança*; e, mesmo se portando dessa forma, ainda acabam por operar como fiadores da coesão do grupo, uma vez que seus comportamentos são utilizados como exemplos daquilo que não devem ser. E é sobre essas nuances relacionais que trata este capítulo.

Na Malhadinha, a *natureza* da pessoa é definida pelo comportamento que um indivíduo apresenta de maneira similar ao de seus familiares. São os modos de receber, de trabalhar, de fazer *vizinhança*, de conversar, os valores morais e até mesmo os políticos. Essa *natureza* é dada pelo sangue, podendo ser mantida e/ou afastada pela *criação* da pessoa, que nada mais é do que a educação do *viver junto*, sem necessariamente se ter laços consanguíneos, muito embora esses também possam existir. A categoria *natureza* não é restrita à Malhadinha, ela também aparece em outros trabalhos da literatura antropológica, fazendo menção às relações de sangue e diferenciando as famílias por atributos específicos, como o exemplo que Abreu (1980) apresenta: a família *x* é de gente brava, a *y* de gente brincalhona, outra de gente sistemática, e por aí vai. Outros autores (CARNEIRO, 2010; ALVES, 2018; MICAELO, 2020) também trouxeram essa discussão em seus trabalhos, utilizando categorias como sangue, raça, *natureza* e/ou povo, também fazendo referência às relações estabelecidas entre um universo de parentes a partir de características partilhadas entre eles e que acabam por defini-los para além dos laços genealógicos.

Em sua dissertação de mestrado, intitulada ‘Raça, Sangue e Luta: identidade e parentesco em uma cidade do interior’, Ovídio de Abreu Filho (1981) buscou mostrar como, na cidade de Araxá, o sangue dá conta das identidades familiares, de tipificações individuais e da demarcação e diferenciação de famílias. Marques (2014) também mostra que o sangue, no interior pernambucano, faz referência às singularidades físicas, adesões políticas, de caráter e de moralidade, características psíquicas e temperamentais de um universo de parentes. E Alencar (2015) tem o esforço analítico de apresentar como os quilombolas da Malhada, na Bahia, entendem que cada pessoa tem um tipo de sangue e, ao longo de sua vida, ela testa suas combinações por meio dos encontros e do convívio entre as pessoas. O sangue torna-se um sinal de como as pessoas afetam umas às outras ao longo da convivência.

Vale ressaltar, tal como observou Teixeira (2014) em sua dissertação de mestrado, que a consanguinidade pode até estabelecer esse vínculo familiar e mesmo de pertença, mas se ele é (tão) forte é porque é a *criação* que lhe dá força, pois são as relações cotidianas de cuidado, atenção e partilha de um na vida do outro que fazem o vínculo das relações familiares serem mais fortes. Assim, *natureza* e *criação* caminham juntas. De um lado, a *natureza* faz referência a comportamentos ligados à consanguinidade; de outro, a *criação*, enquanto a arte do educar junto, volta-se para a socialização que pode reiterar e/ou afastar ou temperar, por assim dizer, essa *natureza*.

Na Malhadinha, em grande parte das vezes, existe um equilíbrio entre a *natureza* e a *criação*, isto é, a pessoa nasce inclinada a ser hospitaleira, gentil, tratar bem e *dar o último*, mas isso só se efetiva pela força da *criação*. Algumas vezes, a pessoa pode ser *criada* com um povo distinto do seu, *pegando a natureza* daquela família pelo convívio, como no caso de Eloir, narrado por Florisvaldo: ‘*seu povo não tem a natureza boa, mas o convívio com a gente fez ele ter*’. Outras vezes, a *natureza* é tão forte que nem a ‘*criação dá jeito*’ no indivíduo, como no caso de Érico, *puxando* o povo do seu avô paterno, Batista: ‘*roubando gado como o avô*’. E, por fim: ‘*a natureza boa dos Siqueira Mendes é tão forte que, mesmo no convívio com os de natureza desconfiada*’, faz a pessoa deixar de ser igual ao seu sangue, como no caso de Fernanda, vivendo no Pavão, um setor que muito embora de *natureza boa*, é também desconfiada. Fernanda, mesmo no convívio não ficou assim, ressaltando a força da sua *natureza*.

Ambas as categorias se compõem e decompõem a todo momento, isto é, ora a *natureza* pode ser mais forte que a *criação*, outrora a *criação* pode ser mais forte que a *natureza*, mas, em grande parte das vezes, elas se equilibram mutuamente. Esse equilíbrio é dado pelo exemplo, o coletivo busca educar as crianças e os jovens na prática da *vizinhança*, que nada mais é do que viver em comunhão e em conjunto com os parentes em um sistema de prestação e contraprestação de bens materiais e imateriais. Estes, crianças e jovens, acompanhando os seus pais, são ensinados, desde cedo, a seguirem o mesmo caminho. Ao que me parece, existe uma única *criação* dentro do quilombo.

Entretanto, os *malhadenses* têm consciência de que nem todo mundo irá nascer com a *natureza boa* dos parentes bons, *pois a natureza vem de Deus*, por isso creditam à *criação* e à socialização a capacidade de manter a unidade receptiva do grupo. Em grande medida, obtém-se sucesso, vide a fama da comunidade como um todo de ser hospitaleira. Nesse sentido, a *receptividade* da Malhadinha como uma comunidade espelha a ideia de que, ali, todo mundo é parente. Mas há casos em que a *criação* não conseguiu domar o que é trazido pelo *sangue* ou pela *natureza*, justificando a existência de algumas pessoas e famílias de *gente ruim*.

Ciente dessas composições, o objetivo deste capítulo é mostrar a origem da *receptividade malhadense* por meio da prática da *vizinhança*, e esta como sendo fundamental não só para a construção da vida cotidiana no quilombo, mas também para o processo de *criação* das crianças, jovens e adultos. Ademais, o capítulo mostra essa relação da origem da *receptividade* – a *vizinhança* – com a existência de *naturezas*

diversas, mas tendo como referência a *natureza boa* e familiar, falando, de modo geral, dos seus ancestrais.

Para realizar tal empreitada, divido o capítulo em quatro seções. Em um primeiro momento, apresento a origem da *receptividade malhadense*, tendo como referência a ancestral dos Siqueira Mendes, Vó Josefa, nascida e criada no setor Colina Quadrada, cujas ações são lembradas e reiteradas ainda nos dias de hoje. Os seus filhos, netos e bisnetos, à luz da lembrança da sua prática da *vizinhança*, educam as crianças para serem *receptivas e darem o último*. O modo de criar da matriarca não se restringe ao Colina Quadrada, ele é visto também em outros setores, tal como o Centro e o Centrinho, no qual residem outras ramificações dos Siqueira Mendes. Assim, no segundo momento, mostro como Jacinta do Centrinho educa os seus filhos e sobrinhos à luz dos ensinamentos de Vó Josefa.

Em um terceiro momento, apresento as famílias do setor Pavão, marcado pela mistura de *naturezas* por meio dos casamentos. De um lado, os Siqueira Mendes e, de outro, os Magalhães Matos, respectivamente, de *natureza boa e de natureza desconfiada*, porém *hospitaleira*. Esse caso etnográfico ilustra como a *criação* na Malhadinha busca contornar os laços do consanguíneo a partir do exemplo de Anita e Sami, que, tendo no sangue a *natureza ruim* e desconfiada de sua avó, foram criadas para serem boas e *darem o último*. Busco mostrar esse processo de *criação* a partir de ações cotidianas de dividir e *dar o último*, em meio às quais elas foram criadas, mostrando se não a força da *criação* diante da *natureza*, ao menos o equilíbrio que se busca conseguir entre essas duas forças. O que nem sempre acontece, pois existem casos das famílias cujos moradores são vistos como de *natureza ruim* e nem a *criação* foi capaz de moldá-las ou transformá-las. Para esses casos, mostro como esses integrantes são afastados, se não fisicamente, mas na avaliação moral que o coletivo faz deles, sendo marginalizados por *serem ruins*, mas, ao mesmo tempo, utilizados como os fiadores da coesão e da educação *malhadense* voltada para a *receptividade* como uma característica do quilombo como um todo.

2.1. A origem da natureza boa e a vizinhança

No quilombo da Malhadinha, fala-se muito da existência de duas *naturezas* para fazer menção tanto ao indivíduo quanto ao grupo familiar ao qual ele pertence: a *natureza boa* e a *natureza ruim*. A pessoa é considerada como de *natureza boa* quando ‘o *cabra dá o último*’, o que significa dizer que não nega nada a ninguém, tem ações solidárias,

pouco mesquinhas, divide a comida, a moto, o carro, faz *vizinhança* sem esperar retribuição imediata, pede benção, não rouba, é alegre, *receptivo e trata todo mundo bem*. Já a *natureza ruim* é contrária: são pessoas e/ou grupos familiares cujas ações são voltadas para o egoísmo, o não compartilhamento, não são hospitaleiros e não oferecem *nem água* diante de um chegante. A comunidade, como um todo, entende que o grupo tem uma *natureza boa*, mas reconhece a existência de algumas famílias cuja *natureza é ruim* e estas, mesmo sendo exceção, acabam sendo muito acionadas como exemplos daquilo que a comunidade não é, e daquilo que precisa ser vigiado no processo de *criação*.

Quando questionados sobre a origem dessa *natureza boa*, é comum ouvir frases como ‘*desde que me entendo por gente era assim*’, ‘*povo aqui sempre dividiu muito*’, ‘*já vem desde nossa avó Josefa, dava o último*’, ‘*povo aqui sempre dividiu a matutagem [carne de gado], está na nossa natureza*’. Muito embora ser considerado como de *natureza boa* esteja relacionado com atitudes mais gerais do *ser receptivo*, como agradecer, dividir e *tratar bem*, ao falar da sua origem, os moradores trazem exemplos daqueles que faziam e ainda *fazem a vizinhança*. A *vizinhança* é um circuito de prestações e contraprestações de bens materiais e imateriais que acontece entre vizinhos³⁴ e parentes. Ela prevalece enquanto a prática mais antiga e exemplar do grupo sobre o que é *ser receptivo*, bem como do que faz alguém ter a *natureza boa*. Ela foi iniciada nos *tempos de primeiro* e, hoje, mesmo com algumas mudanças, prevalece o seu sentido maior, que reside no ato de compartilhar.

Segundo Régis, ‘*a vizinhança é você vizinhar alguma coisa, tuavas galinha, mata a galinha e tira um pouco, carne de porco, carne da vaca você mata e tira para o outro*’. Os moradores mais antigos contam que a vida cotidiana era organizada por meio da *vizinhança*, do compartilhamento de afetos, como a risada, um abraço, ajudas, confiança, amizade, atenção e de coisas tangíveis como *peta* [biscoito de polvilho], *bolo*, *beiju*, *litro de farinha*, *rapadura*, *roupa* e até mesmo o empréstimo de ferramentas de trabalho e/ou de locomoção, antigamente o *carro de boi*, hoje em dia, por exemplo, as *motos*. Essa circulação de bens materiais e imateriais é vista também como *agrados* e, segundo Jacinta: ‘*vizinhança é agradecer, é compartilhar tudo, até quiabo, uma abóbora, tudo a gente vizinha*’.

³⁴ O termo *vizinho* se restringe aos parentes que moram próximos uns aos outros. Já o termo *fazer vizinhança* é um verbo, uma ação, não sendo necessariamente um ato que acontece apenas entre vizinhos. O nome da prática é *vizinhança*, pois foi iniciada, como veremos, nas relações entre vizinhos, mas, atualmente, se estende ao compartilhamento com outros moradores, da Malhadinha ou não.

Esse circuito de relações é mantido, na maioria dos casos, com os parentes³⁵, estes morando no mesmo setor, em setores diferentes ou até mesmo na cidade, sendo que não existe a obrigação explícita de retorno, embora haja um acordo tácito que exige a reciprocidade. Mauss designou essa dinâmica como dádiva: produção e reprodução de prestações, geradoras de vínculos sociais (1924). O autor (2003, p.200) indica que “as prestações primitivas revestem a forma de dádivas, de presentes, reguladas por três obrigações interligadas: “dar, receber, retribuir estas dádivas presentes”. Essas relações se iniciam quando um vizinho tira parte de uma manta de carne e dá ao outro, e este, ao fazer o mesmo movimento, tem carne para o ano todo ao considerar que os vizinhos irão retribuir a sua doação, criando uma cadeia de relações recíprocas. Há um caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito, no entanto, também obrigatório e interessado, dessas prestações.

Para explicar essa prática feita por pessoas de *natureza boa*, os moradores retomam uma parábola contada nos *tempos de primeiro* e replicada nos dias de hoje:

Cauan: *'O homem diz que o filho foi casar e falou: olha, eu quando casei, eu matei um gado e comi um ano. Aí o menino ficou com aquilo na cabeça, mas não explicou para o menino como é que era, aí casou também diz que matou um gado, aí ele falô: uai, meu pai, como você disse que um gado você matou e comeu um ano? Como o meu já acabou? Aí ele falou: você deu a alguém? Não, não dei pra ninguém. Agora, se você matasse e tirasse para cada um dos vizinhos ali de perto e você tirasse um pedaço, de vez e quando, todo dia, chegava um pedaço para você. Aí a sua ia ficando quieta e você ia comendo aquela, aí todo dia chegava um, outro já chegava e chegava. Uai, meu pai, mas o senhor não me explicou (risos). Agora, vou ter que matar outro, mas agora eu já sei.*

Daniella: *E foi verdade mesmo?*

Cauan: *Isso é história dos mais velhos, mas é verdade. Certeza quem dá recebe, Daniella; agora, quem não dá nada, nada ele recebe (meus grifos).*

Essa parábola, geralmente, é acionada perto das crianças, para ensinar o porquê da importância de dividir e que, quando isso acontece, o retorno é certo. É uma prática

³⁵ Apesar de a *vizinhança* ser algo próprio das famílias que ali residem, o sentimento de retribuição presente no ato de circular afetos e coisas tangíveis é também observado e direcionado para aquelas pessoas, como eu, Rogério e Felipe, que viemos *de fora*, mas que trazemos, segundo Florisvaldo, *'a vizinhança de lá'*. Esse *trazer a vizinhança de lá* nada mais é que entender o modo relacional do *malhadense*. Eu costumava levar geleia de pimenta e abacaxi feita pela minha avó, queijo de minas, roupas, fazia pipoca de leite em pó e levava bolachas. Rogério já ia em outra linha: levava os animais domésticos para o veterinário, ensinava alguns jovens a dirigir, levava algumas mulheres para fazerem compras e até mesmo trazia roupas para os homens irem para a roça. Felipe já retribuía com atenção, com assunto e conversa. Mesmo sendo algo de dentro, é possível fazer-se *vizinhança* com alguém de fora. O que Florisvaldo quer dizer não é que fizemos *vizinhança* com eles, mas que, durante a nossa estadia na comunidade, tínhamos ações e condutas, tal como os *malhadenses*, de querer *dar o último* e retribuir a hospitalidade com *agradados* cotidianos (bolacha, carona, risada, abraço, atenção, chocolate, roupa, boné). Assim, sabemos praticar os atos de *vizinhar*.

que deve ser executada durante toda a vida. Além disso, a parábola serve para exemplificar o que faz uma pessoa e/ou grupo familiar ter a *natureza boa*. Por ser atemporal, ela é um mecanismo do educar utilizado em qualquer época, justamente porque há a permanência da mensagem, mesmo que o signo se modifique conforme o contexto. Assim, se antes dividia-se a matutagem e recebia-se algo de volta, hoje se divide a carne que é comprada no açougue ou empresta-se o celular para uma ligação, ou mesmo uma moto para uma eventual necessidade de transporte. As crianças acompanham a *vizinhança* dos pais, dividindo bolacha com os primos, emprestando seus brinquedos, doando roupas e tendo a consciência de que tal ato é honrar a vida dos antepassados, bem como um jeito de ser visto como bom e ser de fato quilombola da Malhadinha, uma comunidade que se caracteriza, para si mesma e para outros, como receptiva.

2.2. A natureza boa: o caso de Dona Josefa e Américo

Dona Josefa e Américo são da família dos Siqueira Mendes, conhecida como a família mais antiga do quilombo e aquela cuja *natureza* dos seus descendentes é vista, em sua maioria, como *boa*. Eles ocupam grande parte do território e estão presentes em quase todos os setores, tais como o Colina Quadrada, o Centro e Centrinho, Florescer, o Nascente e o Santa Rita. Como dito anteriormente (cf. capítulo 1), no Colina Quadrada e no Florescer, estão os descendentes de Leonardo Siqueira Mendes, residindo as famílias dos seus filhos Américo e Airton com Madalena. No Centrinho e na Nascente, estão os descendentes de Pietro Siqueira Mendes, na figura dos filhos de Allan e, no Santa Rita, os descendentes de Joca Siqueira Mendes. Leonardo, Pietro e Joca são irmãos herdeiros de Isac de Siqueira e Dielma Mendes, das terras *malhadenses*. As famílias foram ampliadas pelos casamentos entre os seus descendentes.

Os moradores falam que a *natureza boa* do quilombo veio ‘*tudo desse povo dos Siqueira Mendes e aqueles que foram chegando*, a exemplo dos Magalhães Matos, ‘*foram pegando o jeito dessa natureza pela vizinhança*’. Mas nem todos que passaram a compor as terras do quilombo entraram nesse sistema, por isso, são vistos como de *natureza ruim*, a exemplo dos Alves, que vivem no setor Jiboia, dos Batista, que vivem no setor do Distrito, e dos Borges, que moram no Boqueirão. Há também uma ramificação dos Siqueira Mendes, que vive no setor Santa Rita, e em que a *natureza ficou ruim*, mas alguns dos seus descendentes, a exemplo de Eloir, ao terem se casado com Ava do Colina Quadrada, foram ficando novamente com a *natureza boa*. Desse contingente de

moradores, grande parte das famílias do setor Colina Quadrada, seguido do Centro, Centrinho, do Florescer e depois do Nascente, é vista com unanimidade no quilombo como composta por aqueles que *dão o último* e são de *natureza boa* e fazem *vizinhança* tal como o *povo de primeiro*, são da família dos Siqueira Mendes.

No Colina Quadrada, vivem os descendentes de Américo Siqueira Mendes e da sua esposa, Dona Josefa. Esta última é o exemplo entre todos os Siqueira Mendes como aquela que é referência nos modos de ser quilombola, tendo a *natureza boa* e ensinando os seus descendentes como serem bons. Os parentes dessa moradora dizem que não só nasceram com a *natureza boa*, mas foram *criados* por ela e, por isso, são assim, a exemplo de seus netos que vivem no Colina Quadrada, como Agnes, Joana e Elvis, que foram *criados* pela avó e respaldam as suas ações a partir dessa *natureza e criação*.

Há outros netos que, mesmo *criados* pelos seus pais biológicos, não deixam de lembrar da avó como referência em suas vidas, a saber: Régis, Ieda, Kelvin, Andreia, Calu, Alonzo e Analu. Os quatro primeiros são filhos de Florisvaldo, Calu e Alonzo são filhos de Teresino e Analu é filha de Cauan. Esses três filhos – Florisvaldo, Teresino (já falecido) e Cauan – são filhos de Dona Josefa e Américo e reiteram, corriqueiramente, essa *natureza boa* de sua mãe e a continuidade por meio da *criação* dos seus filhos e, agora, netos e bisnetos. Sobre esse assunto, os que mais se preocupam com essa continuidade são Florisvaldo e Cauan.

Dona Josefa é vista como um exemplo que nascera com a *natureza boa* e a passara para os seus filhos, tanto esse lado do sangue quanto a *criação*. É comum ouvir os moradores da Malhadinha como um todo falarem dela: ‘*Dona Josefa era moreninha, encurvada, boa, dava o último*’, ‘*não tinha ninguém que ela não ajudava*’, ou então ‘*deixava de comer para dar às crianças*’, e ‘*sempre tinha um sorriso no rosto*’.

No Colina Quadrada, as ações dessa moradora são reiteradas como motivo de orgulho para os seus filhos e como algo que deveria perpetuar. Cauan, um dos seus filhos mais novos, hoje, já com 78 anos, compartilha tudo que tem em casa. Morando no Nascente com a sua esposa Anastácia, filha de Allan e neta de Pietro, ambos são Siqueira Mendes e não deixam de fazer *vizinhança* e de ensinar aos filhos como devem ser. Não é incomum ver os dois pegando abacate no pé e distribuindo na *vizinhança*, ou até mesmo pedindo a uma criança para levar a algum parente que mora mais distante. Sempre têm em casa garrafas de suco da fruta da época, que oferecem para os sobrinhos que vão lhes visitar e fazem almoço e janta para quem quiser comer.

Quando questionado do porquê faz tantas coisas para as quais, muitas vezes, poderia até mesmo não ver retorno, Cauan diz: *‘sou igual minha mãe e criei meus meninos tudinho assim, só não dou mais porque não tenho’* (risos). Cauan lembra de sua mãe: *‘se você fosse na casa dela, ela não tivesse nadinha pra te dar, nem que fosse uma mão de farinha, ela te dava, você tinha que levar alguma coisa* (risos)’. Ao falar de como fora criado por sua mãe e seu pai quando era menino, Cauan conta sobre a morte da *matutagem* (gado) entre a *vizinhaça*. As crianças saíam com a *cuiá* na cabeça ou com uma *trouxinha* e, no seu conteúdo, repartiam a carne com os demais *vizinhos*, segundo Cauan:

‘No tempo que a gente era menino, quando matava uma matutagem, nós zanzava essa Malhadinha todinha com uma trouxinha, de primeira era na cuiá, aí botava, repartia com folha de mamona, qualquer uma palha que tinha, essa aqui é de fulano, essa parte daqui era de ciclano, aí botava a cuiá na cabeça e saía nas casas despachando. Olha aqui o que mamãe mandou, essa parte aqui é sua, essa daqui é de fulano e ia para outra casa levar, era assim. Era menino que levava, você sabe que menino só serve pra mandar (risos). Despachava a carne em tudo que era lugar, mas quando os outros matavam era certeza, voltava (meus grifos).

Anastácia, que sempre está ao lado do marido, não deixa de complementar:

‘É da nossa natureza ser assim, tenho um sobrinho em Porto, esses dias mesmo ele veio, eu dei pra ele sabão, feijão e foi embora mais a muié. Aí ela chegou assim, você longe vizinha com a gente, é bom demais, meu deus do céu’.

Entre uma respirada e outra, em decorrência de sua asma, Anastácia conta com entusiasmo. Segundo ela, é importante não deixar esvanecer essa prática tão antiga entre os Siqueira Mendes, transcendendo até mesmo para fora do quilombo. Sobre transcender e criar raízes em outras pessoas e lugares, comentei com Anastácia se seria possível uma pessoa *de fora*, como eu, *fazer vizinhaça*. Ela me disse que quem não mora na comunidade e está só de passagem não tem que levar nada e nem fazer *vizinhaça*; deve, na verdade, receber das famílias e mostrar para as pessoas *de fora* da Malhadinha como funciona o *ritmo* no quilombo. Sobre isso, ela diz: *‘Voce não mora aqui, então você tem que levar [pra minha cidade] pro povo ver o que você ganhou aqui, você é chegante, então a pessoa que tá morando aqui que dá pra você levar’.*

A casa de Anastácia e Cauan é um bom exemplo de família da *natureza boa*, refletindo no seu filho Neto e na sua filha Analu, que mora a alguns metros da casa do pai e da mãe, no começo das terras do Colina Quadrada. Mesmo se casando com um *de fora* – Anderson – e *não convivente* com essas práticas de compartilhar, ela não deixa de continuar o costume. Quando sua prima Agnes vai até a sua casa, nunca volta de mãos

vazias. Analu: *'eu dou frango, abacate e, depois, quando Agnes torra farinha, ela me dá um litrinho'*. Se não for o *litrinho de farinha*, Agnes volta e ajuda Analu nos seus afazeres domésticos e empregatícios, como matar os frangos que ela cria na pequena granja que tem no quintal da sua casa. *Nascida e criada* ali, com a *natureza* dos seus pais e com o exemplo da sua *criação*, não deixa seu marido influenciar essas práticas: *'Anderson tá aqui uns 15 anos, ainda não pegou o jeito, mas para Agnes, Joana e Ieda, ele não nega nada'*, conclui Analu.

Além de Analu, é comum acontecer *vizinhança* entre os outros primos: Ieda, Joana e Agnes. Régis, Florisvaldo e Kelvin entram na prestação e contraprestação da casa de Ieda, pois ela que cozinha para o pai e os dois irmãos. Régis compra a carne no supermercado e dá para a sua irmã cozinhar para os três. Joana costuma dar quitandas para Ieda como bolo de chocolate, pão de queijo e roscas de queijo. Ao passo que Ieda dá à prima um prato de almoço e/ou janta para ela e o marido. Quem leva os alimentos de uma casa até outra são, geralmente, as crianças, tal como no *tempo de primeiro*, narrado por Cauan, e assim elas vão aprendendo a prática da *vizinhança*.

Sobre esse circuito, Régis diz: *'Às vezes, você recebe mais do que o que você dá'* (risos). Agnes, muitas vezes, comenta que prefere ajudar alguém do que trabalhar na *diária*; isso porque, quando você ajuda uma pessoa, ela lhe dá comida e outra ajuda de modo que o retorno não é só mais gratificante como também mais generoso: *'nunca se paga uma ajuda, fica assim [circulando]'*. O sistema de *vizinhança* tem a sua eficácia nesse sentimento de retribuição que nunca é pago, pois se o fosse, a *vizinhança* deixaria de existir. Aí a importância de se *criar* crianças para serem boas, pois *só pessoas boas* e que *dão o último* é que mantêm essa prática. É algo que se retroalimenta, circuito que não pode se fechar, sob risco de ver ruir a própria comunidade quilombola da Malhadinha, pensada e vivida como de *natureza boa* e de gente que sabe e aprecia *vizinhar*.

Ainda no Colina Quadrada, Joana gosta muito de ir em Elvis, seu primo que foi criado junto com ela por Vó Josefa; ali ela chega, entra pelo fundo do quintal, onde também fica a cozinha de sua esposa, Elvira. Quase todos os dias, ela almoça sem fazer qualquer anúncio quanto à sua chegada; aliás, quem faz o anúncio é Life, seu cachorro, que adora também fazer *vizinhança* na casa de Elvira. Joana diz que, quando ela viaja, quem continua a prática da *vizinhança* são os seus cachorros³⁶ Life e Puff, um vai comer

³⁶ Muito embora aqui Joana ressalte uma prática humana sendo realizada por seus animais domésticos, vale ressaltar que essa não é a única relação em que os bichos, por assim dizer, são acionados no cotidiano. Estes, reiteradamente, são acionados para expressar sentimentos e afetos, como também desafetos entre as

em Elvira e outro em Ieda, sendo, cuidados, na ausência de Joana, pelas primas. Elvira, mesmo não tendo *nascido* na Malhadinha, pegara rapidinho o *jeito daquele povo*, e ela é vista como uma mãe: ‘*dá tudo para os meninos e cuida*³⁷ *dos bichos que ela cria, é convivente com nós, é boa, dá o último*’, assevera Florisvaldo.

Elvira não é muito de ir à casa de Joana, e a *vizinhança* entre elas acontece por meio das filhas Maitê, Teodora, Yasmin e Esther que vão até a casa de Joana para lanchar. Quando querem fazer um bolo, quase sempre não dispõem de todos os ingredientes e, assim, procuram a casa de Joana para pedir um ovo, farinha de trigo ou, então, levam os ingredientes que têm em sua casa para fazerem o bolo na casa da Tia. Esse mesmo bolo feito na casa de Joana é levado na *vizinhança*, preferencialmente, até a casa de Ieda – com uma quantidade suficiente para Florisvaldo, Kelvin e Régis –, e quando a quantidade é demasiada, o bolo é levado até a casa de Agnes e Calu. Da casa de Ieda e, muitas vezes, na mesma vasilha, Joana leva a janta para ela e o seu marido Grandão.

A permanência na casa daquele que fora receber o agrado da *vizinhança* é certa. Isso porque, Joana ao levar o bolo, não deixa de *fofocar* (cf. capítulo. 3) com a prima ou comentar algum assunto sobre a associação dos Mini e Pequenos Produtores Rurais da Malhadinha da qual ela é presidente e a prima vice-presidente. É comum que, nesses intercursos, cheguem também os filhos de Ieda para comerem o bolo e complementarem com suco ou vitamina. Se não tivessem o ingrediente, iam até a casa mais próxima, a de Agnes para pedir gelo, abacate ou polpa de alguma fruta. Outras vezes, mandam mensagens de texto para o marido Calu que, chegava com o ingrediente e ficava também para o lanche. Nesse intercurso, comia-se o bolo iniciado pela *vizinhança* da casa de Elvira, feito na casa de Joana, comido e dividido na casa de Ieda com a complementariedade da vitamina ou outra bebida cedida por Agnes.

Essas pessoas são conhecidas por terem *a natureza boa e criadas* para continuarem a ser assim. Assim, as primas justificam essas atitudes:

famílias. Sobre isso, um dia, ao voltar da casa de Analu com Joana, com nossas companhias, Life e Puff, passamos ao lado de um mata-burro que divide os setores Colina Quadrada e Pavão. Joana me olha e diz: ‘*Dani, tá vendo, nem Life e Puff passa o mata burro, até eles não gostam de lá*’ (risos). Joana faz referência ao desafio que nutre com algumas famílias do Pavão. Do mesmo modo, os animais expressam os afetos da dona, ao fazerem *vizinhança* nas casas com que ela tem grande *intimidade*.

³⁷ A noção de cuidado de Puig de La Bellacasa (2017) contribui substancialmente para pensar essa relação que Elvira, mas também Joana e Ieda, tecem com a *criação* e o cuidado das crianças e os bichos. Isso porque, tal como propõe a autora, o cuidado não se restringe apenas à agência humana, mas o contrário disso. Ele envolve também agências outras-que-humanas, inseridas no cuidar. A dissertação de Portugal (2022) ilustra bem essa ética do cuidado para além dos humanos, estendendo-se aos matos e ao cuidado que as indígenas pataxós destinam às plantas.

‘Isso de receber bem, vizinhar, veio de minha avó Josefa, você chegava lá de manhã, ela gostava de fazer uns bejuzinho na panela e aí ela tirava leite de coco, ela pisava no pilão, aí quando você chegava lá: come minha filha, come, tudo ela queria que você levasse. Lembro que ela batia cana e, às vezes, não podia chupar por não ter dente, tinha uns 10 netos espiando ali e ela dava. Tinha um pedaço de carne, ela batia nele tipo socar, e ela ia desfiando e dando. Igual em Elvis [pessoa] todo mundo vai comendo, não pergunta de quem é e de quem foi. A casa é farturenta. Povo vai lá para achar um pouco de comida’.

A essas ações, Ieda acrescenta:

‘Somos assim por causa de Vó Josefa, somos netas dela, isso de tirar ou separar a comida ela também que ensinou, ela tinha uma galinha, você via ela lá dentro da panela, tirava os pedacinhos pra Cauan, Florisvaldo e Ava, uma galinha só, uma galinha ela dividia com todo mundo, ela separava os pedaços que cada um gostava e chamava os netos: vai lá, leva lá pro fulano, aí os meninos levavam, ou ainda comiam na estrada (risos), ela não esquecia de ninguém’.

A *vizinhança* foi uma constante diária na minha estadia no Colina Quadrada. Abaixo, eu apresento algumas fotos das *vizinhanças* feitas entre as primas Joana, Ieda e Agnes. Estas entre si, entre seus parentes, e também comigo. A primeira foto é a *vizinhança* em que Joana faz um bolo de chocolate e leva um pouco para a prima Ieda e sua filha. Do mesmo modo, Ieda separa a janta que ela leva ao marido.



Imagem 13: Ieda, Joana e Jaqueline fazendo *vizinhança* com o bolo de cenoura e frango de molho. Acervo: Daniella Santos Alves.

A segunda foto é uma fornada de pão de queijo, iniciada pela minha ação de *vizinhar* um queijo de minas. Ieda faz o alimento, pede para eu tirar uma foto e compartilha na *vizinhança* com todos.



Imagem 14: Ieda, mostrando o pão de queijo para levar na *vizinhança*. Acervo: Daniella Santos Alves.

A terceira foto ilustra todos os produtos que os moradores do quilombo separaram e me deram para eu mostrar à *vizinhança* em Uberlândia, Minas Gerais.



Imagem 15: Produtos que ganhei na Malhadinha como *agrado e vizinhança*. Acervo: Daniella Santos Alves

E, por último, a foto é de uma *vizinhança*, realizada entre Joana e o tio Adolfo. A moradora foi buscar acerola no quintal do morador e saiu com farinha e requeijão para compartilhar com Ieda e outros moradores do Colina Quadrada.



Imagem 16: Joana fazendo *vizinhança* com o seu Tio Adolfo do Santa Rita. Acervo: Daniella Santos Alves.

Essas ações de *vizinhança* raramente acontecem na ausência de uma criança, o que não é despropositual. Tal como na primeira foto, em que a filha de Ieda participa da *vizinhança*, em outros momentos, ela é quem realiza a *vizinhança*, distribuindo os alimentos entre os parentes do Colina Quadrada. Assim, segundo Joana e Ieda, educam-se as crianças e jovens pelo exemplo.

2.3. As crianças: educando pelo exemplo

Alves (2018), ao falar da *natureza* no seu campo etnográfico, dizia que os moradores da comunidade rural de Pinheiro (MG) a associavam a Deus e, tal como ele fez os bichos, as plantas, as paisagens, fez também cada pessoa do seu jeito e com sua *natureza*. Cabe à mãe, portanto, fazer com que seus filhos se envolvam em atividades contrárias à sua *natureza*, para que aprendam pela prática e repetição a viverem de outras formas. Alves (2016) recorre ao exemplo de Benedita, que, ao observar que a sua filha tinha a *natureza* do povo do pai, de ficar sentada e sem fazer muito esforço vendo TV, colocava a menina para caminhar bastante, descendo e subindo as estradas de Pinheiro, levando recados e trabalhando muito. Ela precisava aprender a viver de outra maneira. O outro filho já era o contrário, não parava em casa. Então, destinava a ele tarefas mais demoradas, como debulhar milho e cuidar da criação.

Segundo a autora, na região que estudou, esses casos não eram a maioria, mas exerciam a função didática de ensinar as crianças de modo que elas crescessem ouvindo o quanto certas situações e hábitos são reprováveis. Essa ação, vista na etnografia de Alves, na qual os moradores recorrem a relato de histórias de outrem para servirem como exemplos, também é ilustrada e analisada na etnografia de Arco Netto (2017). No seu campo etnográfico em um bairro periférico de São Paulo, o antropólogo indica que as mães ensinam, por meio das palavras, dos inúmeros casos de meninos que “se perderam”, casos que fundamentam os processos de criação e construção de pessoa. Na Malhadinha, isso é feito à medida que as crianças observam os adultos que não foram tão bem criados e são *suvinos*, mal educados e, ao destratarem a mãe e os primos, ficariam assim também. Diante disso, se a *natureza boa* vem da prática da *vizinhança* e está só continua diante dos modos de *criar*, como ensinam as crianças?

Um dia, levei ao menos uns vinte pacotes de bolachas para dividir com as crianças do Colina Quadrada; fiz isso na expectativa de fazer *vizinhança*, agradecendo por tudo que faziam por mim. Cheguei até a casa de Joana, que estava na cozinha com Ieda, e logo que viram aquela quantidade de bolacha, me interpelaram: “*Dani, como você vai fazer para dividir com esse tanto de criança? Se uma vez, tem que dar para todas*”. Eu respondi dizendo que não tinha pensado nessa logística e iria dar para quem quisesse, ou então, que Jaqueline, filha de Ieda, dividisse. As primas começaram a rir, sabendo que aquela estratégia era impensável no quilombo: ‘*aqui, fomos criados pra dividir, se um recebe, tem que dar pro primo também, se não fica com vontade*’. As primas pediram à Jaqueline

para chamarem as crianças do Colina Quadrada para comerem a bolacha, ao mesmo tempo que separavam uma bacia de alumínio e iam colocando as unidades dentro.

Izabelinha, Sara e Daniel, netos de Ava, irmã de Florisvaldo e de Cauan, foram acompanhados de sua mãe Imaculada, filha de Ava e Eloir. As primas fizeram uma fila indiana que ia da entrada da porta da cozinha até a mesa, de modo que cada criança pegasse a mesma quantidade e, se porventura sobrasse, voltava para a fila e pegava de novo. Na vez de Teodora, ela disse à Tia: *‘Me dá mais’*; a que recebeu como resposta: *‘deixa de ser mal criada, menina, come essa, quando acabar, você volta e pega mais três’*. Para comerem as bolachas, também era exigido das crianças que elas tomassem banho, arrumassem o cabelo, trocassem de roupa para, então, irem comer, pois, segundo Joana: *‘assim, elas aprendem a conviver e não serem ruins’*.



Imagem 17: “Fila” para pegarem as crianças ganharem biscoito/bolacha. Acervo: Daniella Santos Alves

Em outra oportunidade, presenciei uma cena na casa de Ieda, no Colina Quadrada, para a divisão da pipoca de leite em pó. Novamente, colocaram as crianças em fila para conseguirem dividir igualmente para cada uma delas, tal como na imagem abaixo:



Imagem18: Fila para pegarem pipoca de leite em pó. Acervo: Daniella Santos Alves

Esse modo de relacionar entre a *vizinhança* é o que caracteriza o povo do Colina Quadrada ser de *natureza boa* e viver tal como sua ancestral. Aos *criarem* os seus filhos, as mães buscam orientar as crianças a dividirem a comida, serem gentis com os mais velhos e sempre ajudar. As crianças, em sua maioria, são primas entre si, andam e brincam juntas pela comunidade. Mas não só no Colina Quadrada, outros setores também procuram conduzir as crianças para serem boas e *darem o último* por intermédio das narrativas e exemplos de como se deve ser, como Jacinta no Centrinho.

Jacinta também é uma Siqueira Mendes e, tal como o povo do Colina Quadrada, faz *vizinhança*, especialmente no Centrinho com Ariele, sua cunhada e vizinha. Ela é vista como uma mãe, *dá o último* e, por isso, as crianças amam ir até a sua casa. Com ela, ficam as suas sobrinhas e seus sobrinhos Livia, de três anos, Betany, de treze, Odin, de cinco, Mike, de sete, Max, com cinco anos, e Betânia, com quinze. Além destes, estão sempre presentes as duas filhas de Jacinta: Livia, de quatorze anos e Odara, de doze. As crianças gostam de ficar perto da Tia, pois à medida que vai torrando farinha ou, em outros momentos, fazendo bolo, peta, geladinho e sorvete, sempre ganham um *agrado*. Todas essas crianças, a despeito do grau de parentesco, a chamam de Mãe Jacinta³⁸. Ela é vista como aquela que *dá o último* e sempre divide tudo, pois, no seu dizer, *‘nasci e me criei assim’*. As crianças correm em sua cozinha, levam uma tapinha na “popa”, que é sempre seguido de longas risadas. Ou então, quando vêm chorando do quintal após alguma divergência com um primo, ganham um colo de Jacinta. Quando doentes, as mães biológicas, a exemplo de Ariele, levam Livia até a cunhada para comer uma canja de galinha e receber um aconchego.

Jacinta é sempre muito alegre, conta histórias de como ser uma *boa pessoa*, a partir de uma situação específica de *receptividade* e compartilhamento com parentes e chegantes. Diz aos sobrinhos a importância de dividir, pois sempre voltaria para eles como algo bom. Esse ensinamento é passado com uma frase muito utilizada por Jacinta: *‘é melhor receber um Deus te abençoe do que falar um Jesus lhe pague’*. Mesmo diante de visitas *enfarentas* – ou seja, inconvenientes – como a do seu sobrinho Glebinho, quando chega bêbado na sua casa, a moradora mostra às crianças que não pode negar comida, oferecendo a sobra de almoço ao sobrinho. Ali, aprendem, recebem afeto, alimento, carinho, mas também os limites. Não é raro ver ela aos berros com o seu sobrinho Odin e sua sobrinha Livia que, muitas vezes, obedecem a ela e não às suas mães biológicas.

Jacinta, tal como Micaelo (2020), observou, no seu trabalho de campo, nos assentamentos rurais da Zona da Mata pernambucana, cria por extensão temporária e, ao

³⁸ Jacinta é neta de Allan Siqueira Mendes, do Nascente, que é filho do falecido Pietro Siqueira Mendes, irmão do falecido Leonardo e do já falecido Joca. Tal como o povo do Florescer e do Colina Quadrada, que *puxou a natureza* boa do *povo de primeiro*, o povo da Nascente e do Centrinho também herdou a *natureza boa* dos Siqueira Mendes na figura de Pietro. Mãe Jacinta tem a *natureza boa* tal qual uma mãe teria para com os seus filhos, os sobrinhos e qualquer criança que chega em sua casa. Ela dá o afeto, o alimento, o carinho, mas também o limite. Não é raro vê-la aos berros com o seu sobrinho Odin, sua afilhada e sobrinha Livia, que são crianças *‘atentadas’* [importunam Jacinta a qualquer momento com pedidos e choros] estes, quando ouvem, é só a ela. Mas após alguma repressão e bronca, Jacinta dá salgadinho, abraça-os e *‘dá banho’*, se for preciso. Mãe Jacinta é um exemplo nos modos de criar, segundo os *malhadenses*.

mesmo tempo, permanente. Temporária, pois não é responsabilidade direta dela, mas permanente, pois os sobrinhos e primos a têm como referência e, frequentemente, estão na sua casa, levando adiante os seus ensinamentos. Nesse sentido, Jacinta parece traduzir algo também visto por Micaelo (2020) sobre a relação de parentesco ir para além da família nuclear, sendo também responsabilidade dos parentes do grupo. No trabalho de Micaelo (2020), isso se traduz por frases semelhantes às ditas, como vimos no capítulo anterior, pelos moradores da Malhadinha, a saber: “*aqui todo mundo é parente*”; “*aqui todo mundo é meu tio*”; “*aqui é tudo uma família só*”. Desenvolve-se, assim, a concepção de que o cuidado com as crianças não é só responsabilidade da mãe, mas de um modo geral, do coletivo.

Sobre isso, quando inquiri Jacinta sobre o modo como cria as suas filhas, os seus sobrinhos e sobrinhas, a moradora sempre faz referência a ações de *vizinhança*, agrados e, muitas vezes, envolvendo o ato de alimentar:

Jacinta: *Odara [filha] cozinha desde os nove (9) anos. Eu comecei novinha também, dez (10), onze (11) anos. Aqui não é todas não, algumas. **Tem que ensinar de pequeno, pra não ter depois um 'não sei fazer isso', eu ensino fazer tudo. Ensinei as filhas de Ângela [irmã] ali, a Betany [sobrinha], tudo eu ensinei a fazer bolo, tudo sabe fazer bolo, a Betânia [sobrinha] sabe fazer pastel, bolo, tudo quanto é tipo de bolo e ensino a dividir*** (meus grifos).

Daniella: *é voce que ensina?*

Jacinta: *Ensino fazer que é para não ter desculpa é desde menino, **nasci e me criei assim*** (meus grifos).

Os ensinamentos de Jacinta no processo de *criação* das crianças e jovens não são feitos apenas de maneira direta – por exemplo, a instrução de como fazer um bolo –, mas também em condutas cotidianas vivenciadas por ela e na memória da sua própria criação. Quando vão fazer alguma visita na casa da Tia, com frequência ‘*as crianças ficam espiando*’. As meninas ficam com a Tia para aprenderem a cozinhar, tirar dúvidas, por exemplo, sobre a proporção da massa que deve ir ao bolo. Outras vezes, vão juntas até o quintal e Jacinta explica o que é cada planta e mostra como cuidar da roça, bem como cuidar da casa, sem que isso implique na ausência da escola, mas o contrário disso. Jacinta incentiva todas a estudarem para não ficarem como ela, refém apenas do trabalho braçal.

No começo de um almoço, é comum observar as meninas separando um pouco de comida para os irmãos que estão trabalhando na lavoura de cana-de-açúcar e irão chegar tarde. Quando perguntei à Jacinta o porquê fazem isso, ela disse: ‘*Aqui, a gente tira a comida, você não vai deixar a comida esfriar lá pra pessoa. Se voce tá fora, eu tiro.*

Quando Alonzo está para algum lugar ou algum dos meus meninos, eu tiro a comida deles primeiro, aí depois vamos comer’.

Do mesmo modo, ao fim do almoço, as sobrinhas vão direto lavar a louça, enquanto Jacinta me dá atenção. Sem precisar insistir, ela pede à sua filha, Odara, para fazer um café ‘*pra visita*’, que é completado com a particularidade do meu gosto: ‘*Odara, faz café pra Dani, pouco açúcar que ela não gosta*’ (risos). Mesmo interpelando Jacinta e reprimindo a ação, ela diz que fazer algo de que eu gosto é uma forma de *agradar*. Perguntei à Odara se sua mãe sempre busca *agradar* às pessoas ao entorno e, com um aceno de cabeça, a menina confirma, e Jacinta conclui:

Jacinta: *Aqui é assim Dani, tudo que você dá é um agrado, chega uma pessoa aqui, agora que não tá tendo muito sorvete nessas temporadinhas, tá chovendo demais, energia vai embora, aí eu não mexo com sorvete essas temporadas não. Aí eu faço geladinho, faço pastel, às vezes, eu frito pastel, se eu frito cinco (5) pastel eu dou no último, se eu frito dez (10) pastel eu dou no último também. É desse jeito, o dinheiro de ficar pra voce, dá tudo pros outros. Mas não é, isso é um **agrado** que você dá. Tem gente que diz: voce faz geladinho e fica dando pros outros, um geladinho que eu dou não vai me fazer diferença, né. Não vou ficar pobre e nem rica. **Se você agrada, você também é agradado** (meus grifos).*

Esse *agradar* que Jacinta menciona é fazer ‘*aquilo que o coração sentir vontade*’, é algo muito visto em situações cotidianas na Malhadinha, mas também em situações de *vizinhança*, como um agradecimento diante de um parente que lhe oferece algo, não necessariamente material, pois pode ser até mesmo a atenção ao assunto tratado por um interlocutor. Jacinta, frequentemente, *vizinha* a moto com o seu cunhado Calu, esposo de Agnes, que vive no Colina Quadrada. Quem busca a moto, geralmente, é o seu filho Otávio, que vai com o seu irmão Odair até as terras do Colina Quadrada. Calu lhe concede a moto, pois sabe que está irá voltar com o tanque, muitas vezes, mais cheio do que aquele que ela entregou; sem contar que Jacinta, em outro momento, poderá ajudar Agnes a torrar farinha e ambas, mesmo morando em setores diferentes, *vizinham*. Já no seu setor, Jacinta *vizinha* entre os seus irmãos e cunhadas: ‘*sempre vêm comer, meu irmão, as sobrinhas. É bolo, é peta, é cedo, é todo dia esses meninos vêm tudo aí, aqui a gente vizinha muito*’.

Odara, filha de Jacinta, é quem faz a *vizinhança* para a mãe na casa dos seus tios. Ao fazer um peixe, Jacinta chama a menina para levar até a casa de Ariele, sua cunhada, ou, se for *caranha* [peixe] *frita*, ela leva até o seu irmão, Alberto, pois ‘*ele gosta muito*’, diz. Mas, às vezes, é Alberto que mata uma caça e chama a sobrinha para levar até a sua mãe, pois sabe que ela gosta, é uma forma de *agradar e vizinhar*. Ariele, como retribuição

ao peixe inicialmente dado, chama Otávio para pegar um caldo de frango que fez ainda durante o dia e separou para Jacinta, ou então, quando Jacinta vai fazer uma visita rápida à Ariele, leva o caldo até a sua casa para jantar com a sua família.

No processo de *criação* das suas filhas, Jacinta leva as meninas para a torra de farinha, de modo que aprendam a como retribuir um favor de *vizinhança*, além da importância de sempre ajudar um parente. A *natureza boa* de Jacinta não é vista apenas no *vizinhar* e na sua contínua reciprocidade tácita, mas igualmente no cuidado com as palavras que a moradora emite e ensina a seus filhos e sobrinhos também. Ela me explica que, na *vizinhança*, você não pede *emprestado* uma moto, você diz ‘*me arruma*’, ‘*tem como o senhor*’, pois isso mostra uma relação de reciprocidade envolta por afeto. Ao passo que dizer *emprestar* parece expressar relações estabelecidas, como ela diz, com um banco: ‘*empréstimo que eu acho é o seguinte: vou lá no banco, pego um dinheiro, e aqui não é isso. Irmão Calu, você pode me arrumá, tem como o senhor?! Eu não chego e falo assim: ‘você me dá?!’*’.

Esses usos linguísticos expressam uma preocupação que Jacinta tem em não só passar a mensagem errada diante de determinado interesse, mas também a preocupação de ensinar como pedir as coisas em uma situação de *vizinhança*. Isso porque não se trata de relações diretas e envolvidas por um troca com um equivalente, mas sim de um sistema de reciprocidade tacitamente estruturado. Logo, como se trata de um sistema, alguns usos linguísticos são fundamentais para que a lógica deste continue a “girar”, por assim dizer. Notemos que a explicação desses usos linguísticos é reiterada a mim, mas também às suas filhas, que não só acompanhavam a conversa, mas também aprendiam sobre o que a mãe estava me e lhes ensinando.

Entretanto, esta seção parece apontar para uma organização sem lacunas e muito homogênea dentro da Malhadinha, o que de fato não acontece no referido quilombo. Nesse sentido, a seção abaixo inicia a discussão de como é a *criação* na Malhadinha dentro de um setor em que coexistem *naturezas* distintas.

2.4 Duas *naturezas*, uma única criação?

Diferente do povo do Colina Quadrada e do Centro e Centrinho, que a maioria é Siqueira Mendes com pouca ou quase nenhuma mistura com pessoas *de fora*, outra realidade pode ser observada no Pavão. Ali, há a presença de ao menos três famílias: os Magalhães Matos, os Siqueira Mendes e os Lago. Nesse sentido, se a *natureza* diz respeito a uma continuidade genealógica dos costumes antigos voltados para um universo de parentes, com jeitos e maneiras de se portar vinculados ao sangue, como se criam as crianças e jovens diante de tamanha mistura ou diante de diferentes *naturezas* familiares que se unem e se entrelaçam por laços de afinidade (casamento)? A *vizinhança* é a referência prática do *ser bom e dos modos de criar*? Mas quem são, então, as pessoas *ruins*?

O Pavão é um setor que, juntamente com o Colina Quadrada, tem um protagonismo na comunidade por receber as pessoas *de fora*, por serem lideranças, organizarem eventos festivos e de presença política. Ele é formado pelos antepassados do patriarca Francisco Magalhães Matos que, desde que ‘*se entendeu por gente*’, como dizia, viveu na Malhadinha, sendo o seu avô o primeiro a morar ali, trabalhando para as fazendas da região como vaqueiro. Diferente dos Siqueira Mendes, que herdaram as terras dos seus antepassados, Francisco só conseguiu um alqueire e meio no Pavão após o casamento de sua irmã com um Siqueira Mendes e o direito consuetudinário deste àquelas terras.

Casado com Dona Firmina do Piauí, que chegou na comunidade aos 16 anos, na década de 1950, forma o setor vivendo com quatro dos seus setes filhos, Agostinho, Ari, Osório e Alex. Agostinho e Osório se casaram com duas irmãs Lago, que vieram de Brejinho de Nazaré; já Ari e Alex se casaram com duas primas da Malhadinha, ambas dos Siqueira Mendes: Fernanda, do povo do Florescer, neta de Airton, irmão de Américo do Colina Quadrada, e Indira do povo do Nascente, neta de Allan Siqueira Mendes. A *natureza* do povo de Francisco é *desconfiada e quieta*, todos os seus filhos são assim, diz Dona Firmina: todos ‘*eles puxaram o pai*’. Ela diz que Francisco era tão desconfiado que, às vezes, ele não acreditava que um remédio poderia ter aumentado o seu preço: ‘*só podia ser alguém querendo passar a perna nele*’ (risos).

Entretanto, sua *natureza quieta e desconfiada*, vista também nos filhos, não é sinônimo de pouca hospitalidade, justamente porque foram *criados* também na prática da *vizinhança dos tempos de primeiro*:

Seu Francisco: *'Aqui, na época de meu pai, era assim: quase ninguém vendia nada para o outro; se matasse um gado, a hora que você cortasse aquele pedacinho, logo levava para o vizinho ali perto para comer. Salgava aquela carne e depois de seca mandava para alguém. Eu, quando casei, não comprei nada não. Ganhava de um, de outro, de outro, de outro, ia só juntando, né. Todo mundo trazia as coisas. Saia com aquelas vasilhas de carne entregando de casa em casa.*

Daniella: *Era costume?*

Seu Francisco: ***Era costume, já vem de berço, da nossa natureza, hoje mudou um pouco, mas nós aqui damos muito*** (meus grifos).

Mesmo sendo Magalhães Matos, Francisco entende a *vizinhança* como algo que vem da *natureza do povo* da Malhadinha, sendo que, no seu caso, esse enraizamento veio mais da *criação* com esse *povo de primeiro* do que do seu sangue. Por isso que, diferente do povo do Colina Quadrada, que entende essa *vizinhança* como sendo continuada nos dias de hoje, ele e Dona Firmina dizem que mudou muito e a *vizinhança* que fazem é só dentro de seu próprio setor, apenas com os filhos e as noras. Enquanto Francisco é visto como de *natureza quieta e desconfiada*, sua esposa, Firmina, é vista pela comunidade e alguns dos seus parentes como sendo de *natureza ruim e suvina* (egoísta). Isso porque, diferentemente do entendimento *malhadense* do que faz alguém ter a *natureza boa*, como aquele que *dá o último* e não nega nada a ninguém, ela faz o contrário: *'escolhe até mesmo para qual filho vai dar algum agrado'*, conclui Indira, sua nora. Os preferidos são Osório e Alex; para Agostinho e Ari, segundo Indira, ela vende a dúzia de ovos e para os outros ela dá.

Mas não só. O que também faz Dona Firmina ser vista como alguém cuja *natureza é ruim* é o comportamento que ela tem diante da comunidade como um todo. Um dia, Fernanda, com incredulidade, me contara que a sogra tinha pedido de volta duas panelas velhas de ferro que estavam compondo o museu da Malhadinha, e a justificativa que deu para tal ato era porque ela queria plantar duas mudas na panela: *'onde já se viu, Daniella, tirar as panelas do museu pra isso, ali é ruim mesmo'*. Outras vezes, a moradora prefere descascar a massa do buriti longe da família extensa para não ter que dividir com os filhos e as noras, conforme me contara Anita, filha de Fernanda. As ações consideradas como vindas de alguém de *natureza boa* são feitas de maneira pontual, não sendo suficientes para caracterizar a pessoa de Firmina. Ela dá abacate, outras vezes, divide o requeijão, mas tão somente de maneira pontual e não regular.

A fama de Dona Firmina corre também em outros setores da comunidade em que vivem seus sobrinhos e netos: ela é vista como o exemplo que não se deve seguir e só ficara tão sozinha porque *foi ruim a vida inteira*. Dona Firmina diz que, antigamente, o

povo era melhor, por isso que parara de *vizinhar* com a comunidade como um todo. O que é desmentido por suas noras e netos, que alegam que ela *é ruim* desde sempre, gosta *‘só da vizinhança venha a nós’*, como dizem Indira e Enade, suas noras. Entretanto, mesmo a maioria dos netos de Dona Firmina tendo o sangue dela e de Francisco – e carregando, portanto, sua *natureza ruim e desconfiada* –, devido à *criação*, não foram ao encontro das características dos seus avós e isso acontece justamente porque quem cria as crianças são, em sua maioria, as mães do setor, que as colocam para seguirem o *ritmo* da comunidade como um todo, para *darem o último*.

Como Fernanda e Indira são Siqueira Mendes, a *natureza e a criação* delas foram em conformidade com esses princípios. Já as irmãs que vieram de Brejinho de Nazaré, mesmo não tendo antepassados cuja *natureza* é associada como *boa*, alegam que a sua conduta é mais próxima à de Dona Josefa, do Colina Quadrada, do que a de muitos *malhadenses*, parentes dela, inclusive. *Vizinhar, receber todo mundo bem*, é algo que veio com elas por intermédio da religião católica, mas, especialmente, em decorrência dos mais de trinta anos que vivem na Malhadinha e foram *pegando o jeito* da maioria do povo dali. Anita, filha de Fernanda, é o exemplo de como a *natureza* e a *criação* podem se equilibrar, justamente porque ela é filha de um Siqueira Mendes e um Magalhães Matos, na figura de Fernanda e Alex.

Mesmo sendo Magalhães Matos, a mãe diz que a menina tem a *natureza trabalhadora* do seu povo, mas também do povo do seu pai, que muito embora seja *desconfiado*, é constituída por trabalhadores e por *boa gente*. Mas Anita puxara mesmo a *natureza* de sua mãe, dizem: a bondade, a alegria e o barulho são do povo do Florescer, é Siqueira Mendes. E muito disso acontece pela convivência direta com o povo de sua mãe. Especialmente com o seu Tio Gael do Florescer, um exemplo de alguém cuja *natureza é boa* e esta foi reiterada por sua *criação*.

Gael trabalha e mora em Porto Nacional, mas quando tem folga, vai até a comunidade para realizar alguma refeição com a família. Ele tem uma maior proximidade com duas irmãs que moram em Porto e com sua irmã Fernanda, que mora na Malhadinha. Esta vive em uma casa no setor Pavão, com sua família nuclear – Alex, seu esposo e os seus filhos Anita e Ruan – e com a família extensa do seu marido; Tainá, a filha mais velha, vive na cidade com seu esposo, parente *do povo* do setor Jiboia. Como sua irmã vive no Pavão, Gael tem contato com os sobrinhos-netos do seu cunhado Alex – Laura, Matheus e Ivo –, frutos dos casamentos entre os Lago com os Magalhães Matos, que também estimam a sua chegada e presença, pois veem nele um exemplo do que ser.

Algumas vezes, Gael chega de surpresa no quilombo e, ao descer da moto, suas mãos chegam abarrotadas de compras de supermercado, o que é acompanhado por buzinas e gritos: *‘eu trouxe 3kg de costela pra assarmos lá em pai [Cazé do Florescer]. Quem vem?’*; do outro lado, ele é recebido com euforia e entusiasmo e alguma comida que sua irmã já fizera para recebê-lo. Não demora muito, chegam os primos de Anita que adoram Gael e este, sabendo da extensão da família, faz questão de chegar com as sacolas cheias.

Ele não preocupa se os familiares têm condição de contribuir com aquele almoço, pois, como afirma: *‘se eu tenho dinheiro, eu dou tudo, todos meus parentes lá do Florescer são assim, Fernanda me dá tudo aqui, desde pequeno fomos criados assim’*. Ele faz menção à *receptividade* do seu setor, mas também da Malhadinha como um todo: *‘todo mundo aqui é assim’*. Mesmo me conhecendo naquele dia, já me convidara para a próxima folga em que ele iria levar castanhas para torrar, assar e quebrar com os primos e sobrinhos: *‘vou te mostrar a cultura da Malhadinha que eu nasci e fui criado’*.

Esse encontro aconteceu no dia seguinte. Eu levei Anita, Ivo, Matheus e Laura até o Florescer para encontrarmos Gael, que estaria assando a costela e esperando todos para torrarmos os castanhas juntos. Não demorou muito, Fernanda chegou com o seu filho Ruan para participar daquele evento promovido por seu irmão, com o objetivo de *agradar* os parentes fazendo um *‘churrasco’*, a comida preferida de Fernanda. E o que mais a deixou feliz foi que não era aniversário de ninguém, era apenas Gael a agradando. Enquanto Gael assa a carne, Fernanda vai até a cozinha do seu pai para fazer os acompanhamentos. Diante de tanta comida, questionei à moradora o motivo daquela fartura, além do fato de só o seu irmão estar pagando e se não ficaria pesado para ele.

Ela, como de costume, soltou uma risada e, gentilmente, me respondeu:

‘Daniella, não dá pra chamar todo mundo, mas quando Gael tem dinheiro, ele compra e a gente come carne. Aqui nós nunca tivemos muita coisa não, agora quando temos um dinheirinho, fazemos churrasco, vem mais a família, Gael passou muita vontade ainda menino, agora a gente come tudo junto e enche o bucho’ (risos).

Fernanda continua o raciocínio, dizendo que sempre foram criados assim: *‘quando a gente era pequeno, só tinha o pirãozinho, nós dividia com os irmãos tudo, até chinelo a gente dividia. Mãe, quando era viva, sempre ensinou que, se tivesse só o pirãozinho pra comer e tivessem muitas bocas, era pra dividir’*. Ainda naquela cozinha, Fernanda continua a me dizer que outra coisa que sua mãe lhe ensinara era não ser *‘suvino’*, que

não tinha coisa pior que *ser ruim*. Tal como no Colina Quadrada, as famílias do Florescer são Siqueira Mendes, e as crianças, a exemplo de Fernanda e Gael, foram educadas para sempre dividir, na prática da *vizinhança* e da boa *receptividade*. Nesse mesmo dia, Gael, considerando-me uma visita na casa da sua infância, fez todos os sobrinhos descascarem a castanha para me dar, ao mesmo tempo em que dizia: ‘*Dani, aqui eu fui criado assim, sempre dando o último. Se eu tenho dinheiro, compro comida pra todo mundo, passei muita vontade, fome não, como até encher o bucho, gosto de ficar de bucho cheio*’ (risos).

Do outro lado, Fernanda chama as meninas para arrumarem a cozinha com ela. Não há reclamação, nem tampouco indisposição para ajudar, pelo menos não da sua filha Anita, porque Laura, sobrinha do seu marido, enquanto pode, evita aquela tarefa doméstica. Perguntei à Fernanda se Anita é sempre muito solícita assim, ao que me foi respondido que sim, mas não só ela: Ruan também ajuda em casa, dá dinheiro para as irmãs e nunca reclama quando só tem arroz e feijão. Fernanda tem orgulho dos filhos e não é a primeira vez que eu os vi sendo elogiados no quilombo. Os dois são considerados como ‘*bons para casar*’, pois dividem tudo que podem, Anita ajuda a mãe em casa, além da tia e da avó. E, tal como Gael faz com o churrasco e as castanhas, Anita, quando tem dinheiro, compra sorvete e iogurte para agradar a mãe. Em outro momento, Anita me disse que vê no tio materno uma referência de *natureza boa*, pois ele não ‘*é suvino e mesquinho como outros, Deus me livre ser ruim, quero ser igual Gael*’, conclui.

As atitudes de Gael refletem em Anita, sua sobrinha, que o acompanha e, sempre que pode, reitera a solidariedade e *receptividade* do tio materno em contraposição à *natureza* de sua avó paterna, Dona Firmina: ‘*vó tem dia que é ruim, não divide os abacates do pé, não dá pra ninguém*’. Mesmo sendo criada no espaço físico do Pavão, tem a sua *natureza* afinada e em continuidade com a *criação* de sua mãe, isto é, parece não haver oposição entre a *natureza* apresentada pela jovem menina e a *criação* que sua mãe lhe oferecera.

Já sua irmã, Tainá, muito embora criada por sua mãe, que ensinou as duas filhas a trabalharem e serem boas, puxara mesmo a *natureza* do seu pai: trabalha muito, mas gosta de beber cerveja e é desconfiada e ciumenta: ‘*Alex é assim, Tainá puxou o povo dele*’, conclui Fernanda. Mas, na ausência de sua mãe, Tainá, como irmã mais velha, é quem assume as atividades da casa, quem cozinha para o pai e os irmãos, limpa tudo e deixa asseado como Fernanda lhe ensinara, mantendo a reputação da casa como a mais limpa da Malhadinha. Já Ruan, seu jovem menino, tendo entre dezesseis e dezessete anos, já puxara os tios do Florescer, segundo Fernanda: ‘*Ruan parece o povo de pai, já é mais*

moreno assim, forte e trabalhador, eu já tenho a natureza assim de pai que é parente lá do povo lá de Florisvaldo, dos Siqueira.

Alves (2016), na sua etnografia em Pinheiros, na região de Minas Gerais, observa que a mãe é quem parece assumir a responsabilidade da criação dos filhos com uma maior envergadura. Tal como visto no exemplo de Fernanda, é ela quem sabe reconhecer a *natureza* do filho, se puxou a família do pai, a dela, ou até mesmo a de ninguém. Segundo Alves (2016), a mãe é responsável por ensinar e transmitir conhecimentos variados, mas, principalmente, por identificar características do sangue e da *natureza* da criança, tentando influenciar naquilo que pode ser aprendido por meio da criação (ALVES, 2016). A mesma autora (2016) mostra, ademais, que a mãe, conhecendo a *natureza* dos filhos, destina, inclusive, atividades que possam refutar ou reiterar um comportamento pela sua criação, conforme já assinalamos no início desta seção.

Fernanda faz o mesmo com Anita, uma vez que identificara na menina uma *natureza* próxima à dos seus antepassados, e a reforçava por meio de sua *criação*. E, nesse ponto, as disposições parecem se equilibrar mutuamente. Anita seguira os passos da sua *natureza* pela *criação* de sua mãe. Ao me convidar para almoços e jantares feitos por ela, diz: *‘não precisa trazer nada não, Dani, só vem comer, gosta de que? Strogonoff?’*. Na pesquisa de campo, nos meses que fiquei hospedada na casa de sua tia e vizinha Indira, era comum acordar e ver a jovem menina lavando as roupas do pai, da mãe e até mesmo meu tênis e/ou boné, quando julgasse que precisavam. Diante da repressão por lavar meu boné e sapato, a jovem responde: *‘tem nada não, Dani, tô acostumada’*, me olha e finaliza com um largo sorriso no rosto.

Não é incomum também que acorde cedo, por volta das 05:00 da manhã, e vá caminhar com a sua tia Indira, ou então *que cate mandioca* em alguma roça da *vizinhança* para ajudar a sua Tia Enade com a produção de farinha. Esta é feita na torra no forno à lenha; a menina também é a única que dorme com a sua avó Dona Firmina e limpa a casa para a sua mãe sem a necessidade de qualquer pedido, sem falar em ordem. Diz o povo que *‘ali é feita para casar’*, puxara a *natureza boa* da mãe e do pai: *‘não tem preguiça e é trabalhadora’*.

Essa forma de receber e agradar de Anita diante dos parentes e dos visitantes é vista também em situações ocorridas fora da Malhadinha. Um dia, precisei dormir em Porto Nacional na casa de sua prima Sami, e Anita se ofereceu, gentilmente, para me fazer companhia na empreitada. Ao acordar, tal como Fernanda, nos dias em que fui visita em sua casa, ela já tinha feito o meu café sem açúcar – sabia isso *assuntando* e observando

os meus hábitos –, cozinhado alguns ovos, tinha arrumado a mesa e limpo o chão, de maneira similar ao que fazia em sua casa, do modo como foi criada. Questionei as primas, ela e a dona da casa, se fazem isso com todos os visitantes e elas responderam que ‘*sim, fomos criadas assim, Deus me livre ficar ruim que nem Vó Firmina*’, finaliza Sami, que é filha de Nara do Pavão e de Armando do Florescer.

As duas primas têm medo de ficarem mal vistas na comunidade. Aqui, os contornos do consanguíneo são driblados pelo modo como foram ensinadas, somando-se a isso que a *natureza* das primas parece estar em continuidade com a *criação*, ou é a *criação* que está em continuidade com a *natureza*? Sendo oposição ou complementariedade, a *criação* parece ditar o *ritmo* de uma família com mistura: recebem todo mundo, até quem não gostam, segundo Sami: ‘*vamos receber, vai beber café, comer bolo, mesmo se não gostar, não é porque é chato que nós vamos receber alguém de forma diferente*’.

Elas ouviram durante a *criação* que o modelo que não deveriam seguir, no caso de Sami, é o da avó materna, e de Anita, da avó paterna, Dona Firmina: ‘*que era danada para negar comida até pros filhos*’. Deveriam, sim, seguir as práticas dos outros parentes da Malhadinha, sobretudo dos mais velhos, do povo *de primeiro*, dos Siqueira Mendes antigos, de Dona Josefa e de Américo, que *sempre davam o último*. Sami, que mora apenas com o marido e o filho, diz: ‘*a gente é criado na Malhadinha assim, tem dia que o almoço perde, faço como se alguém fosse chegar, mas aqui na cidade nunca vem ninguém*’. Gael, Anita e Sami parecem reiterar a *natureza boa* dos Siqueira Mendes, dando continuidade aos laços *consanguíneos* por intermédio da *criação*. Isto é, ao que tudo indica, a *natureza* deles foi ao encontro dos modos de criar, e a *criação* reforçou a *natureza*.

2.5. É possível contornar o sangue? Outros casos

Entretanto, nem todos os parentes que são Siqueira Mendes têm a *natureza* em conformidade com a *criação*. Entre os Siqueira Mendes, existe um setor que não segue essa regra da *natureza boa*, a saber, o Santa Rita, terras acima do Colina Quadrada. Além destes, existem outras famílias que, mesmo sendo minoria, foram se ramificando na região a partir dos casamentos e são consideradas como de *natureza ruim*.

Sobre os moradores do Santa Rita, vivem ali os descendentes de Joca de Siqueira Mendes, irmão de Leonardo Siqueira Mendes, cujos descendentes, como dito, se

encontram no Colina Quadrada e no Florescer. Eloir nascera no Santa Rita, é neto de Joca Siqueira e filho de Demétrio: *‘um homem ruim’*, mas foi *criado* próximo do seu primo Florisvaldo, de *natureza boa e receptiva*, casando-se com a irmã deste, também sua prima, Ava do Colina Quadrada. Assim, sendo criado entre os de *natureza boa*, *‘pegou jeito do povo aqui, a natureza ali não é boa, mas tá mais Ava, ele é convivente com nós desde criança’*, conclui Florisvaldo. A família de Eloir, ou o *‘povo de Demétrio’*, é diferente dele, segundo Florisvaldo:

‘você vê que ele [Eloir] é até por fora dos de lá. Os de lá têm outra natureza, outra convivência, se você mexer, ele cisma com você e já Eloir não, ele já acostumou com nosso costume aqui. Elvira foi das que chegou por derradeiro e pegou o jeito nosso mais ligeiro, ela é uma mãe Elvira, ela gosta de menino de tudo quanto é jeito. Às vezes, eu falo: vai embora, menino; ela briga comigo: deixa o menino! Eu digo, não, tá atentado demais, deixa ir embora. Agora, menino não zanga comigo não, tá pra achar um que zanga comigo ou falar eu zanguiei com Florisvaldo (meus grifos).

Eloir, segundo Florisvaldo, foi para além do sangue, aprendendo os modos e jeitos daquela cozinha, familiarizando-se com os moradores daquela casa. Elvira, esposa de Elvis e nora de Ava, parece ter seguido o mesmo *rumo*. Nascida e criada em Brejinho de Nazaré, ela mudara para a Malhadinha ainda com dezoito anos, para se casar com Elvis. Segundo Florisvaldo, ela foi *‘pegando o jeito do povo dali’* muito rápido. Esse jeito de ser bom e *dar o último* em Elvira é visto na forma como ela trata as crianças, *dando o de comer*, mas também na maneira como cuida dos animais e divide, se for preciso, a comida dos filhos com estes. O cuidado para com os entes vivos da Malhadinha é o que define a moradora como uma *pessoa boa*. Entretanto, e diferente de Eloir, a *natureza* de Elvira não é conhecida, sendo que suas ações são fruto apenas da *criação* e da convivência.

No caso de Eloir, cuja família do quilombo é vista como de *natureza ruim*, há sempre, como lembrou Alves (2018), a possibilidade real das pessoas mudarem, alterarem seu *jeito*, transformando-se ao longo da vida e se comportando de maneiras não previstas, tal como o narrado por Florisvaldo. Entretanto, vale ressaltar outros casos, como o de Suiane e Nino, irmãos de Eloir; ela, diferente de Eloir, continuou com a *natureza ruim* do seu povo, justamente, segundo os *malhadenses*, por manter o convívio nas terras do seu pai, ao passo que ele mudara.

Nino, tal como Eloir, é a prova de que a convivência pode mudar o *‘caboclo’*, mas, ao contrário do irmão que migrou para o Colina Quadrada, ele dorme na casa do pai, mas vive entrando e saindo nas casas do Colina Quadrada, abrindo as panelas, tomando água, *fazendo bestagem*, pegando café e sempre fazendo uma boquinha. Tem a *natureza*

de *ser ruim*, mas o convívio entre os de *natureza boa* o faz oscilar, isto é, ele é bom, mas também não é tão receptivo como o povo do Colina Quadrada. É mais próximo de alguns e não cumprimenta quem não conhece, como tampouco faz questão de se aproximar, fica de longe, de sentinela. Eu o vi várias vezes na casa de Joana, mas nunca falava com ninguém desconhecido, mas, à revelia desse comportamento, os parentes gostam dele, o que permite que se movimente com frequência na casa de Jacinta, no Centrinho, onde vai ‘*para chupar geladinho*’, e em Alissa, no Florescer, para ‘*para comer farinha e pegar manga*’.

A casa de Suiane já é mais afastada, tanto pela distância geográfica, quanto pela imposta pela moradora. Ali, ninguém faz visita, ela é o exemplo do que as crianças não devem ser. Inclusive, os adultos reiteram, quando as crianças são mal criadas ou egoístas, que estão se parecendo com a parente e que, se continuarem assim, ‘*vão ficar ruim que nem ela*’. O que é respondido pelas crianças com algo parecido com ‘*Deus me livre ficar ruim*’. Florisvaldo, ao comentar da parente, não esconde a indignação: como ela poderia ser assim ‘*até cerca e mata burro eles colocaram ali pra acolá*’, coisa que não existe na Malhadinha; ‘*ali é ruim, bixo ruim, meu irmão Adolfo sofre, é um homem bom, dá tudo, se você chegar lá agora, ele vai te dar tudo, igual minha mãe Josefa*’.

Adolfo *nasceu e se criou* no Colina Quadrada, mas mora nas terras do Santa Rita, pois se casou com a filha de Demétrio, irmã de Suiane, e fez sua casa naquele setor. Após ficar viúvo, continuou nas terras com Manuela, sua filha de *criação* e sobrinha – está sendo filha de Ava, sua irmã. Para lhe fazer visita, é preciso entrar nas terras de Suiane, abrir o colchete³⁹, passar dois matas burros e correr o risco de levar uma *encarada* da moradora. Joana, quando visita o tio e a prima Manuela, a demora é pouca e sempre tem outro motivo por trás, por exemplo, pegar acerola no seu quintal para levar até a fábrica de polpa de fruta que ele, gentilmente, lhe dá. Antes de a sobrinha ir embora, tal como a *natureza* de sua mãe Josefa, ele ainda lhe dá um litro de farinha para levar, café e requeijão para comerem na hora, além do convite para esperar para o almoço ou até mesmo voltar outro dia para comerem um frango.

Diferente das atitudes de Adolfo, aquelas terras contam com a presença de Suiane. Um dia, pedi à Joana que me levasse até lá. À minha chegada, e em contraste com as atitudes normalmente vistas em pessoas consideradas como de *natureza boa*, não houve um sorriso, um convite para sentar no sofá, o oferecimento de uma água e/ou um café.

³⁹ Um colchete é um tipo de portão agrícola construído a partir de uma seção de cerca de arame, podendo ser removido passageiramente.

Ficamos em pé na porta de sua casa até o momento em que Joana, conhecendo a prima, antecipou os seus passos e me direcionou para conhecer o quintal da moradora e a nascente do Córrego Macaúba, que fica ali. Ao nosso retorno, e de maneira ríspida, ela disse para Joana que ficasse à vontade, pois estava ocupada. Ademais, o cuidado com o quintal⁴⁰, segundo Joana, representava a *'ruindade da sua alma'*, isso porque não estava aparado e o mato cobria até a vista. Era uma maneira, como tantas outras, a exemplo dos mata burros, para afastar os visitantes. À nossa saída, Joana não demorou e me disse: *"eu te disse, aí é gente ruim, não oferece nem água, trata mal é todo mundo"*.

Outros setores que são tidos como avessos à *natureza boa* e com a *criação* não tendo força para contornar, por assim dizer, o sangue, são o povo dos Borges, que vive no Boqueirão, os Alves, que vivem no Jiboia, e o povo dos Batista, que vive no Distrito. Segundo Cauan: *'esse povo dos Batista eles não tinha terra não, eles têm terra porque ficou tomando dos outros, cercando e tomando dos outros, eles tinham mais condição do que os outros, né'*. Segundo Cauan, eles não tinham e não têm parentesco direto com os Siqueira Mendes, eram e são *de fora*, mas estão ali há muito tempo por terem comprado terras, mas só compraram, pois são: *'encrenqueiros, bagunceiros, era esquisito, nem os irmãos eles não unem, ali no boqueirão deles, aonde eles moram ali, ó. Lá tem Tapuia, Nazaré, Aristeu, tem Bastião que mora na sede que era do pai'*.

Roque Borges era pai de Joãozinho (falecido), este, por seu turno, era marido de Adriana, que mora no Distrito e é tia da Joana – do Colina Quadrada – por parte de pai. À exceção de Adriana, segundo Cauan, a desunião desse povo veio: *'do avô, roubavam pra daná, roubavam gado dos outros desde quando meu pai [Américo] era vivo, Érico puxou eles, roubava gado, pintava e bordava, pegava era no mato de cavalo, Joãozinho era duro com força'* (meu grifo). Érico é conhecido por não ser tão honesto, podendo até mesmo roubar, o que é justificado por Florisvaldo pela *natureza* do seu avô: *'isso veio do seu avô, é da natureza, desde sempre roubava gados, Borges'*.

Esse costume não vai ao encontro do que se prezam os *malhadenses*: *'esse povo não é da Malhadinha, não tem coragem de dar nem uma xícara de café sequer'*, eu ouvia dos moradores. Quando a frase foi dita por Cauan, provoqueei-o, dizendo: mas não seriam

⁴⁰ A antropóloga Portugal (2022), na sua dissertação de mestrado, intitulada *'Abaixo de Deus eu tenho fé nesses matos: uma etnografia do regime de cuidado entre os Pataxó da aldeia Boca da Mata'*, apresenta uma etnografia que discute o cuidado que as mulheres da aldeia Boca da Mata realizam junto aos seus matos, nos seus quintais. Assim, e diferente da Malhadinha, onde um quintal com muitos matos exprime o "desleixo do seu dono", entre as mulheres pataxó, cada um desses *matos nativos* que prolifera é transformado em remédios que podem quebrar, cortar males e enfermidades que, porventura, venham a acometer alguém da aldeia.

vocês que dão demais? ‘*Eu só não dou mais porque eu não tenho, Daniella, puxei a natureza de minha mãe, Josefa, nasci e me criei assim*’ (risos). Suiane e Érico envergonham o grupo, mas como são minoria, eu ouço: ‘*não representam a Malhadinha*’.

Vale ressaltar que esses casos constituem exceções ao grupo e não ofuscam a regra geral da *receptividade*. A *criação* é vista com centralidade entre os moradores, pois mesmo uma criança que nasceu em povo de *natureza ruim*, como Eloir, carregando, de certo modo, a reputação da família, pode, pelo convívio, vir a ser *bom*. Ao que parece, na Malhadinha, o processo de *criação* é que formará a reputação de um indivíduo, muito embora a *natureza* do seu povo seja reiterada, tanto no sentido de refutar o comportamento do sujeito – como no caso do Eloir – ou para reiterá-lo, como no caso de Suiane e de Érico. Ambos, muito embora criados com outros parentes que são bons e *dão o último*, continuam com a *natureza ruim*, sobressaindo-se esta última, a *natureza*, à *criação*. Entretanto, eles se configuram mais como exceção do que como a regra da comunidade.

Aqui, ainda vale ressaltar que os moradores não descrevem e não indicam que exista coletivamente uma *criação ruim*, tal como existe uma *boa*. Isto é, a *criação ruim* existe, pois é por meio dela que se expressa a *natureza ruim* do indivíduo, mas isto, além de ser visto somente em casos isolados, não existe, no sentido coletivo do quilombo. Não existem setores e famílias que, em conjunto, buscam refutar e reiterar nas ações dos indivíduos atitudes distintas do que entendem como uma *criação boa*. Trocando em miúdos, a *criação ruim* existe, mas como resultado e consequência de uma *natureza ruim* e sendo vista em casos isolados, tal como os exemplos do povo do Santa Rita e dos Borges. Nesse sentido, diferente da *criação boa* que pode contornar o dado consanguíneo de alguém que nasce em uma família de *natureza ruim* e, conseqüentemente, com a *criação ruim*, como Eloir, a *criação ruim* não contorna o dado consanguíneo daqueles cuja *natureza é boa*. Nesse caso, o inverso não é igualmente válido.

Se pudéssemos falar em uma regra da Malhadinha, esta, geralmente, corre no sentido dos exemplos evocados dos Siqueira Mendes de uma *natureza* em continuidade com a *criação*, a exemplo de Ieda, Regis e Joana. Mas também no exemplo de Anita e Sami, ambas nascidas da mistura de duas famílias com *naturezas* diversas, mas cuja *criação* tem um lugar comum. Isto é, tanto os Magalhães Matos como os Siqueira Mendes buscam a *receptividade* como centralizadoras da vida no quilombo: apesar de os Magalhães Matos terem na gênese da sua *natureza a desconfiança* como representativa do seu povo, ela não se traduz na hospitalidade de grande parte dos moradores do setor.

Considerações finais sobre a parte I

O primeiro capítulo teve como objetivo apresentar as origens da Malhadinha desde os *tempos de primeiro*, a formação das principais famílias, a origem das terras e dos setores. Vimos que a origem da Malhadinha corrobora a ideia de que as comunidades quilombolas contemporâneas não surgiram e surgem apenas a partir de um processo histórico específico. Isto é, muito embora existam vários contextos históricos que são catalizadores para o que Berno de Almeida (2012) intitulou como a formação das terras de preto, geralmente, a cada comunidade a origem é associada a apenas um contexto histórico. Contudo, na Malhadinha, isso se faz diferente. Os moradores narram vários processos históricos que explicam a sua origem, e mesmo que estes sejam apresentados de maneira separada, estão interligados na construção do quilombo como uma comunidade.

Sendo assim, apresentei que a Malhadinha surge devido ao menos três processos históricos: a) são terras que sempre foram habitadas por parte dos seus antepassados, permanecendo aí uma espécie de direito consuetudinário; b) são terras que foram doadas por um fazendeiro, que, por sua vez, deixou-as aos seus descendentes, sendo estes com uma possível origem no cativo, visto que Felício Mendes teve duas famílias, uma com uma mulher que foi escrava, e outra com uma mulher branca; c) também foram terras quilombolas, no sentido colonial do termo, tal como acentua Osório no começo do capítulo, e é reiterado por Seu Francisco, uma vez que os quilombolas da região e da Malhadinha foram sendo formados por *‘esses negros que foram pingando de lá para acolá.’* E, em todas essas origens, as terras da Malhadinha *antes da cerca* tinham o uso compartilhado e cada família poderia plantar e/ou morar onde julgasse melhor, tendo o modo de viver baseado no compartilhamento e nas práticas de vicinalidade.

Ainda no primeiro capítulo, foram apresentadas as primeiras e principais famílias do quilombo, na figura dos Siqueira Mendes. Nesse sentido, apresentei a descendência a partir do casamento de Isac Siqueira e Dielma Mendes, estando diretamente ligados à formação dos primeiros setores e das primeiras famílias. Desse casamento, o filho Leonardo Siqueira Mendes teve um destaque na Malhadinha, uma vez que este teve dois filhos com Madalena, sendo ela a filha de Ismênia – *a escrava ferrada que veio da Bahia*. Os filhos Américo e Airton, fruto dessa relação, fundaram os dois principais setores do quilombo, a saber, o Colina Quadrada e o Florescer. Entretanto, e a despeito da existência dos descendentes desses primeiros moradores sob a família dos Siqueira Mendes, foram

apresentadas outras famílias constituintes da Malhadinha, como os Alves, os Borges e os Batista, tendo como destaque a família dos Magalhães Matos, tal como narrado por seu Francisco.

Das famílias nucleares às famílias extensas, está a formação dos setores, estes, sendo entendidos como espaços de terra constituídos por parentes ligados por alguma linguagem de filiação e casamento, compartilhando uma unidade de trabalho e consumo, mesmo que as famílias nucleares residam em casas separadas. Os setores em conjunto vão formar o quilombo da Malhadinha, o qual é identificado pelos seus moradores como sendo habitado por parentes. Assim, a frase ‘*é tudo família, parente, é junto e misturado*’ constituiu-se em um operador fundamental para conceituar, nos termos quilombolas, o que é família e o que é parente na Malhadinha.

Fernanda nos apresentou as várias definições de parente, tais como: *os parentes que são próximos, distantes e os parentes de consideração e os que não se tem consideração*. Os *parentes de consideração* são o que têm mais destaque na análise, não só porque dizem respeito ao fato de que esse conceito permite afirmar que na Malhadinha é possível “se criar parentesco”, até porque isso não seria novo ao pensar em comunidades tradicionais (MARQUES, 2002). A importância de dar destaque aos *parentes de consideração* está na forma como estes se constituem. E aí eu apresento a hipótese de que esses parentes são “criados” justamente por ações de hospitalidade vistas em figuras como Enade, Margarethe e em Elvira – no capítulo dois. Esta discussão segue no capítulo seguinte, quando ações similares de *vizinhança*, de *receptividade* e bondade foram permitindo que eu mesma fosse vista como uma *neta* por Florisvaldo e um funcionário da *Ágil Ambiental* como se fosse um filho, justamente por trazermos algo crucial aos *malhadenses*: a *vizinhança*, a *criação boa que dá sempre o último*.

Esses últimos conceitos – *vizinhança*, *criação e natureza* – *malhadenses* foram trabalhados no capítulo dois com objetivo de mostrar a origem da *receptividade*, por meio das ações de *vizinhança* associadas, sobretudo, à figura de Dona Josefa do Colina Quadrada. O ato de dividir a *matutagem*, compartilhar, foi visto na história narrada por Cauan sobre como a divisão e o compartilhamento feitos na *vizinhança* retornam para o indivíduo que iniciou tal prática. Essa história foi apresentada pelo diálogo entre um pai e um filho que acabara de se casar. O conselho do pai para o jovem é que este, sempre que puder, divida com os seus vizinhos a *matutagem*, pois o retorno é certo.

Esse recurso utilizado por Cauan é disseminado entre os jovens e as crianças no quilombo, por meio da *criação*. Este conceito sendo entendido como o ato de educar,

socializar e de aprender a viver junto. A *criação* na Malhadinha, pensando em sentido coletivo, tem como base o ensinamento da *vizinhança* e da divisão, de ser bom, hospitaleiro e *sempre dar o último*. Entretanto, a *criação* encontra um limite, por assim dizer, no conceito de *natureza*, do sangue, este último podendo, ser *bom ou ruim*. A *natureza* boa é muito associada ao povo dos Siqueira Mendes e é aprendida também por outras famílias que foram compondo a região. Entretanto, vale lembrar que a *natureza* é algo que ‘*vem de Deus*’, sendo possível, até entre os Siqueira Mendes, que existam famílias com a *natureza ruim*, como o caso do povo do setor Santa Rita.

Essa *natureza ruim*, muitas vezes, é contornada pela *criação* do coletivo, fazendo o sujeito, como Eloir, também *ser bom*. Todavia, nem sempre a *criação* contorna algumas *naturezas*, como no caso do Érico Borges e de Suiane, dos Siqueira Mendes. A despeito desses indivíduos de *natureza ruim* e tendo esta não sido efetivamente contornada na/com a *criação*, na Malhadinha, também existem casos de pessoas com a *natureza* diferente daquelas vistas no quilombo, mas que foram pegando o jeito das famílias e se tornando *parentes por consideração*, justamente por terem apreendido ou talvez nascido com uma *natureza* similar à de alguns *malhadenses*. Aqui, temos os casos de Enade Lago, Margareth Lago e Elvira, casada com Elvis Siqueira Mendes, moradora do Colina Quadrada.

Essas três figuras são importantes, pois não só mostram como alguém *de fora* pode *se tornar parente*, mas também como, na Malhadinha, ações de *vizinhança*, bondade e compartilhamento fazem o sujeito ser ou se tornar parente – *parente de consideração*. Tal como Érico serve para ser um exemplo do que as crianças e jovens não devem ser, elas, por seu turno, servem de exemplo para *os de fora*, do que estes podem ser. Isto é, pessoas *de fora* que têm ações similares aos moradores de *natureza boa e que fazem vizinhança podem ser parentes de consideração*, como Florisvaldo disse para mim e para um funcionário da *Ágil Ambiental*. Entretanto, vale ressaltar que Elvira, Enade e Margareth são casadas e moradoras de muitos anos na Malhadinha, e a situação delas jamais pode ser comparada às nossas, ainda que não deixem de ser ilustrativas do que *os de fora* podem se tornar.

Essas reflexões são importantes, pois não só mostram a origem da *receptividade*, mas como ela começou a ser experienciada no cotidiano por meio da prática *vizinhança* e como ela é ensinada por intermédio da *criação*. Nesse sentido, na parte dois da presente tese, veremos como a *receptividade* opera no cotidiano dos setores e como ela se expressa pelo e no movimento. Para tanto, apresento as categorias *ser de casa e ser visita* como

expressões *malhadenses* e modo como *a receptividade* acontece entre *os de dentro* que são próximos, amigos, mas também entre *os de dentro* que precisam ser controlados ou mais vigiados, uma vez que, em algum grau, apresentam o perigo.

Muito embora eu não retome tanto às categorias *da natureza boa/ruim*, elas não deixam de estar presentes na discussão do capítulo seguinte, uma vez que apresento Érico, um *malhadense de natureza ruim*, movimentando e sendo recebido nas casas dos parentes. Nota-se que a ausência da *vizinhança* e da boa *criação* incide diretamente nas teias do *receber bem*. Na parte dois, também início as reflexões de como eu, *uma de fora*, fui me tornando uma *de dentro e de fora* ao mesmo tempo, bem como de outros atores, dando partida e um debate que terá continuação na parte três desta tese.

Parte II

Mobilidades e Recepção

Capítulo 3. Os modos de ser, movimentar e receber

Notas Iniciais

A primeira parte desta tese buscou apresentar a origem da Malhadinha, o contexto histórico do seu surgimento, a disposição das famílias e a origem da *receptividade* a partir da *vizinhança*, sendo esta feita por pessoas cuja *natureza e a criação* se equilibram, sendo geralmente definidas como *boas*. Foi visto também que, na Malhadinha, quando os moradores pensam sobre a origem da *receptividade*, remetem a três categorias ligadas entre si: a *natureza boa*, a *criação* e a prática da *vizinhança*. Trocando em miúdos, significa dizer que a *receptividade* acontece porque ela está no sangue dos *malhadenses*, sendo a prática dessa ação o ato de *vizinhar* – dividir, compartilhar – e este sendo reiterado pela *criação* do sujeito. O que faz uma comunidade ser hospitaleira é, justamente, a continuidade dessas práticas ancestrais ainda nos dias de hoje, e estas também sendo direcionadas aos *de fora* e aos visitantes, como as situações vivenciadas por mim mesma em minhas estadias de campo no quilombo.

Assim, se a primeira parte buscou mostrar a origem dessa *receptividade*, o objetivo desta segunda, composta por um único capítulo, é desenvolver outra faceta crucial do *receber bem*, a saber, o movimento. Mobilidade e recepção são categorias que caminham juntas na Malhadinha. Por mobilidade, entende-se os diferentes modos e motivos de chegar e sair das casas e, por recepção, o ato ou o efeito de receber alguém que proceda dessa mobilidade. Ao que parece, a mobilidade constitui e é constituída pela recepção, e a recepção constitui e é constituída pela mobilidade. Assim, uma boa recepção leva a tantas outras mobilidades, do mesmo modo que uma recepção ruim restringe o movimento em direção a uma casa e a alguém.

Como, na Malhadinha, a *receptividade* tem uma centralidade na vida cotidiana, a preocupação com o *receber bem* faz parte do ordenamento da vida social, conjugando tanto afeto quanto o controle, pois é *‘preciso receber bem, mas ficar de olho’*. Desse modo, independente de quem chega e de como chega, todos serão *bem recebidos*, mas com certas nuances relacionais ou contextuais. E é sobre essas nuances relacionais de que trata esse capítulo, voltado mais para as relações cotidianas e internas, mas considerando também as relações com *os de fora* a partir da minha própria experiência de pesquisa.

A casa de Joana é um lugar de muitas chegadas e partidas: são agentes da *Energisol* para dar informativos sobre o barracão de polpa de fruta, para fazerem reunião, ou até mesmo para fiscalizarem os procedimentos da fábrica. É comum também que os seus parentes, *os de casa*, como Ieda, Régis e Agnes, deem uma passadinha ali para *darem um recado*, para tomarem um café e, no caso de Régis, para *fazer a ronda* [explicarei adiante]. Há também aqueles não tão *próximos*, como Indira e Enade, que vão tratar dos assuntos da CONAB; as crianças chegam para *falar um oi*, *fazerem bestagem*, comprarem geladinho ou para pedirem bolo.

Tal como Joana recebe, também é comum ela ir à casa das pessoas. Em Ieda, ela vai todos os dias para *fofocar*, fazer *vizinhança*, combinar alguma reunião da comunidade e encontrar Régis e Florisvaldo, que vivem por lá. Em sua prima Agnes, vizinha de Ieda, o *ritmo* é parecido: come um pão de queijo, um doce de buriti, combinam de irem juntas matar um frango na prima Analu, de catarem acerola no tio Adolfo e até mesmo de realizarem algum trabalho juntas na fábrica de polpa de fruta. A casa de Elvira de Elvis é para almoçar, pois lá sempre tem algo de comer, ou então, vai aos domingos, a fim de vender as suas roscas de queijo, aproveitando também para passar na casa de sua tia Ava.

Ela restringe a sua movimentação ao Colina Quadrada, por isso, com uma frequência menor, vai em outros setores. Por exemplo, no Pavão, vai à casa de sua prima Fernanda logo após passar pelo barracão de eventos da comunidade que ela limpa com frequência, ou então, *visita* Mag, pela amizade construída nos cinco anos que residiu na casa de fundo de seu terreno. Em Jacinta, no Centrinho, ela vai quando tem alguma carona ou se a moto estiver disponível, mas sempre a encontra nos cultos aos domingos ou então na casa de Agnes, quando Jacinta vai até o Colina Quadrada para ajudá-la a torrar farinha. Esses movimentos passageiros (de receber e ser recebida) são, em sua maioria, feitos entre *os de casa*, mas é possível também existir outros movimentos, como o da *visita*, feito entre *os de dentro e os de fora*, sendo estes um pouco mais demorados.

Sobre esses últimos, um dia estávamos na cozinha de Joana *fazendo o de comer*, quando alguém grita na porta: 'Joana, Joana'. O sinal de que seria *visita* foi o fato de ele anunciar a sua chegada, pois, geralmente, quem é *de casa* pouco faz isso, já chega e vai entrando. De todo modo, Joana parou de preparar o jantar, pedindo para que eu continuasse, e foi até a porta. Era Amarildo, filho de Allan, esposo de Doris (e que é agente de saúde), que chegava até ali. Do mesmo modo que Amarildo vai pouco às casas

das pessoas, as pessoas também vão pouco à sua residência; logo, a *intimidade* não foi tão desenvolvida com ele. Segundo Régis, essas *entradas e saídas, dar recado* e até mesmo fazer *visita* permite isso, criar *intimidade*. Logo, quem pouco *visita*, não faz *vizinhança* e pouca *proximidade* tem, dificultando ainda mais pegar *intimidade* e *ser um de casa*. Lembrando desse aviso de Régis, reparei no modo como Joana se dirige a Amarildo. Sem participar do assunto, por não ter sido convidada a ir até a sala, fiquei na cozinha.

Assim que Amarildo foi embora, perguntei à Joana o porquê ela tinha parado de fazer as coisas dela para recebê-lo, além de não ter oferecido o jantar que estávamos fazendo. Fiz essa pergunta comparando a sua relação com Ieda, pois nunca para o que está fazendo para recebê-la, nem com Régis. Ela me disse: ‘*O Amarildo veio aqui e ele já tinha jantado, por isso não ofereci nada*’. Aí eu perguntei como ela sabia que ele já tinha jantado e a conclusão foi pela hora do dia: por ser uma pessoa muito sistemática, ele não aceita comida na casa dos outros e somente faz *visita*, ou quando o faz, após a sua refeição. Sobre parar o que está fazendo para ficar com ele, ela me disse: ‘*parei porque nós não temos intimidade de ficar lá com ele fazendo outras coisas, aí quando ele chega, temos que parar, mas se fosse Doris [sua esposa] chegar aqui em casa eu não paro, já é de casa*’.

Sobre essas andanças e recepções de Joana, mas não restritas a ela, perguntei aos moradores do Colina Quadrada, Régis, Ieda, Agnes e Joana, como poderiam ser chamadas essas mobilidades e se são comuns – tal como eu observava – todos serem bem recebidos, muito embora eu notasse diferenças nas recepções. O que é essa *receptividade*? Existe diferença nos modos de receber? Se sim, por que acontece? Qual o nome que se dá para esses deslocamentos? São visitas? Quem é de casa e quem não é? Quem se visita? Quem se evita? Qual o motivo, ou quais os motivos, dessas andanças? É possível mandar alguém embora de casa? O que se faz tanto na casa um do outro? Essas e tantas outras perguntas foram dando a forma e a cor ao que eu, genericamente, entendia pelo termo receber e a sua prática unicamente como visitar⁴¹.

⁴¹ Vale ressaltar que, aqui, apesar de os verbos ‘receber’ e ‘visitar’ estarem sem o itálico que marca a grafia dos termos nativos, isso não significa que não tenham sido usados por meus interlocutores. Os *malhadenses* empregam essas palavras, mas à luz do seu próprio entendimento e de como elas são significadas dentro do código social do grupo.

Se na primeira parte eu procurei entender a origem da *receptividade* pelas categorias *criação, vizinhança e natureza*, agora eu procuro entender a dinâmica do receber através de duas mobilidades, *ser de casa* e *ser visita*: ou seja, *receber* e *visitar*. Por meio delas, busco mostrar não só como essas categorias são cambiáveis entre *os de dentro e os de fora*, mas, sobretudo, como podem iluminar diversas faces do receber, a depender do *chegante*. Com a ajuda de outras formas de mobilidade, como o *fazer a ronda, fazer bestagem*⁴², *dar recado, fofoca e fuxico*⁴³, discuto cenas de afeto, controle e vigilância produzidas e exibidas nessa teia relacional do receber bem. Assim, existem alguns movimentos típicos ou regulares feitos pelos *de casa* que, em sua maioria, são pessoas *de dentro*⁴⁴ e parentes com *proximidade*, mas também podem ser pessoas *de fora* que se tornaram *de casa*. Mas, do mesmo modo que existe a possibilidade de pessoas *de fora* serem próximas, é possível também que pessoas *de dentro e de casa* representem perigo, sendo então mais vigiadas e/ou evitadas.

Já o conceito de *visita* aparece na contraposição do *ser de casa*. Enquanto o primeiro revela uma face do receber dada por uma certa formalidade, o outro é próprio dos chegantes que têm *proximidade*. Essa separação mais genérica dos conceitos parece apontar para a existência de uma dualidade. Isto é, *ser de casa* como uma mobilidade de quem tem *intimidade* e o *ser visita* como algo feito entre quem não tem *intimidade*. Entretanto, vale ressaltar que essa separação é um recurso analítico pois, na prática, essas categorias vão se compondo e decompondo ao mesmo tempo. Digo isso, pois, na Malhadinha, ao mesmo tempo que uma pessoa é *de casa* em um lugar, ela pode ser *visita* em outro, sendo também *visita* em um lugar em que ela tem o costume de *ser de casa*.

Se eu pudesse definir a “essência” de cada uma dessas mobilidades, poderia dizer que *ser visita* trata-se, antes de tudo, de fazer o dono ou a dona da casa dedicar um tempo para um trabalho e/ou um afazer para receber aquele que chega. E *ser de casa* como uma relação em que não é necessário parar um afazer perante aquele que chega, tratando-se de um encontro mais informal, por assim dizer, e o trânsito e a expectativa do encontro sendo mais “livres”. Entretanto, há uma situação em que o movimento dos *de casa* obedece a um propósito distinto ao da definição acima, quando estes estiverem em uma situação de

⁴² Que seria o mesmo que movimentar sem propósito, como também observou Dainese (2011) na Terceira Margem, comunidade rural na qual ela fez pesquisa no seu trabalho de doutorado.

⁴³ Enquanto a *fofoca* são comentários gerais de uma situação, o *fuxico* são os comentários maldosos a respeito de um ocorrido.

⁴⁴ As pessoas que aqui chamo *de dentro* são aquelas que residem na Malhadinha e são, em sua maioria, parentes, e *os de fora* seriam as pessoas que não residem no quilombo, tendo a sua estadia e permanência ali apenas esporádicas ou pouco regulares.

visita. Explico: às vezes, um parente vai até a casa de outro com o qual tem *intimidade*, mas essa ida não é desinteressada, ela é feita de modo a dedicar um tempo àquela relação. Quando existe essa mobilidade entre *os de casa* com o fim de dedicação, trata-se de uma *visita* entre *os de casa*. Uma situação de oportuna demonstração de afeto, construção de amizade, mas também de respeito e seriedade diante dos idosos, ou até mesmo diante de alguém que veio de longe. A *visita* permite a construção de um momento entre quem chega e quem recebe se dediquem a essa relação: enquanto quem é *de casa*, geralmente, tem seus movimentos apenas passageiros em uma residência, a *visita*, por definição, é demorada.

Quando se pensa em mobilidade⁴⁵ e encontro, a visita é o conceito mais acionado, pois, aos olhos de qualquer observador, entende-se enquanto uma relação entre quem chega e quem recebe. Talvez, seja por isso que a literatura, ao falar do conceito de hospitalidade, recorre à visita como sendo a expressão máxima dessa relação. A visita, tal como a hospitalidade, segundo Rivers (2012), traz em si uma contradição. Isso porque ela coloca em relação o encontro entre um anfitrião e um hóspede, existindo de um lado uma aproximação do dono da casa com o chegante, como forma de afeto, de cuidado, de amor e atenção. Mas, por outro lado, essa aproximação não deixa de ser um modo de reduzir qualquer possível ameaça trazida por aquele estrangeiro que chega, mostrando como a aproximação evita a potencial hostilidade (RIVERS, 2012). Assim, a *visita* é a ponta da lança do paradoxo hospitalidade/hostilidade.

Mas não só. Se entendemos que a hospitalidade envolve o encontro entre um que recebe e um que se movimenta, a mobilidade *ser de casa* também entraria nesse paradoxo. Mas aí o leitor poderia pensar: como alguém que é *de casa* representaria uma ameaça? Não seriam só estrangeiros e/ou visitas os ameaçadores? Os *de casa* não seriam todos abrangidos pela *intimidade*? Na Malhadinha, não. É possível que existam moradores que se movimentem como *os de casa*, indo e vindo, mas que, ainda assim, representam um perigo. Entretanto, esse perigo, na Malhadinha, não é repellido com uma ação direta de mandar o sujeito embora, e isso não acontece justamente porque grande parte dos moradores da Malhadinha são receptivos, se vêm como receptivos e *criam* uma socialização do grupo para reiterar esse movimento, como visto no *conceito de criação boa* visto no capítulo anterior. Assim, mandar alguém embora de uma casa, mesmo sem

⁴⁵ Dainese (2016) indica que a hospitalidade promove o movimento, isto é, o fluxo de pessoas nas residências, permitindo a construção, modelação e prática dos códigos da hospitalidade dos moradores entre si, com algum estrangeiro de casa, estrangeiro sozinho ou acompanhado.

intimidade ou até mesmo quando este representa perigo, parece ser ação inadmissível no quilombo e se isto acontecer o sujeito será visto como *ruim ou de natureza ruim*.

Desse modo, *ser de casa e ser visita* são mobilidades que envolvem a recepção, sendo que ambas carregam em si o paradoxo da hostilidade/hospitalidade que Rivers (2012) indicou. As suas diferenças e complementariedades trazem consigo essa ambivalência entre o afeto e controle: com alguns *de casa, de dentro e parentes*, nota-se afeto e cuidado, mas existem parentes que precisam ser mais controlados e vigiados, tal como alguns visitantes que *são de fora* ora podem *ser de casa* – a depender do setor a que eles se dirigem – e outrora podem ser *visitas* – a depender do setor e da situação em que se encontram. De todo modo, há uma oscilação entre o afeto e o controle em ambas as mobilidades.

Dito isso, o objetivo deste capítulo é mostrar a dinâmica da *receptividade*, a partir do afeto e do controle em articulação com as composições e decomposições que as categorias *ser casa e ser visita* apresentam na Malhadinha. Para isso, divido o capítulo em três seções. Em um primeiro momento, irei apresentar os modos de ser, movimentar e receber *os de casa*, fornecendo exemplos etnográficos do cotidiano *malhadense*, mostrando relações afetuosas com os parentes, bem como aquelas que devem ser mais vigiadas e controladas.

Já em um segundo momento, apresento o conceito de *visita*, diferente, mas complementar ao movimento dos *de casa* feito entre os parentes e amigos *de dentro e de fora* da Malhadinha, dando mais atenção para as relações internas. E, em um terceiro momento, mostro o caminho que foi sendo trilhado por mim, enquanto uma *de fora* que, após fazer *visitas* e acompanhar os movimentos dos *de casa*, fui me aproximando de algumas famílias do quilombo e me tornando o que intitulei como uma “visitante de casa”, mostrando a ambivalência que a minha figura apresentava no cotidiano em diferentes famílias e setores, corroborando também para a compressão da mobilidade das pessoas e das categorias.

Essa ambivalência direcionada aos visitantes *de fora* não é restrita apenas à minha figura, claro, mas o contrário disso, ela é dirigida sempre, no entanto, com nuances relacionais, a todas as outras pessoas *de fora* do quilombo – funcionários da *Energisol* e atores envolvidos com as políticas públicas do PBQ, por exemplo. Cada um desses chegantes tem um interesse na comunidade e orienta as suas ações a partir disso, ao passo que os moradores também realizam a recepção a depender da sua chegada, conforme a ameaça potencial que aquele visitante supostamente apresenta. Nesse sentido,

pesquisadores, agentes do governo e do empreendimento trazem benefícios, mas também potenciais prejuízos, e é então preciso e fundamental vigiar. Logo, para cada um desses transeuntes, vê-se mecanismos de afetos e vigilâncias construídos de maneira distintas. Essas discussões sobre as mobilidades e aproximações de outros *de fora* continuam nos capítulos seguintes.

3.1. Modo de ser: *os de casa*

O movimento de recepção *dos de casa* é sempre construído na contraposição ao conceito e ao movimento de *visita*. Por isso, vou apresentá-los de maneira separada, mas não independentes. *Ser de casa* é tanto uma forma de movimentar quanto uma condição de ser visto e de ser recebido. Quem é *de casa*, geralmente, tem o seu movimento passageiro, passa-se para dar *um recado, fazendo bestagem, fazer a ronda, fofocando e fuxicando*, justamente por serem pessoas que moram no quilombo e compartilham a vida cotidiana umas com as outras. Seu movimento é chegar, entrar nas casas, pegar água, petiscar algo que estiver em cima da mesa: afinal, todos te conhecem, são pessoas com quem se tem *intimidade*.

Ser de casa é algo que pode ser feito via parentesco ou não, pode se dar entre *parentes próximos*, como o descrito no exemplo acima entre o povo do Colina Quadrada, mas também entre os amigos ou os que se tornaram amigos, *aqueles mais próximos do que muitos parentes* ou como Fernanda definiu no capítulo anterior como *parente de consideração*. O que prevalece no *ser de casa* é a *intimidade* entre aquele que chega e aquele que recebe, e trata-se, desse modo, mais de uma relação construída do que um dado pelo parentesco. Tal como apontou Carneiro (2010)⁴⁶, é possível ‘se tornar chegado’ via narrativa, trocas, amizades, brincadeiras, ajudas e assuntos (o que será tratado em outra seção desta tese).

As pessoas *de casa* são aquelas que recebem um tratamento similar ao que qualquer outro membro da família teria, segundo Kelvin do Colina Quadrada: ‘*a gente quer que a pessoa tenha a mesma liberdade que a gente tem, que fosse igual, por isso, deixa ela à vontade para ver TV e ir às panelas*’. Ieda, sua irmã, ao me dar exemplos de

⁴⁶ Para uma pessoa *de fora* se tornar de casa, primeiro, ela chegou como *visita* e foi construindo essa *proximidade* por intermédio das narrativas, troca de palavras e comidas, como no meu caso, mas também no de Carneiro (2010). Mesmo não sendo parente, foi possível, no caso dela ser uma ‘chegada’, assim como no meu caso, construir uma relação de *intimidade*, de ser uma *de casa*, em algumas casas e setores da Malhadinha.

peças *de casa*, falava que são aqueles que *não têm cerimônia*, eles podem chegar e, caso ela estiver de saída, deixa a pessoa à vontade na sua casa e vai *para a rua*. Com sua irmã que mora no Porto Nacional, é assim: Catarina é *de casa* e tem *intimidade* para ficar sozinha: ‘*Minha irmã ela não mora aqui, ela mora lá em Porto, né, mas só que quando ela chega aqui, eu não a considero como visita, eu largo bem aí e vou lá pra rua fazer outras coisas, mas deixo ela à vontade*’. Outras vezes, na presença de alguém entendido como *de casa*, ela continua fazendo o seu *serviço* ou, então, coloca a pessoa para fazê-lo, como com sua prima e vizinha Agnes: ‘*às vezes, eu preciso sair, coloco Agnes para lavar a roupa dos meninos e vou me embora para Porto resolver outras coisas, ela é de casa e, se precisar, faço por ela também*’.

Os exemplos de Ieda parecem indicar que o *ser de casa* é feito pela via do parentesco, como o caso de sua irmã e de sua prima Agnes. Entretanto, nem todos os parentes são *de casa*; Analu, sua também prima, é exemplo disso. Ela é prima de Ieda, tal como Joana e Agnes. No entanto, as primeiras têm mais *intimidade* ao passo que Analu, segundo Ieda: ‘*tem o mesmo grau de parentesco, mas temos menos intimidade, o que temos é proximidade*’. A *intimidade* se define por uma relação em que ambos os sujeitos têm um trânsito livre para tratar de qualquer assunto independente da sua *natureza*, entrar na cozinha e ir pegando o de comer, e com Analu até tinham *proximidade* de encontrar, de ter assuntos próximos, conversar e trabalharem juntas, mas não eram tão *chegadas* no dia a dia para entrar na cozinha dela e mexer nas panelas, chegar na sua casa a hora que quisessem como Ieda, Joana e Agnes fazem entre elas. A *proximidade* parece ser um espaço que o indivíduo ocupa entre ser ao mesmo tempo *intimo*, mas também um pouco distante. Você tem afeição por aquela pessoa, mas não *intimidade* suficiente para entrar completamente na esfera da vida privada. Logo, é possível ter parentes que tenham o mesmo grau de parentesco, mas com distintos graus de *proximidade*.

Mag, moradora do Pavão, reitera essa mesma situação narrada por Ieda do Colina Quadrada a partir da relação com a sua irmã Enade. Segundo Mag: ‘*Por exemplo, eu não sou de ir na casa de Enade, eu só vou na casa dela quando tem necessidade pra ir, mas não sou de sentar e ficar batendo papo*’. Eu continuei questionando-a, mas você não é *de casa* lá, não é sua irmã? ‘*Não, isso depende dos parentes, né, porque eu mesma, assim, às vezes, eu tenho intimidade com pessoas que não é meu parente, do que quem é meu parente*’. Margareth deu um exemplo de relações de *intimidade* ao *ser de casa* na casa de não parentes, de chegar mexendo na garrafa de café:

“Eu faço isso [mexer na garrafa de café] em Joana, Ieda e ali em Elvira só. Na casa de Ava eu não faço, na casa de Zira não faço, na casa de Analu, na casa de Agnes, na casa de Anastácia, na Madalena, nem na casa de Enade, minha irmã eu faço isso, na casa de Fernanda também não. Na casa de Dona Firmina [sogra] eu mexo na garrafa bebo café, na casa de Adélia também faço.”

Margareth é uma *de fora* que se casara com alguém da Malhadinha, Osório, filho de Francisco e Firmina. Sua única parente ali é Enade, que se casara com o irmão de Osório, Agostinho. A moradora reiterada vezes diz que ali não tem parentes, só Enade; mas tem mais *intimidade* com os parentes do marido, aos quais ela se refere como *parentesco por consideração* (cf. capítulo.1), mais do que com Enade e com Rosinha, esta última sua irmã que mora em Brejinho de Nazaré, mas que quase não vê. Assim, ela equilibra a relação com as irmãs para um bom convívio, mas é mais *próxima* de *parentes de consideração*, como Joana, Ieda e Elvira.

Tal como é possível ter relações dosadas com alguns parentes, também é possível não ter quase nenhuma. Ieda, do Colina Quadrada, deu-me esse exemplo com o seu primo Osório, esposo de Margarethe filho do seu tio Francisco, irmão de sua mãe. É primo igual Analu e Joana, mas: *‘nós não temos proximidade com ele e quando é assim nós não temos é consideração, mesmo sendo parente’*. O *não ter consideração* não significa desrespeitar, mas que se trata de uma pessoa distante e que não faz parte da construção e funcionamento diários da sua família. Então, as aproximações acontecem em situações específicas, como o velório de sua mãe, quando o seu primo fora lhe *visitar*, e no falecimento de Dona Neide, mãe de Enade e Margareth, ocasião em que ela foi *visitá-los* no Pavão. Mas, ali, não era *de casa*, o movimento era restrito, a brincadeira controlada e a evitação de adentrar em assuntos mais delicados eram sobrepostas por assertivas padronizadas como o *‘sinto muito’*, *‘uma pena esse acontecimento’*, e *‘paz de cristo’*. Diferente, por exemplo, da relação que Ieda tem entre os seus parentes do Colina Quadrada, sobretudo com sua prima Joana, elas são o exemplo máximo da relação de movimentar e de *ser de casa* com *intimidade*.

3.2. Movimentar e receber

A casa de Joana ilustra bem o movimento *dos de casa*. Neta de Dona Josefa, a casa é cheia dos chegantes que são parentes próximos, distantes e amigos. Sempre tem à disposição chá, café, boas risadas e uma feição acolhedora, sinalizando algo como *‘que bom você estar aqui’*. Nas tardes em que eu passava em sua casa, acompanhei esse

movimento ou ouvia algumas histórias sobre essas chegadas e partidas. Ela me contava como ali é assim: *‘as filhas de Elvis sabem a hora que a comida sai, Régis, Ieda e Agnes sempre vêm, todo dia essa hora passa alguém para comer, vizinhar, fofocar e conversar’*. Joana não gosta de comer sozinha e sempre divide com os chegantes, porque sabe que, quando for até à casa deles, especialmente nos primos do Colina Quadrada, a recepção será a mesma: *‘aqui é assim, quando faço bolo, não gosto de comer só, mas de dar para as crianças para não comer tudo sozinha, é importante vizinhar e dividir’*.

Esse cuidado para com os chegantes também é destinado aos moradores da casa que não estão presentes, como o seu marido. Assim, ao fazer pão de queijo, roscas ou bolo, ela *‘tira’* o do esposo Grandão, separa outros que ela vai levar na *vizinhança* e aqueles destinados aos sobrinhos que cedo ou tarde passarão por lá. Espera-se do dono da casa, mesmo que *os de casa* estejam de passagem e cheguem perto da hora do lanche, que o anfitrião com ele divida aquilo que estiver fazendo; mas se não estiver com nenhum preparo, não tem problema, não existe uma expectativa por parte de quem chega, uma água ou um café são suficientes. Ali no Colina Quadrada, quando Ieda, Régis e Agnes vão até a casa de Joana, é costume levarem algo para a casa dela pela *intimidade* e como forma de *agradar*⁴⁷. Em uma tarde, estavam Joana, Agnes e Ieda e acabara de chegar Régis com um presente para mim, uma sacola de abacates. Em tom de brincadeira, mas também provocativo, eu perguntei aos primos: e agora, preciso dividir com todos aqui?

Régis, com uma feição que buscava não comprometer aquela resposta, responde com outro exemplo: *‘às vezes, quando tenho uma coisinha e não posso dar pra todo mundo, eu como escondido, mas tem que esconder bem, porque se o povo vê, tem que dividir (risos)’*. Agnes, rindo de Régis, completa, dizendo: *‘e quando a criança pede a comida que eu tô guardando na frente da visita?’* (risos). Ieda acrescenta: *‘Aí não tem jeito, tem que dividir, Jaqueline faz isso: ‘mãe, mãe, cadê a bolacha que você guardou? Eu quero. Eu respondo: que bolacha, menina? Aí ela ainda aponta: a que está no armário’*. E todos caem na risada, pois, em algum momento, também precisaram esconder algo que não queriam compartilhar com os chegantes.

⁴⁷ O *agradar* pode ser feito com coisas simples, como um sorriso, um abraço, uma risada e a atenção que se dá para um assunto proposto pelo outro. Mas também por algo material, como oferecer uma ajuda, emprestar um moto, um carro, uma *manta de carne*. É dar a melhor comida que se tem em casa e, para isso, *assuntar* os outros sobre o gosto da pessoa ou perguntar diretamente a ela; caso não tenha em casa o alimento preferido, é ir ao vizinho e pegar emprestado. Envolve o lugar que se oferece para o outro descansar – cama, rede, cadeira, banco. É sentir que aquele espaço, no período em que estiver nele, seja semelhante à sua própria casa. É ser *de casa* mesmo estando fora de casa.

Com esses exemplos, não deixam de me dizer que, caso eu vá comer naquele momento, eu tenho sim que dividir com todos, tal qual seria também de boa educação oferecer aos presentes para levarem para casa um ou outro abacate. Nesses movimentos passageiros feitos com os primos, caso Joana não tenha nada para oferecer, também não tem problema, pois, diferente da *visita* (que será tratada a seguir), que de certo modo espera que o anfitrião faça algum preparo – esta sendo avisada ou não –, para quem movimenta de maneira passageira como *os de casa*, o que importa não é tanto a refeição que será oferecida, mas a conversa, a brincadeira e o assunto que podem desenrolar nesses encontros.

Nesse movimento, em Joana, desta com Agnes, Régis e Ieda, não há só *intimidade*, mas também cumplicidade: na frente um do outro, qualquer assunto é tratado, sabendo que não sairá dali como *fuxico*. Então, conversam sobre política, sobre as suas incredulidades diante do comportamento de alguns *malhadenses* e sempre reiteram na minha presença: ‘*isso não sai daqui, Dani*’; pois entre eles é certeza que a conversa fica restrita. Mas não são só esses *parentes próximos* e cúmplices que vão até a sua casa. Há outros *de casa*, não tão próximos, mas não menos queridos, que sempre passam ali para fazerem *bestagem*, durante o dia.

Uns pouco ficam e só passam para saber de alguma novidade, como Nino – *esse é inquietice mesmo*, diz Joana –, ou para ver se tem *movimento* na sua casa e ficar ali um tempo. Vão para *fazer bestagem*, como no caso Natan, que chega para contar como o movimento *do bar do Berto e da Lulu* está fraco, justamente porque não dão atenção e não *recebem bem* os seus clientes, julgando como essa atitude é pouco inteligente para um lugar onde todos prezam pela boa recepção: agora, ‘*bebemos só lá em Odair, ali ele serve na hora, sem aquela cara feia da Lulu*’.

Pretinho, tal como Nino e Natan, são *de casa*, mas só nos modos de movimentar, no trânsito e liberdade de ir e vir, mas não são de casa no sentido da *intimidade* que Ieda, Joana, Régis e Agnes constituíram. Ele vai com frequência à casa de Joana para *bestar*, sem aviso prévio e sem anunciar o movimento. Ele chega sempre no fim da tarde, ouvimos o seu barulho no quintal, ele vem pelos fundos e, antes de entrar, faz um aceno, lava o rosto e as mãos no tanque que existe do lado de fora e entra. Abre a geladeira, pega água, balança o bule de café e olha um pouquinho o movimento para, então, dizer, quando diz algo, o motivo da sua chegada: ‘*Ei, Joana, tem como você arrumar essa calça aqui pra mim?*’. Ao que ela responde: ‘*a máquina está estragada, mas fica aí, tá bestando mesmo*’. Não tarda muito é a vez de Nino, que já entra pela frente da casa, sem falar nada,

atravessa a sala e vai para a cozinha, abre a geladeira, pega uma água, bebe e deixa o copo. Às vezes, ele também abre as panelas em que Joana está cozinhando, olha o preparo e solta algo como um ‘*hmm*’, pega um cremosinho (mistura de leite com alguma fruta congelada) no freezer, dizendo: ‘*depois eu pago*’.

Sobre o nome dessas andanças rápidas, feitas por Nino, por exemplo, Joana diz que ele: ‘*fica nesse sai e não sai, mas ele não é visita, é de casa*’. Ela pensa um pouco mais para tentar explicar o fenômeno, e continua: ‘*Nino pensa assim: estava passando, passei aqui e vou descer. Sabe o que ele fala muito? Todo lugar que eu vou está ruim. Aí eu falo: vai caçar o que fazer, falo bem assim: Vai trabalhar*’ (risos). Essa ‘*falta do que fazer*’, convertida no *ficar entrando e saindo*, é vista como *inquietice, mania*. Joana diz que Régis também faz isso, pois ele: ‘*tem o momento de visitar e tem o momento de ele ficar inquieto, ele não sabe ficar quieto*’ (risos).

Grande parte dessas figuras e desses movimentos não é combinada, mas esperada no decorrer de um dia, ao ponto de, nos dias em que não chega ninguém, Joana comenta: ‘*hoje o dia tá parado, lá pelas 17:00 a hora que o povo vai pro campo, começa a chegar gente*’. Para ela, a figura mais esperada do dia é a de Régis. Quando ele não aparece nem *para bestar*, nem para *dar um recado*, *sapear*⁴⁸ algum assunto, nem para *visitar*, suscita questionamento por todos. Isso porque, mesmo não combinando, Régis tem um movimento esperado, feito de maneira sistemática por ele que reúne todos os outros movimentos de quem é *de casa*, a saber, *o fazer a ronda*. Nas casas em que ele tem bastante *intimidade*, na de sua prima Joana e Agnes, mas também na casa de sua irmã Ieda, ele diz: ‘*Eu, quando faço a ronda, eu pra mim Agnes, Ieda e Joana não são visitas, são de casa, é como se eu estivesse em casa*’. Joana completa o primo: ‘*ele vem toda hora e vai*’; ao que Ieda arremata:

‘É como se ele tivesse lá na casa dele andando, só que o território da casa está maior. Ele vem toda hora. Aí, se eu for toda hora sentar pra assuntar ele, também não faço nada. Lá em Joana também, não é visita. Essas três casas aqui, ele dá o giro todos os dias, e frequentemente, aqui em casa ele vem e dá a volta tudinho, em Agnes e em Joana. Aí ele já foi na casa de Ava, na casa de Elvira. Ele faz isso tudinho, Régis.’ (meus grifos)

A *ronda* permite que Régis fique sabendo de vários assuntos, justamente por frequentar várias casas e presenciar múltiplas situações ao longo de um dia. Quando questionado do porquê *faz a ronda*, o morador diz que começou ainda no início da sua

⁴⁸ *Sapear* seria o mesmo que participar de uma conversa que já está em andamento antes da chegada do indivíduo que, então, *sapeia*.

atividade como pastor religioso, mas que também já frequenta muito a casa uns dos outros, sendo algo próprio do quilombo. Entretanto, como diferenciar o *fazer a ronda* de Régis com os outros movimentos dos *de casa* que também entram e saem de um lugar e outro? Segundo sua irmã Ieda, os movimentos dos outros parentes, como o de Joana e de Agnes, por exemplo, obedecem a uma vontade momentânea da pessoa no tempo e espaço, ao passo que o *fazer a ronda* é algo diário. As pessoas sentem falta quando Régis não aparece; Ieda diz que, se Régis não aparece: ‘*o povo já fica assim: uai, Régis hoje não veio; se Régis passasse um dia sem ir na casa de alguém*’.

O *fazer a ronda* de Régis conta com ações de aconselhamento aos moradores, convites para irem frequentar o culto ou até mesmo de preocupação, caso alguém não tenha aparecido. No meu caso, como era visita em Joana, mas também na comunidade, Régis ampliava o motivo de *sua ronda* para saber como eu estava sendo recebida no seu setor. Em outros dias, ele ia até lá e oferecia a casa dele para eu estudar, me convidava para um almoço e até mesmo para me fazer companhia em outras casas do quilombo. O ponto a ser destacado no movimento de Régis é que ele é único, justamente porque o morador é visto com unanimidade no grupo – alguém de *natureza boa* –, logo, a sua presença não é sentida como ameaça, mas como alguém que chega para somar. Diferentemente do movimento de outros parentes, e de um em particular, Érico.

3.3 Não é amigo, mas também não é inimigo

Diferente de Régis, que tem sua mobilidade esperada, nem todos *de casa* são assim, pois alguns representam o perigo, como o primo Érico. Érico, tal como Pretinho, Nino e Natan, se movimenta como *de casa*, mas não tem *intimidade* em grande parte dos lugares em que aparece. Érico chega de maneira sutil e sem aviso prévio, sem qualquer assunto definido ou brincadeira esperada, e lá fica *fazendo bestagem e assuntando*; mas, segundo Joana, diferente de Nino e Natan, o faz ‘*com maldade*’. Incontáveis foram as vezes em que ele ia em Joana assuntar para saber onde eu iria, o que eu ficava fazendo em Porto Nacional e de quem era o carro que eu dirigia. Em contraposição às suas investidas, ela antecipava a minha resposta: ‘*Daniella não tem dinheiro não, isso é tudo emprestado*’; ou então ela concordava com alguma assertiva, exprimindo apenas ‘*uhum, sim e é mesmo*’. Em sua presença, ela não preocupa em alterar o *ritmo* do seu dia, como tampouco de manter uma conversa mais calorosa: é uma recepção indiferente à vista daquela feita com os seus primos *de casa*.

Mesmo Érico entrando e saindo quando quer, podendo mexer nas panelas e ficar no seu sofá, ainda assim, é distinto. Joana comenta: ‘*Érico aqui, entra e sai, eu não considero visita, é de casa, mas com ele não deixo a casa sozinha, já com Nino eu saio e peço ele para trancar*’. Algumas vezes, quando eu e Joana estávamos de saída, era comum Nino ainda continuar ali, ela saía e pedia para ele trancar a casa e depois lhe entregar a chave, ao passo que, com Érico, isso não acontecia. Ela lança indiretas para ver se ele ‘*desconfia*’ que ela quer sair, mas nunca o manda embora; essa preocupação de deixar a casa aberta com Érico dentro paira nos rumores de sua desonestidade. Durante a pesquisa, era comum eu ver Érico se esgueirando pelas casas, indo à noite em Fernanda, jantar com eles e ficar do lado de fora conversando com o seu marido, Alex. Outras vezes, via ele na casa de Ieda no fim do dia antes de ir para o campo jogar bola, assistindo TV com o seu esposo Marcos ou até mesmo só.

Por meio dos conselhos dos próprios *malhadenses*, era importante eu não *dar muito assunto* aos homens solteiros que ficam *bestando* nas casas, e eu, assim, resumia parte da minha pesquisa aos espaços que me foram destinados, às mulheres e/ou aos homens casados, de confiança. Florisvaldo e Régis se colocavam como protetores e preocupados com a minha presença. Até mesmo para dormir na casa de Régis sozinha, Florisvaldo me disse: ‘*não fica aí sozinha, minha netinha, homem é bicho ruim, às vezes, cabra bebe e vem fazer graça com você*’. Diante dos avisos, eu me posicionava em locais movimentados e sempre com alguma criança como companhia. Como Érico se encaixa em todos os avisos, eu não *esticava a conversa* com ele, para usar um dizer *malhadense*.

Entretanto, o *esticar a conversa* não me impedia de observar. Até o meu último período de pesquisa de campo, ele não me chamou tanto a atenção. O que fez isso mudar foram as cenas presenciadas logo no primeiro dia do meu retorno, quando ouvi Enade comentando desse primo que rouba o dinheiro dos remédios da avó para gastar com uma mulher em Porto Nacional. Outro dia, ouvia histórias de Florisvaldo sobre esse mesmo primo que estava roubando gado e vendendo no Leilão (espaço destinado à venda de gados), até que, em uma dessas vendas, o comprador reconheceu o seu próprio gado, mas já era tarde, pois já tinha pagado a encomenda. A *fofoca*, mas de certo modo um *fluxico*, foi sendo espalhada como forma de avisar aos demais moradores. Mas, à revelia desses comentários e preocupações, eu via Érico sendo bem recebido em todas as casas que frequenta; e, se não o via, ficava sabendo por alguém dos mesmos eventos. É comum ele almoçar na casa de Anastácia e de Cauan, jantar em Fernanda e até mesmo ficar de

bestagem na varanda de Agnes, tomando refrigerante fiado e vendo o jogo de futebol das crianças e adolescentes no campo.

Aos olhos do observador mais desatento, Érico parece ter um trânsito livre, tem o movimento dos *de casa*, come, *besta* e vai embora para outra casa. Ele, até onde eu conseguia observar, parece utilizar da boa *receptividade malhadenses* em seu interesse próprio, até que um dia essa hipótese foi confirmada em um churrasco na casa de Ieda. Era uma sexta-feira qualquer do mês de dezembro e Ieda comentara comigo que ia organizar um *quilitro* para eu ver como são as festividades em um final de semana. Cada um leva um quilo de carne e um litro de refrigerante, sendo um modo de reunir e receber os parentes sem ficar demasiadamente caro para ninguém. Comprei o meu “kit” de churrasco e, momentos antes do evento, deixara ele em Ieda, junto com aqueles levados por sua irmã Catarina.

À noite, nos encontramos na varanda de Ieda, onde estava reunida toda a sua família extensa. Kelvin, irmão de Ieda, e seu esposo, Mazinho, conversavam no quintal, enquanto eu, Florisvaldo, Agnes, Joana, Grandão, Ieda e Régis, estávamos conversando próximos de Catarina, que estava na churrasqueira. De maneira descontraída, brincávamos uma com a outra, dizendo como a Catarina deveria ser minha amiga, pois ‘*gostava de uma cervejinha*’. Florisvaldo, de outro lado, falava que o dia tinha sido bom, pois ficamos fazendo ‘*fofoca da amizade*’ e contando sobre os ‘*tempos de primeiro e os modos de criar*’ das famílias. Grandão participava compartilhando as suas aventuras sobre a caça, picadas de cobra e da recente mordida de um jacaré que ele tinha levado no pé ‘*e ainda saiu vivo para contar história*’. Joana ofereceu mandioca, feijão tropeiro, vinagrete e pediu para os demais familiares esperarem a Catarina assar toda a carne: ‘*se não, não, não dá pra todo mundo*’. É costume na Malhadinha assar toda a carne, para, somente então, servir a janta, garantindo que todos os presentes poderiam fazer um prato completo.

Sem anúncio prévio, Érico entra na casa, solta qualquer cumprimento e começo a observar sutilmente as feições serem modificadas, os assuntos e as brincadeiras sendo substituídos por conversas amenas, sobre o tempo, a roça e os afazeres do dia seguinte. Mesmo mudando o sentido da conversa, não há uma preocupação por parte dele de se integrar ao assunto, ao menos não oralmente, ele apenas *assunta* as nossas ações, do mesmo modo que as anfitriãs se restringem a vigiá-lo, a acompanhar o seu movimento, mantendo-se sempre por perto, como Joana me confessara em outro momento. O controle silencioso parecia provir de ambas as partes. Diferente de Catarina, que lançava indiretas:

‘é um quilitro, tem que trazer as coisas, não dá para chegar assim’ – e o riso retira o tom direto, mas não menos assertivo, da sua colocação. Do outro lado, Marcos chama o primo para conversar e participar do assunto dele e de Kelvin. Florisvaldo, ainda que receptivo, cumprimenta o parente com uma feição de sentinela, oferece a comida, mas sem conversar e rir, algo que, até então, imaginava ser impossível da parte dele.

O meu estranhamento começou ao liberar a janta, pois, ao contrário do que eu até então vi, Érico não se preocupa se a quantidade de comida é suficiente aos presentes, tampouco se é preciso *‘tirar’* para aqueles que não estão ali, como Calu, esposo de Agnes. Ele come e bebe sem muita preocupação e, do mesmo modo que chegou, ele saiu. Pouco comentada naquele dia, essa cena passou a circular no quilombo posteriormente, por Érico, como um *fluxico*. O *fluxico*, segundo Ieda: *‘é você perguntar da vida do outro, para falar mal, é aquilo que sai do que comentamos aqui’*. Florisvaldo define *fofoca* e *fluxico* da seguinte maneira:

‘fofoca traz graça, fluxico traz desgraça, fofoca faz amizade, fluxico faz briga, fofoca agrada e o fluxico desagrada, uma boa fofoca é bom, pois você faz amigos, vocês ficam ali assuntando, conversando e rindo das coisas; agora, o fluxico tem maldade’.

Florisvaldo, em outro momento, disse que, na comunidade, sempre existiram *fofoca* e *fluxico* e que, muito embora evite o segundo, avaliando-o como algo nocivo à vida nas famílias, o primeiro é falado ao som de risos, pois é bom para fazer amizades, aproximar as pessoas e dar um movimento na vida pacata *da roça*. O que o morador indica é que as ações podem ser comentadas e circuladas tanto para algo entendido por ele como positivo, como para um propósito negativo. Essa mesma ação foi vista também por Comerford (2014), ao falar da vida nas comunidades rurais, onde “as pessoas não só estão atentas ao que fazem os outros, mas também às suas próprias ações, que certamente serão contadas por outros, senão pelos próprios agentes, nas próximas conversas” (COMERFORD, 2014, p.10).

Essas ações que serão contadas, às quais Comerford (2014) faz referência, foram vistas na situação de Érico no dia seguinte, ao fazer um *fluxico* na casa de Cauan, que contara para a sua filha Analu, prima de Joana e Ieda, que compartilhou com elas a sua indignação diante do *fluxico* do Érico, tal como segue abaixo:

Analu: *Ele [Érico] tava lá na casa de pai, falando que o povo estava agradando a Daniella, fazendo até churrasco, aí eu falei bem assim: eu tava lá na hora que ela comprou a carne, metade foi dela e metade de Catarina.*

Joana: *Comeu de graça e ainda falou isso?*

Analu: *Uhum! E ainda chegou lá falando que chegou só no cheiro.*

Joana: *Mas, gente, ele chegou antes de começar sendo que ninguém convidou ele e saiu depois que comeu.*

Analu: *Sem vergonha.*

Joana: *Ele ficou lá esperando a comida, caladão, botou a comida no prato, sentou, comeu, tomou refrigerante, comeu e saiu caladinho. Comeu e ainda sai abestando [andar sem rumo e propósito].*

Analu: *Cheguei no cheiro. Ainda falou que saiu com o bucho cheio. Ele não vem aqui em casa porque Anderson bota ele pra correr.*

Anderson: *Quem foi esse?*

Analu: *Quem? Érico, aquele que vai na casa de mãe e painho.*

Além do *fluxico*, Érico parece desonrar o princípio da *receptividade malhadense* da prática da *vizinhança*, a importância de dividir e compartilhar com o próximo aquilo que está sendo servido. Ele se preocupa apenas com ele, algo não ensinado na *criação malhadense*, como vimos no capítulo anterior. Anderson, esposo da Analu, que estava no momento, disse:

‘Aqui em casa, ele não faz isso não, tem muita gente boa, mas tem muita gente ruim aqui, direto ele tá comendo em Cauan [pai de Analu]. Mando ele embora e ele diz: Tô na casa do meu tio Cauan, na maior cara’.

Foi quando eu perguntei: mas por que Anderson manda embora e vocês não, Joana? Ela me respondeu: *‘você é de fora como Anderson, não acostumou com o ritmo daqui, somos criados assim, tá na natureza, ninguém manda embora ou trata mal, irmão de Elvira chega caindo lá em casa bêbado e eu ainda converso com ele’* (risos). Analu continuava contando que Érico ainda estava *‘falando na casa de painho como fazia isso em outras casas’*. A moradora continuava a dizer:

Analu: *A história foi assim... lá em casa, pai já tinha tomado banho, e estávamos arrumando pra ir no velório, aí Érico já estava lá, disse que já tinha comido, ele tava lá. E contando, o aniversário não sei que quem, acho que foi o do Tio Amarildo. E disse que passou vergonha porque comeu 4 pratadas e ainda pediu pra trazer e ainda trouxe. Eu pensando, voce não tem vergonha de falar dos outros, **aí falou fui na casa de meu tio, senti só o cheiro lá, fazendo o churrasco da Daniella.** Fernanda disse que deixava Alex com fome, porque ele chegava lá e comia a comida de Alex porque ele come por último.*

Anderson: *Eu fui chegando e vi Cauan no fundo da casa e Dona Anastácia tava no banheiro, aí eu entrei acho que ele não me viu chegando, estava olhando as duas panelas fazendo comida fervendo lá e ele olhando.*

Joana: *Ele vai na casa de Ana, na casa de Alex.*

Daniella: *Como vocês fazem quando a presença não é agradável?*

Joana: ***Uai, chegou fica aí... Ninguém manda embora.***

Daniella: *Mas vocês não são amigos, uai.*

Érico, mesmo não sendo tão *próximo*, ainda assim se movimenta e é recebido como os *de casa*. Ninguém pode mandá-lo embora sob pena de serem julgados como *peessoas ruins*, algo de certa forma temido pelos *malhadenses*. Afinal, em uma comunidade, que orienta a vida para a criação de *peessoas boas e receptivas*, essa é a pior qualificação: ser *suvino* ou ser uma *pessoa ruim*. Segundo Florisvaldo, *ser ruim* tem a ver com a família e com a *natureza* (cf. capítulo. 2), mas todos são *criados* para serem bons e dividir. Por isso, Érico é exceção. Segundo ele:

‘Quando o cara é ruim mesmo, pão duro já começando a arruinar, tem a ver com família, se tiver uma família de gente pão duro, vai ser pão duro, mas aqui na nossa região, é difícil você achar um que é. A maioria do povo dá o último, igual minha mãe: se você chegasse e ela tivesse só uma coisinha assim, pois ela pegava e te dava, a pessoa dizia vou levar não. Aí ela: não, ela não aceitava, pode levar, Régis que puxou ela, ele dá o último. Ela não aceitava você não pegar’ (meus grifos).

Considerando a tradição do quilombo de sempre receber bem e *dar o último*, o máximo que fazem com Érico é a evitação, trazer um ar de indiferença na recepção, o que pode tanto ser entendido como não entendido por ele. Érico parece ter consciência e domínio daquilo que faz, pois movimenta-se como um *de casa*, mas é *‘folgado e perigoso’*, conforme diz Ieda. Ele promove *fluxicos* em outras casas e desordens com aquilo que observa e/ou *sapeia* nos lugares por onde passa durante um dia. Alguns, como o povo do Colina Quadrada, *fica de olho aberto* com Érico, mas não se pode fazer muita coisa e a saída é evitar situações em que ele se utilize daquela *‘chegada, daquele encontro, para fazer maldade’*, conclui Ieda.

Diferente de Érico, que apresenta o perigo, ainda há outros *de casa*, parentes, que incomodam, mas não é preciso vigiar tanto como Érico: sua presença é geralmente tida como desagradável, mas, por conta da *cachaça*, não de maldade. Falo, pois, dos *bêbados enfiados do bar*. Estes são recebidos nas casas, os parentes dão almoço, janta, água, tudo que os deixam confortáveis para, então, voltarem para a *pinga*, como dizem. É comum ver Bruninho e o seu primo Gordinho chegarem à casa de Margareth, mãe do primeiro, *enfarentando*, que nada mais é do que abordar assuntos delicados em momentos inoportunos.

Algumas vezes, presenciei Bruninho e Gordinho *enfarentando* sobre a situação de uma prima que se casara com um de fora *‘só por conta do dinheiro dele’*. Em outro

momento, Bruninho *enfarentava* na casa de sua tia Enade durante o velório de sua avó e mãe desta. Ele grita e aponta para a tia como uma *pessoa ruim*, pois esta, segundo ele: *‘não visitou minha avó em vida no hospital, você tem o coração ruim!’*. Ao que Enade responde: *‘Bruninho, minha consciência tá limpa, eu tava cuidando de papai’*. Em nenhuma dessas situações, ele foi repreendido e o máximo que acontece é as parentes retrucarem com um: *‘tá, Bruninho, come aí e volta pro bar!’*.

Em um outro dia, eu estava no setor Centrinho, na casa de Jacinta, e presenciei outra cena de um morador bêbado, Glebinho, que chegou na sua casa sem anúncio prévio, já esbravejando: *‘Jacinta, quero o de comer, me vende salgadinho!’*. Ela, muito educada, mas com um fio de impaciência no semblante, disse: *‘não tenho óleo para fritar, amanhã você volta’*. Ele continua a gritar ao mesmo tempo em que ia adentrando na cozinha de Jacinta e abraçando Laura, sua filha, abrindo a geladeira e o freezer, pedindo que ela esquentasse o almoço e fizesse qualquer coisa para acalmar o seu estômago. Ao que Jacinta responde: *‘não tenho hoje, Glebinho, amanhã você volta’*. Mediante à sua saída, eu lhe perguntei por que ela não mandou embora, ao que me foi dito: *‘é parente, Dani, não mandamos ninguém embora, por mais enfarento que seja, ele tá só bêbado, tem a natureza boa’*.

Essas cenas seguem em algumas casas, como a de Nara, que vive no Centrinho tal como Jacinta. Um dia, cheguei para lhe fazer uma visita, ao que de longe pude avistar a sua porta aberta e ela conversando com alguém não identificável para mim. Nara está sentada no sofá com uma toalha ou uma fralda, na altura do seu nariz, para tampar algo. De imediato, não entendi o motivo, mas assim que a moça veio em minha direção para cumprimentar, logo senti o cheiro forte de pinga. A mulher estava caindo em cima de Nara, que ora apresenta insatisfação, outrora compadece com a moça que era *de fora*, mas reside na Malhadinha.

Nara não a mandou embora mesmo que ficasse desviando, com pequenos pulos na sua própria sala, das investidas e aproximações da moça embriagada. Ela tenta ser educada, *dando assunto* que não dava para entender qual era, ao mesmo tempo que assiste televisão e tampa o seu nariz para se proteger do mau odor. Fico um tempo com Nara na sala, mas não consigo conversar muito, pois ela dá atenção à moça. À minha saída, ela vem atrás de mim e diz: *‘Depois você volta com mais calma, Daniella, vem almoçar’*. Sem entender o porquê da sua preocupação, visto que a minha chegada interrompera a visita em sua casa, comentei com Fernanda, do setor Pavão, sobre a situação vivenciada. Enquanto ouvia a história, Fernanda não segura as risadas que emitem tanto o significado

de que essas cenas são comuns no quilombo, quanto aquele que inquiria se na minha terra não era assim. Fernanda, após essa descontração, me disse: ‘*Dani, ninguém manda ninguém embora aqui. É assim, Érico faz o que faz por isso, povo tem medo de ser tido como gente ruim*’.

Fernanda me apresenta uma consciência dos atos e ações dos parentes que se movimentam nas casas uns dos outros e os motivos que regem as chegadas e partidas destes, tanto os não tão quistos, quanto os próximos e com *intimidade*. Ao que tudo indica, os modos de ser, movimentar e receber *os de casa* acabam registrando situações afetuosas e perigosas, entre aqueles que podem ser próximos e outros que nem tanto. Notam-se cenas da importância do cuidado, da partilha e da preocupação em agradar o chegante. Entretanto, essa preocupação nem sempre é motivada por situações apenas de afeto, mas são frequentemente destinadas às ações de vigilância.

É possível identificar duas motivações a respeito dos modos de receber: a primeira, própria daqueles que foram *criados juntos* e são *próximos*, como Ieda, Joana e Régis; aí o receber bem é uma forma de carinho e afeto que se sobrepõe a qualquer interesse material que eventualmente faça parte também do encontro. Mas, por outro lado, há o receber bem como forma de honrar a rotina e a imagem do quilombo, mas que representa o perigo, seja o perigo do *fluxico* visto por Érico, ou o perigo de serem vistos como *suvinos e ruins*, possibilidade que o bêbado *enfarento* apresenta – pois, além de transitar livremente, ele não se preocupa em não tocar em pontos sensíveis para as famílias, como o caso do Bruninho e tantos outros, sendo possível estes também fazerem circular os *fluxicos*.

Muito embora exista diferença entre os motivos do receber visto nessas mobilidades entre *os de casa*, ainda existe um lugar comum em todas elas: a liberdade vista nas formas de transitar, de chegar e de encostar, de mexer nas panelas, de assuntar, de agradar e de participar da vida *malhadense*. Entretanto, não existe, ao menos com regularidade, uma dedicação espacial e temporal à pessoa e ao encontro nesse modo de receber. Isto é, o dono da casa não necessariamente precisa largar o que estiver fazendo para receber um chegante *de casa*. Dele também não é esperado que prepare algo específico para esse encontro: se tiver algo para compartilhar, bem; se não, o dia segue. Ele pode continuar fazendo suas tarefas e até mesmo não *dar muito assunto* ao movimento errante de uns e outros, como Joana destaca diante da chegada de Nino, Natan ou Pretinho. Ao fim, ela não precisa modificar o ritmo do seu dia, diferente da outra mobilidade vista no quilombo: a *visita*. Enquanto essas chegadas e partidas registram a

liberdade no transitar por/entre – assuntos (*fofocas e fuxicos*), comidas (petiscar e compartilhar algo) e espaços (quintal, sala e varanda) –, a *visita* parece registrar uma dedicação espacial e temporal diferente aos chegantes na Malhadinha.

3.4. Categorias em Mobilidade: *ser de casa e ser visita?*

Na Malhadinha, a *visita* é um conceito relacionado e direcionado tanto às pessoas que não são tão próximas, podendo *ser de dentro ou de fora* da comunidade, mas também àquelas que são próximas, parentes e *de casa*. A definição do conceito é complexa, pois engloba a *intimidade* entre quem chega e quem recebe, envolve relações de parentesco e de amizade, e a distância e a idade dos envolvidos também contam para a definição de alguém ser ou não uma *visita*. Interessada em entender a diferença dos movimentos de quem *é de casa* e quem *é visita*, perguntei à Ieda como ela entende o termo.

Segundo a moradora, a *visita* é aquela pessoa: ‘*que não tem tanta intimidade, aí precisa sentar e largar o de fazer, tem uns parentes que é visita, as pessoas de fora, ou que mora mais longe ou de idade*’. Assim, para ela, as pessoas que são *visitas* são aquelas que não têm tanta *intimidade*, inseridas em um encontro mais formal, sendo preciso parar o que se estiver fazendo para receber o chegante. Nessa mesma definição, Ieda também indica que, para ser *visita*, não tem necessariamente que morar longe, podendo ser pessoas que moram no quilombo, vizinhos e parentes mais idosos. A sua tia Ava ilustra bem esse exemplo: ela é vizinha, parente, idosa, e as duas não têm tanta *intimidade*. Segundo Ieda: ‘*Tia Ava ela é de idade, não somos tão próximas, mas tem que ter um pouco mais de respeito, eu a considero visita quando vem na minha casa*’.

Na contraposição do argumento de Ieda, para o qual a *visita* é sempre alguém distante, seja geograficamente falando ou até mesmo no quesito *ter intimidade*, sua prima Agnes acrescenta mais uma faceta ao termo *visita*. Segundo a moradora, a *visita* também pode ser com pessoas *de casa e próximas*, e a esta relação ela dá o nome de *visita do peito*, sendo que, para esta acontecer, é preciso *combinar*. Quando se combina uma relação de *visita do peito*, entre *os próximos* e com quem se tem *intimidade*, significa que o anfitrião vai dedicar um tempo a uma pessoa que tem o hábito de apenas chegar, vai preparar uma refeição fora do habitual ou, mesmo se for dentro do habitual, o que tem destaque é o empenho no encontro.

Carneiro (2010, p. 62) observou algo semelhante na comunidade mineira dos Buracos: “Uma pessoa chegada pode, eventualmente, receber um tratamento mais

cerimonioso, de um modo que se assemelhe à visita, mas que talvez seja apenas o traço casual de uma oportuna demonstração de afeto”. Entretanto, diferente do Buracos, para o qual a oportuna demonstração de afeto não recebe o nome de visita, na Malhadinha, esse encontro mais cerimonioso com uma pessoa *de casa* é entendido também como *visita*, como apontado por Agnes e visto no exemplo a seguir, da relação entre Calu, esposo de Agnes, com o seu tio Florisvaldo, também pai de Ieda.

Calu e Florisvaldo movimentam como *os de casa*; entretanto, na mesma frequência que vão à casa um do outro para *fazerem bestagem* ou *dar um recado*, também fazem entre si *visitas*. A diferença reside no grau da incursão e na relação entre ambos, isto é, enquanto *dar um recado e fazer bestagem* constituem situações passageiras, despreziosas e própria *dos de casa*, a *visita* entre eles é algo esperado e combinado; mesmo com *intimidade*, a ideia de fazer uma *visita* reside num especial cultivo da amizade. Eles conjugam as duas mobilidades, ora são *de casa*, outrora são *visitas*. Há dias em que o deslocamento é rápido e o encontro paira em alguma conversa pontual, por exemplo, saber de algum produto da roça e perguntar *das fofocas* da comunidade; mas, nos momentos da *visita*, um dedica toda atenção ao outro. Sobre a relação de ambos e do encontro feito entre eles, Ieda me diz:

‘Hoje não é rápido não, ele [Florisvaldo] chega lá [em Calu], ele senta, ele vai conversar, ele dá atenção. Calu também tira esse tempo mesmo que ele esteja ocupado, é uma dedicação, ele vai em pai. Ele tem que ir lá [Florisvaldo] todo dia, porque o dia que ele não vai meu pai pergunta. Por isso que ele mesmo trabalhando, ele tava mexendo com mandioca, ele tomou banho e já foi lá, ele não estava sem o que fazer, ele tirou um tempo pra ir lá visitar meu pai (meu grifo).

Ieda mostra que a relação é bilateral, tem dias que Florisvaldo *visita* o sobrinho e tem dias que o sobrinho *visita* o tio, sendo que a frequência dos encontros é diária. É comum Florisvaldo chegar da roça, momento no qual ele toma banho, coloca uma roupa limpa e vai em direção à casa do sobrinho, a poucos metros da sua. Ele ia através de um atalho construído por Régis, que liga as duas casas por *um carreirinho*, passando pela casa de Ieda. Esse atalho não só evita o desvio pela estrada principal, como também facilita o encontro de ambos. Como grande parte dos moradores, eu também ia aos finais de tarde para o campo de futebol em frente à casa de Agnes, momento no qual ficava na sua varanda conversando, vendo o jogo e acompanhando as visitas entre Florisvaldo e Calu.

‘Boa tarde, Calu’, cumprimenta Florisvaldo, que é gentilmente recebido e devolvido com: ‘E aí, Florisvaldo?’. A cena se repete com frequência. Calu fica sentado em uma cadeira de trança, de banho tomado, mas sem camisa ‘por conta do calor’ e vendo o jogo da sua varanda. Florisvaldo se senta na posição oposta ao campo de futebol e de frente ao Calu. Calu puxa a prosa no sentido do seu trabalho do dia, das roças de mandioca em que ele passara o dia *catando*. E Florisvaldo, que já não faz mais esse tipo de serviço, dava um alento ao sobrinho: ‘eu sei bem como é, a terra tá dura por conta do tempo, difícil tirar, eu mesmo agora só planto amendoim pros meus netinhos’ (risos). Algumas vezes, me integravam à conversa, agradecendo por algum *agrado* que eu levava e comparando essa ação a de outros visitantes, como Rogério, que foi à comunidade e também leva agrados aos parentes. Não demora muito, Agnes vem com alguma *merenda*.

Sempre que combinam de *visitar* um ou ao outro, oferecem algo para comer. Se for uma passadinha rápida, só um café lhes aguarda, a exemplo de quando Calu vai cedo em Florisvaldo falar bom dia e tomar um cafezinho de Vó Mariana. Mas se for demorado, é comum a presença de algum alimento. Naquele dia, Agnes chegava com uma vitamina de banana e um copo de doce de leite para cada um; Florisvaldo costuma dizer: ‘mas que isso menina? Carecia nada disso não!’. Era comum, após as intermináveis ofertas de Agnes e as nossas tímidas escusas, que aceitássemos o que era oferecido. Em outros dias, ela oferece uma vitamina de abacate, roscas de queijo e até mesmo refrigerante.

A oferta de refrigerante sempre vem acompanhada de um comentário de Florisvaldo: ‘hmm, esse eu não posso, mas é docinho, dá aqui’ – e solta uma gargalhada no final. Para mim, ela levava suco sem açúcar, pois ficara sabendo que eu não tomava refrigerante e suco era sem açúcar: ‘Dani gosta é sem açúcar, né, mas aqui o povo gosta tudo docinho, mas eu tirei um pouco para lhe agradar’ (risos). O que era seguido das minhas perguntas para entender se aquele agrado tinha uma regularidade em outras visitas. ‘Você sempre oferece esse tanto de comida, Agnes?’. E Agnes: ‘não, às vezes, quando chega assim sem avisar, Joana e Ieda come o que tiver (risos) ou come nada, mas umas visitas mais do peito assim igual Florisvaldo, você, aí eu faço uma vitamina, um bolinho’.

No ritmo dos agradecimentos para aquela recepção, Calu mudava a prosa, me perguntando: ‘sabe o que é jogar verso, Dani?’. Diante de minha resposta, Ieda continuava: ‘Florisvaldo sabe um verso bem bonito, diga um verso bem bonito, diga adeus e vai se embora!’, concluía Calu. Florisvaldo respondia: ‘O trovão que troveja longe, troveja mais devagar, quem tá com seu amor ausente, não pode ver trovejar’. Calu,

rindo da minha cara incrédula, mas também emocionada, dizia: *‘isso é jogar verso, Dani, ninguém me alinha mais, fazer efeito puxar, coisa triste nesse mundo é namorar e não casar’*. E todos caíam na risada por eu não conhecer esse costume tão antigo na comunidade.

Florisvaldo continua o assunto, valorizando o encontro e a amizade de ambos: *‘Dani, Calu aqui é meu vizinho de panela, é eu, ele. Aqui de Joana pra cá ó, se ele cozinhar, às vezes, eu não estou sabendo, cozinha aqui um peixe, um trem diferente, ele diz vou levar para meu vizinho, é amizade, consideração’*. Essa amizade é também autenticada pelo parentesco de ambos, pois Calu é filho do irmão de Florisvaldo, Teresino: *‘é boa gente, aqui vizinhamos tudo, emprestamos tudo um para o outro, moto, carro, o que precisar, aqui com ele, Dani. Você pode confiar’*.

Eles continuaram ali por mais um tempo, a conversa não esfriava, comentavam como as meninas de Elvis estão sempre muito soltas, como alguns netos estão dando trabalho e até mesmo sobre as recepções pouco agradáveis que existem na Malhadinha. Sobre essas últimas, em tom de brincadeira, sempre me perguntavam que dia eu ia *‘em Suiane tomar um cafezinho’*, justamente por aquela ser considerada como alguém de recepção ruim (cf. capítulo 2). Calu gosta das brincadeiras que são retribuídas pelas longas risadas de Florisvaldo que, entre um gole de vitamina e uma colherada de doce, finalizava a sua passagem naquele dia: *‘Vou me embora, Calu. Já tá tarde, depois a gente proseia mais’*, e saía rindo e cantarolando pelos fundos da casa de Calu.

As *visitas* entre Calu e Florisvaldo são marcadas por cenas de afeto, amizade e consideração, sendo que esse exemplo ilustra uma situação previamente combinada. Mas é possível também que, ao se movimentarem livremente pela comunidade, nas idas para o café de Calu em Florisvaldo, que aquele evento que iniciara despretensiosamente se constitua em uma *visita*. Sobre a comida, quando é assim, se Florisvaldo não tem nada para oferecer ao sobrinho, não tem problema, visto que a configuração de uma *visita* é especialmente a dedicação à conversa e ao encontro, mas que não retira a importância de se desculpar, mesmo que por educação, a exemplo da presente fala de Florisvaldo em uma situação como essa: *‘Ei, Calu, vai me desculando, não tenho nada pra te oferecer hoje, mas depois você volta com mais calma que eu peço pra Ieda fazer uma peta pra gente!’*. As *visitas* entre Calu e Florisvaldo registravam um encontro entre aqueles *de casa* com quem se tem *intimidade*.

Mas se voltarmos à definição inicial de Ieda, a *visita* ainda é vista em mais três situações: diante de pessoas de idade, a quem é preciso apresentar respeito, às pessoas

que moram longe e têm um certo gasto com o deslocamento e, por fim, àqueles que *são de fora*. Sobre essas definições, outras situações são vistas no quilombo, como esta cena na casa de Joana. ‘*Senta aí, Tia Adriana*’, ouvia Joana dizer: ‘*a senhora precisa descansar após esse tanto de exame, quer um café, uma bolacha de maisena?*’. Moradora do Distrito, ela passara, sem avisar, para lhe fazer uma *visita* após a ida aos médicos da cidade. Joana estava lavando roupa, mas logo ‘*largou o que estava fazendo*’ e foi sentar-se com a sua tia na mesa da cozinha. Ela estava muito doente: ‘*era um problema no estômago, diz os médicos*’, falava Adriana. Joana, tentando aliviar aquela dor, pontuava: ‘*você quer um chá de boldo? Posso fazer agora para a senhora*’, mas Adriana recusava pelo incômodo no estômago. Foram até a sala para ficarem mais confortáveis, o clima não era o de brincadeira como se costumava ver entre os *de casa* em Joana. Estava mais sério, Joana preocupada em agradar à tia que há muito não ia lhe ver e a preocupação com a sua doença. Havia um respeito naquela cena.

Ava, nas raras vezes em que se dirige para a casa de Ieda, faz o que poucos conseguem: que ela se assente. O *ritmo* é desacelerado pela presença da tia que leva junto à *visita* uma galinha. Às vezes, Ieda arruma o seu cabelo, mas antes de qualquer uma dessas atividades, ela dá atenção à tia, senta e conversa sobre o falecimento de sua mãe e sobre a rotina da sua casa, sendo assuntos mais amenos e pontuais. A *visita* entre os mais velhos é marcada mais pela atenção oferecida ao chegante do que sobre a comida eventualmente ofertada. Isso foi reiterado a mim, várias vezes, por Dona Firmina, esposa de Francisco do Pavão, quando lhe perguntei sobre o que se valorizava em uma visita: ‘*tem muitas formas de agradar, Daniella. A atenção. Às vezes, você pode não trazer nadinha, mas aí a gente conversa, ri, dá atenção ao assunto*’ (risos). Esse comportamento de Joana e Ieda diante das visitas dos mais velhos é diferente da recepção que eu presenciava no caso dos *parentes próximos*, mas que moram longe, como o caso de Patrícia, irmã de Ieda, que mora em Goiânia.

Patrícia e Ieda são sobrinha e tia, respectivamente, mas foram criadas juntas como irmãs pelos pais de Ieda. Patrícia é filha da irmã mais velha de Ieda, que deixara a menina para os pais criarem. Ela mora em Goiânia, mas todo mês de janeiro ou de julho passa um mês na casa de Florisvaldo ou de Ieda, com seu esposo e o filho Arthur, de um ano. Patrícia é *de casa*, diz Ieda, tem *intimidade*, mas como ela vem de muito longe e em períodos específicos do ano, ela também é *visita*. Ieda, em sua presença, não sai tanto para a rua, como tampouco ia fazer *bestagem* comigo e Joana na casa dos outros.

Não participa dos assuntos da comunidade e muito menos de reuniões: ficam ali, no seu *'domínio'*, como diz Florisvaldo, aproveitando o Arthur e a presença dos familiares. É comum ver Patrícia cozinhar, movimento próprio dos *de casa*, mas Ieda dedica uma atenção espacial e temporal à sua irmã ao não sair à toa. Grande parte das refeições é feita com alimentos pouco vistos no cotidiano, como tortas, macarrão, churrasco, *bolo de padaria*, pipoca de leite em pó que eu mesma preparava quando estava junto. Reina um clima festivo e fora do habitual, e Jaqueline sempre diz: *'quando madrinha Patrícia vem visitar é bom, só coisas gostosas a gente faz'*. Há uma desconstrução do rotineiro: mesmo que ela permaneça considerando que Patrícia também é *de casa*, ocorre também alguma excepcionalidade, por Patrícia *ser visita*.

Se de um lado temos exemplos de visitas bem quistas, não combinadas, mas não menos esperadas, é certo que também existem aquelas não desejadas. Segundo Ieda, *'sempre tem aquelas visitas que você não tem proximidade, que não gosta muito'*. Foi quando eu lhe provoquei: *'mas as pessoas só não visitam quem tem proximidade?'*. E ela retrucou: *'Mais ou menos, tem uns que ainda vem aí sabendo que não tem intimidade, mas graças a Deus, Dani, eu não tenho ninguém que eu falo assim: eu não gosto do fulano'*. Kelvin, que estava no momento da minha pergunta, concordava com a irmã, dizendo que, às vezes ele, dono da casa, não está se sentindo bem com o outro ali:

Kelvin: *às vezes, você está se sentindo mal, mas o outro nem está, tá na sua casa, porque tem toda a liberdade'*.

Ieda: *sim, ele acha bom ficar na sua casa. Igual minha mãe, Dani, ela não gostava assim de visita muito demorada né, é porque ela queria fazer as coisas dela e tinha gente que chegava sentava e ó, e ela ficava: mas olha a hora que a pessoa vem pra dentro de casa, bem na hora da gente fazer janta, aí senta aí e pronto, não vai embora não'*.

Kelvin chama isso de *'visita abusiva'*: *'É aquela visita que atrapalha, não dá pra fazer mais nada quando ela chega e o encontro ainda não é bom'*. Ieda diz que, se desse para evitar, ela *'fingia de morta'*, que é o mesmo que fazer de conta que não se está em casa. Essa atitude previne a chegada das *visitas abusivas*, pois não estar em casa para o chegante não é tão ofensivo quanto recusar uma visita que chega.

Com o pastor, foi assim. É comum, de tempos em tempos, o pastor da igreja de Régis ir à comunidade fazer visitas aos moradores. Entretanto, alguns moradores, como Ieda, não gostam muito das suas visitas, tanto por não terem intimidade, mas, sobretudo, porque ele é considerado invasivo em suas perguntas. Quando questionada sobre os tipos de visitas que não lhe agradam, ela dá o exemplo do pastor, narrando situações

vivenciadas. Ieda me disse que ficara sabendo que ele estava na casa do seu pai e também vizinho, ao que ela se antecipou: *‘ele tava lá na casa de pai, aí quando ele voltou eu vi, né. Aí eu corri pra dentro e fechei a porta’* (risos).

Eu também ficara sabendo dessa cena, pois, coincidentemente, nesse mesmo dia, eu e Joana, ao andarmos pelas estradas da comunidade, vimos que, diferente do habitual, a porta da sua casa estava fechada. Ao nos contar da visita do pastor na comunidade, Joana comentou comigo: *‘Por isso que ela estava fingindo de morta, você acha que Daniella quando viu não falou? Por que ela tá com a porta fechada, Joana?’*. Ieda, rindo, mas tentando disfarçar o ocorrido, disse: *‘Eu tava arrumando o cabelo da Luzmair no fundo, mas depois eu falei pro pastor que não estava em casa, ele foi visitar, ele é enjoado, faz é reclamar. Falei pra Gabriel falar que eu não estava lá’*.

Perguntei, então, o que ele fazia para ser evitado na sua casa, e ela me disse: *‘não, ele fica perguntando porque eu não fui nos outros dias no culto, mas se você já sabe que eu não fui, é porque eu não quero, fica especulando da minha vida’*. Sobre visitas não tão quistas, Fernanda, do Pavão, também contribui para a definição. Segundo a moradora, a visita que *‘chega e conversa estranho, tipos que ficam perguntando demais, querendo saber da vida de fulano e ciclano’*, dessa ela não gostava muito, mas, assim como a maioria, não deixa de receber, mas tenta sempre evitar, tal como faz Ieda. Para exemplificar, Fernanda me mostrava o caso do seu cunhado:

‘Ele vem aí, eu não dou muita moral não, recebo ele, mas ele fala o que tem a dizer, fala o que veio falar pra mim aí ele tem umas conversas muito repetida que eu não dou muito assunto, aí eu vou escorregando devagarinho, sem ele ver e largo bem ai mais Alex (seu marido). E vou fazendo meu serviço. Mas eu mando coisa pra lá, por causa de Ângela e minha sobrinhas não é porque eu não gosto dele que vai tratar ele mal não. Ele Chega, vem visitar, a gente trata bem, as vezes a gente precisa dele também.

O que vale ressaltar desses exemplos é que, muito embora a *visita* seja um movimento próprio daqueles que vêm de longe (mesmo parentes) e que não estão tão presentes na rotina de uma casa, na Malhadinha, ela também acontece entre *os de dentro* e entre aqueles que se encontram com frequência e é esperada, como entre Calu e Florisvaldo, entre aqueles que vêm de longe e é esperada como Patrícia e Ieda, mas também os que moram longe, não tão esperados, mas que não deixam de ser queridos, e precisam de respeito, como Tia Adriana e Joana. Mas as *visitas* também acontecem com algumas pessoas *de fora*, como o pastor, e com pessoas *de dentro e de casa*, mas com quem se tem pouca proximidade, como o cunhado. Fernanda tem um dever para com ele,

mas por não ser uma *visita* que lhe agrada, ela o evita, embora não deixe de recebê-lo bem e de ofertar o que pode, quando acontece. Mas quando não é possível evitar, tornam-se *visitas abusivas*, tal como Kelvin apontou que, mesmo vendo o dono da casa não tão afeito à conversa ou até mesmo quando nota que o assunto não rende, ainda assim insiste em não ir embora. Em algumas situações, é possível evitar, como nesse dia em Ieda, mas em outros, ela não consegue, e acaba por receber o pastor.

A *visita* parece conjugar tantos motivos e interesses no encontro entre anfitrião e hóspede: ela pode começar com um objetivo da pessoa de ir mesmo fazer *visita*, movimento feito por Florisvaldo e Calu, mas também pode acontecer sem aviso prévio, como no caso entre Joana e Adriana, relatado acima. Outra vezes, uma chegada pode se tornar uma *visita*, como quando Calu vai apenas tomar café em Florisvaldo, mas, no decorrer do encontro, quando um assunto puxa o outro, vão se dar conta que aquilo se tornou uma *visita*. Entretanto, entre todas essas formas de aproximar e receber que parecem emanar nuances em cada encontro, há também um lugar comum que distingue a visita de todas as demais mobilidades, que é o fato de ela singularizar o encontro. Por isso, Ieda diz, no caso de Calu: ‘*ele não estava sem o que fazer, ele tirou um tempo para ir visitar o meu pai*’. Geralmente, quem é *de casa* tem o seu movimento “errante”; a *visita* não, algo leva ao movimento.

Nesse sentido, ratifico o que Carneiro (2010, p. 75) disse sobre a *visita* ser diferente das outras formas de ‘encostar’:

‘Note-se que nem todo “chegante” é um “visitante”. O primeiro termo designa qualquer um que “chega”; uma casa vive cheia deles, gente da *vizinhança*, chegando para logo sair. Ou gente de fora, mas com destino certo noutra parte. A demora vai ser pouca..., avisam logo. Encostam à cerca ou passam pela cozinha para assuntar qualquer coisa ou apenas pedir a bênção dos de casa, sejam avó e avô, tio e tia, sogro e sogra, ou conhecidos”, “gente de casa”.

Tal como na Malhadinha, nos Buracos, há a existência de movimentos próprios do cotidiano e aqueles excepcionais que são denominados *de visitas*. Mas, diferente dos Buracos, em que a visita se dá predominantemente entre pessoas que não moram na comunidade, mesmo sendo chegadas, amigas e parentes, na Malhadinha, a *visita* pode acontecer nessas duas situações: entre quem é *de dentro*, *nascido e criado*, também com quem é *de fora* (esses serão tratados no capítulo 5, adiante). Muito embora existam essas diferenças entre Buracos e Malhadinha, em ambas as comunidades, a *visita* trata-se de algo que ocorre fora do que é habitual.

Quem também busca definir tal conceito é Borges, em sua etnografia na África do Sul pós-apartheid. Sobre as visitas, diz seu texto: “referem-se a múltiplas maneiras de acolher e ser recebido, e subentendem conjecturas, hipóteses, cálculos, planos e balanços retrospectivos que se intercalam, constantemente, pressupondo uma locomoção nem sempre fácil ou mesmo desejável para muitas pessoas” (BORGES, 2015, p. 209). Considerando a definição de Borges (2015), espera-se do dono da casa que ele cumpra alguns papéis sociais, como quando alguém vai lhe fazer uma *visita*, considerando que o deslocamento do chegante, muitas vezes, pode ser até mais cansativo do que o cansaço causado em quem recebe, a exemplo do que se passa entre tia Adriana e Ava.

Em sentido geral, a *visita* parece exprimir o encontro entre o local (aquele que está na casa ou em algum lugar próprio) e o estrangeiro (aquele que se desloca e não está em seu ambiente), mesmo que esse estrangeiro só o seja, justamente, porque constituiu, em certos momentos, uma *visita*. Há uma preocupação com a hospitalidade para aquele que chega em todas as etnografias que abordam tal temática. Essa universalidade da recepção foi interpretada por Pitt Rivers (2012 [1977]) por meio da lei da hospitalidade. Essa lei aponta para a existência de relações paradoxais na hospitalidade no mundo mediterrâneo. Isto é, o encontro entre locais e estrangeiros é sempre ambivalente, existindo, de um lado, uma possível relação hostil e, de outro, uma relação acolhedora – e, assim, uma linha tênue separando a hospitalidade da hostilidade.

O trabalho de Herzfeld (2012) aponta nesse sentido, pois o autor, ao propor a hospitalidade como uma tentativa de “domesticação” do evento, de controle das situações que, dado seu caráter dúbio⁴⁹, não garantem nada ou até mesmo apontam para a iminência de um conflito – direto e indireto – que pode surgir a qualquer momento. O que impede o conflito entre figuras potencialmente assimétricas é esse equilíbrio ordenado por um acordo, um costume. Esse acordo “torna o desconhecido cognoscível e substitui o conflito pela honra recíproca. Isso não elimina o conflito por completo, mas o coloca em suspenso e proíbe sua expressão” (PITT-RIVERS, 2012, p. 513). Em outras palavras, esse acordo é dado pela proibição de ofender, ou pode-se dizer: simultaneamente, a evitação do respeito e a evitação do desrespeito. Entretanto, ao ler essa lei, pode-se depreender a *visita* ou a hospitalidade acontecendo apenas em contextos de conflitos, com inimigos

⁴⁹ Outros autores que trabalham com a hospitalidade em sociedades médio-orientais (MASON, 2011; SHYROCK, 2004) destacam que há uma relação de poder entre hóspede (guest) e anfitrião (host), na qual o primeiro é recebido nos termos do anfitrião e sua permanência na casa deste depende de sua boa vontade, enquanto a reputação do anfitrião depende da imagem que suas visitas divulgam sobre ele.

declarados, ou até de desconhecidos, cuja educação e o acordo parecem sustentar, provisoriamente, essa relação.

Então, como entender a Lei da Hospitalidade quando não se trata de gente distante, tanto geográfica como genealógicamente, mas sim dos amigos ou daqueles que se tornaram amigos, e mesmo dos parentes? Mesmo em relações próximas, são esperadas certas atitudes formalizadas daquele que recebe e daquele que visita, sendo que situações contrárias podem até mesmo estremecer a relação, quando, então, de poder ouvir frases como: *‘meu amigo não pode me receber direito’*; *‘não ofereceram água à minha chegada’*, *‘vieram conhecer a comunidade e não me deram nada’*. Em qualquer situação de hospitalidade desencadeada pela visita, são designados papéis sociais os quais tanto o anfitrião quanto o hóspede precisam desempenhar. Um, de oferecer tudo o que tem, e outro, de recusar, mas ao fim, aceitar aquilo que lhe é oferecido, como visto na relação entre Florisvaldo e Calu. Há um espaço liminar, por assim dizer, entre agradar e desagradar. Ieda sempre me dizia: *‘quando tu for visitar a casa de alguém, aceita tudo, se não pegar, o povo fica ofendido’*; mas também: *‘não se pode pedir demais, para não ser folgado’*.

Ao fim, entendemos, tal como Carneiro, que a visita é o encontro “onde quem recebe se sente dando menos do que deveria e onde quem é recebido sente-se recebendo mais do que mereceria ganhar”. Essa observação orienta-se pelos frequentes excessos de escusas por parte do anfitrião e de elogios por parte do visitante (CARNEIRO, 2010, p. 83). Em conclusão, mais do que singularizar a visita como sendo um evento que coloca em contato um *de dentro* e um *de fora*, próximo ou distante, vale mostrar as suas diferentes faces e motivos de acontecer e do porquê acontece. Entre *os de dentro*, nota-se afeto, mas também perigo e vigilância. Vigilância no sentido de verificar o interesse e motivo do chegante de ir até ali, também de saber se está agradando o suficiente para não ser mal visto na comunidade, mas também se nota afeto, para mostrar o quanto se gosta daquele que chega.

Entretanto, vale ressaltar que os visitantes *de fora* não são vistos e entendidos da mesma forma que as visitas cotidianas, *de dentro*, parentes e amigos, que são usualmente esperadas, mesmo que não marcadas. A recepção para com *os de fora*, sobretudo de visitas que guardam em si uma ambivalência no deslocamento, isto é, vão até a comunidade com algum interesse mesmo que este possa conter afeto, ainda assim, apresentam para os moradores uma preocupação diante da potencial ameaça que aquele visitante traz. Quando faço menção às visitas dos *de fora*, faço referência aos

pesquisadores, agentes do governo e, recentemente, ao empreendimento da *Energisol*, entre outros. Cada um destes tem motivos que promovem o deslocamento até a comunidade e quase sempre esses estão alinhados a potenciais benefícios, mas também a possíveis prejuízos.

Eu me inseri, no grupo dos pesquisadores, motivo que levou o meu deslocamento ao grupo e a permanência ali como visita; mas também, por outro lado, não deixava de representar uma ameaça, pois, constantemente me perguntavam o que eu iria escrever na tese e o que eles iriam ganhar com isso. No caso dos agentes do governo federal, mesmo “levando” benesses inscritas em uma legislação voltada para o bem-estar quilombola, ainda assim, é possível que angariem vantagens com as *parcerias* no quilombo (cf. capítulo 3). Ao fim e ao cabo, as visitas dos *de fora*, em maior ou menor grau, podem trazer benefícios, mas também potenciais prejuízos. Entretanto, isso não significa dizer que aproximações e amizades não podem acontecer, mas estas não são menos vigiadas.

Como dito, as categorias *ser de casa e ser vista* vivem em constante mobilidade. Na seção seguinte, busco mostrá-las a partir da minha experiência enquanto pesquisadora que foi se aproximando, sendo de casa, sendo visita, ou o que intitulei, lapidando uma nova categoria, como “visitante de casa”, categoria que permitiu minha aproximação, mas, especialmente, a vigilância atenta sobre minhas condutas.

3.5. Uma visitante de casa?

Se a recepção entre *os de dentro*, aqui vista pelas categorias *ser de casa e ser visita*, envolve o afeto e o controle, como se dão essas mesmas mobilidades – *ser de casa e ser visita* – como alguém *de fora* do quilombo? Se essa relação existe, qual conduta é adotada pelos *malhadenses*? É possível fazer amizade com alguém *de fora* e, se sim, como acontece? E se esta acontece, a vigilância é a mesma que se faz para com alguém *de dentro e de casa*? Para essas e outras questões, apresento a minha experiência enquanto uma *de fora* que não só foi observando as mobilidades das categorias *ser de casa e ser visita* entre *os de dentro*, mas que também passou a compor a rotina do quilombo, possibilitando que essas mesmas mobilidades acontecessem comigo, em função, sobretudo, de uma permanência um pouco mais longa na Malhadinha.

A essa experiência de *uma de fora*, eu atribuo o nome de “visitante de casa”, um espaço que ocupei de maneira oscilante, isto é, sendo tanto uma de *casa, próxima e amiga*, mas também uma *visita* – e experienciando tanto demonstração de afeto, como também

as formalidades de uma relação. Essas categorias foram oscilando conforme a casa e a família que eu frequentava e a relação ali estabelecida. Assim, o lugar ocupado por uma visitante de casa reside em uma liberdade controlada, no espaço liminar entre aquele que precisa ser agradado, que pode construir teias de amizade, mas é vigiado, aquele que é amigo, mas ainda precisa provar a lealdade, é um pesquisador, mas questiona-se aquilo que ele escreve ou pode vir a escrever e divulgar. Ao fim e ao cabo, o processo relacional que os *malhadenses* usam com *os de dentro* e com *os de fora* incide no mesmo raciocínio do afeto e do controle, mas com graus relacionais distintos. Diante disso, nesta seção, busco falar sobre a minha experiência enquanto uma *de fora, de casa* dando indícios daquilo que será trabalhado no capítulo cinco sobre a relação com outros *de fora* – os funcionários da *Energisol*.

Essas aproximações de uma visitante de casa foram, inicialmente, feitas nos dois principais setores da Malhadinha: o Pavão e o Colina Quadrada. No Pavão, a recepção é feita, em sua maioria, no barracão de torrar farinha e, no Colina Quadrada, no quintal da casa de Florisvaldo e Vó Mariana. No Pavão, os moradores, gentilmente, me convidavam para sentar e conversar, mas sem dizerem muita coisa, davam atenção à minha presença, à minha fala, aos meus movimentos e à minha ‘fome’; afinal, eu era *visita*. Mesmo sendo uma *visita de fora*, não tão conhecida, ficam atentos em oferecer o que têm de melhor em cada casa. Enade me convidava para almoçar um frango com quiabo, ‘*comida que dá sustança*’; Fernanda logo me chamava para ‘*chupar coquinho ou comer cacau*’, enquanto o café me esperava em Indira. Quando todos finalizavam seus afazeres, especialmente as mulheres, quando então sentavam juntas na varanda de Indira ou no barracão de torrar farinha, ali, me deixavam à vontade para falar, mas não respondiam tanto, ficavam me *assuntando* de longe.

Muito embora estivesse sendo bem recebida, tendo em vista a quantidade inesgotável de comida que me davam ao longo do dia, ainda assim, era eu quem fazia as perguntas e tentava me aproximar. Sendo assim, a recepção é, ao mesmo tempo, calorosa, mas também “fria” e “direta”, a ponto de Enade, após ouvir minhas explicações sobre o interesse de ficar na comunidade, dizia: *o que vamos ganhar com isso?* Outras vezes, quando já estávamos mais próximas, em que eu já dormia alguns dias na casa de Enade ou em Fernanda, Indira dizia: ‘*a lá ela! Já, já termina o estudo e volta pra Minas*’.

A forma de cuidado para com a *visita* no Pavão é dada pelas incontáveis ofertas e tentativas de adivinhar e então preparar alimentos que podem agradar o chegante,

considerando que esse gosto também seja próximo ao *malhadense*. Ofereciam-me doce de buriti, carne de caça, cacau, rapadura para eu levar até Palmas e apresentar ao meu companheiro as ‘delícias’ da comida da roça, que era devolvida por mim com outras *visitas* em que ouvia avidamente cada morador, especialmente, as mulheres sobre aquilo que elas tinham vontade de conversar e/ou ouvir sobre a minha vida.

Em Dona Firmina, no Pavão, eu me sentava no banco ao lado de fora da sua casa e fazia companhia vendo-a jogar as migalhas de qualquer coisa para as galinhas, brigar com algum cachorro e abanar as muriçocas na sua perna. Em Enade, eu me propunha a cozinhar algumas coisas próprias da minha região ou de que eu gostava, para mostrar como nossos universos estavam próximos; ou, se distantes, o quanto a simplicidade da minha criação nos unia. Esses primeiros encontros foram marcados por acentuadas aproximações feitas de minha parte, esperando a avaliação e o retorno que fariam a esses estímulos que eu lhes apresentava.

Diferente do Pavão, no Colina Quadrada, nas primeiras *visitas*, a recepção era feita por todos que residem ali: afinal, quem era a antropóloga que estava com Joana e Régis e queria conhecer a comunidade? Direccionavam-me ao fundo da casa de Vó Mariana, me assuntavam de modo que era eu quem falava mais e eles observavam os dizeres rindo alto, soltando algumas piadas, como era próprio, por exemplo, de Florisvaldo. Havia uma dose de curiosidade, mas também de preocupação, pois era necessário entender os meus objetivos. Não que isso fosse feito à luz de caras fechadas, pouco assunto e desconfiança assumida, mas justo o contrário: os quilombolas são abertos, barulhentos, alegres e sempre muito solícitos. Há uma preocupação em serem educados, de não deixarem a conversa esfriar e demonstrarem interesse por tudo. Diferente de outras recepções, acompanhadas por mim em outros setores, em que o estilo de vida em nada se altera na presença de alguém, em Florisvaldo, tudo parece mudar mesmo mantendo a rotina, eles buscam uma aproximação do seu modo de viver para com o daquele que chega.

Régis e Joana me aproximavam das suas rotinas, me levavam em todas as casas da Malhadinha para conhecer os moradores, nos rios e riachos que correm pela região, iam comigo até Porto Nacional e Brejinho de Nazaré, mas, nesses últimos locais, aproveitavam o meu interesse em conhecer e viver na comunidade para terem alguns benefícios, direccionando-me a essas cidades para irmos de carro. Outras vezes, mesmo que em tom de brincadeira, diziam para que eu ficasse à vontade para levar o que gostasse de comer, para também compartilhar com eles. Ofereciam uma liberdade no

meu trânsito até suas casas, mas também requeriam algumas contrapartidas àquela presença ainda nova.

Mesmo diante dessas falas e ações de ambos os setores que supostamente duvidavam da continuidade de minha permanência no grupo, pelo menos por um tempo maior do que a maioria dos *de fora*, eu me sentia acolhida, não menos vigiada, e, por isso, continuei visitando e permanecendo além do esperado. Eu conseguia notar ações que buscavam me aproximar e me entender, mas também de situações que colocavam em questão a veracidade da minha permanência ali. Essas dúvidas apresentadas por alguns moradores são baseadas em experiências passadas com outros pesquisadores; logo, para verificarem de fato meu interesse, usam de um exercício muito próprio deles: a comparação.

Esta é feita medindo-se as ações e comportamentos de quem chega com aqueles que já se foram. Como eu estava dentro do grupo dos pesquisadores, não escapei disso: afinal, como ressalta a comunidade, toda sorte de estudiosos já esteve ali. A comparação destinada à minha presença referia-se ao tipo de estudo que eu realizava e ao tempo que permanecia com eles. Desse modo, começaram a dizer que eu era *diferente*. Quando perguntei o porquê, Enade enunciava que outros pesquisadores só *‘falavam com os mais velhos e ficava pouco tempo, uma semana, sei lá’*. Agora, diante da minha presença, faziam o caminho contrário: não era mais eu quem perguntava e inquiria sobre o grupo. Direcionavam uma série de perguntas de ordem pessoal, dos costumes, sobre quem eu era, minha família e minha *cultura*, não só como forma de vigiar, mas também de retribuir contando sobre suas famílias, origens e costumes.

Isto é, há uma mudança na maneira de receber, progressivamente mais afetuosa, mas ainda assim, mantendo-se a vigilância e controle. Percebi, também, que essa mudança está associada a uma espécie de expectativa de retorno afetivo e material. Não necessariamente um retorno monetário e de qualquer natureza material, mas daquilo que me identificava, minhas raízes, a comida de minha terra e minhas histórias. Enquanto “retorno”, como dito, passei a *visitar* as casas, aceitando tudo que me era oferecido, retribuindo com atenção aos mais variados assuntos, e comecei também a levar para a comunidade coisas que representam minha origem ou aquilo que eu gosto de fazer: levava queijos, geleia, comecei a fazer pão de queijo junto com eles, pipoca de leite em pó, falar da minha ancestralidade indígena e quilombola e, no

momento que entenderam que eu já tinha “finalizado”⁵⁰ a pesquisa e continuava, mesmo assim, *visitando* e voltando ao grupo, eu me tornava *próxima* e, em algumas famílias, eu passei a *ser de casa*.

Ser de casa e ser próximo, como dito, tem a ver com relações de *intimidade*. Em Fernanda, do Pavão, fui me tornando próxima por algo que ela chama de ‘*o agir combinar*’.

‘Daniella, eu gostei de Daniella de primeira, mas fiquei de olho mesmo assim, eu estava fazendo farinha, tinha dias que estávamos fazendo farinha. Joana estava fazendo o curso com a Jéssica, eu não fui participar. Aí você veio e ficou aqui, Felipe te deixou aqui.’

O *agir combinar* não está ligado a laços de parentesco, mas sim de *proximidade*. Sobre isso, ela diz: ‘*tem pessoas que chega tão educada, tão humilde que você trata como se te conhecesse, como se fosse de casa, por isso tem uns parentes que não é visita e outros que é*’. Sobre isso, Fernanda costumava falar para Joana: “*Daniella chegou com aquela alegria dela, quero aprender a torrar farinha e não dava conta, a alegria foi tanta que esqueci o cansaço, aí fomos conversando e brincando*’. Fernanda ressalta que a alegria, a brincadeira e a boa energia são características que fazem o *agir combinar*, o que permite construir com a pessoa relações de *proximidade*: ‘*sabe quando a pessoa é boa que chega e que trazi alegria, energia boa? Porque tem gente que a energia cansa*’.

Em Fernanda, meu movimento era chegar, sentar no sofá enquanto conversávamos sobre o meu dia e o seu dia de trabalho. Ela me contava os modos como vigiava os chegantes e funcionários da *Energisol* por meio de um espelho que tinha na cozinha, ao mesmo tempo em que ia cozinhando e brincando sobre o fato de eu comer ovos e queijos como nunca vii. Era comum também que, na casa de Fernanda, algumas vezes, eu a assistisse cozinhar e, em outras vezes, eu a ajudasse, picando alguns legumes e pegando alguns alimentos nas prateleiras, mas ali só ela mexia no fogão.

Diferente da *intimidade* com Joana do Colina Quadrada, em que havia dias que eu fazia o *de comer* para nós, em Ieda, eu até cozinhava, mas era apenas pipoca de leite em pó, e em Agnes, do Colina Quadrada, por mais que eu também fosse *de casa*, ainda não tinha alcançado tanta *intimidade* de entrar na cozinha como em Ieda e Joana. Por outro lado, em Josi, do Florescer, eu era bem recebida, mas não tinha *intimidade*, ela me tratava

⁵⁰ Como grande parte das pesquisas feitas na comunidade tinha uma duração curta, os pesquisadores faziam perguntas apenas para um grupo restrito de moradores – os mais antigos e algumas lideranças. Desse modo, no momento em que eu já tinha feito esses dois passos, entendiam que a pesquisa chegaria ao fim e o meu retorno se pautaria, apenas, na amizade construída.

como uma *visita*, em um tom cerimonioso, de separar a cadeira e o local onde eu me sentaria, embaixo do seu pé de manga. Ali, ela me servia o café ao invés de, por exemplo, eu ir buscar. Era ela quem conduzia o rumo da prosa, perguntando a quanto tempo eu estava ali, se eu era da *Energisol*, se era casada ou não e se eu estava gostando da vida no quilombo.

Em Dona Gina, no Canarinho Verde, também é assim: a conversa girava sobre os motivos que me levaram até a comunidade, sobre o meu trabalho (se remunerado ou não) e até mesmo se eu me interessava em comprar um dos seus tapetes (confeccionados na hora), aspectos que revelavam uma recepção nos moldes de uma *visita*. A recepção já era feita na varanda de sua casa enquanto ela ia tecendo os seus tapetes e conversando comigo, a entrada no interior da residência sendo feita apenas por suas filhas que, gentilmente, me serviam o café.

Em Jacinta, no Centrinho, é diferente, ali existe uma oscilação. Em sua casa, ora eu era uma pessoa *de casa*, outrora uma *visita*. O modo de chegar é diferente de em Josi, mas também não é igual em Ieda, Joana e Fernanda. Eu anunciava a minha chegada e ia entrando, fazia algo próprio dos *de casa*, mas também das *visitas* que esperam ser convidadas para dar um passo a mais. Quando eu ia almoçar, sempre combinávamos antes, era para preparar o melhor que tinha e não ser pega de surpresa, mas se fosse de surpresa, também era possível improvisar e pegar com os vizinhos; eu era amiga, mas também uma *visita* que veio de longe e se tinha que *agradar*. Na hora de servir, eu era a primeira e o meu prato era colocado na pia após o almoço; o café era feito por sua filha, de modo que ela pudesse *dar atenção ao meu assunto*. Outros dias, já chegando sem avisar, ela continua seu serviço, tal como salientado por Ieda e Joana, enquanto eu ficava na porta da sua sala ou sentada no sofá conversando com ela, algo próprio de quem tem *intimidade*.

À medida que eu ia me aproximando dos moradores do Colina Quadrada, eu oscilava entre ser *de casa* e entre *ser visita*, pois, ao mesmo tempo que a mim era destinada a liberdade de transitar, ainda assim, eu não ficava totalmente livre como os parentes, havendo uma preocupação com o meu almoço, o meu café da manhã e a reserva de um espaço privado para eu dormir e descansar. Segundo Régis, o bom anfitrião oferece isso tudo: '*liberdade, atenção, cama, assunto, comida e roupa lavada*'. Essa *liberdade* envolve, sobretudo, o trânsito, a mobilidade de ir e vir entre as casas, de sentar-se no sofá sem um convite prévio, de cochilar, se for o caso, e de puxar um assunto com o dono da casa sabendo que ele também vai retribuir àquela atenção.

Ieda sempre me dizia: *‘Aqui você não é visita porque eu nunca parei de fazer minhas coisas. Não te considero como visita, você é de casa, eu te largo bem aí sozinha (risos)’*. Mas esse tratamento nunca acontece, pois, reiteradamente, ela, Joana e Régis preocupavam-se comigo; quando entendiam que eu comia pouco, me diziam: *‘o que sua mãe vai achar da nossa comunidade, Dani? Você é visita e vai volta magrinha assim?’*. A minha relação com os moradores do Colina Quadrada era similar à de Rogério, ex-funcionário da *Ágil Ambiental*. Depois que Rogério terminou o serviço para a *Energisol*, ainda em 2019, ele continuou mantendo contato com algumas pessoas da Malhadinha com as quais ele tem *intimidade* (uma delas é a família de Florisvaldo), voltando entre setembro e outubro de 2021. Ele passou dois meses no quilombo, pouco antes da minha chegada em 2021, hospedando-se na casa de Régis enquanto estava em outro serviço no Tocantins. Segundo Ieda, com ele é igual: *‘Com Rogério, era igual você, era de casa, eu saía e deixava ele bem aí, com ele tinha muita intimidade, até ele dizer intimidade é triste né Ieda (risos)’*.

Rogério, segundo Florisvaldo, tal como eu, é *de casa*, pois *‘tinha trazido a vizinhança da família dele’*. Florisvaldo diz isso pelas atitudes do ex-funcionário serem similares àquelas que ele ensinava aos seus filhos e netos, pois *‘quando ele [Rogério] foi embora, cheguei a chorar, Mariana chorou. Ele é como filho, trouxe os trem lá do Porto, trouxe tudinho pra nós, dividiu, deixou caixa, trouxe uma colcha que ele me deixou, guardo até hoje’*. Embora similares, a recepção e a relação de Rogério ainda são distintas da minha, pois o retorno do agente foi feito sem qualquer vínculo profissional com os quilombolas, ao passo que eu ainda estava lá “fazendo a pesquisa”; mesmo não sendo algo tão explícito, os moradores não deixam de verificar: *‘já acabou, Dani?’*. Ieda fazia isso em comparação com a situação de Rogério: *‘aqui nós temos um teste final, Dani. Rogério, quando ele voltou, eu estava ainda desconfiada da amizade, mas aí ele ficou aqui e trabalhando lá, agora, quero ver você’* (risos).

Essas brincadeiras, de um lado, mostram uma atitude vigilante, mas também afetuosa, pois a busca por um posicionamento aponta para um afeto que ela tem para comigo e, de outro lado, esse “teste” permite ainda ficarem vigilantes quanto à minha presença. Assim, se *os de fora* quase nunca são *de casa*, a mim, reiteravam que eu sou *de casa*, mas também *visita*, denotando ora *proximidade*, outrora um distanciamento, vigilantes, inclusive, nos meus modos de movimentar, que podem até tentar ser como *os de casa*, mas quase nunca são. Eu sou, então, uma visitante de casa.

Considerações finais sobre a parte II

Este capítulo, muito embora tenha centrado as suas discussões na definição, composição e decomposição das categorias nativas *ser de casa e ser visita*, entre *os de dentro*, e de maneira introdutória, entre *os de fora* (vide a minha experiência), também teve como objetivo apresentar a dinâmica da *receptividade* a partir do afeto e do controle na vida cotidiana do quilombo, por meio da mobilidade e da recepção dos seus moradores. Isto é, ao mostrar os modos de ser, chegar e receber quem é *de casa*, mas também de quem é *visita*, eu apresento os motivos e as nuances com as quais as pessoas não só se direcionam às casas umas das outras, mas também o modo como estas são recebidas. E é justamente nas nuances do *receber bem* que é possível notar o afeto, a evitação e/ou o controle.

Vale ressaltar que essas nuances da *receptividade* não aparecem de maneira tão destoante ao observador mais desatento, que pode até mesmo compreender a *receptividade malhadense* apenas pelo viés do afeto. E isso acontece, como dito na introdução, por se tratar de uma comunidade que reitera a máxima do *receber bem* tanto como algo histórico – vindo dos antepassados – mas também como algo que se tornou um instrumento político. Logo, não significa dizer que não vigiam e controlam os riscos e perigos potenciais de uma relação, mas que não faz sentido evidenciar de maneira desmoderada o controle e a vigilância, pois do contrário, segundo eles, poucos se interessariam pela Malhadinha. Essa assertiva é reiterada na região pelo fato de que grande parte dos visitantes, ao passarem e/ou irem ao quilombo, assimilam a recepção dos *de casa* e até mesmo das *visitas* como sendo faces da mesma moeda. Entretanto, na cena cotidiana, é possível notar que o suposto lugar comum tem inúmeras variações. E é sobre essas variações que reside a particularidade da Malhadinha e a sagacidade de seus moradores.

Assim, o capítulo buscou mostrar essas variações na relação entre quem é *de casa* e quem é *visita*. Por exemplo, entre Ieda, Régis e Joana, primos *próximos, íntimos e amigos*, nota-se uma recepção puramente afetuosa, com um trânsito livre, como disse Régis em outro momento: que a casa da irmã e da sua prima é uma extensão da sua própria. Ao que se distingue, por exemplo, da relação afetuosa entre Ieda e Analu. Ieda, ao ir à casa da prima, tem pouca *intimidade* para entrar na cozinha e mexer nas panelas, mas tem uma *proximidade* de conversar sobre vários assuntos. Segundo Ieda, ela é prima tal como Joana, mas na casa de Analu, existe *proximidade* e na de Joana *intimidade e*

amizade. Diferente desses dois primeiros modos de receber e movimentar, tem-se ainda *os de casa*, como Nino e Natan. Eles se movimentam ‘fazendo *bestagem*’, sem rumo e propósito deliberados, são próximos e têm *intimidade* na casa de Joana; mas é, contudo, uma *intimidade* distinta da que ela tem com Ieda e Régis.

A *bestagem* de Nino e Natan se distancia ainda da *bestagem*, do movimento visto na figura de Érico. Este é *bem recebido*, mas não tão querido, *próximo e amigo*, precisando, em maior ou menor grau, ser vigiado e/ou ter os seus passos controlados. O controle diante de Érico é diferente também daquele que Ieda faz na sua conduta na casa de Analu. Na casa de Analu, ela controla os seus passos para não invadir uma liberdade não concedida. Ao passo que o controle ligado à figura de Érico tem a ver com o perigo imanente que ele apresenta, vindo de sua *natureza e criação ruim*, algo que é reiterado por suas condutas como comer e não dividir e não fazer *vizinhança*. Logo, a sua mobilidade, mesmo sendo *de casa* e parecendo com a de Nino e Natan, não o é, sendo mais vigiada e controlada.

Essa mobilidade vigiada e controlada esteve presente nas situações etnográficas do *Quilitro* em Ieda, do não empréstimo das chaves da casa de Joana, na evitação de sua visita na casa de Anderson e Analu, na antecipação da janta de Alex na casa de Fernanda do Pavão, nos avisos sobre ele perante a minha presença e, por fim, do seu suposto envolvimento com o roubo e a venda de gado entre os parentes. Mas, a despeito disso, como bem salientou Joana, ele é *bem tratado* em todo lugar, mesmo tendo potenciais riscos, pois, muito embora não seja amigo, também ‘*não é um inimigo*’. O caso de Érico não é só ilustrativo para a máxima *malhadense* do *receber bem*, mas sobretudo para mostrar como a vigilância contida na *receptividade* não é feita de maneira deliberada e escancarada, mas sim, nas miudezas, na mudança de feição e de assunto diante da sua presença, como visto na ação de Florisvaldo no *Quilitro* na casa de Ieda; na circulação de *fofocas* – informações sobre um assunto – feita por Analu ao saber do *fluxico* que ele estava fazendo na casa do seu pai. A ação de Analu mostrou não só uma vigilância sobre o que ele estava dizendo, mas também uma preocupação em retificar e controlar as inverdades por ele circuladas.

Vale ressaltar que a vigilância e o controle sobre Érico ainda são distintos dos realizados com os ‘*bêbados enfarento do bar*’. Estes, tal como Glebinho em Jacinta, Bruninho e Gordinho em Margareth, transitam ‘fazendo *bestagem*’ e procurando comida para ‘*voltarem à pinga*’. O perigo que eles apresentam está não só naquilo que eles podem ouvir nas casas em que eles chegam, mas igualmente na circulação desse conteúdo para

outras pessoas que, porventura, venham a encontrar no bar. O controle diante dessas figuras está no anfitrião medir as suas palavras, mas também em oferecer o que se tem de melhor em casa para que não circulem e criem no quilombo a fama – a depender da casa que forem – de uma *recepção ruim* e pouco acolhedora, podendo até mesmo ser associada a uma *natureza ruim*. Como visto, essa é a pior qualificação para um *malhadense* – *ser ruim*. O que não significa dizer que não existe afeto nessas relações, mas que este coexiste junto o controle e a vigilância no ato de *receber bem*.

Além da movimentação contendo o par afeto e controle entre *os de casa*, este capítulo se ateve também a mostrar a modulação⁵¹ das *visitas*. Estas, acontecendo como uma oportuna demonstração de afeto, realizada entre *os de casa*, a exemplo de Florisvaldo e Calu, mas também como sendo um modo de receber alguém *de fora*, este sendo parente ou não. Uma relação para ser uma *visita* consiste na dedicação ao encontro, dedicação esta vista na atenção ao assunto daquele que chega, mas também no oferecimento de alguma comida. As *visitas*, em sua maioria, acontecem com pessoas quistas e *próximas*, mas não impede que pessoas *de fora*, com pouco contato e *intimidade*, como o pastor da igreja, queira realizar uma *visita*, mas aí já se trata o que Kelvin, irmão de Ieda, designou como uma *visita abusiva*, que acontece pela necessidade de se manter uma relação e não desagradar o que chega, mesmo que implique em desgasto ao que recebe.

As *visitas*, guardadas as devidas proporções, muito embora sejam um movimento que abrigue *os de casa*, são direcionadas especialmente *aos de fora* ou àqueles com quem não se tem tanta *intimidade* e é preciso nutrir uma relação mais formal. Entretanto, as *visitas*, muito presentes no cotidiano *malhadense*, nem sempre ilustram todas as mobilidades e os motivos pelos quais *os de fora* se direcionam até a Malhadinha. É possível que um *de fora*, como eu, insira-me nesse movimento cotidiano de *ser de casa e ser visita*, como visto na última seção do capítulo; mas é possível também que outros *de fora* vistos no próximo capítulo, a exemplo dos funcionários da cena municipal, estadual e federal, tenham sua mobilidade até o quilombo descrita apenas como ‘*chegou aí querendo alguma coisa*’, mas também como ‘*vieram visitar a comunidade para oferecerem alguma parceria*’.

Assim, na parte três da presente tese, busco mostrar a chegada *dos de fora*, na figura dos funcionários da cena política – municipal, estadual e federal – e dos agentes do empreendimento da *Energisol*, iniciado em 2015. Vale ressaltar, como dito acima, que

⁵¹ A palavra modulação faz analogia com a ideia de radiofrequência, pensando as várias formas de fazer visita como sendo cíclicas, oscilantes a depender daquele chega e da relação que com ele foi estabelecida.

não existe uma nomenclatura específica para a movimentação destes atores, podendo apenas ‘*chegar*’, mas também, tal como eu, podendo ser absorvidos como *de casa* e também de virem a *ser visitas*. Mesmo com essas possibilidades, grande parte do movimento desses indivíduos é diferente do visto no presente capítulo, justamente porque o deslocamento destes até a comunidade obedece a algum interesse, o que destoa do movimento entre *os de dentro* que, de certo modo, constituem a vida cotidiana do grupo.

Esses interesses acabam por reorganizar o modo como os *malhadenses* conjugam na recepção o par afeto e controle, uma vez que estes podem trazer benefícios, mas também prejuízos. De todo modo, todos serão *bem recebidos*, mas depende de quem chega, porque chega e como chega, bem como da ameaça potencial que aquele visitante supostamente apresenta. O que os *malhadenses* costumam aferir é se o potencial risco se equilibra com o benefício, sendo uma ação ou procedimento, segundo as lideranças, exclusivos da Malhadinha, quando comparada aos outros quilombolas da região.

Segundo os *malhadenses*, outras comunidades perdem muitos benefícios por não se colocarem receptivas, pois estas entendem que não podem coexistir afeto com controle, ou você cai ‘*na conversa do povo de fora*’ ou ‘*você resiste, expulsando-os*’. Mas os *malhadenses* provam o contrário disso: *ser receptivo* não implica em não vigiar e controlar o chegante, apenas que o risco vale o potencial benefício e que vigiar não implica em expulsar, mas em controlar de maneira sutil. E é sobre esses agenciamentos, chegadas, recepções, controle, variações e ambivalências do *receber bem* diante dos *de fora* que reside a preocupação da última parte da tese, intitulada como Chegadas e Agenciamentos Políticos.

Parte III
Chegadas e agenciamentos
políticos

Capítulo 4 - Tornar-se quilombola

Notas iniciais

Na primeira e segunda partes desta tese, eu busquei mostrar a origem da *receptividade malhadense* por meio das categorias da *criação*, da *natureza* e da *vizinhança* como sendo cruciais para a continuidade do grupo. Especificamente na segunda parte, ainda centralizada na *receptividade*, apresentei outra faceta desta por meio daquilo que a constitui, a saber, o movimento. Avancei a hipótese de que a mobilidade e a recepção são categorias que caminham juntas na Malhadinha, sendo que uma boa recepção promove tantas outras mobilidades, do mesmo modo que uma recepção ruim não promove quase nenhuma. Ao que parece, a mobilidade, que constitui a recepção e é constituída por essa, é fulcral para a circulação desse modo de viver para a nova geração do grupo. Isto é, a *criação e a vizinhança* só existem e continuam a existir por conta da mobilidade dos moradores, vista na parte dois, sob as categorias *ser de casa e ser visita*. Essas categorias da mobilidade levam consigo a continuidade dessas práticas.

Em ambas as partes, apresentei como a *receptividade* conjuga em si o afeto e o controle, em outras palavras, todos são sempre *bem recebidos*, mas sempre vigiados, conforme a máxima: ‘*é preciso receber bem, mas ficar de olho*’, independente se parente ou não. Foram descritas cenas de afeto, mas também de controle, mesmo que este último tenha ficado menos pronunciado, suscitando no leitor um possível questionamento da sua regularidade. Por isso, reiterarei que a sutileza com que o controle e a vigilância aparecem na tese não implicam na ausência destes, mas ressaltam o cuidado que os *malhadenses* têm para expressar tais práticas, quando comparadas às de afeto.

E isso acontece por entenderem que a fama da Malhadinha como hospitaleira e receptiva é o que promove muitas benesses ao quilombo; e mesmo que estas venham com possíveis riscos, ainda assim, os benefícios são maiores. E para se ter benefícios, não é possível uma comunidade expressar excessivamente o controle das pessoas *de fora* em seus atos. Logo, essa vigilância perpassa por ações simples, ela é vista nas nuances relacionais que cada recepção emite. Assim, se nas primeiras duas partes deste texto, a análise da *receptividade* voltou-se para as relações cotidianas e internas, nessa terceira

parte tem-se o foco nas relações com *os de fora*, especialmente com os agentes do governo federal, mas também dos funcionários da *Energisol*.

Antes de adentrar nas discussões dos capítulos que seguem vale retomar alguns pontos com a literatura que corrobora para o argumento da ocorrência do afeto e do controle, especialmente quando vamos pensar estas categorias direcionadas às *peças de fora*. *Os de fora*, como dizem os *malhadenses*, não chegaram ao cotidiano da Malhadinha apenas com a mudança do estatuto da comunidade de rural para quilombola, pois isso já ocorria anteriormente. O convívio com outras alteridades, tendo a recepção como mediadora desses enlaces, é constitutivo da vida *malhadense*. Pensar o contrário disso é aproximar-se das abordagens que Viveiros de Castro (1999) chamou de vertente contatualista, referindo-se, no caso, à etnologia brasileira (RIBEIRO, 1970; CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976; OLIVEIRA FILHO, 1998), que tomava o mundo ameríndio anterior ao contato com os europeus de uma maneira descontínua, estática e naturalizante, como se a história só iniciasse a partir do momento em que os indígenas começam a se transformar em apêndices do Estado Nacional. Segundo Viveiros de Castro (1999), essa perspectiva acaba por emitir uma falsa ideia de que os indígenas “viviam, 'de certo modo', dentro de universos sociológicos e cognitivos insulares, sem nenhuma noção de alteridade e nenhum dispositivo interétnico até o advento desnaturalizante dos europeus” (VIVEIROS DE CASTRO, 1999, p. 167).

Muito embora a pesquisa seja realizada em uma comunidade quilombola, esse apontamento de Viveiros de Castro (1999) sinaliza para importantes reflexões sobre as percepções “internas” e “externas” nas sociedades indígenas existindo “como dimensões simultaneamente constituídas por um processo” (VIVEIROS DE CASTRO, 1999, p. 121). Por isso, acentua o antropólogo que todas as relações são, antes, relações internas, pois “uma sociedade não existe antes e fora das relações que a constituem, o que inclui as relações com o 'exterior'. Mas essas relações que a constituem só podem ser as relações que ela constitui” (VIVEIROS DE CASTRO, 1999, p.120). E isso na Malhadinha parece acontecer, pois se a hospitalidade é intrínseca *aos de dentro*, certamente a relação com *os de fora*, com o mundo exterior, também será mediada pela hospitalidade, sendo parte desse operador que constitui a comunidade. Dito de outro modo: a distinção entre interior e exterior, entre *o de dentro e o de fora*, procede sempre do interior, *de dentro*, e este deve ser o foco da análise antropológica.

As definições dos *malhadenses* e as formas de apreciar e classificar *os de fora* mostram uma variabilidade qualitativa dos chegantes feita internamente pela

comunidade. Tanto é que, antes do marco temporal do *ser quilombola, os de fora* se restringiam aos *parentes distantes*, aos quilombolas das redondezas e, de maneira menos acentuada, aos atores da cena política e aos amigos. Já existia toda uma relação mediada pela *receptividade*, parafraseando os *malhadenses, nascida e criada ali*. As noções de alteridade e essas relações com o mundo *dos de fora* é anterior a esses novos chegantes – ou seja, não havia apenas interior, ou apenas os *de dentro*. Entender como essa lógica opera nessas recentes relações externas é um dos objetivos dos dois últimos capítulos.

Mesmo ciente das contribuições que os etnólogos do contato lançaram para as relações interétnicas, o que aqui me proponho vai ao encontro do que Viveiros de Castro (1999) aponta sobre uma etnologia clássica, que tem como objetivo a apreensão dessa perspectiva interna, *de dentro*, de entender que a relação que os ameríndios estabeleceram e estabelecem com a sociedade nacional é um dos muitos componentes do seu próprio mundo. Aqui, estou interessada em saber como os *malhadenses* representam os seus outros, e não o contrário. Afinal, não são *os de fora* que fazem a Malhadinha, mas ela que faz o mundo, ao seu jeito. Entender esse olhar interno para o externo não anula o fato de que existe uma força externa desses *de fora*, sobretudo, dos agentes do governo e do *empreendimento*, que modifica a vida no quilombo. Eles trazem problemas e perigos, promovem acomodações, resistências, afetos, controle, vigilância, perdas, vitórias, amizades e, até mesmo, casamentos. Viso entender como essas relações são interpretadas, ressignificadas e absorvidas pelos *malhadenses*, dando ênfase em algo muito específico: *a receptividade*.

Dito isso, a *receptividade*⁵², muito embora sintetizada num único termo, carrega o múltiplo. Ela não é só o modo como os *malhadenses* se relacionam e criam afetos entre *os de casa* e entre si, como visto nas partes um e dois acima, mas também como constroem as relações com os novos chegantes, *visitantes*. Logo, a categoria se constitui como uma porta para tecer *negociações*, para estreitar vínculos partidários, amenizar protocolos e burocracias, vigiar e controlar o desconhecido. É um modo de ser, de fazer e de agir (ALMEIDA, 2019).

⁵² Ao apresentar a categoria *receptividade* como um vocábulo que carrega o múltiplo, realizo um movimento similar ao desenvolvido por Emerson Almeida (2019). Esse autor, ao analisar as estratégias e relacionamentos entre o povo indígena Tenetehara no Maranhão com os brancos e outros grupos indígenas, desenvolve a categoria “sagacidade”. Partindo de alguns termos nativos, ele amplifica o agenciamento indígena dentro das relações interétnicas, a partir de um vocábulo definido pelo contexto, por uma série de expressões indígenas referentes à habilidade de ser sagaz. Essa habilidade acaba funcionando com um *ethos* para construir o cotidiano, formar estratégias, conhecimentos e planejamentos para lidar com brancos e outros indígenas. É um modo de ser e de fazer Tenetehara.

Os modos de receber, ou a *receptividade*, vão se intensificando – e por que não dizer “sendo aprimorados” – na relação com *os de fora*, a partir do que momento em que *se tornaram quilombolas*, um marco na vida *malhadense*, pois registra, para os meus interlocutores, o momento em que os governantes começaram a olhar para o quilombo por meio, mas não apenas, do Programa Brasil Quilombola (PBQ)⁵³. Ali, a boa *receptividade* direcionada agora aos agentes do governo mostrou para os *malhadenses* que eles podiam ter uma facilidade maior para o acesso a recursos e a implantação de projetos governamentais.

Segundo os moradores, isso acontece justamente porque *tratam bem*; logo, há um retorno e uma predileção das autoridades municipais por valorizar o quilombo. Como a prefeitura de Brejinho de Nazaré acaba sendo acionada para fazer a mediação com as comunidades rurais e quilombolas que estão legalmente sob a sua jurisdição, acabam destacando a Malhadinha como um potencial grupo para realizar essas iniciativas e programas políticos, justamente porque lá *recebem bem*. Exemplo disso foi a *parceria* desenvolvida entre a Escola Família Agrícola (EFA) e o projeto do aviário. Este poderia ser feito em outra comunidade quilombola, mas, por indicação da prefeitura, acabou sendo feito na Malhadinha.

O projeto do aviário consistia na doação de cem frangos para a comunidade, além de um espaço para alocar esses animais, que funcionaria como uma *mini granja*. Essa relação, segundo os *malhadenses*, não implica no negligenciamento e/ou na exclusão de outras comunidades, mas numa forma de priorizar a Malhadinha, justamente porque, diferente de outras comunidades, eles *tratam e recebem bem*. Esse elo com os projetos governamentais foi cunhado pelo que designam como *parcerias*, que nada mais são do que relações de troca entre a comunidade e o município tendo como base projetos voltados para as comunidades tradicionais que passam pelo aval da prefeitura. Essa aproximação com o município abriu portas para *pegarem amizade*, mas também inimizades, mostrando que o *receber* tem que *ser dosado e diferenciado*. Comparações desse tipo, muito baseadas em experiências passadas, são constantemente feitas pelos quilombolas para medrar relações com os novos chegantes, como, por exemplo, o *empreendimento* que será discutido no último capítulo dessa parte três.

⁵³ O Programa Brasil Quilombola (PBQ), do Governo Federal, lançado em 2003 e iniciado no Tocantins em 2006, teve como objetivo modificar as condições dentro das comunidades de remanescentes quilombolas com vistas a melhorar a vida desses moradores por meio de intervenções de regularização fundiária, infraestrutura e serviços, desenvolvimento econômico e apoio às entidades representativas, como as associações (ESTEVEZ, 2012).

Logo, pensar a *receptividade* envolve compreender e dialogar com essas e outras categorias nativas (*ter a natureza boa e receptiva, ser de casa, ser visita, ser quilombola, fazer parcerias, pegar amizade, amizade mais colorida, mais a trabalho, conhecer a cultura e mostrar a cultura*), mas também com as categorias antropológicas. Digo isso pois pensar a *receptividade* é discorrer também sobre as relações familiares, sejam estas classificadas na forma do grupo doméstico e/ou da família nuclear (ALMEIDA, 1986; WOORTMANN, 1990; MARQUES, 2018). As famílias, na Malhadinha fazem parte da dinâmica da *receptividade*, tanto na sua formação – que implica a origem genealógica e a sua continuidade por meio dos casamentos – quanto no seu local de morada: as casas. Estas são espaços de recepção por excelência, de vinculação com os corpos e as pessoas, de reputações, de memória, de fofocas, referências e de hospitalidade (CARSTEN; HUGH-JONES, 1995; EDWARDS, 2000). A *receptividade* também exerce uma referência identitária para o quilombo: *somos um povo hospitaleiro*, dizem; mas envolve, ao mesmo tempo, a segmentariedade: *cada quem e cada casa recebe de um jeito*. Identidade e diferença⁵⁴ operam aqui não como polos opostos, mas dispostos na formação da totalidade do ser *malhadense*.

A *receptividade* permite adentrar também na esfera política⁵⁵, esta desenvolvida nas comunidades rurais presentes, por exemplo nos trabalhos de Comerford (2003) e Villela e Marques (2017), mostrando como o tempo da política é central na vida desses grupos. Tempo da política, ou *época da política*, como aparece na Malhadinha, trata-se de um período que mostrou e mostra, para os moradores, como o *receber bem* permite adesões (PALMEIRA; HEREDIA, 2006), alianças e benefícios, mas também, por outro lado, pode gerar conflitos e prejuízos, tanto nas relações internas, quanto nas externas. É

⁵⁴ A constituição de grupos étnicos (BARTH, 1998) ligados por laços identitários e de etnicidade (CARNEIRO DA CUNHA, 2009; ARRUTI, 1997, 2006) é uma ferramenta importante para pensar os povos tradicionais diante das relações macropolíticas ligadas ao âmbito do Estado. Entretanto, esse modelo interpretativo acaba por dirimir outros agenciamentos internos a esses grupos, tais como os conflitos, as diferenças, as relacionalidades e as segmentariedades. Por isso, apoio-me em trabalhos que seguem essa segunda linha de pensamento sem, é claro, desconsiderar a contribuição dos primeiros. Hartung (2013) tece contribuições para esse debate ao discutir o múltiplo pertencimento quilombola com os impasses evocados pelas categorias exclusivas do Estado. Outros trabalhos também contribuem nessa trilha de pensamento (MELLO, 2010; SAUMA, 2013; PERUTTI, 2015; VIEIRA, 2015; ALVES, 2016; SANTOS, 2018).

⁵⁵ O NUAP, a partir da década de 1990, apresenta trabalhos (PEIRANO, 1998; BARREIRA; PALMEIRA, 1998; COMERFORD, 2003) que descentralizam a política da sua acepção mais restrita, passando a entendê-la como uma prática que os interlocutores elaboram sobre as suas maneiras de estarem no mundo, compondo uma linguagem própria para falar do doméstico e da vida pública, da política e do poder (DAINESE, 2017). Aqui, assumo a política tal como o preconizado por esses estudos, buscando entender as distintas articulações e manifestações que as atividades sociais podem propiciar, além da forma como os agentes as realizam e se mobilizam. Próximo ao que Vieira (2015) intitulou como uma “teoria política quilombola”.

um tempo que possibilita constituir amizades (WOLF, 2013) ou até mesmo utilizar-se do afeto para manter *os de fora* próximos, como um mecanismo de poder⁵⁶, de controle e de vigilância.

As várias movimentações entre os integrantes da Malhadinha e destes com *os de fora* influenciam e influenciaram progressivamente a dinâmica da hospitalidade ou, para usar o termo local, da *receptividade*. Por isso, a forma como é colocada em prática não se restringe apenas ao *receber bem*, mas funciona também como um mecanismo de aproximação, negociação em causas próprias, de resistências e acomodações. E é esse tensionamento que a *receptividade* parece operar nas relações com *os de dentro e com os de fora* que será o objetivo dos capítulos seguintes.

O presente capítulo busca mostrar a mudança estrutural, política e identitária da Malhadinha a partir do ano de 2005, quando o grupo recebeu o certificado de remanescente quilombola da Fundação Cultural Palmares (FCP). O argumento que orienta o capítulo é que *ser quilombola* foi fundamental não só para as mudanças estruturais que vieram com as políticas públicas do Programa Brasil Quilombola (PBQ) e outros, mas também como uma ferramenta política para lidarem com as *peças de fora* que chegavam no quilombo – vinculadas direta e/ou indiretamente aos benefícios materiais/imateriais que almejavam conseguir.

O *ser quilombola*, portanto, é visto como um marco na vida *malhadense* a respeito do que entendem como ser a *chegada dos de fora*. A expressão tem um sentido figurado, uma vez que, antes de receberem o certificado do reconhecimento pela FCP, os *malhadenses* já nutriam uma relação com outras pessoas externas ao quilombo, mas não de maneira tão intensa e transformadora como aconteceu após a emissão do documento, mas de maneira pontual. Nesse sentido, o *ser quilombola* não só inaugurou novas chegadas, mas ressignificou outras, a exemplo daquela já existente relação com a prefeitura de Brejinho de Nazaré. Diante disso, o capítulo mostra como esse processo, para além de uma mudança identitária com benefícios materiais, foi também uma

⁵⁶ Tal como propõe Wolf (2003), entendo o poder como um conceito relacional, aquilo que permite às pessoas reivindicar o que elas são e o que controlam, como um aspecto de todas as relações entre as pessoas. Ademais, o antropólogo ainda salienta que as relações sociais fazem parte de um jogo em que uns podem sofrer perdas, outros obter ganhos e até mesmo angariar monopólios de poder.

mudança política, nos modos como os moradores e as lideranças lidavam com a prefeitura e como passaram a lidar após o *ser quilombola*.

A responsabilidade do reconhecimento foi atribuída à então prefeita Gorete⁵⁷, eleita em 2005, *que descobriu isso de ser quilombola*, e do então e atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com as políticas pública voltadas para as comunidades tradicionais. Nesse sentido, os moradores narram como foi o processo de receber o certificado, da chegada das primeiras políticas públicas específicas para a população remanescente de quilombo e da mudança que estas causaram nas suas vidas. Ademais, também narram sobre a importância de ter o conhecimento desses programas sociais, bem como sobre o que precisava ser feito para a chegada ou não dos benefícios no quilombo.

O sucesso de cada programa dependia tanto do entendimento que as lideranças tinham sobre os benefícios, quanto do conhecimento que a prefeitura tinha sobre estes para passar aos moradores. Isso porque, mesmo sendo uma política de Estado, o PBQ foi pensado para atuar em articulação com as esferas estaduais e municipais de cada região, o que, no limite, significa dizer que alguns programas passam diretamente pelo cadastro da prefeitura, como o PNHR⁵⁸, esta sendo responsável por coletar e enviar ao governo federal o cadastro das famílias. Alguns programas, como aqueles voltados à moradia e ao fornecimento de energia elétrica, que foram mais veiculados no cenário federal, chegaram ao quilombo, mas outros, como o programa maternidade rural e o Compra Direta⁵⁹, pouco

⁵⁷ Gorete Moo foi prefeita da cidade de Brejinho de Nazaré por três mandatos: de 2005 à 2012 e depois de 2016 à 2020.

⁵⁸ O PNHR, regulamentado pela Portaria Interministerial nº 172, de 10/05/2016 é um subprograma do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e tem por finalidade subsidiar a produção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais, por intermédio de operações de repasse de recursos do Orçamento Geral da União – OGU, ou de financiamento habitacional com recursos do FGTS. O público-alvo do PNHR são os agricultores familiares e trabalhadores rurais, organizados sob a forma coletiva, por intermédio de uma Entidade Organizadora. Os beneficiários são qualificados em três grupos diferentes por faixa de renda familiar. Para efeito de enquadramento nos grupos, a renda familiar anual dos beneficiários será aquela constante na Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP, gerida pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República. O agente financeiro define a forma de comprovação de renda formal ou informal apresentada pelos beneficiários.

⁵⁹ A respeito da energia elétrica, esta chegou ao quilombo em 2003 a partir do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica “Luz para Todos”. O Programa foi concebido como instrumento de desenvolvimento e inclusão social. Já o programa Maternidade Rural se constitui enquanto um benefício para a pessoa se afastar da atividade rural por motivo de nascimento de filho(a), aborto não criminoso, adoção ou guarda judicial para fins de adoção. E o Programa Compra Direta consiste na aquisição de produtos por parte do Governo Federal oriundos dos participantes agricultores enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), sendo estes, extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais, comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais.

conhecidos pela prefeitura e pelas lideranças, foram alcançados só por algumas famílias. Logo, o sucesso desses programas estava e está condicionado aos conhecimentos das lideranças e da relação que estas cunham com a prefeitura de Brejinho de Nazaré.

Entretanto, segundo os moradores, a relação com a prefeitura é anterior ao *ser quilombola*. Isto é, antes de 2005, já estabeleciam contatos com a prefeitura e vereadores, mas dentro de uma política do toma lá da cá, responsável por angariar empregos, auxílio transporte, vagas em escolas, entre outros serviços, de modo que a comunidade, ao apoiar um candidato, tinha como retorno essas benesses. No interior do Tocantins, essa política é vista e entendida como aquela baseada no coronelismo, na venda e troca de votos por favores políticos.

Segundo Leal (1975), a política no interior do Brasil, nos pequenos municípios, traz em si ainda algo da herança do “coronelismo”. Este, sendo entendido com um compromisso, ou melhor, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras, fruto da nossa estrutura agrária. Essa relação consiste, de um lado, na concentração do poder desses donos de terras sobre as atividades laborais, mas também política, criando nos moradores dessas regiões uma dependência da “benevolência” desses senhores que exercem influência não só no âmbito empregatício, mas também na prefeitura local. Dessa relação, resultam as características secundárias do sistema “coronelista”, como sejam, entre outras, o mandonismo, o falseamento do voto e a desorganização dos serviços públicos locais.

Segundo Heredia e Palmeira (2010), a visão de Leal do “coronelismo” – resultado de um compromisso entre chefes locais e o governo estadual ou federal – acaba sendo a marca governista não só do interior do país, mas dele como um todo. E o Tocantins não escapa disso, como tampouco a prefeitura de Brejinho de Nazaré. Por isso que os moradores ao narrar sobre a relação que nutriam com a prefeitura e com os chefes locais que muitas vezes também tinham cargos políticos, mais do que benéfica, era necessária. Isso porque era por meio desta que conseguiam um pouco de estrutura para o coletivo, a exemplo da chegada de um banco de igreja. Eles narram que sempre receberam bem todos os políticos, pois, mesmo sabendo que era uma relação desigual, sem esta, poderiam não ter nada, além de que *ser receptivo* estava na origem do grupo e, mesmo não gostando de alguém ou não votando em certos candidatos, em algum momento, poderiam precisar deles.

Entretanto, após a chegada do certificado da FCP e das primeiras políticas públicas a ele vinculadas, outro cenário passou a ser visto. Isso porque passa a existir outra forma de angariarem benesses para o coletivo, que não pela política local. O PBQ trouxe casas, energia, projetos de inserção no mercado regional, mas também programas educacionais como o Bolsa Permanência⁶⁰, que permitiu aos moradores ingressarem em graduações na UFT e no IFTO, modificando a dependência que tinham da prefeitura e ampliando o conhecimento e o modos de lidarem com os novos chegantes, mas também com os antigos, os atores da política local.

Esses programas de valorização da vida quilombola, se por um lado ajudaram os moradores a terem benefícios e a se posicionarem de novas formas diante da política regional, por outro, mostraram que, ainda assim, não basta *só ter direito*, tem que conhecer, participar, ir atrás, e manter uma relação *receptiva* com a prefeitura de Brejinho de Nazaré, visto que esta é responsável por realizar e enviar o cadastro de famílias quilombolas interessadas em alguma política pública da cena estadual ou até mesmo federal. Assim, o *ser quilombola* modificou, mas não eliminou, a relação que os moradores devem nutrir com a prefeitura; só que se essa relação, que era de total dependência, agora atua em uma linha menos desigual, por meio do que chamam de *parcerias*.

O termo *parcerias*, apesar de ser um vocábulo usado pelas lideranças, aparece, especialmente, nos documentos que versam sobre a relação da prefeitura, do estado, de entidades não governamentais e de movimentos sociais com as comunidades tradicionais. Trocando em miúdos, algumas dessas instituições chegam com projetos até a comunidade e propõem *parcerias* com o grupo para que estas se efetivem. As *parcerias*, quando evocadas pelas lideranças, são entendidas por duas vertentes. Uma enquanto projetos

⁶⁰ A Bolsa Permanência é uma política pública com início em 2013, voltada à concessão de auxílio financeiro aos estudantes, sobretudo, aos estudantes quilombolas, indígenas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições federais de ensino superior, para assim contribuir para a permanência e a diplomação dos beneficiados. O recurso é pago diretamente aos estudantes de graduação por meio de um cartão de benefício. Primeiramente, a Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) deve assinar um Termo de Adesão disponível no sistema de gestão do programa. Nesse termo a instituição se obriga, entre outras coisas, a designar um pró-reitor, ou cargo equivalente, para realizar a operacionalização do programa no âmbito da instituição. Em seguida, a IFES divulgará sua adesão ao Programa Bolsa Permanência e mobilizará os alunos interessados. Os estudantes devem preencher seus respectivos cadastros com informações sobre perfil socioeconômico e acadêmico. Mensalmente, a relação dos alunos beneficiários será encaminhada pela IFES ao Ministério da Educação (MEC), que homologará os nomes e os repassará para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que deve providenciar os pagamentos diretamente aos estudantes beneficiários.

feitos entre as esferas estadual e municipal que chegam no quilombo; a outra vertente, como modos de negociar, dados por relações de favores entre a comunidade e a prefeitura de Brejinho de Nazaré, mas também com outras instituições municipais e estaduais, a exemplo do IFTO.

No que tange à prefeitura, de um lado esta se responsabiliza por avisar e indicar à Malhadinha sobre as políticas públicas e/ou sobre projetos municipais que possam beneficiar o quilombo. E, de outro, a Malhadinha atende aos pedidos da prefeitura para fazer uma apresentação da vida quilombola nas escolas ou, então, de receber alguma figura política que queira conhecer um quilombo da região, a exemplo da então senadora Katia Abreu que foi até a Malhadinha, sob a justificativa de conhecer uma comunidade quilombola do interior do Tocantins, sendo que essa visita foi mediada pela prefeitura de Brejinho de Nazaré a partir das *parcerias*. Estas também são feitas com instituições escolares seguindo o mesmo raciocínio: o IFTO propõe algum projeto com os alunos para conhecer uma comunidade tradicional, a Malhadinha os *recebe bem* e estes organizam, por exemplo, eventos para as crianças na comunidade em outra oportunidade.

As *parcerias* são importantes, pois, segundo os moradores, recebem cestas básicas mais rápido que outras comunidades, por intermédio do pedido da prefeitura; aceleram alguns processos para angariar algum auxílio, seja de saúde e/ou previdenciário; têm um contato mais pessoal e menos burocrático com a prefeitura, o que permite obterem melhorias para a o grupo, a exemplo da disponibilidade de um carro quando precisam ou até mesmo do envio de alimentos para um evento como o dia nacional da consciência negra (20 de novembro). Algumas *parcerias* abriram portas para a construção de *amizades*, mas outras não foram tão bem sucedidas, mostrando que nem sempre a intenção dos chegantes estão condizentes com os objetivos do grupo.

Desse modo, é preciso *vigiar e ficar de olho*, mas também não se pode deixar de participar desse tipo de política, *de ser visto enquanto associação*, como fazem outras comunidades do entorno; é preciso usar da *hospitalidade* para se *infiltrar* no mundo estrangeiro, conseguindo vantagens, lançando propostas, ou melhor, *uma mão lavando a outra*. Assim, o capítulo busca mostrar esse processo de mudanças que o *ser quilombola* provocou na vida dos moradores, tanto positiva quanto o negativamente, bem como o *aprendizado* inerente a esses “primeiros de fora” que foram fundamentais para orientar o modo como receberiam, depois, os funcionários da *Energisol* (cf. capítulo 5).

4.1. O reconhecimento

Cada comunidade costuma apresentar um contexto para o reconhecimento, bem como o momento em que as políticas públicas chegam às suas casas. No que tange à Malhadinha, os moradores narram que tudo começou em 2005, quando um integrante do Movimento Negro e parente de alguns moradores, professor Iramar, viu uma peça de teatro encenada por Enade na sexta-feira da paixão que falava sobre o tempo da escravidão. Segundo Seu Francisco, o objetivo era retratar a história que os antepassados contavam nas rodas de fogueira sobre o período da escravidão, mas sem ter conhecimento de que os descendentes teriam o nome de quilombolas. A peça versava sobre: *‘esse negócio de escravidão, aí as meninas fazia uma peça dos tempos de primeiro, tinha sussa, Enade ensaiava elas’*, concluía o morador. Havia encenação de açoites, de comidas típicas e de danças.

Quando Iramar filmou a brincadeira e compartilhou o vídeo com a recém-eleita Gorete (2005), o mesmo, com o consentimento do grupo, seguiu até a Fundação Cultural de Palmas, que enviou o vídeo à Fundação Cultural Palmares (FCP), onde começaram os trâmites para o reconhecimento da Malhadinha como comunidade quilombola. Em sentido geral, o processo de reconhecimento se dá por uma autoidentificação do grupo como quilombo e a partir daí é enviado um pedido de reconhecimento à Palmares, instituição responsável por fazer a análise e emitir a Certidão de Autorreconhecimento. Após a emissão do certificado, a FCP oferece o suporte jurídico para que a comunidade adquira o documento definitivo de posse da terra, emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). (PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA, 2004; ESTEVES, 2012)

O INCRA é o responsável pelo levantamento territorial e estudos antropológicos e históricos, para a correta demarcação da área a ser titulada (ESTEVES, 2012). Em conjunto com Iramar, a prefeita Gorete, mesmo não sendo partidária a Lula, segundo Seu Francisco, *‘foi quem descobriu isso de ser quilombola, foi a prefeita Gorete, em 2005, no seu primeiro mandato’*. Tendo o conhecimento jurídico do processo de regularização, a prefeita entrou em contato com o INCRA, após certificação pela Palmares, mediando a chegada de uma equipe até a Malhadinha para ratificar que as terras eram de origem quilombola. Francisco disse que não demorou muito até chegarem na comunidade para

conhecerem o perímetro. Ele levou a antropóloga responsável pelo estudo para mostrar os lugares mais antigos da Malhadinha, aquilo que representava, no seu entendimento, ‘os tempos de primeiro’:

*Veio, veio antropólogo eu acompanhei do começo ao fim. Levei aí dentro desse Caba Vida [rio] tinha muita lava, muito cascalho que lavaram o ouro. Fui no Florescer, mostrei o baú da muié [Ismênia], levei nos Adobe, subi no Rio, subi as terras aí, fomo no rio la em baixo, pra lá do Landi, divisa do Landi com o Florescer. Aí eles foram embora, foi até uma muié que veio noutro ano. **Passaram uns tempos eles vinheram trazer o documento, o mapa, da terra aí, em 2005.** Teve uma reunião que mostrou doi mil arqueire, ‘seis tão satisfeito?’ Aí falei: ‘tamo’, dizendo que vai desocupar metade que é aquela fazenda Landi e ia desocupar a fazenda do Custela, bucado de gente [fazendeiros e posseiros] e ia ficar só pra nois. (meus grifos).*

Muito embora Francisco narre a demarcação do perímetro quilombola como tendo aproximadamente 2 mil alqueires de terras, ainda assim, estes não receberam a titulação, como tampouco o INCRA retirou os fazendeiros da região. Quanto à demarcação e à titulação das terras remanescentes de quilombos no Tocantins, dos 26 processos abertos, somente a comunidade quilombola Kalunga do Mimoso é que se encontra na última fase do processo de titulação (ESTEVEES, 2012). O resto das comunidades, inclusive a Malhadinha, ainda está com o processo de regularização fundiária a ser formalizado no INCRA. Por isso, ainda hoje, a comunidade reside em uma área de aproximadamente 200 alqueires de terra e as fazendas continuam no seu perímetro. Inclusive, Francisco conta que vivem em paz com essas propriedades e parte dos homens da Malhadinha trabalham nelas como vaqueiros⁶¹.

4.2. Ser quilombola

Esse processo de mudanças oficiais acima brevemente descrito é narrado pelas lideranças quilombolas da Malhadinha como algo que aconteceu de maneira repentina, pois, se não de um dia para a noite, mas de uma maneira muito rápida, saíram de uma comunidade rural com pouca ou quase nenhuma visibilidade, para ser uma comunidade de remanescentes quilombolas, com um repentino interesse por parte das pessoas da região e com uma carga histórica e identitária muito forte. Essa mudança de como era e

⁶¹ Aqui, vale ressaltar que não foi possível encontrar o laudo antropológico. Os moradores dizem que está de posse da prefeitura, mas esta, reiteradas vezes, afirmou não ter o documento. Ademais, a FCP também não tem esse relatório e poucas são as informações a respeito da Malhadinha. Diante disso, não foi possível adensar a discussão com outros documentos que possam até mesmo contribuir para a titulação das terras.

de como ficou após o reconhecimento é narrada por Seu Francisco. O morador conta que, antes de *serem quilombolas*, poucas pessoas iam até o quilombo, viviam *praticamente isolados*, de modo que, se alguém ficasse doente, os próprios moradores tinham que colocar a pessoa em uma rede e subir a serra para chegar na estrada principal, sentido Brejinho de Nazaré, para ter atendimento médico. Sobre isso, ele diz: *‘já morreu gente demais subindo essa serra acolá, mas agora que viremo quilombola vem carro da prefeitura pega e leva a gente’*. Enade também fala desse tempo antes de *ser quilombola* como uma época em que não se tinha muita coisa:

‘Aqui era assim, as camas eram de correia de couro, ninguém tinha condição só quem tinha condição que dormia em outras coisas, não tinha prato também não, a gente comia em uma bacia grande esmaltada, Hmm, aiaia. Quiabo verdim. Meu filho, viramos quilombola e a gente ta vivendo na Glória hoje. Os colchões eram de capim, costurado’ (meus grifos).

Mag, irmã de Enade, também narra esse movimento de como as coisas mudaram:

‘Aqui mudou muita coisa, o povo era isolado, você não tinha contato com ninguém aqui não, menina, antes não. Aqui não vinha ninguém de fora, Daniella, agora que a gente virou quilombola somos tratados de outra forma, veio o povo da Fundação Palmares, CONAQ, veio a luz, as casas, veio um pessoal de fora, de Palmas, de Gurupi, de Porto, aí da UFT, IFTO, vinham fazer pesquisa aqui dentro, entendeu? Depois veio esse povo aí da Energisol’ (meus grifos).

Diferente da *Energisol*, que adentrou na Malhadinha como consequência do processo de licenciamento ambiental (cf. capítulo 5), esses outros agentes que Margareth sinaliza começaram a ir até a comunidade por interesses diversos. Alguns eram funcionários da companhia de energia que ganhara a licitação na prefeitura para fazer a instalação elétrica no quilombo, outros eram secretários de estado ou até mesmo da prefeitura, que iam até o quilombo para levar algum pesquisador e até mesmo representantes do movimento negro de outros estados, entre outros.

A despeito dessa diversidade de atores sociais, Margareth também me relata que o *tornar-se quilombola* apresentou uma mudança da comunidade dentro do cenário regional, especialmente no cenário político diante da prefeitura de Brejinho de Nazaré. Isso porque começaram a chegar verbas destinadas aos programas do Governo Federal que eram administradas pela prefeitura. Por isso, diferente de antes, em que a prefeitura só aparecia na *época da política*, da campanha eleitoral, o governo municipal passou a

frequentar a comunidade com mais frequência, com interesse em realizar *parcerias* com os moradores (o que será tratado em outra seção).

O *ser quilombola* promoveu, então, essa acentuada frequência do pessoal de *Brejinho* até a comunidade, que é entendida por alguns moradores como um momento que não foi bom só para a Malhadinha, mas também para os vereadores, secretários e para a prefeitura como um todo. As verbas trazidas por esses agentes políticos, segundo Mag, justificam em parte o interesse, se não repentino, mas pontualmente circunscrito, de algumas figuras políticas no quilombo, sendo agora até mais bem tratados do que antes.

No trecho transcrito acima, Margareth também indica que, antes de se *tornarem quilombolas*, ‘*eram isolados e sem contato com ninguém*’, o que não significa dizer que eram alheios a qualquer participação política, mas sim que a relevância da comunidade para a região era menor, justamente porque não havia políticas que valorizassem aquele estilo de vida, nem aquilo que Francisco Mello (2012) chamou de “reminiscência quilombola”. É com o Programa Brasil Quilombola que esse cenário é modificado. Criado em 12 de março de 2004, o programa foi a consolidação dos marcos da política de Estado para os territórios quilombolas, sustentado pelo Decreto de número 6261/2007, que versa sobre ações voltadas para essas comunidades, tendo como base quatro eixos⁶²: Acesso à Terra, Infraestrutura e Qualidade de Vida, Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local, Direitos e Cidadania.

Mesmo sendo um programa dentro da esfera federal, a sua implantação ocorreu em articulação com os entes federais, comitês estaduais e municipais de promoção da igualdade racial (PIR), associações representativas das comunidades quilombolas e outros parceiros não-governamentais. Quando receberam o certificado, os moradores contam que, então, as coisas começaram a melhorar, sobretudo aquelas que concernem ao item da Infraestrutura e Qualidade de Vida, com o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Grande parte dos moradores associa as melhorias do *ser quilombola*, sobretudo

⁶² No que tange à regularização fundiária, o programa atua na resolução dos problemas relativos à emissão do título de posse das terras como base para a implantação de alternativas de desenvolvimento, além de garantir a reprodução física, social e cultural de cada comunidade. O eixo da Infraestrutura e Serviços busca a consolidação de mecanismos efetivos para destinação de obras de infraestrutura e construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas. O eixo Desenvolvimento Econômico e Social volta-se para um modelo de desenvolvimento sustentável, baseado nas características territoriais e na identidade coletiva, visando a sustentabilidade ambiental, social cultural, econômica e política. Já o eixo Controle e Participação Social busca o estímulo à participação ativa dos representantes quilombolas nos fóruns locais e nacionais de políticas públicas, promovendo o seu acesso ao conjunto das ações definidas pelo governo e seu envolvimento no monitoramento daquelas que são implementadas em cada município brasileiro (Programa Brasil Quilombola, 2004, p.21).

ao eixo da Infraestrutura e Qualidade de Vida, com a instalação da energia elétrica e a construção das casas de alvenaria.

Sendo isso muito vinculado ao programa de governo de Lula, os *malhadenses* não deixam de reiterar a importância da visibilidade que o então e atual presidente trouxe para as suas vidas⁶³. Eloir do Colina Quadrada indica isso: ‘*Lula ganhou em 2002, né?! Foi Lula quem colocou pra gente*’. Logo, perguntei: ‘colocou a luz?’ ‘*Não, os dois [casa e luz]. Foi tudo junto e emendado*’. Félix, morador do *Florescer*, diz: ‘*Essa daí [casa] Lula que fez pra nós. Lula que nos deu essa vantagem aí*’. Já Ieda, moradora do Colina Quadrada, reitera: ‘*Quando começou a época de Lula, começou a chegar energia, essas casas, a prefeita fez, mas quem deu foi Lula*’. Nesse período que *Lula ganhou*, o quilombo foi reconhecido; segundo Enade: ‘*recebemos a certidão de autorreconhecimento e, a partir de 2006, a casa e a e a energia chegou pra gente*’.

O PBQ trouxe tanto as primeiras mudanças materiais com os primeiros benefícios, a exemplo do PNHR e da energia, mas também trouxe as mudanças educacionais. Isto é, o *ser quilombola*, além de colocar as lideranças nos espaços institucionais e dos direitos, também possibilitou o ingresso de outros moradores na universidade. O filho da liderança Enade diz que sua vida mudou após o certificado de remanescente, justamente porque, por meio das políticas públicas educacionais, ele conseguiu ingressar na Universidade Federal do Tocantins, inclusive, hoje ele é o primeiro vereador (2021 – 2024) quilombola da região de Brejinho de Nazaré.

Por meio das cotas quilombolas e do Programa Bolsa Permanência, que dava um auxílio mensal de \$900,00 reais aos estudantes quilombolas, Joelson ingressou na UFT, no ano de 2013, no curso de Geografia, ele e o seu primo Elce. Segundo o vereador, esse programa foi fundamental para a sua politização e conscientização política dentro da região. Ele conta que as aulas de geografia humana e as conversas que realizava com os professores e colegas fora do expediente de aulas apresentaram o que ele intitula como uma *política nova*, aquela em que o diálogo e a apresentação de propostas que ganham o

⁶³ Vale ressaltar que muito embora os moradores personifiquem a mudança de suas vidas na figura de Lula, ainda assim, foi o movimento social negro, iniciado ainda na década de 1930, com a Frente Negra Brasileira, que iniciou a luta contra o racismo e pelos direitos da população afro-brasileira. Esse movimento tinha como propósito combater as injustiças materiais e sociais as quais estavam inseridas as populações negras, iniciadas durante o processo de escravização e que continuaram após a abolição da escravatura, uma vez que esse segmento ainda enfrentou não só um desigual acesso aos direitos sociais, mas também um projeto republicano de embranquecimento da população brasileira (ORTIZ, 1985; LEITE, 2008). Após anos de luta, apenas em 1980, no período da redemocratização, dentro da Assembleia Nacional Constituinte, sob a figura de Abdias do Nascimento, que esse apelo é transformado em dispositivo jurídico, capaz de promover a defesa e a efetiva entrada dos descendentes de africanos na nova ordem jurídica do País. Assim, o PBQ nada mais é que a materialização dessa luta iniciada séculos antes (LEITE, 2008).

voto do povo, e não o que sua mãe contava que existia na Malhadinha com muitas pessoas antes dos anos 2000, baseada na compra de votos.

O vereador, com orgulho, narra que a sua campanha foi feita com R\$800,00 reais, sendo que esse valor foi gasto quase inteiramente com gasolina, uma vez que esta foi levada no *'boca a boca'*. O jovem diz que seu argumento principal era mostrar para os moradores da Malhadinha que ter um *parente* que morasse no quilombo – para alguns próximos e para outros distantes – dentro da câmara dos vereadores de Brejinho de Nazaré traria muito mais benefícios para a comunidade, pois além de *ser quilombola*, ele residia ali e sabia das mazelas do grupo; com isso, não precisariam mais *depende da política*. Assim, ele associa o *ser quilombola* e as políticas públicas à sua inserção dentro da política regional.

Não só ele. Com a visibilidade voltada para as comunidades tradicionais, ainda no final da primeira década dos anos 2000, Enade fez o supletivo e terminou o ensino médio junto com o seu marido, o que permitiu à esta liderança refinar a sua leitura e interpretação para lidar com os documentos, e ao seu marido a ter um controle maior sobre a venda de seus produtos, como a farinha e a rapadura. Joana, Ieda e Régis também foram beneficiários da bolsa permanência e do ingresso na universidade. Joana, em 2015, iniciou seu curso de História na UFT, e teve o primeiro contato com a Antropologia via Professor Odair Giraldin. Sobre isso, ela diz: *'eu poderia ser antropóloga, Dani, via o professor Giraldin, ele observava e fazia perguntas, eu sei fazer isso, políticos vem aí, Energisol eu fico só observando o jeito deles, da cultura deles'*. O conhecimento adquirido pelo curso permitiu a ela não só se tornar a presidente da associação, em 2017, mas entender um pouco mais da importância da identidade do grupo, de reforçar costumes e de lutar por eles. O mesmo aconteceu com Ieda e Régis.

Ademais, Enade conta que o *ser quilombola* trouxe outros auxílios que movimentaram a vida econômica da comunidade, como o auxílio maternidade rural. Segundo ela: *'o salário maternidade rural funcionava assim: quem tinha filho de 0 a 5 anos, que comprovava que é morador rural, recebe, mas só recebe uma vez também. A primeira que ficou sabendo foi Zira, se o menino for novo, recebe, Fernanda também fez'*. Além destes, o *ser quilombola* trouxe a possibilidade do Compra Direta⁶⁴:

⁶⁴ A Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF) é um instrumento do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 5.873 de 15 de agosto de 2006, tendo por finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários dos participantes agricultores enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), inclusive os Povos e Comunidades Tradicionais

‘Aquele compra direto, é um financiamento do governo para a merenda escolar. A gente fazia A DAP [declaração de aptidão do produtor rural] aí você falava o que você queria vender e aí as escolas recebiam e você vendia, se você planta e tem a DAP, aí tem a chamadas públicas que a escola chama né, aí você vai, fala o que tem para vender, ela fala quantos kilos e ela pega de você’

Trocando em miúdos, o Compra Direta, como é conhecido, na verdade, faz parte do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), tendo início entre os anos de 2003 e 2006. O programa teve como objetivo, por meio do cadastro das famílias quilombolas pela prefeitura, movimentar a economia no âmbito rural. Assim, a prefeitura cadastrava as famílias interessadas que queriam vender buriti, rapadura, farinha, polpa de murici, entre outros alimentos. Dentro desse cadastro, delimitavam a quantidade e o tempo necessário para a produção de cada produto, a prefeitura fazia essa relação e encaminhava para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

A CONAB promovia as *parcerias* com as instituições do Estado, pagava o produtor rural e encaminhava esses alimentos às escolas da região. Segundo Enade, esse programa movimentou muito a economia do quilombo ainda no começo dos anos 2000, de modo que, a cada rodada de produtos enviados, *‘uma família poderia ganhar até \$6.000,00’*. Entretanto, nas suas primeiras edições, como não tinham tanto conhecimento técnico e jurídico e era a prefeitura que colhia as informações dos moradores – aos quais, muitas vezes, as coisas não eram tão bem explicadas –, segundo Enade muitas famílias ficaram de fora. Entretanto, na medida em que as lideranças foram procurando a prefeitura, conhecendo outras lideranças nos eventos anuais da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO), aprenderam que tinham que ir atrás para saber mais dos programas. Atualmente, muito em decorrência do aprendizado que foram tendo e do conhecimento técnico oriundo das graduações que muitos moradores fizeram, quem faz o cadastro e o levantamento dos produtos e leva até a prefeitura de

qualificados de acordo com o Decreto nº 6.040/2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais, comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais. O Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA, é uma das ações importantes e emblemáticas da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que o Governo do Estado do Tocantins, por meio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – Ruraltins, em parceria com o Governo Federal, Prefeituras Municipais, Conselhos de Segurança Alimentar Nutricional – CONSEA, executa no Estado, proporcionando a milhares de agricultores mercado justo e alimentos saudáveis para pessoas em vulnerabilidade alimentar e nutricional.

Brejinho de Nazaré é a atual presidente da Associação dos Mini e Pequenos Produtores Rurais da Malhadinha, Joana, com a ajuda da sua prima Ieda, formada em química.

Ao contrário de antes, quando a prefeitura ia até a comunidade e não coletava amplamente as informações e divulgava para as famílias, prejudicando, assim, muitos moradores, agora são elas que passam em cada casa, explicam o programa e como as famílias podem ganhar dinheiro com isso. Desse modo, fazem um levantamento e levam até a prefeitura de Brejinho de Nazaré. Joana, em outro momento, comentou comigo que, de certo modo, a prefeitura também se beneficia, pois elas facilitam o trabalho deles. Mas, por outro lado, quando têm alguma dúvida, por essa relação já construída, a prefeitura também os ajuda, especialmente na hora de verificar as informações coletadas e enviar a CONAB.

Nos anos finais da primeira década dos anos 2000, com a chegada desses primeiros programas, a vida na comunidade, então, mudou. Assim, segundo Enade, '*no tempo de Lula, acabou o pirãozinho e farinha, povo comprou moto, alguns comprou carro, tv*'. Os programas com maior visibilidade no interior do grupo, entre os jovens e adultos, que modificou tanto a estrutura identitária – de valorização – quanto a politização dos moradores e da economia *malhadense*, foram o sistema de cotas quilombolas e a bolsa permanência de estudos. Esse programa, como dito, permitiu um auxílio mensal de \$900,00 reais por indivíduo, além de inserir os moradores no âmbito das instituições, o que não significa dizer que o conhecimento tradicional seria invalidado, mas que o acesso à universidade ampliou o horizonte, permitindo também que os moradores desmitificassem que os povos tradicionais não podem estudar e até mesmo de apresentar a vida da Malhadinha para os colegas e professores interessados. No limite, o programa permitiu não só que os moradores estudassem, mas também uma mudança na vida econômica e uma publicização da vida quilombola e da identidade *malhadense*. Esse movimento contribuiu veementemente para o entendimento de que a política – no caso as políticas públicas – poderiam ajudar e não só prejudicar a vida na comunidade. Como dito, essa relação com o poder local é anterior ao *ser quilombola*, mas a forma como ela foi sendo modificada é vista em uma política pública específica, a saber, a instalação da energia, para a qual nós voltamos nessa próxima seção.

Muito embora em contextos e situações distintas, a energia parece ligar os dois principais grupos – *de fora* – que estiveram e estão presentes na Malhadinha, a saber, o início de uma nova relação com o poder local iniciada pela instalação da energia que possibilitou, como veremos nas próximas seções, a construção das *parcerias*, e a energia

também sendo o elo da presença da *Energisol* no quilombo. Como dito na introdução e como veremos no próximo capítulo, a *Energisol* chegou até a Malhadinha em decorrência da instalação das torres de transmissão pelo perímetro do quilombo. Esse impacto levou à construção de relações entre os funcionários do *empreendimento* e os moradores. Guardadas as devidas proporções, a energia parece ter transformado – em muitas instâncias – a vida *malhadense*.

4.3. A chegada da energia, o poder local e a *receptividade*

Os primeiros benefícios a chegarem na Malhadinha, como já dito, foram a casa e a energia, aproximadamente, no fim de 2005 e começo de 2006. Os moradores não sabem precisar. Enade e Régis associam o sucesso e a velocidade da instalação da energia e da construção das casas à *hospitalidade malhadense* para com os funcionários responsáveis pelas obras, mas estas também frutos da boa relação com a então recém-eleita prefeita Gorete e o seu secretário de gabinete, João Luis. Muito embora narrem que a chegada dos *de fora* tenha se tornado mais acentuada após *se tornarem quilombolas*, as lideranças contam que sempre mantiveram relações com a prefeitura de Brejinho de Nazaré. E essas relações eram baseadas em uma política de troca, do toma lá dá cá, isto é, para conseguirem um banco de igreja e até mesmo um cargo político, precisavam negociar com algum político. Assim, ao longo dos anos, foram *entendendo* que, para conseguirem alguma coisa para a comunidade e/ou indivíduo, era preciso negociar com o poder local.

Essa necessidade de negociação, própria da política do interior do Tocantins e do coronelismo como visto acima, muito embora assimétrica, segundo eles, foi importante para *aprenderem* a negociar com o poder local após *se tornarem* quilombolas e muito disso era feito pela chave da hospitalidade. Assim, segundo Enade, *ser receptivo* com vereadores, políticos que ali adentravam, diferente de outras comunidades da região que criaram uma espécie de barreira para qualquer assunto que envolvesse política, poderia ser benéfico, a exemplo do vivido na instalação da energia elétrica, narrado a seguir.

Sobre a chegada das primeiras mudanças materiais, os *malhadenses* a entendem como um marco, que separa um antes e um depois, o momento em que deixaram de ser comunidade rural e passaram a *ser quilombo*. Muito embora esse argumento pareça a cristalização do que, na verdade, é um processo, faz parte da memória *malhadense* para

exemplificarem como a comunidade era e como mudou. Quando se fala sobre os programas vinculados as políticas públicas do PBQ é Enade quem conduz a conversa. Sobre isso a liderança narra sobre o primeiro programa que chegou na Malhadinha, o Luz para Todos. Quando os funcionários da energia foram instalar as torres de baixa tensão na comunidade, João Luis, chefe de gabinete de Gorete, indicou a casa de Enade como referência. Os primeiros funcionários, segundo ela,

‘chegaram em Armando [Centro e Centrinho, primeira casa do quilombo] perguntando onde ficava a casa da Dona Enade, João Luis deve ter falado, aí ele ensinou o caminho, chegando aqui em casa me disseram [os funcionários] a gente chega num lugar e se puder a gente come e dorme para ser mais rápido’.

A liderança continuava contando que esse processo não foi exclusivo da Malhadinha: *‘Córrego Fundo e Manoel João recebeu a energia e as casas, mas o povo era moco⁶⁵ não sabia receber e lá demorou a instalar mais que aqui’.* Diferente das comunidades remanescentes de quilombo de Córrego Fundo e de Manoel João, que não ofereceram pouso e/ou alimento para os funcionários, ela fez o contrário: ali no Pavão, foram todos receptivos, afinal, iam *‘colocar a luz pra gente’.* Considerando tal situação, Enade disse que pegou o telefone:

‘Liguei para Joao Luis [chefe de gabinete da Gorete] e disse: é o seguinte, eu estou com o pessoal aqui da energia da baixa tensão e peguei um pedaço de carne da vizinha e fiz Maria Isabel [prato piauiense] e eles precisam de comer e aonde eles chegarem vão [precisar] comer e vai que o pessoal [da comunidade] não tem. E eu disse: não manda carne fresca porque não tem geladeira (risos). Ele riu [João Luis] e disse ainda: vou fazer uma compra de linguiça, de frango, de não sei o que lá, e trouxe’ (meus grifos).

Segundo a liderança, na Malhadinha, demoraram:

‘dez dias, foi rapidão, e um deles, que residia em Porto, além dos que arrumaram casamento aqui, voltou e me disse: ‘olha, a gente já ficou em vários lugares e nunca foi tão bem tratado’. Eu [Enade] fazia almoço, fazia a janta, trazia um bolo, carne e não sei o que lá mais’.

Enade diz que cozinhou mais *Fernanda e Indira*, suas vizinhas, a cada dia o almoço e a janta era uma que fazia: *‘É o que sempre falo né, uma mão lava a outra’.* Esse processo de recepção dos funcionários é tanto uma forma de reiterar a fama da Malhadinha como *hospitaleira* como também uma maneira de se aproximar dos

⁶⁵ Para os *malhadenses* uma pessoa moca é aquela que não é tão receptiva, não tem uma proatividade diante daquele que chega, não sabe conversar.

funcionários, criando um vínculo não só profissional, mas também de amizade e, quem sabe, de futuro parentesco, a saber, com os que ficaram mais tempo por lá. Esse movimento de receber e aproximar também é visto na forma como a liderança narra a relação com o chefe de gabinete João Luis. Se este fosse um funcionário da prefeitura pouco conhecido antes do *ser quilombola*, nada justificaria o envio dos alimentos, como tampouco a brincadeira entre ambos. Há, nessa fala, indícios de uma relação já construída.

Quando questionei a liderança se ela já conhecia João Luís, a Gorete e outros funcionários da prefeitura, ela me disse que sim, antes mesmo de *serem quilombolas*. Enade lembra que a relação com os *políticos* ‘*é de muito tempo, menina*’, a ‘*política que mandava aqui na região, até emprego era assim*’. Antes das políticas públicas do governo Lula, tudo era por meio da politicagem: empregos, assistência médica, ajuda com medicamentos, dinheiro e cestas básicas.

A comunidade, até então, entendia a política apenas como aquela local, a dos vereadores e que, no limite, o seu funcionamento era baseado apenas em relações de troca e de favores, no clientelismo. ‘*Aqui sempre foi assim*’, disse Enade, tudo era baseado na troca e/ou na venda de votos: ‘*povo aqui vendia voto demais, menina; vendia por quase nada ainda*’. A liderança conta que, para conseguir uma vaga de professor contratado em uma escola da região, por exemplo, era necessário que um vereador indicasse o nome de uma pessoa para o prefeito e este guardasse uma vaga na escola para esse indicado do vereador:

Enade: *é tipo assim, o vereador fala assim eu quero três empregos para três pessoas que me apoiaram, aí fala para o prefeito, aí o prefeito fala assim, tudo bem você é vereador, então vou mandar o projeto lá para a Câmara e você me ajuda aí que eu te ajudo, funciona assim aqui, antes de ser quilombola era pior* (meu grifo).

Outras vezes, a liderança lembrava que, para conseguir um banco da igreja, era preciso “trocar” votos da comunidade com algum político, como no caso descrito abaixo:

Enade: *Pedíamos as coisas para os candidatos, uma vez pedimos um banco pra nossa igreja. Beleza eu fui cheguei lá [no ex-vereador e atual deputado estadual] e falei com ele: nossa igreja tá precisando de banco, não temos condições de comprar, aí eu falei assim: ‘nós temos uma sessão lá dentro também, aquele tempo era 140 votos, aí ele pegou e falou pra mim assim será que quantos votos a senhora me garante lá dentro, tudo?, eu falei não, eu posso garantir o meu e o grupo de jovens que tem lá, eu posso conversar com eles, uns 30 te garanto, mas cento e pouco não. Eu tô precisando dos bancos, mas eu não vou mentir pra você que eu vou te dar os votos da sessão inteira. Aí ele ficou me olhando e falou assim: não, sexta feira te dou a resposta, aí ele ligou, aí sabe que que ele falou pra Cabelinho? Cabelinho, eu gostei dela,*

porque se ela fosse outra ia ter falado porque ela queria o banco tinha falado assim: não, eu te dou os votos tudo (risos).

Enade continuava seu raciocínio dizendo que não gostava desse sistema de troca de votos por favores, mas para conseguir algo na região: *‘tem que ser assim, não dá pra ser inculido com política, mas é importante, aqui na região você não vive sem a política, sabe’*. Ademais, Enade apontava para duas características que sempre ajudaram na sua atuação enquanto liderança, a de *ser receptiva* e de ser honesta: *‘aqui, Daniella, eu trato todo mundo bem e não minto pra político também não, eles já me veem já até sabe’* (risos). A sinceridade detectada na fala de Enade com o ex-vereador e atual deputado estadual, em outro momento, ela reiterava ser de mão dupla⁶⁶. E era justamente isso que garantia que ele, mesmo não sendo mais vereador, continuasse ajudando a comunidade sem intermediários e esse mesmo jeito também garantiu o envio de comida por João Luis quando chegaram os funcionários da energia, o que não aconteceu em outras comunidades quilombolas na região.

O exemplo de que as relações com os políticos incidem diretamente na chegada de algumas políticas públicas é visto no diálogo entre a liderança Enade da Malhadinha e Dona Alice, liderança do quilombo Currálinho do Pontal, quando esta última foi até a prefeitura pedir a instalação da energia e foi repelida pela secretária, mas, por um golpe de sorte, encontrou alguém do gabinete que a reconheceu, a levando até a sala do prefeito:

Enade: Não, o Luz para Todos é porque a energia que o governo federal paga faz parceria com a que era Celtins e o governo que pagava, entendeu, mas o consumo cada um com seu uso, aí a prefeitura ajudou nisso também.

Dona Alice: Enade que falou pra gente, eu não conhecia, quando nós chegou lá na sala (prefeitura) aí a moça falou tava muito cheio não vamos atender vocês hoje não. Aí ele falou assim: me dá aqui esse telefone aí ligo pro homem [prefeito] e mandou ele entrar, ele pegou no meu braço e falou pra ele, olha essa senhora aqui na época da política ela não tem carro, não tem moto, não anda de bicicleta. Sabe como ela andava lá nas comunidades, nas casas, com paninho amarrado na cabeça e ia de casa em casa pedindo voto pra você, porque você teve aquela maioria naquela sessão? Foi ela. Então hoje ela tá aqui, ela quer energia na comunidade dela. Aí foi rapidinho. Ai

⁶⁶ Ainda hoje é comum esse ex-vereador, atual deputado estadual, patrocinar eventos internos, como a Quiolimpiadas e também a Quilobike, disponibilizando, até mesmo, uma verba para lazer. Sobre este, em 2020, Enade estava organizando uma excursão para a comunidade sair de férias no mês de julho e conhecer uma praia. Não era nada relacionado com *‘uma necessidade assim, era pra ver a alegria do povo mesmo’*. A liderança, em conjunto com o vereador e também amigo Waister, foi até o gabinete de Toinho Andrade em Palmas. Ela, como de costume, não mediu as palavras e foi direta: *‘vim pedi um patrocínio para a viagem até Natal’*. Segundo a liderança ele ouviu o pedido em silêncio e depois de um tempo se pronunciou dizendo que iria *ajudar* não pela figura do vereador e nem por conta de qualquer outro que estivesse ali, mas sim por ser ela, no dizer do deputado: *‘por conta dessa mulher, Dona Enade, por isso vou ajudar’*.

um dia na reunião lá, as pessoas falaram assim, ah a energia não tem nada a ver com política... eu falei é, tem sim...
Enade: *Tem sim* (meus grifos)

Como bem ilustra o trecho, a política local e as políticas públicas do PBQ estão diretamente relacionadas. Por ser um programa federal, mas dentro de uma proposta de descentralização que conta com outros órgãos para a sua aplicação, como a esfera municipal, a prefeitura de Brejinho de Nazaré acabava por mediar essa relação entre o cadastro nos programas, como a luz para todos e as casas. Sobre as casas, na sua primeira chegada na Malhadinha, ainda com pouco conhecimento por parte das lideranças, Enade conta que havia vereadores na prefeitura que descredenciaram algumas famílias *que julgavam não ter precisão* e, como os moradores não sabiam dos seus direitos, *algumas famílias ficaram sem*. No último cadastro, em 2018, Enade conta que quem fez o levantamento das casas foi a atual presidente da associação, Joana, e ela mesmo levou até a prefeitura e disse que não ia aceitar *‘tirar de ninguém mais’*.

Essas situações foram mostrando para Enade como era importante participar da política, a exemplo da relação com João Luis, e também com a então prefeita Gorete. Enade conta que Gorete foi eleita bem quando *se tornaram quilombolas* e que grande parte dos votos dela foram oriundos da Malhadinha, que via na então prefeita alguém que poderia melhorar a política da região: *‘ela veio de São Paulo, era estudada, conversava com a gente aqui’*. Segundo Régis, todos *‘tratavam ela bem, ela vinha aqui na casa de pai, era frango que fazia pra ela, era café, era tudo’*. Do mesmo modo, com João Luis: *‘ele já conhecia aqui a Malhadinha, outras comunidades queriam saber deles lá não, mas aqui a gente trata todo mundo bem’*.

Com o ex-vereador e atual deputado estadual também era assim. Enade narra que, quando ele foi levar o banco da igreja, todo mundo o recebeu bem: *‘fiz comida aqui em casa, na época era so farinha e pirão (risos), mas dei rapadura, tudo’*. Essa relação com os políticos era e é feita de maneira mais efetiva no que entendem como *a época da política*⁶⁷, da campanha eleitoral, das trocas assumidas entre voto e promessas de

⁶⁷ A *época da política* a que Enade faz referência é um conceito visto também em outros autores (PALMEIRA, 2006; COMERFORD, 2003; VILELA, 2009; VIEIRA, 2015; MARQUES, 2017) a respeito de uma demarcação temporal, geralmente aquela associada à campanha política, em que conflitos e oposição velados durante o período regular do ano podem ser declarados, criando cisões e conflitos abertos. Trata-se, portanto, de um reordenamento da vida social pelas facções políticas, com novas regras e condutas suspensas e aceitas apenas nesse período. Isto é, fora da *época da política* é mal visto uma pessoa ficar falando do candidato, ou então dos seus projetos, das suas qualidades em contextos que ninguém quer saber do assunto. Se a pessoa o faz, fica com a fama de *‘fulano é incutido com política’*. Por outro lado, essa mesma pessoa, na *época da política*, tem o caminho aberto tanto para fazer campanha para seu candidato

mudança. E essa relação com eles, tecidas pela Malhadinha, mesmo sabendo que havia vereadores que tratavam os moradores da comunidade, segundo Enade: ‘*como se fossem bichos, chegando com a cesta básica aí e ia jogando nas casas*’, ainda assim *tratavam todos bem*. Sobre isso, Fernanda recorda:

Fernanda: *Aqui sempre veio muito político, eu mando entrar, eu sou educada. Às vezes eu não voto naquela pessoa, mas eu sou educada, vejo a palestra dele, o que ele tem a dizer e na hora que ele sai e fala voce vota em mim, eu falo, não eu já tenho meu candidato.*

Daniella: *Mas se você não vai votar, porque recebe e escuta?*

Fernanda: *As pessoas **chegam aqui a gente trata bem**, a gente não tem que tratar as pessoas mal não né. Não é porque você não gosta de fulano, não votou nele que vai tratar ele mal não. **Chega a gente trata bem, as vezes a gente precisa, igual precisou várias vezes de Marquinhos [atual prefeito], votamos na Gorete, mas ele também tá sendo muito educado, nunca falou nada não. Pra consciência negra mesmo ele ajudou bastante assim.** (meus grifos)*

A fala de Fernanda mostra que não é incomum os candidatos dos moradores e os candidatos da oposição frequentarem as principais casas da Malhadinha, sendo que a recepção é a mesma, pois sabem que sempre podem precisar de alguém, como no caso do Marquinhos. Ele não era o candidato das famílias do Pavão, mas sim Gorete. Entretanto, ele está à frente da prefeitura e manter boas relações com ele possibilita não só benefícios individuais e/ou familiares, mas para o grupo como um todo, a exemplo da ajuda para o evento da consciência negra. Esse *receber e tratar bem* (cf. capítulo 3) é o que faz a Malhadinha ser procurada e lembrada em todos os sentidos. *Ser receptivo* dá uma outra face a uma política de troca que sempre existiu na região.

A diferença da *época da política* antes de *serem quilombolas* para a *época da política* atualmente é que, antes, os moradores ficavam altamente dependentes dos vereadores e da prefeitura, precisando, inclusive, negociar votos por um banco de igreja, além de serem eles a irem atrás dos possíveis benefícios. Não que isso tenha mudado de maneira radical, mas que o *ser quilombola* trouxe a oportunidade de estudos, bolsas, auxílios e benefícios que colocaram os moradores com melhores estruturas materiais, mas também de acesso a informações oficiais permitindo não mais caírem ‘*em qualquer conversa de político*’.

quanto para apresentar rivalidades e cisões. Enade, ao falar da *época da política*, acentua: ‘*Aqui, a política é assim, Daniella, o povo briga, xinga, é desse jeito aqui. Durante o período da campanha política, o povo fica um contra o outro, ninguém tem essa aqui não, bota pra brigar mesmo*’. Assim, a *época da política* é um período de negociação que pode impactar tanto o indivíduo quanto o coletivo. Esse política de troca, segundo Enade, era feita na *época da política*.

Soma-se a isso o fato de os políticos, agora, procurarem a Malhadinha, pois ter uma comunidade vinculada ao município não só possibilita a construção de projetos aprovados pelos vereadores com verbas que igualmente os beneficiam, mas também a visibilidade nos cenários no estadual e federal. E as lideranças têm consciência disso, de que agora, *'estamos bonitos na fita, eles precisam mais da gente que antes'*, concluía Enade. Régis conta que, uma vez, chegou um projeto de:

'1 milhão e 800 mil reais, para a Malhadinha e Córrego Fundo, Jonas [secretário do gabinete na época] que disse, mas a gente sabe, que isso daí é dinheiro que vai pro município de Brejinho, parte fica vem pras comunidades parte fica lá, é política, mas precisam da gente também pra ter esse dinheiro, precisa da comunidade'.

Essa compreensão de que a *dependência política* da Malhadinha foi sendo modificada é entendida pelos moradores como se dando após a chegada das políticas públicas que vieram com o *ser quilombola*, sobretudo o programa de bolsa permanência que inseriu grande parte dos *malhadenses* nos cursos superiores da UFT. O que não significa dizer que, antes, os moradores ficavam reféns de qualquer ação da prefeitura, mas sim que eram desiguais os benefícios e que, para conseguir alguns, era necessário tecer e manter boas relações com a prefeitura, assim o *ser receptivo*, marca *malhadense*, já era colocada em prática muitos anos antes. Sobre a relação entre *ser receptivo* e o benefício dessa ação, Enade diz:

Enade: A gente tratou sempre o povo de Brejinho bem. Ai, depois que viramos quilombolas, a própria pessoa que está dentro da secretaria, funcionário que pode ajudar, quando tem algum projeto lá eles ligam: gente, ó, aqui tem isso assim e assim, vocês da Malhadinha têm como ganhar isso daí entendeu. Ai, quando tem alguma coisa assim pra Malhadinha eles já manda porque a gente trata bem eles. Se a gente não tratasse bem, estava nem aí. Ai não fica falando, não, a gente recebe bem (grifos meu).

Esse retorno da *hospitalidade malhadense* foi visto nos alimentos que João Luis levou até a Malhadinha para a instalação da luz e também no fato de Enade ficar sabendo antes da instalação da energia e avisar as demais comunidades, como no caso envolvendo Dona Alice e tratado acima. Esse *tratar bem* os funcionários da instalação *da luz* na Malhadinha permitiu a conclusão, numa velocidade jamais vista, da instalação elétrica em comparação com outras comunidades, como ressalta Enade. Os funcionários ficaram hospedados em sua casa, café da manhã lhes foi oferecido, mais uma boa prosa e um sorriso sempre que passavam.

Ademais, vale ressaltar que essa preocupação em *ser receptivo, hospitaleiro*, mesmo sendo algo endógeno ao quilombo, é uma das faces que a política de troca ensinou aos *malhadenses*. Não dava para conseguir algo na Malhadinha sem o retorno do voto, e *ser receptivo*, no limite, é uma forma, se não de retribuição, de abertura de portas para possíveis negociações. Se Fernanda com Marquinhos e outros políticos não escuta a sua ‘palestra’ [expressão da moradora para fazer referência a proposta política de um candidato] ela fecha a porta para as possibilidades futuras. *Ser receptivo* permite que, mesmo não votando naquela figura, não se deixe de manter com ela possíveis relações. Se não fosse o *dependere politicamente*, talvez os moradores não tivessem essa consciência para o modo de gerenciar um chegante com possível benefício para o quilombo, como os funcionários da *Energisol* (discutido no capítulo seguinte).

Há aí um processo de *aprendizado* dado por essas primeiras chegadas dos benefícios na Malhadinha. Vale ressaltar que esse processo de *aprendizado* e aproximação consiste em recorrer a uma característica do grupo já existente, qual seja, a *receptividade*, e estendê-la ao chegante como sendo algo benéfico para o grupo. E esse estender ao chegante foi iniciado ainda na política de trocas, antes mesmo de serem quilombolas, entendendo que uma identidade do grupo em um contexto político possibilitou conquistas antes inimagináveis. Nesse sentido, estender a *receptividade* ao João Luis e, depois, aos funcionários da energia foi o que permitiu uma aproximação e algumas vantagens já observadas em contextos anteriores, como com o deputado Toninho Andrade. Por isso, é necessário reiterar que a *receptividade* não foi construída a partir desses encontros, ela é anterior, e é na continuidade desta *aos de fora*, progressivamente, que reside o aprendizado, permitindo ao grupo angariar outras benesses, consubstanciadas na categoria nativa utilizada por Enade como as *parcerias*.

4.4. As parcerias

A primeira vez que ouvi a palavra *parceria* foi na casa de Enade, quando ela estava arrumando as crianças para *mostrar a cultura* (cf. capítulo 5), por meio de *danças típicas*, como ela chamava, em Porto Nacional. Os moradores iriam levar as crianças para o Dia da Consciência Negra em uma escola municipal da cidade. Elas estavam todas com a camisa feita pelo grupo, maquiadas e com sapatos parecidos. Os cabelos estavam amarrados e todas ensaiavam avidamente para aquele momento, ao som das músicas

escolhidas por Enade. Ao ver a rotina daquela manhã ser modificada pelo evento, perguntei à liderança por que ela estava chamando aquilo de *parceria*.

Ela me disse que as *parcerias* começaram a existir quando *se tornaram quilombolas*, consistindo em uma relação de favores trocados entre a Malhadinha e prefeitura de Brejinho de Nazaré, em que um ajuda o outro, oferecem vantagens futuras, beneficiando ambos, mas que também pode ser feita com outras instituições, a exemplo do IFTO e da UFT. Nesse dia, fui com ela e Joana para levar as crianças até a Escola em Porto Nacional. Em um carro, eu ia com três crianças e Joana e, em outro, Enade, seu filho Joelson e mais três crianças. Ao chegar na escola, foram todos direcionados para o pátio em que ficamos sentados em cadeiras separadas para nós. As meninas se comportavam e ficavam em silêncio, ao mesmo tempo que ouvíamos e víamos outras apresentações feitas pelos alunos da escola. Algum tempo depois, a diretora pega o microfone e começa a agradecer à Malhadinha, mais uma vez, pela ‘*boa parceria*’ que tem feito com a região. Em seguida, é acenado, por Joana e Enade, o convite às meninas para dançarem.

Após a dança, ficamos um tempo ali na escola até irmos embora, momento no qual questionei Enade sobre o que seriam essas *parcerias*. A liderança me respondeu que *ali era assim*: desde quando *se tornaram quilombolas*, faziam: ‘*parcerias que é bom, pois a prefeitura ajuda a gente e a gente ajuda eles*’. Até então, eu tinha entendido que as *parcerias* eram feitas só em Brejinho de Nazaré; foi quando a questionei sobre o porquê estavam fazendo *parceria* com a prefeitura de Porto Nacional, uma vez que não eram vinculados àquele município. A liderança me disse que faziam *parcerias* até com o município de Palmas e ela atribuiu essa procura pela Malhadinha, mais uma vez, à *receptividade* do quilombo:

‘Porque aqui, o povo recebe bem, trata bem. Aí a gente [da secretária] fala assim: fulano, você pode fazer uma apresentação lá em Palmas, mostrar a cultura? [Enade pergunta] tem carro para buscar? E aí vamos, fazemos parcerias. A política é assim tem que participar, se você não for, depois nem adianta, aí tudo que é pra Ribeirinho, Comunidade quilombola: olha tem a Malhadinha, aí já indica por isso, porque trata bem’. (meus grifos)

Aliadas à boa *receptividade*, essas *parcerias* também eram narradas em função da visita feita em 2007, da então senadora Kátia Abreu (PFL/TO). A liderança diz que João Luis, secretário de Brejinho, ligou e pediu: ‘*Enade, Kátia Abreu vem aí, você recebe esse povo?*’ Eu [Enade], disse: ‘*beleza, é tranquilo*’. Ele disse [secretário]: ‘*querem comer comida típica*’, e aí fizemos frango caipira, abobrinha, várias coisas, guariroba’. Tratar

bem a senadora e *mostrar a cultura* para ela, atendendo ao pedido da prefeitura, era uma forma de realizar *parcerias* e semear interesses futuros.

Questionei à moradora se existia algo semelhante às *parcerias* antes de serem quilombolas, sendo que ela me respondeu que não. Então, reformulei a frase questionando se não havia relações de troca com os vereadores, uma vez que, em outro momento, ela havia me dito que vigorava na região uma *política do toma lá dá cá*. Retomando esse raciocínio, Enade me disse que as *parcerias* são algo que beneficia a ambos e, antes, as relações de troca só beneficiavam os vereadores que eram eleitos e só voltavam na comunidade na próxima *época da política*. Assim, as *parcerias* parecem colocar relações altamente assimétricas em uma linha, ainda que desigual, de maior equilíbrio. Isso porque os moradores sabem que ao realizá-las é possível, em algum momento, angariarem alguma ajuda para o quilombo: um carro para levar um morador ao hospital, por exemplo.

Uma das primeiras *parcerias* após *tornarem-se quilombolas*, narrada por Enade, aconteceu com o '*povo da UFT*'. Após o reconhecimento da comunidade, algumas políticas públicas do governo federal permitiram uma maior aproximação dos moradores com o ensino superior, a exemplo da bolsa permanência, como vimos. Essas bolsas de estudo, divulgadas pela prefeitura de Brejinho de Nazaré para a comunidade, permitiram o ingresso de parte dos jovens da Malhadinha tanto no IFTO quanto na UFT, ambas instituições localizadas em Porto Nacional. Esse ingresso aproximou a comunidade com os estudantes e diretores dessas e de outras instituições escolares da cidade. Os moradores, ao também serem alunos, mostravam a existência de uma comunidade próxima à região e que era *hospitaleira* para com os novos chegantes.

Assim, inicia-se a *parceria* com o IFTO e também com a UFT. Segundo Enade, os estudantes do IFTO já foram algumas vezes até a Malhadinha como parte da grade curricular dos estudos para conhecerem a comunidade, sempre acompanhados de um estudante residente da Malhadinha. Quando vêm, eles trazem '*cesta básica, brinquedo para as crianças, esse ano [2020] fizeram uma linda festa para as crianças, com presentes, porque a gente sempre tratou bem*'. Esses presentes que o IFTO levou até a comunidade são frutos das *parcerias*, porque, quando querem e precisam da Malhadinha, esta permanece de braços abertos para não só receber, mas conversar com os estudantes, fazendo-os participantes da história da comunidade e, até mesmo, contribuindo para as suas pesquisas da graduação, como seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs). Enade entende que a *parceria* realizada com um abre a porta para outras *parcerias*, tal como no

exemplo do Marcos, do Colégio Sagrado das Freiras, que ficou sabendo da comunidade por professores do IFTO:

*Enade: Marcos lá do colégio das freiras ligou aí e me perguntou se eu podia levar as meninas daqui para apresentar lá, eles iam dar almoço. Aí neném [seu filho Joelson] foi no carro lá de casa, arrumamos dez pessoas, Juraci também tava, levamos lá em cima pra dançar a sussa, montamos as crianças, um casal de adulto e um de criança pra consciência negra. Aí falamos sobre a comunidade, montou, fizemos umas peças do museu, montamos tudinho, e explicamos o que era, tudo, aí teve a sussa. **Ai o que a diretora fez, vai ser parceiro agora da Malhadinha, vai montar uma biblioteca lá dentro então é isso que acontece quando faz parceria**' (meus grifos).*

As *parcerias* com as instituições escolares são feitas quase todo o ano pela comunidade, tal como com algumas vinculadas à prefeitura de Brejinho de Nazaré, a saber, dentro da rede de Assistência Social. A prefeitura de Brejinho atua juridicamente na área urbana e rural do seu perímetro. No que tange à assistência social urbana, trata-se de algo relativamente simples, a considerar a pequena população da cidade e o fato de todos se conhecerem. Entretanto, outra realidade é vista no âmbito rural. Dentro dos limites do município de Brejinho de Nazaré existem três comunidades remanescentes de quilombo, a Malhadinha, o Córrego Fundo e o Currálinho do Pontal.

Diferente da Malhadinha, essas duas outras comunidades não eram tão povoadas. Já a Malhadinha tinha um alto índice populacional, cerca de 200 moradores, com casas distantes umas das outras e com diferentes horários de trabalho. Logo, para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ter uma efetividade nas visitas, foi interessante conhecer a liderança da comunidade, de modo que ela organizasse com os demais moradores o melhor horário para as visitas. Diante desse percalço e da necessidade de o CRAS visitar a Malhadinha, Enade diz que fez uma *parceria muito boa*:

'Quando tem reunião a obrigação delas é de vir marcar e avisar o dia. Aí as vezes elas liga: Enade você pode marcar uma reunião pra nós?. Qual dia que pode, o horário, aí eu sei mais ou menos o horário que o pessoal está mais ou menos ocupado e falo, se é 09:00 horas aí elas pergunta pode dar o almoço, aí eu digo posso, posso, tipo assim, então quando você precisa de um carro lá é na hora'. (meus grifos)

Essa relação de ajuda mútua com o pessoal do CRAS cria uma rede de favores que gira entre a prefeitura e a comunidade. Enade, continuando o raciocínio, diz:

'O negócio da Quiolimpiadas, o CRAS entra com todo o negócio pra nós, precisamos de uma parceria, a gente consegue, secretário da saúde, Lazinho estamos precisando de uma parceira, aí ele fala o que vocês querem aí fazemos a lista, entendeu? Aí a gente ganha. No câncer ninguém fica na fila

não, Brejinho e a Malhadinha não fica na fila porque o Capoeira [vereador] que é o coordenador é parceiro de lá, a gente arrecada 70 mil; 100 mil pra mandar. Pede bezerro, pede tudo. Tem uns daqui da Malhadinha lá também no hospital.’ (meus grifos)

Essas *parcerias* acabam sendo relações de favores em que a comunidade se beneficia e a prefeitura também, não sendo favores desinteressados, pois Enade ressalta, a todo momento, que essa relação só se perpetua na expectativa de um retorno futuro para ambos. No caso da Quiolimpiadas, que ela narra acima, trata-se de um evento organizado pela Malhadinha, sob a liderança de Enade, desde 2014, em *parceria* com vários órgãos estaduais e municipais. Uma das principais parceiras, segundo a liderança, é a Secretaria Estadual de Defesa e Proteção Social (Sedeps). O representante da Igualdade Racial da Sedeps, segundo Enade, nas primeiras edições, levava repórter, o que beneficiava a divulgação do evento para a comunidade, mas também para a Sedeps sobre o seu trabalho.

Segundo Enade, esses eventos são frutos da compreensão de que a identidade quilombola tem que ser publicizada. Assim, organizam competições esportivas voltadas para o mundo das tradições quilombolas, há apresentações artísticas, culturais e até mesmo palestra ‘*do povo do movimento negro*’. A execução dessas *parcerias* fica a cargo da liderança, que pede patrocínio em outras instituições, como a prefeitura de Brejinho de Nazaré, que, há alguns anos, contribui com a comida e com o traslado dos moradores. Esta também se beneficia, assim, com a visibilidade da região.

A segunda *parceria*, narrada acima por Enade, é referente à arrecadação que a moradora e outras mulheres do quilombo fazem para o Hospital do Amor de Barretos, no interior paulista. Em uma época específica do ano, ela vai até o comércio, pede doações para enviar ao Hospital que atua no tratamento do câncer. Quando questionada sobre o porquê faz isso, ela dizia: ‘*caridade sempre esteve em mim, eu amo ajudar*’. Inclusive, participei com ela, ainda em 2019, de uma rodada de pedidos no comércio de Porto Nacional. Com outras mulheres da comunidade, elas saem pedindo nas lojas os produtos que ali são vendidos. Com um olhar atencioso, um sorriso agradável e uma retórica inquestionável, Enade pedia medicamentos na farmácia, sapatos e chinelas em mercadinhos, carnes no açougue, roupas em boutiques. Poucos eram aqueles que conseguiam desvencilhar-se do pedido da liderança. Essa ação, segundo Enade, é uma forma de contribuir com a instituição, mas também uma *parceria*, visto que a Malhadinha consegue vagas no hospital com uma facilidade maior que outras comunidades da região e até mesmo outras cidades do Brasil.

4.5. O aprendizado

Entretanto, vale ressaltar que essas *parcerias* nem sempre acontecem de modo a beneficiar a comunidade. Enade, ao mesmo tempo que narra os sucessos de algumas delas, aponta também para os seus limites diante de outras situações, tal como o exemplo da *parceria* que fizeram com a Ruraltins⁶⁸ sobre o projeto do sisteminha⁶⁹. O projeto consistia na implantação de um criatório de peixes voltado para a segurança alimentar, utilizando um sistema chamado sisteminha. Esse projeto foi direcionado a duas comunidades selecionadas no interior do Tocantins e na região de Brejinho de Nazaré. A Malhadinha foi escolhida e recebeu quinze tanques de peixe no quintal de algumas casas, enquanto o Córrego Fundo recebeu apenas cinco.

Segundo a Embrapa (2017) o sistema consiste em uma tecnologia simples que alia a produção de proteína animal (peixe) com os usos de pequenas áreas por meio de cultivos como milho e verduras. A água utilizada para criar os peixes, contendo suas fezes, serve também como adubo para a plantação do quintal. Essa parceria foi feita entre a Embrapa e a Ruraltins, sendo que cada uma atuaria em uma frente. A primeira iria fornecer o material para a montagem do sisteminha, enviar a ração dos peixes por um período determinado, além de avaliar as tecnologias. Já a Ruraltins iria fornecer a assistência técnica e a montagem dos tanques, acompanhando de perto a produção junto às comunidades. Sobre esse projeto, Enade diz:

'Aí Tem a parceria com o governo federal, município e tudo. Ai naquela época para fazer tudo bonitinho que era época de política né, aí tem né um sistema de criatório de peixe, geração de renda né, aí eles iam fazer tudo, mas depois mudou. Depois as pessoas da comunidade que já tinha que entrar com a madeira, aí zangou, o povo não tinha dinheiro. Ai fizeram, mas não colocou ninguém para dar manutenção, ai colocou os peixes de tudo quanto é jeito, entendeu, esse sisteminha era o seguinte: eles colocava o oxigênio e ai dessa agua você podia fazer tipo uma hortinha de fundo de quintal, você podia plantar o milho, podia plantar essas coisas assim. Então daquela agua do peixe se eu tirasse 50 litros para molhar aquela horta ai eu ia substituir por outra né, ia colocando, então a bosta do peixe, as fezes já era o adubo, só que o sisteminha não funcionou, entendeu. Não funcionou porque a lona furou tudo, eles compraram umas coisas de terceira ou foi de quarta, aí fala "ah porque o produtor rural é preguiçoso, não é preguiçoso não, você dá o trem errado. Nesse sisteminha era pra vim a placa solar e era pra vim também os pintos, e não veio nada disso'. (meus grifos)

⁶⁸ É o órgão de assistência técnica e extensão, ligado à agricultura familiar e rural.

⁶⁹ <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/21477999/sisteminha-da-embrapa-pode-ajudar-no-combate-a-fome-no-tocantins>

Enade continua o seu raciocínio, dizendo que não basta ter um projeto para a comunidade se não houver um suporte material, de manutenção, visto que os moradores não tem renda para manter. E também não basta inserir algo que seja de péssima qualidade, cuja durabilidade é questionável, e exigir do produtor rural uma atuação não técnica apenas, mas também financeira, para algo que, segundo ela, já chegou com lacunas. A liderança continua a dizer que esse projeto foi bom para a Ruraltins: *‘conseguiram ganhar dinheiro, o dinheiro que foi pra eles não chegou tudo aqui não’*, pois o dinheiro investido jamais foi colocado inteiramente no projeto para o quilombo. Enade aponta para o impasse entre o benefício material e o não sucesso da sua implantação.

Interessante ressaltar que o projeto do *sisteminha* parece ser mais uma tentativa de colonizar (QUIJANO, 2005) os espaços e domínios desses povos, isso porque, lança aos quilombolas algo que o branco julga ser necessário e importante para a continuação da vida material da Malhadinha, mesmo estando legitimado sob o nome *de parcerias* e políticas públicas não deixam de ser algo arbitrário. Isso foi dito pela liderança em outro momento: *‘que o projeto foi imposto e não discutido com o grupo’*. Ela faz referência tanto sobre outras formas de pensá-lo quanto de implanta-lo na comunidade, sem considerar o perfil do grupo. Isto é: *‘será que daria certo?’*. Esse processo colonializante de inserir elementos na vida das populações não é algo novo, visto desde a chegada dos colonizadores no século XVI. Sobre isso, e guardadas as devidas proporções contextuais e étnicas, esse movimento da Embrapa/Ruraltins pode ser relacionado ao discutido por Vander Velden (2012) a respeito da ‘implantação’ de animais – galinhas – nas aldeias Tupinambá ainda no século XVI. Segundo o autor:

‘os portugueses cederam galinhas aos índios não propriamente em comércio, mas com a intenção **de reproduzir, na América, um ambiente idêntico aquele de Portugal**, inclusive na oferta daquilo que se podia caçar e comer. Uma forma de « imperialismo ecológico » (Crosby 2000, 2002) que foi, ao mesmo tempo, uma domesticação simbólica do ambiente natural a partir de sua transformação no familiar, corriqueiro: o Brasil à imagem e semelhança de Portugal não apenas nos povoados, mas em cada terreiro de aldeia, cheios de galinhas, porcos, cavalos e vacas. Brandão (1966 [1618]), nos Diálogos das grandezas do Brasil, observou argutamente que « **Olinda semelhante a uma Lisboa pequena** », farta naquelas espécies animais e vegetais **tão caras ao gosto europeu**: « criações sem conto de gado vacum, cabras, ovelhas, porcos, muitas aves de bolateria e outras domésticas ». Paisagens reconhecíveis por toda a parte, mesmo para aqueles homens que, deslocando-se « por dentro do sertão trezentas ou quatrocentas léguas » (como diz Cardim) **podiam encontrar alento em uma familiar canja de galinha**, e Régis trar, como Spix e Martius em 1819, entre os Uainumá (não-Tupi), no Amazonas: « Essas índias

criavam um muito considerável número de galinhas, das quais nos forneceram abundante provisão » (VANDER VELDEN, 2012, p. 122-123)

Muito embora Vander Velden (2012) fale de uma implantação de práticas européias, por intermédio da “concessão” de galinhas aos indígenas Tupinambá, a sua análise lança profícuas contribuições, no sentido de entender que as práticas de colonização iniciadas ainda no século XVI continuam, em certos sentidos, nos dias de hoje e, em específico, na Malhadinha. Quando o Enade indica que a Ruraltins não buscou entender a particularidade da região, como tampouco o conhecimento dos moradores e perfis das famílias, eles impõem aquilo que julgam estar ligado ao progresso, a produtividade e a “eficiência”. Muito embora portugueses não buscassem progresso e produtividade – conceitos inexistentes a época – ainda assim, ao implantar as galinhas nas aldeias Tupinambás, exerciam um modo arbitrário de poder, de querer inserir algo que na conjuntura da época era interessante a eles.

No século XVI ou no século XXI, não importa o ponto de vista do que está “recebendo”, mas tão somente de quem está chegando com um poder econômico, material e, muitas vezes, político superior ao das comunidades. Por isso que esse projeto da sisteminha é lembrado por Enade no sentido de que nem todas as *parcerias* vão ser boas para a comunidade no quesito material, mas que estas também precisam ser vigiadas a partir da atenção às pessoas *de fora* que chegam ao quilombo. Assim, se de um lado Enade aponta para o limite material, Ieda e Régis, do Colina Quadrada, que também receberam o sisteminha, indicam a necessidade de vigiarem quem iria oferecer os projetos, pois nem sempre a intenção dos que chegam é aquela que os moradores esperam.

Ieda fala sobre essa mesma experiência com a Ruraltins. Segundo a moradora, um funcionário da instituição foi até a comunidade, em companhia de sua esposa, e apresentou a proposta para Régis, então presidente da Associação, e Enade, vice-presidente e tesoureira. Durante o período de *negociações*, Ieda dizia que ‘*recebia e tratava a mulher muito bem*’, ela [Gabriela] ia até à sua casa ‘*trazia brinquedo para Jaqueline [sua filha], monte de coisa, pensei que estava sendo nossa amiga, vinha aqui em casa, almoçava, recebia bem*’. Os processos começaram a mudar justamente na *época da política*, pois, segundo Ieda, ela apoiava um candidato e Gabriela, outro. Nesse momento, narra que a confrontou: ‘*você vai na minha casa e apoia ele*’? De súbito, a então amiga respondeu: ‘*o meu objetivo aqui [na Malhadinha] é a trabalho, tem nada a ver com amizade, vocês confundem amizade com trabalho*’.

Ela ia narrando que a *receptividade*, quando feita no nível de *pegar amizade colorida* (cf. capítulo 5), poderia prejudicar o grupo, no sentido de que, às vezes, quem vai não tem a pretensão de voltar, então, é preciso dosar as *amizades*. O equilíbrio no tratamento vai ao encontro do que o seu irmão reiterava:

‘Teve muitas pessoas de fora que vieram pra Malhadinha na época do quilombola, muitas queriam ajudar e vimos que muitas pessoas vinham com interesses próprios. Nós vamos receber bem todo mundo. Os que nós vemos que está querendo alguma coisa a gente abraça, os que não, a gente corre (risos).

Essas situações vivenciadas após o *ser quilombola* trouxe tanto benefícios quanto prejuízos para os *malhadenses*. Por isso, quando os funcionários do *empreendimento* chegaram no quilombo ainda em 2015, Ieda e Regis já alertavam outros parentes para não doarem a *melhor das intenções*, pois, segundo Ieda, *‘eu e Régis já estamos acostumados, algumas pessoas chegavam aqui e que que nós ganhamos? Fazia amizade com eles direto, aí povo ia embora nós nem via falar mais’*. Os projetos governamentais, marcados pela política do governo Lula, trouxeram tanto a oportunidade de estabelecerem *parcerias* quanto mostraram modo e maneiras de evitação, na forma de receber e maneiras de negociar, considerando que nem sempre as intenções estão em equilíbrio e são condizentes com os objetivos da comunidade. Esse aprendizado foi crucial para a forma como a *receptividade* foi operada no cotidiano com esses novos chegantes, o que será trabalhado no capítulo seguinte.

Capítulo 5 – Amizade, Controle e Negociações

Notas iniciais

A casa de Margareth fica na extensão territorial e familiar do Pavão. Ali, moram todos os filhos de Francisco e Dona Firmina, configurando famílias nucleares de uma mesma parentela. Residem sua irmã, Enade, casada com seu cunhado, os sogros e mais dois irmãos de seu esposo com suas respectivas famílias, sendo que estes são conhecidos como os Magalhães Matos. Pela estrada principal, o Pavão se localiza na região centro-norte da Malhadinha, seguido pela Nascente e, posteriormente, pelo Colina Quadrada. Tanto no Pavão quanto no Colina Quadrada, estão presentes as casas das principais lideranças: Enade, no Pavão, e Régis, Ieda e Joana, no Colina Quadrada, estes últimos conhecidos como os Siqueira Mendes. Assim, a chegada *dos de fora* busca usualmente dois destinos centrais: Pavão ou Colina Quadrada.

Apesar da unidade do povo da Malhadinha ser reconhecido como gente hospitaleira, a reputação de alguns setores acaba sendo referência para os chegantes, e Colina Quadrada e Pavão são exemplos disso. No Pavão, Enade exerce o que intitulo de uma liderança tradicional, quem primeiro recebeu os estrangeiros e quem nunca saiu da comunidade, diferente de Joana, que teve sua história no grupo entre chegadas e partidas, entre Goiânia e a Malhadinha. A permanência e constância de Enade na comunidade acabam sendo referências para os outros moradores que confiam nos seus julgamentos e análises; logo, ela seria um termômetro para o relacionar tanto com *os de dentro* quanto com *os de fora*. No Colina Quadrada, Joana exerceria o que eu denomino de uma liderança política, institucional, a representante eleita presidente da associação em 2017, compartilhando simbolicamente esse cargo com seus primos Régis – presidente antes de Joana – e Ieda. Segundo Mag, irmã de Enade: *‘onde o pessoal que vem mais de fora, fica mais ali na casa de Enade, na casa de Francisco ou no Colina Quadrada, na casa do Régis. São os lugares que essa gente procura’*.

A casa de Margareth fica em frente à estrada principal da Malhadinha, responsável pelo acesso a todos os setores do quilombo. Essa estrada se inicia ainda na TO-070, se

estende por quase 15 km, tendo seu fim nos últimos setores do quilombo, a saber, Colina Quadrada e Santa Rita. Assim, ela é o único acesso que os moradores e os *de fora* têm para chegarem até o Colina Quadrada, passando, obrigatoriamente, em frente à casa de Mag. É comum que ela cumprimente quem passe, presume com quem estiver ao lado o que a pessoa irá fazer e, se a demora for demais, conjecturar o que pode estar acontecendo ou ter acontecido. Para os transeuntes conhecidos, ela acena, grita um cumprimento ou faz alguma brincadeira, e é esperado que o outro se manifeste, pois a ausência pode ser tomada como um estremecimento da relação. Fica sentada no degrau da porta da sua casa, avistando, de um lado quem passa na estrada e de outro as panelas no fogão. Muito embora ambicione sair das terras do seu sogro, ficar ali traz um controle sobre tudo que entra e sai. Segundo ela mesma diz: *‘gosto de ficar aqui pra ter contato com gente diferente, gosto de ficar isolada, não’*. Com uma touca de cabelo para proteger seus longos cabelos do sol, na mão direita um cigarro de filtro e na outra uma xícara de café *negrao*, Margareth narra todos os acontecimentos da comunidade.

O relógio marca 16:00 horas de um dia como outro qualquer do mês de julho de 2019. Conhecido como a “temporada de praia”⁷⁰ no Tocantins, julho também registra as férias escolares, e, por isso, *a casa está cheia*. Sua filha, Ane, que reside em Brejinho de Nazaré, passa umas semanas ali com seu esposo Elce e suas duas enteadas, Helena e Gabi, na casa de fundo feita de adobe. Enquanto Ane trança as longas mechas de cabelo das meninas, para ficarem *verdadeiras quilombolas da Malhadinha*, Elce corta a cana *da roça pra gente chupar*. Os diálogos giram em torno da recente visita de um representante do BNDS que, em *parceria* com a *Energisol*, queria ouvir as propostas da comunidade sobre outros possíveis projetos e *parcerias*. Entretanto, e diferente do começo do *empreendimento*, *esses de fora*, ou o povo da *Energisol* e até mesmo da *China*, segundo Mag, agora: *‘passam aqui, com aquelas caminhonetes deixando poeira na casa da gente. No começo não era assim não’*. Ane acena positivamente com a cabeça enquanto a mãe conta para o genro e para mim como foi a chegada da *Energisol*.

Vinha toda gente para cá: *‘vinha japonês, não sei o que, o diabo a quatro, essa casa aqui tinha dia que ficava cheia. Teve um dia que eu assustei Dani, minha fia, veio essa fileira de carro aqui e parou ali debaixo do pé de pequi até acolá’*. Além disso, recordava também o dia que o tal *‘do drone’* foi filmar a comunidade para mostrar *para*

⁷⁰ No Tocantins, o mês de julho é conhecido pela ausência de chuvas, clima seco e pouca umidade do ar. Mas é conhecido também por ser um período em que ocorre a estiagem dos rios e o surgimento de praias sazonais principalmente nos rios Tocantins e Araguaia.

a China. O objetivo era o de construir um documentário para a TV e, para isso, foram: ‘perguntando o que era o tapiti né, como que fazia farinha né, encheu de homem que eu fiquei até com medo. Veio muita gente de fora, muita, muita, muita’. Continuava dizendo que eles *recebiam bem* todo mundo, mas que *pegar amizade* mesmo foi só com alguns: ‘com o Felipe, com o Rogério, com o Samuel, exatamente porque Joana dava o telefone aí de casa pra eles, aí ele ligava aí e já conversava comigo’. Questionei se essas aproximações não poderiam vir com outras intencionalidades e Margareth logo disse:

‘Quando tem segunda intenção, só de você falar com a pessoa você percebe, só se for muito besta, você sabe que quando você está conversando mais ou menos sabe qual a intenção que ele está querendo, esses não era assim não’, mas o resto ‘da Energisol hmm, aiai’, só passava jogando poeira.

5.1. A Energisol

Se, no capítulo anterior, eu apresentei as “primeiras” chegadas de *peessoas de fora* na Malhadinha, após o reconhecimento como comunidade quilombola, mostrando como o operador da *receptividade* foi sendo ampliado a esses agentes, no presente capítulo, irei discutir as relações estabelecidas entre a comunidade quilombola Malhadinha e o *empreendimento* financiado e organizado pela multinacional *Rede Elétrica* dentro da extensão territorial do quilombo. Antes de adentrar nas especificidades e objetivos do capítulo, é interessante falar sobre o que seria esse *tal empreendimento* narrado por Margareth, bem como quem seria o *povo da Energisol*.

A Energisol Transmissão de Energia é um empreendimento executado pela empresa chinesa Rede Elétrica Brazil Holding (RDBH), e trata-se da instalação de uma rede de transmissão de energia que se inicia na Estação Conversora Xingu, no Estado do Pará, até a chegada na Estação Conversora Terminal Rio, no Estado do Rio de Janeiro. De acordo com o detalhamento do projeto de engenharia, publicado no livro “A Rede Elétrica e o Meio Ambiente”, organizado, financiado e publicado em 2020 pela empresa Rede Elétrica Brasil, a Linha de Transmissão (LT) possui um traçado de aproximadamente 2543,4 km de comprimento. Tal empreendimento foi fruto de um leilão realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 17 de julho de 2015, no qual constava lote único a ser licitado para concessão de linha de transmissão que integra o Sistema Interligado Nacional (SIN) (REDE ELÉTRICA, 2020).

A empresa Rede Elétrica Brazil Holding (RDBH) foi a vencedora do Leilão Aneel 007/2015, criando, na sequência, a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Energisol

Transmissão de Energia, sendo esta a responsável pela implantação e operação do conjunto de instalações objeto do referido leilão, denominado Sistema de Transmissão Energisol. Foram investidos mais de R\$ 9 bilhões para implantação da Energisol, dos quais aproximadamente R\$ 2,3 bilhões foram de capital próprio. A imagem abaixo, extraída do documento confeccionado pela própria empresa, indica os espaços em que a LT passou.

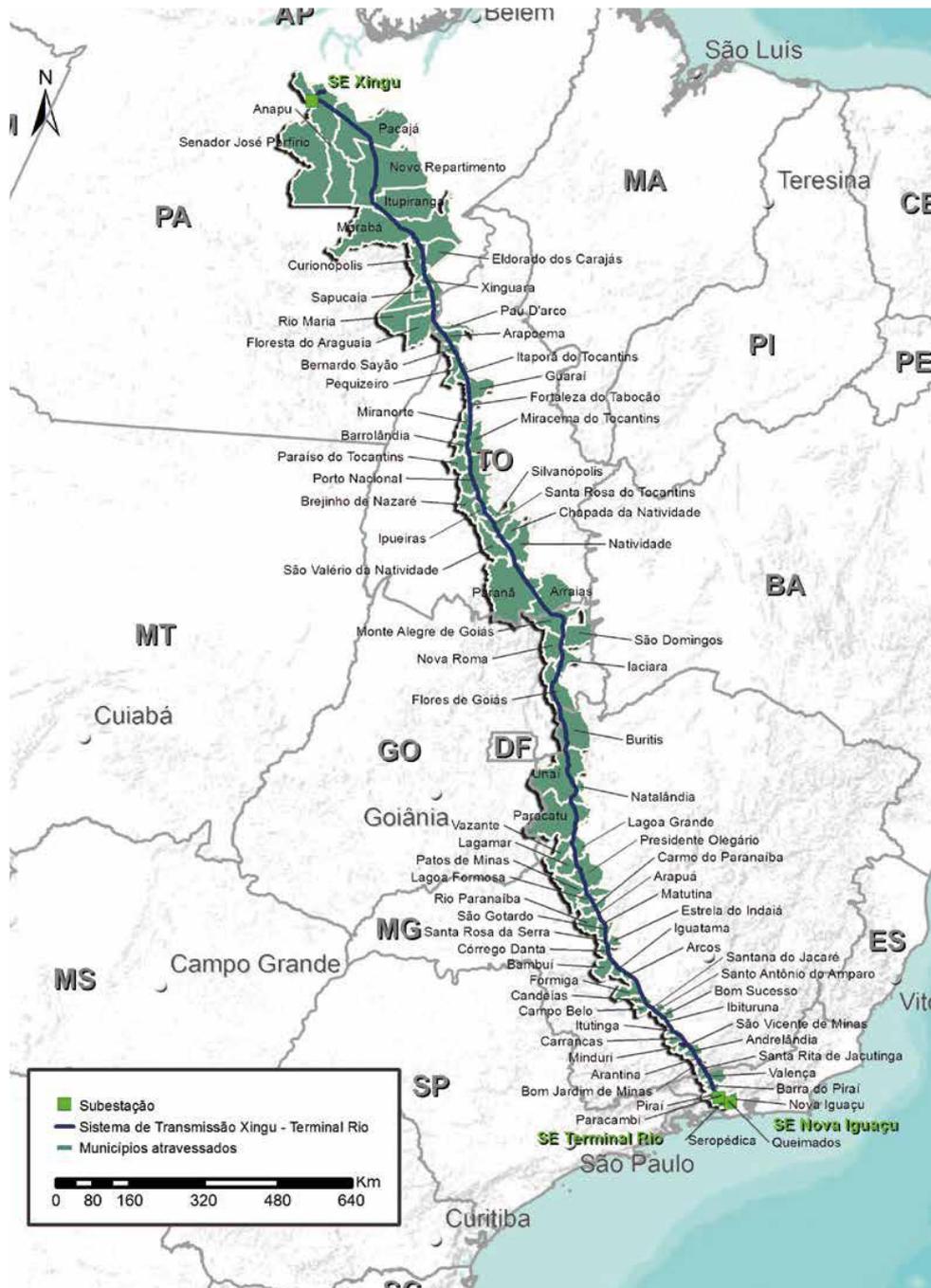


Imagem 19: Regiões e cidades que passam a linha de transmissão. Autor: Rede Elétrica – Estudo “A Rede Elétrica e o Meio Ambiente”, 2020.

Nesse trecho de mais de 2.000km de comprimento, a Malhadinha está situada na região de Brejinho de Nazaré e Porto Nacional, sendo impactada diretamente pela construção de 12 torres de energia ocupando 12km do seu território, tal como mostra a imagem abaixo.

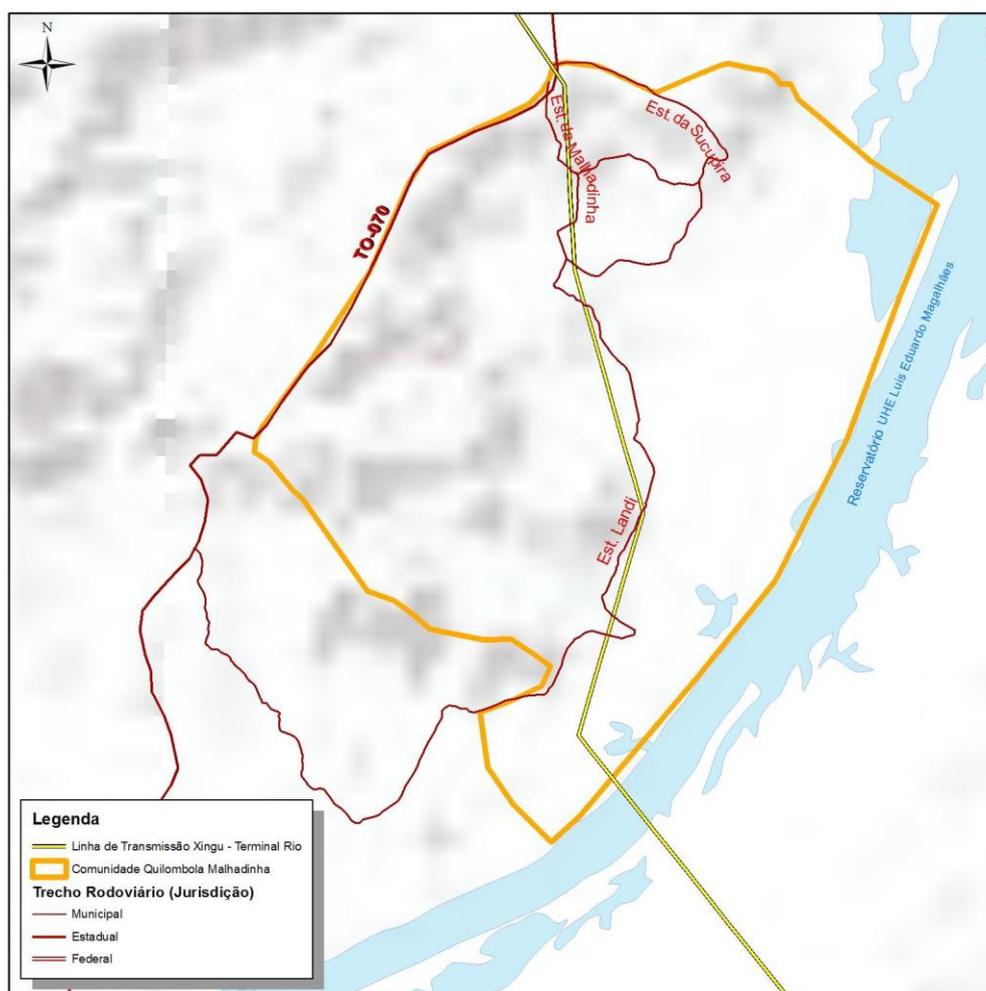


Imagem 20: Mapa do perímetro da Malhadinha, sendo atravessada pela linha de transmissão. Autor: Ágil Ambiental - Estudo de Componente Quilombola, 2017.

É importante salientar que os impactos⁷¹ do empreendimento não foram avaliados apenas no plano direto, mas sobretudo nas eventuais transformações que a rede poderia

⁷¹ De acordo com a Resolução Conama n°01/86, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou

causar nas relações sociais e cotidianas da comunidade. Essa avaliação dos impactos não constitui ato benevolente das empresas, por assim dizer, mas o contrário disso. Um empreendimento, para realizar a sua execução em determinada área, precisa do licenciamento, este feito por uma empresa contratada pelo próprio empreendimento (MAZUREC, 2012). É nesse ponto que aparece, em 2015, os agentes da Ágil Ambiental, contratados pela Energisol. A Ágil foi contratada para atuar no processo de licenciamento e as exigências decorrentes desse.

O processo de licenciamento ambiental⁷², segundo o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), trata-se, pois, de uma autorização emitida pelo órgão competente para que uma empresa ou um empreendimento prossiga com atividades econômicas em áreas que são passíveis de impactos ambientais – sentido do meio biótico – mas também de impactos sociais, quando na região residem populações tradicionais. O órgão ambiental verifica se é possível evitar ou minimizar os impactos ambientais previstos nos estudos (EIA/RIMA⁷³) e, caso isso não seja possível, se estes podem ser monitorados e compensados. Após esta verificação, o órgão autoriza a localização, instalação e operação do empreendimento (MAZUREC, 2012).

O órgão competente quando se trata de comunidades quilombolas, é a Fundação Cultural Palmares (FCP), que estabelece condições, restrições e medidas de controle ambiental e social para o empreendedor seguir com seus projetos (MAZUREC, 2012). O layout abaixo ilustra essa hierarquia no processo de licenciamento ambiental.

energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais.

⁷² Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e que tem o Licenciamento Ambiental como um de seus instrumentos. Atualmente a Portaria MMA 421/11 define as regras, rito e prazos do Licenciamento ambiental para linhas de transmissão no Brasil. Um dos avanços deste regramento foi a definição da possibilidade de realização de estudos ambientais mais simplificados e ágeis nos casos de projetos que resultem em menores impactos ambientais.

⁷³ Através dos estudos ambientais é possível avaliar os impactos do empreendimento e discernir sobre a sua viabilidade ambiental. Assim sendo, ele é um instrumento necessário ao controle e gestão ambiental. (BRONZ, 2011; VIEIRA, 2010) O conteúdo dos Estudos de Impactos Ambientais é dividido em: caracterização do empreendimento, análise de alternativa, legislação ambiental e planos e programas governamentais, área de influência, diagnóstico ambiental: meio físico, meio biótico e meio socioeconômico, análise integrada, avaliação de impactos ambientais, medidas mitigadoras e conclusão.

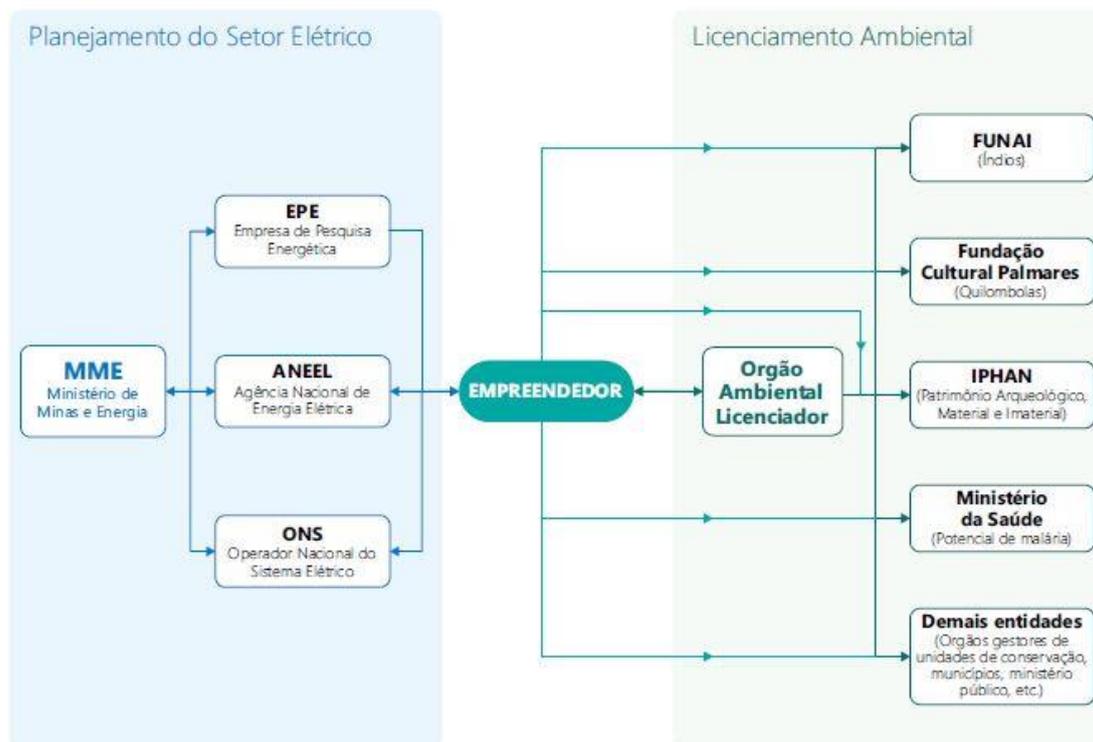


Imagem 21: Etapas do Licenciamento Ambiental. Autor: Rede Elétrica – Estudo “A Rede Elétrica e o Meio Ambiente, 2020.

Dentro do processo de licenciamento ambiental, a FCP instrui a partir da normativa de março de 2015, que o empreendimento precisa fazer um Estudo de Componente Quilombola (ECQ) que consistiu em realizar uma pesquisa de campo da Malhadinha, no sentido histórico, cultural, dos costumes, da vida ordinária, avaliando como o empreendimento poderia impactar o quilombo (MAZUREC, 2012). No caso da Energisol, ela contratou uma empresa para realizar esta e outras demandas, qual seja, a Ágil Ambiental. Na figura dos seus funcionários, ela começou a fazer o Estudo do Componente Quilombola ainda em 2017, passando também a mediar a relação entre os agentes do *empreendimento*, a Energisol e a comunidade Malhadinha. Segundo o ECQ feito pela Ágil Ambiental:

“as incursões pela Comunidade, foram previamente avaliadas e autorizadas na ocasião da reunião de apresentação em fevereiro de 2017 e, posteriormente, planejadas conjuntamente com os quilombolas em visita prévia, tendo definido que o líder da comunidade Sr. Régis acompanharia voluntariamente a equipe, indicando os quilombolas para entrevistarmos de acordo com os temas previamente tratados” (ECQ, 2017)

Esse ECQ teve como objetivo traçar os possíveis danos que o empreendimento poderia causar no meio ambiental, mas também social. No que tange ao plano ambiental, o ECQ sinalizou para algumas restrições⁷⁴ perto da faixa de servidão das torres de energia que iriam impactar na vida social do quilombo. Isso porque as casas que estivessem próximas as torres teriam uma série de limitações quanto ao uso da terra, como por exemplo: os moradores não poderiam plantar eucaliptos, pinos e teca; *pé de manga*, cana-de-açúcar, criar gado, entre outros. Abaixo, segue a foto da faixa de servidão:

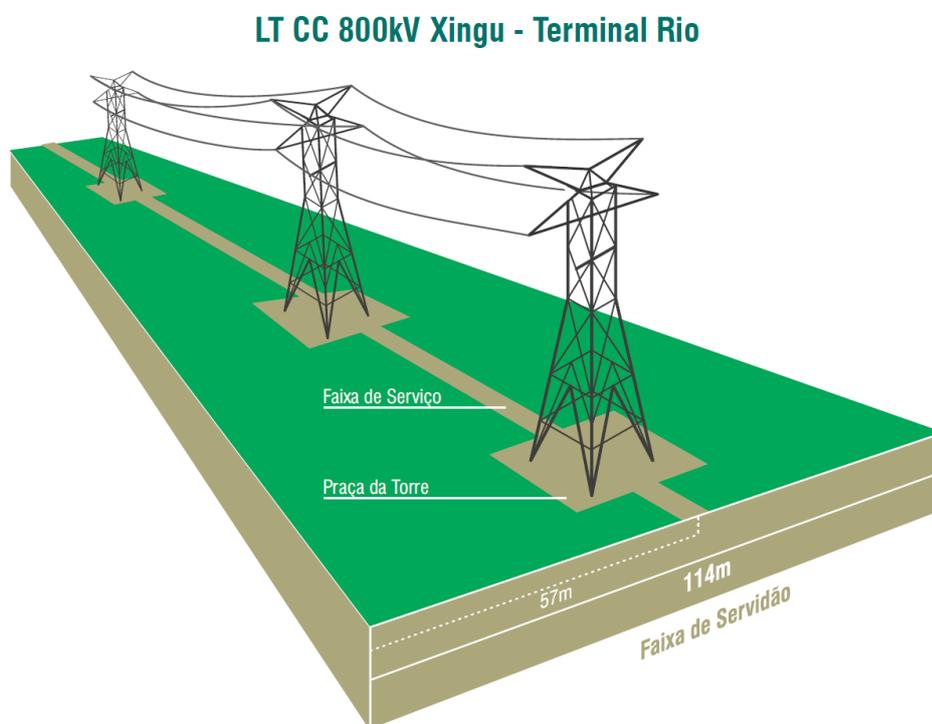


Imagem 22: Esboço da Faixa de Servidão Administrativa da Linha de Transmissão. Autor: Rede Elétrica – Estudo “A Rede Elétrica e o Meio Ambiente, 2020.

⁷⁴ Atividades de lazer, feiras livres e/ou de exposição, piscinas, quadras de esportes, campos de futebol, campos de golfe, parques temáticos, quadras esportivas, pistas de aerodelismo, calçadas e ou passeios para pedestres que não se caracterizam como vias sob jurisdição de algum órgão responsável, cabines telefônicas, pontos de ônibus ou de taxi, rodoviárias, ou qualquer outra atividade que permita a permanência constante de pessoas. Qualquer tipo de instalação e ou construção residencial ou comunitária; Instalações e atividades que envolvam riscos de explosão, tais como: postos ou locais de abastecimento de veículos, armazenamento de materiais inflamáveis; estacionamentos de veículos de qualquer tipo e natureza. Instalações e ou construções industriais e comerciais de qualquer natureza, pedreiras, exploração de jazidas, mineração, olarias, fornos, chaminés, estações de bombeamento, depósitos, galpões, barracões, escritórios, guaritas, bares, depósitos, bancas de jornal, barracas, lojas, trailers, dentre outros; Instalações e/ou realização de qualquer tipo de obra, movimentos de terra, escavações, atividades de extração mineral, dentre outros;

A partir do levantamento do ECQ, foi solicitado da Rede Elétrica o Plano Básico Ambiental Quilombola (PBAQ) que iria construir, junto à comunidade, as medidas mitigatórias, ou as *benfeitorias* para minimizarem o impacto do empreendimento no quilombo. Essas mitigações – ou, como Joana diz, *benfeitorias* – foram feitas em negociação com a empresa antes de *firmarem o acordo*, que nada mais é do que o documento que a comunidade e a empresa assinaram registrando formalmente o acordo e os desdobramentos deste. Antes do *firmamento do acordo*, os pedidos, segundo Joana, foram: *a reforma do barracão* – local em que aconteciam as *festas e reuniões* do grupo – , *campo de futebol, internet, poços artesianos no Centrinho e transporte*. Entretanto, para a liderança, permaneceu o que a pesquisa, orçamento e a “viabilidade” do Programa Básico Ambiental Quilombola (PBAQ), apresentado pela subcontratada na reunião do *firmamento do acordo*, apontavam como importantes para a agremiação, ignorando, no seu entendimento, o que a comunidade levantara como sendo necessário.

Logo, foram construídos dois poços artesianos, uma unidade de processamento de polpa de frutas e oferecidos os cursos necessários para a prática o manuseio adequado dos produtos e das máquinas. Além disso, foi acordada a reforma do barracão de eventos. Em relação aos poços artesianos, a comunidade salientou que um deveria ficar no Colina Quadrada, ao lado da unidade de processamento, e o outro iria para o Centrinho – setor que sofre com a *carência de água*. Entretanto, a *Energisol* instalou os dois poços no Colina Quadrada, ao lado da unidade de processamento, alegando melhores condições daquela área, além de construir um novo barracão todo em alvenaria, substituindo o anterior de *pau de fieira e telha de palha*, sem uma boa ventilação, deixando de ser um local de festa para ser, apenas, de *reunião*.

Ao que tudo indica, essa relação entre a comunidade e o *empreendimento* vai ao encontro do que Defrance (1988), ao falar sobre a relação dos empreendimentos com as comunidades, designa como o simulacro de duas perspectivas. A primeira seria da empresa, que preza pela definição objetiva da situação e dos fatos; a outra situação seria a negociação por parte dos impactados em uma relação de forças dada pelo público, de maneira concomitante. Segundo Goldman (2006), essas reuniões marcam a existência política de diversas lógicas de ação que não são extrínsecas e muito menos simétricas. “Elas coexistem, interpenetram, se subordinam, se opõem e se compõem em um espaço fortemente hierarquizado” (GOLDMAN, p. 219, 2006).

A contribuição desse debate para o caso da Malhadinha é pensar que esse conjunto assimétrico de forças deve ser considerado para analisar as modulações feitas entre o

empreendimento e comunidade. É preciso olhar não apenas para a esfera formal na qual, aparentemente, a Malhadinha foi coadjuvante, mas também para a esfera cotidiana, que aponta para formas de ser e fazer que relativizam essa suposta assimetria de base. Nesse sentido, arrisco-me a dizer que, numa primeira etapa⁷⁵, ou melhor, ainda nos primeiros anos da empresa na comunidade, durante os encontros para a assinatura do *termo de compromisso*, as técnicas empresariais – não completamente, mas em parte –, se sobrepuseram aos interesses do grupo, por serem os ‘*técnicos mais instruídos*’. Entretanto, num momento posterior, naquilo que já estavam acostumados, nos encontros feitos na informalidade do dia a dia, objetivo deste capítulo, pode observar-se nuances outras a partir, mais uma vez, da *receptividade*.

Isto posto, o objetivo deste capítulo é discutir as relações estabelecidas entre a comunidade quilombola Malhadinha e o *empreendimento* financiado e organizado pela multinacional *Rede Elétrica* dentro da extensão territorial do quilombo. Procuro centralizar a discussão a partir das relações que foram sendo cunhadas, especialmente com a subcontratada da *Rede Elétrica*, a empresa *Ágil Ambiental*, na vida ordinária do grupo, através de *reuniões e visitas* que estes faziam nas casas dos moradores. Entretanto, diferente do capítulo quatro, em que apresentei duas categorias em mobilidade (*ser de casa* e *ser visita*) mais pertinentes para a compreensão das questões *de dentro*, para estes funcionários, a aproximação, segundo Joana: ‘*não tem muito nome*⁷⁶ *não, eles chegavam aí para falar dos interesses da empresa, era a trabalho*’, mas todos eram sempre *bem recebidos*:

Joana: *eu vou na casa de todos aqui e todo mundo recebe bem. Mas assim, depende de quem chega, com quem chega, do jeito que chega. Assim, ó, eu já andei com várias pessoas aqui na comunidade para apresentar desde quando chegou o linhão [Energisol], indo em todas as casas que vai passando, vai fazendo isso e com todos a **receptividade** é a mesma* (meu grifo).

Receber bem na Malhadinha, ou alguém ser *bem recebido*, significa oferecer uma água, um café, uma comida, um assento, uma pausa no trabalho, às vezes um suco, e se

⁷⁵ Esse processo, feito no âmbito da formalidade, será desenvolvido em outro momento.

⁷⁶ Justamente pelo fato de *não ter muito nome*, a categoria *visita*, só será colocada em itálico quando os interlocutores a direcionarem aos funcionários como tal; do contrário, ela será usada no seu sentido corrente e genérico daquele que chega em algum lugar, para evita repetições da palavra *chegante*.

mostrar afeito à conversa. A recepção é destinada a qualquer pessoa, parentes por afinidade próximos e/ou distantes, conhecidos, desconhecidos, agentes da prefeitura, do estado, da *Energisol*, de outras comunidades quilombolas, da UFT. Entretanto, de modo distinto de outras aproximações a exemplo entre os parentes *de dentro*, o *empreendimento* apresentava um interesse diante da comunidade, do mesmo modo que a comunidade também tinha um interesse naquilo que poderia vir com o *empreendimento*; logo, *receber bem* estava para além do costume cotidiano *malhadense*, tinha também um sentido político; o pessoal *recebia bem* os funcionários na expectativa de um retorno:

Joana: *O pessoal da Energisol, por exemplo, havia outro interesse porque a comunidade queria alguma coisa em troca, não só as benfeitorias, mas em receber algum dinheiro. Aí fala de um tratamento, por esse interesse. O interesse para receber os outros, os que pega amizade que é de casa como você assim, já é mais bem tratado, é para receber bem e te dar uma forma de cultura'* (grifos meus).

Esse movimento com o pessoal da *Energisol* também era colocado em comparação com a minha presença que, nesse momento, já era vista como alguém que era *de casa* e *pegou amizade*, embora fosse também preciso sempre vigiar (cf. capítulo 4). Somam-se às colocações de Joana o que também pontua Régis, ao relatar a chegada da *Energisol*: *'um pacto com a comunidade de repente uma coisa dessa pode ajudar, sabia que tinha benefício, juntar o útil ao agradável, falei na reunião da associação'*. Dona Firmina complementa ao dizer: *'Oh, tem isso, mas nós vamos ganhar isso. Tem que aceitar, se não vier de pouco não vem. Tem que vim de pouco pra depois chegar mais'*. Ao que tudo indica, ser *bem recebido* é um denominador comum dentro da comunidade. Josi, moradora do Florescer, diz: *'a gente recebe todo mundo bem, pode vim, mas temos que saber quem é'*. A recepção permite o aproximar, mas este feito com cautela, conhecendo minimamente o chegante. Ao fazer isso, é possível, segundo Mag, ver se tem *'segunda intenção'*.

Estas aproximações intermediadas pelas conversas diretas, mas também pela arte de *assuntar*, acabavam funcionando como ferramentas para se conhecer o desconhecido, com alguns para tecer *amizades*, e até mesmo para *negociar* com os agentes do *empreendimento*. Entretanto, do mesmo modo que as aproximações permitem um controle e uma vigilância, ela não os coloca como imunes as relações de afeito. Assim, à medida que alguns funcionários foram se aproximando e se tornando mais próximos, eram *mais bem tratados*, embora não classificados como *de casa ou visita*, como visto no

capítulo quatro. Ser *mais bem tratado* e *ser visita*, muito embora aparentem ter a mesma recepção, não podem ser vistos como sinônimos, sobretudo no que tange à relação com os agentes do *empreendimento*. Isso porque eles iam até a comunidade com um objetivo de trabalho e não o de fazer visita: está se faz com aqueles com quem se tem algum convívio ou de quem se espera alguma relação. É possível que alguns funcionários que iniciaram com relações de trabalho, após seu término, fizessem *visitas*, pois já não era apenas para trabalhar que estavam ali, mas voltavam para manter laços.

De todo modo, ser *mais bem tratado*, tal como a *visita*, significa singularizar a recepção: você é convidado para um almoço, para sentar no espaço da sala e da cozinha, comer um beiju de tapioca, é convidado para um churrasco, *matar um frango pra gente comer*, e o trânsito na comunidade é feito livremente. Aproxima-se de outro modo, sua presença é andar, chegar às casas, afinal, todos te conhecem.

Ser *mais bem tratado*, permite construir laços e *pegar amizade*, mas não de maneira homogênea, pois isso dependia do setor e da família em/com que o funcionário tecia esse relacionamento. Essa transição do *ser bem recebido* para uma mais próxima e afetuosa que é o *mais bem tratado* tinha como mecanismo de ação a comparação, tal como feito comigo e discutido no capítulo quatro. Esta, condicionada ao retorno ao grupo, na relação com um anfitrião e na continuidade, após o término do interesse primeiro que levou alguém até ali. No caso dos agentes da *Ágil Ambiental* – discutido nas sessões seguintes –, oferecer um retorno informativo sobre o *empreendimento* e até mesmo voltar ao grupo após o fim do trabalho na empresa. Ao contrário de outras *pessoas de fora* que aparecem apenas para cumprir seus objetivos ou perseguir seus interesses, construindo uma relação descontínua e temporalmente circunscrita com o grupo, minha presença, tal como a desses agentes, foi contínua. Assim, a fórmula da *receptividade* requer, entre outras coisas, a finalização do interesse primeiro e o retorno contínuo ao grupo para além desses mesmos interesses, podendo até mesmo *pegar amizade*.

Vale ressaltar que essas relações com os funcionários aconteciam de maneira diversa conforme a posição política de cada setor diante do *empreendimento*, bem como da experiência passada que cada setor teve com o *ser quilombola* (cf. capítulo 4). Essas duas situações influenciaram na forma como os dois principais setores da Malhadinha, o Pavão e o Colina Quadrada, absorveram esses *de fora*. O primeiro é marcado, como disse, por ser um espaço de lideranças que chamei de tradicionais. No segundo, apesar de conter também lideranças tradicionais, prevalece a esfera

institucional, uma vez que abriga a atual e o ex-presidente da associação, isto é, aqueles que assinam juridicamente em nome da Malhadinha e são responsáveis por qualquer decisão do quilombo diante da *Energisol*.

Essas distintas atribuições e obrigações acabam também por influir no modo como se relacionam com os funcionários do *empreendimento*, sinalizando como a *receptividade* parece ser o modo como os *malhadenses* não só fazem *amizade*, *inimizades* e *negociações*, mas também fazem política, pois é por meio da recepção que se abrem as portas para tecer movimentos e formas de engajamento, seja para aceitar e/ou para resistir às mudanças que se apresentam no cenário local contemporâneo⁷⁷. A *receptividade* estendida a esses agentes configura o que intitulo de uma síntese dos contrários, do afeto e do controle, ou até mesmo do que poderíamos conceber, de modo análogo e figurado de uma “domesticação” (HOWARD, 2002; VANDER VELDEN, 2010) do evento.

O conceito de domesticação é aqui utilizado por analogia ao processo realizado na relação humano-animal que, no limite, envolve o amansar, o controlar, mesmo que isso seja feito em combinação evidente com o afeto. Obviamente que os *malhadenses* não domesticam *os de fora*, esse entendimento é dado como algo figurado. Até mesmo o conceito de domesticação já foi, de certo modo, refutado por algumas literaturas apoiando-se especialmente no conceito de familiarização. Sobre isso, o trabalho de Vander Velden (2009), pode nos ajudar. O antropólogo salienta que o conceito de domesticação é utilizado por uma vertente hegemônica da ciência, atrelada a um domínio do humano sobre o animal, envolvendo uma “dominação”, “servidão”, sujeição à ordem do humano e o controle reprodutivo das espécies, bem como sua utilização intensiva.

Por isso que Vander Velden (2010), ao falar da relação entre os humanos e os animais, sinaliza como o conceito de domesticação deve ser repensado pela Antropologia, sobretudo ao se pensar os povos ameríndios. Essa preocupação surge a partir da suposição do que a Biologia e a Zoologia faziam sobre a não domesticação, por parte dos povos ameríndios, dos canídeos nativos da América do Sul, considerando a inexistência de uma sociabilidade animal como aquelas comumente vistas nos cães domésticos e/ou pets no

⁷⁷ Processos políticos outros são vistos também no trabalho de Alessandra Regina dos Santos (2018) em Pedro Cubas, em São Paulo, a partir da constituição das associações quilombolas. Ali, a antropóloga observa como os residentes passam a circular por outros espaços em busca de assinaturas e documentos ao mesmo tempo em que tecem diálogos com quem eles designam como “gente dos papéis”.

mundo euro-americano. Nota uma outra relação tecida pelos grupos indígenas com os animais, tomando:

“[...] a domesticação como processo de *simbiose* humano-animal (H.Leach 2003), ou como uma trajetória contínua de *ações* recíprocas entre humanos e não-humanos, que configuram um *processo* no qual a ideia de animal doméstico *strictu sensu* perde seu sentido (Digard 1988: 30; 1992: 264; sobretudo Digard 1993), ou, ainda, focalizando a relação de *companheirismo* na evolução conjunta de uns e outros (Haraway 2003) (VANDER VELDEN, 2010, p. 110).

Esses estudos apontam que a domesticação se trata menos de um domínio unilinear do humano sobre o animal do que de uma inter-relação e uma constituição mútua de uns e outros em relação. É preciso entender que o vínculo estabelecido entre os povos indígenas e os seus animais, outros seres e os humanos, é distinto dos desenhados pelo conceito de domesticação ocidental, pois existe uma cosmologia que entende a subjetividade como um atributo comum aos seres. Por isso, Vander Velden (2009) salienta que, nas terras baixas sul-americanas, “*familiariza-se*”, mas não se domestica o animal que vem para a aldeia, e é preciso entender esses processos a partir das conceituações indígenas. Os povos ameríndios tecem relações de afeto com alguns animais, com outros evidencia-se o controle, a evitação, a reprodução, a caça e o alimento, e tem-se, assim, um processo matizado e multilinear.

Assim, para Vander Velden (2009), há uma familiarização desses animais na aldeia e não propriamente uma domesticação. Guardadas as devidas proporções o processo ao qual o antropólogo faz referência trata dos povos indígenas, em específico, os Karitiana e outros povos indígenas, mas no meu, trata-se da relação entre humanos em uma comunidade quilombola. Entretanto é possível tecer pontos de analogia que contribuem para que o entendimento do par afeto e controle em outros contextos. O que acontece na Malhadinha, o que será tratado nesse capítulo, é algo similar à familiarização, o que pode ser visto nas tratativas cotidianas destes com *de dentro* e com *os de fora*, envolvendo tanto o controle quanto o afeto.

O que não significa dizer que exista uma autonomia e uma sagacidade dos interlocutores que se sobreponham a qualquer força interna e externa. Se assim o fizesse, estaria recorrendo à velha definição unilinear de domesticação e também caindo nas garras do mesmo procedimento empregado pela etnologia contatualista (segundo VIVEIROS DE CASTRO, 1999). No entanto, não me parece ser isso o que acontece. Existe um processo, múltiplas influências dos *malhadenses* com *os de fora* e dos *de fora*

com os *malhadenses*, envolvendo a aproximação, mas também o distanciamento, a amizade, a desconfiança e a resistência – ou seja: o afeto, mas igualmente o controle.

Sobre o processo de resistência a partir de uma relação de familiarização, o artigo de Catherine V. Howard (2002) lança profícuas contribuições para pensar a Malhadinha. A antropóloga mostra como os Waiwai, grupo de língua Karib na Guiana e no Brasil, familiarizaram ou “pacificaram” os brancos por intermédio da entrada de mercadorias nas suas aldeias desde 1950. Os produtos levados para, e até mesmo encomendados pelos, Waiwai consistiam em terçados, facas, mosquiteiros, machados e miçangas. Os indígenas, ao incorporarem esses elementos no seu sistema interno de prestações e contraprestações, acabavam por metamorfosear as mercadorias, satisfazendo suas necessidades internas. A transformação de coisas até então soltas, estranhas e sem sentido, em artefatos culturais “domesticados”, aponta para uma forma de controle simbólico e material sobre os forasteiros.

De acordo com Howard, os Waiwai realizam formas sutis e cotidianas de resistência, revestidas em situações que, sem a devida criticidade, poderiam conduzir à interpretação de que esses indígenas estavam sendo, na verdade, levados pela cultura dominante, justamente porque utilizavam a roupa do branco e nutriam interesse pelos seus bens. Essa ação deve ser entendida, segundo a antropóloga, como forma de resistência, considerando esta como: “uma questão híbrida e contraditória, tanto na forma quanto no conteúdo. Na verdade, essa qualidade mimética costuma ser parte de sua eficiência” (HOWARD, 2002, p. 28). O objetivo Waiwai era dominar, e não repelir, as relações com o mundo exterior, ampliando a noção de resistência ao manter por perto esses forasteiros, convertendo a colonização e os poderes externos em algo “waiwaizado”, ampliando e manejando internamente aquilo que os ameaçava vindo de fora.

As contribuições tanto de Vander Velden quanto de Howard, cada qual no seu campo de pesquisa, nos ajudam a pensar a presença do outro (não humano) e a relação que se estabelece com este. Vale ressaltar que aqui eu me inspiro nos conceitos dos autores, obviamente não querendo dizer que na Malhadinha familiariza-se como se faz com os animais nas aldeias indígenas. A contribuição desses autores serve-me para pensar em relações marcadas por aproximações, afastamento, afeto, cuidado, controle e vigilância. Dito isso, o presente capítulo, sendo o último da tese, busca mostrar como os *malhadenses* de maneira individual, mas também coletiva, recebem estes *de fora*. Como singularizam o encontro, a recepção, o afeto, a amizade, mas também como operam a vigilância sobre cada um dos funcionários que adentram a comunidade, suas intenções,

objetivos e propósitos, de modo a não domesticar, pois isso implicaria em recair no conceito estrito de domesticação unilateral, mas sim de “familiarizar”, assumindo o conceito de Vander Velden (2009) como uma inspiração para pensar a inter-relação entre os *malhadenses* e os funcionários do *empreendimento* como uma forma de constituição mútua de uns e os outros.

5.2. Cada casa uma família, cada família uma recepção?

Segundo Joana, moradora do Colina Quadrada: ‘*sempre vamos na casa uns dos outros pedir e ganhar as coisas*’; as casas são espaços em que *os de casa* podem dormir, em que as famílias reúnem a noite para conversar, fazer brincadeiras e mesmo simplesmente ver televisão. O espaço fora da casa, em sua maioria, a varanda e o quintal, são os locais em que se recebem as visitas pouco conhecidas e até mesmo as ainda desconhecidas. No Pavão, a varanda da casa de Indira, cunhada de Enade, é o local onde recebem os chegantes. Se for em um dia que o *serviço está apertado*, Enade diz que recebem ali mesmo: ‘*no barracão de torrar farinha, oferecemos um café e conversamos*’.

Quando se trata das relações com *os de dentro*, sobretudo com os parentes, é importante destacar que a maneira como o dono da casa recebe é fundamental, pois ali ele constitui a sua reputação para os demais setores (BAHLOUL, 1996). Isso porque as casas são objetos de opinião e de avaliação de uns pelos outros (EDWARDS, 2000). Ao expressar minha vontade de ir à casa de Jovina, no *setor* Jiboia, por exemplo, as mulheres do Colina Quadrada e do Pavão dizem: ‘*lá é porqueira, não bebo nem água lá, vai de estômago cheio*’. E como a reputação fomenta uma imagem, poucas pessoas, de fato, vão até lá. Ou, então, fazem menção à culinária: ‘*vamos na casa de Analu, pelo melhor frango*’; a limpeza do espaço é igualmente motivo de preocupação e comentários: ‘*a casa de Fernanda, no Pavão, a panela até brilha, a casa mais limpa da Malhadinha*’, na casa de Jacinta é bom ‘*de ir para chupar geladinho*’, e na de Alissa ‘*para comer farinha*’.

A casa também passa a ser objeto de avaliação para com *os de fora*, sobretudo, das relações estabelecidas com agentes do governo e do *empreendimento*. A casa de Enade e a de Seu Francisco, no Pavão, e a de Régis e de Joana, no Colina Quadrada, são exemplos disso, pois abrigam lideranças da comunidade e são gente que *recebe bem os de fora*. Essa reputação, no caso do Pavão, foi angariada por Enade, por meio da sua liderança tradicional. Segundo a moradora, sua família, que reside ali no Pavão, sobretudo seu padrinho Francisco, foi quem primeiro recebeu *os de fora*. Ela retoma isso também a

partir da entrada das casas e da energia. Grande parte dos moradores, reticentes com a chegada de estranhos, ficaram acuados diante da presença dos funcionários do governo. Quando ela os recebeu e todos viram que as coisas começaram a melhorar, progressivamente foram estendendo a boa *receptividade aos de fora*. Ademais, ela nunca saiu da comunidade, foi atrás do certificado de remanescente quilombola e também das *parcerias* (cf. capítulo 3) que a comunidade possui com as prefeituras e com a COEQTO. A casa da liderança, bem como ela mesma, passa a ser uma referência não só para os moradores, mas igualmente para *os de fora*.

A casa de Joana, no Colina Quadrada, também é alvo das chegadas dos *de fora*, mas, diferentemente da de Enade, tem uma procura mais institucional, por assim dizer. Antes dela, a casa de Régis é que exercia esse tipo de recepção dos novos chegantes. Segundo o morador, vários funcionários e proponentes de projetos procuravam por ele e por Enade para estabelecer *parcerias* com a Malhadinha. Sua casa tem a reputação de ser um lugar acolhedor, onde tem sempre um café e um beiju para quem chega. Entretanto, como não é mais presidente da associação, grande parte dos chegantes é direcionada até a casa de Joana, como, por exemplo, os funcionários da Energisol. Em 2015, as primeiras conversas foram feitas na casa de Régis e, em 2017, passaram para a casa de Joana.

A casa acaba sendo não só um lugar de moradia que engloba e reúne as famílias, mas também signo de reputação, de hospitalidade, de referência e do sucesso de negociações⁷⁸. Nesse sentido, os diferentes atores, a depender do que querem fazer na Malhadinha, procuram uma dessas casas dentro dos setores. Quando envolve um conhecimento tradicional, de andar pela comunidade e *conhecer a cultura*, e até mesmo de alguns projetos governamentais ligados a esses objetivos, a preferência é pelo Pavão. Por outro lado, tratativas voltadas para assuntos da associação procuram as casas de Régis, Joana e Ieda, no Colina Quadrada. Os funcionários do empreendimento tinham suas chegadas e partidas circunscritas a esses dois setores.

⁷⁸ Ver Carsten e Hugh-Jones (1995) sobre uma ampliação das discussões antropológicas e respeito do conceito de casa. Os antropólogos contribuem com uma corrente de pensamento na qual as casas são produtos de processos sociais ligados à produção de corpos, de pessoas e de lugares, um sistema simbólico de representações e relações. Por isso, pensar as casas na Malhadinha envolve também entender esse movimento de reputação, hospitalidade e referência; trata-se, antes de tudo, de compreender um caráter processual.

5.2. A arte de *assuntar*, o *mostrar a cultura e o conhecer a cultura*

Acabava de chegar uma caminhonete na entrada do setor Pavão. Passando o mata burro, os moradores do barracão já avistavam quem estava chegando. Dona Firmina, esposa do Francisco e matriarca do setor, era quem tinha a vista privilegiada, a primeira a notar a chegada de um desconhecido ou conhecido. Ela fazia isso tanto do quintal da sua casa, alimentando as galinhas, quanto da porta da cozinha, em que ela ficava – com uma perna esticada e a outra flexionada na altura do joelho – pacientemente olhando os chegantes. Naquele dia, avistaram um moço saindo da caminhonete com uma blusa cumprida azul, um óculos – modelo “wiley”⁷⁹ – uma calça jeans e um coturno. Enade logo diz: ‘*ah, é Felipe que voltou do Rio de Janeiro*’. Dali mesmo, sem interromper a produção da farinha, estavam a observar avidamente a aproximação do educador.

Felipe saiu da caminhonete, e antes de ir até o *barracão de torrar farinha*, passou em Dona Firmina para fazer uma *visita*, tomar um café e conversar um pouco com a matriarca; depois disso, saiu em direção aonde estavam os demais moradores. Ao lado de Fernanda, eu observava aquele encontro que acabara de iniciar. Ao falar sobre o andamento da obra e do curso que aconteceria no final de semana, de súbito, Enade interrompeu a explanação e assumiu a conversa: ‘*Ei, Felipe, como tá o Rio de Janeiro? O que você ficou fazendo lá mesmo? O pessoal da empresa gostou do doce de buriti⁸⁰? Tua mãe gostou do doce de buriti? E da farinha? Você conseguiu ir pro Brejo antes de ir embora?*’ Uma série de perguntas contínuas, considerando experiências passadas, feitas em tom discreto, mas com uma atitude perscrutadora, eram metralhadas em direção ao agente, que oferecia um retorno ao responder a todas as questões a ponto de se perder, por um momento, no seu objetivo primeiro.

⁷⁹ Esses óculos se assemelham muito ao que atiradores do exército norte-americano utilizam em períodos de guerra.

⁸⁰ A empresa Ágil Ambiental, sediada no Rio de Janeiro, encomenda os produtos da comunidade para serem consumidos na sede da consultoria, sendo que Felipe é quem leva os produtos.



Imagem 23. Vista do barracão de torrar farinha a partir da varanda de Indira, no setor Pavão. Acervo: Daniella Santos Alves.

De modo concomitante, outros membros do grupo *assuntavam* de duas outras maneiras. Indira ficava de fundo, peneirando a farinha, mas com olhos e ouvidos atentos a conversa e, logo que o agente saiu ela disse: *‘hmm, esse aí quando acabar essas torres volta mais não’*. Outra maneira de *assuntar* seria rindo do quão, não só ele, mas o povo *de fora*, da *Energisol* eram desajeitados. Fernanda ria sozinha amassando sua farinha de puba ao ver Felipe abrindo o colchete da porteira do lado contrário e dizia que não era só ele, *que lá no Canarinho Verde*, Gina tinha visto um outro agente da *Ágil* ficar horas tentando abrir o colchete do lado contrário: *‘fala que nois é besta, são mais besta que nois’*, e todo mundo começava a rir.

A arte de *assuntar*, ali, conjugava tanto uma observação mais ativa, feita por Enade, quanto uma mais discreta, feita por Fernanda e Indira. Em Enade, consistia em perguntas diretas sobre a origem, os modos de se movimentar, se saiu da Malhadinha por um período, questionar o que fez e porque voltou, os modos de chegar, quem cumprimenta, quem não cumprimenta, o que come, se não come, se bebe água da *bica com a gente* ou se leva água mineral. E a outra, menos ativa, caracterizada na postura de Indira e Fernanda que, muito embora possuíssem conotações distintas – uma conjeturando ações futuras e a outra destacando a falta de traquejo do educador no mundo rural

- refletem um mesmo objetivo, o de entender esse *de fora* e suas intenções. Todas essas observações são algumas das maneiras em que o *assuntar* se atualiza na Malhadinha, feitas e encabeçadas, no Pavão, por Enade. A liderança, em outro momento, havia me dito como observava, inclusive, a postura e a vestimenta dos chegantes, para saber se tinham

‘simplicidade ou frescura, a gente recebe bem, mas as vezes vem gente na comunidade que chega até de salto, ixe, minha filha de maquiagem e tudo, só você que vem simplesinha, mas o resto que vem, hmm, ai ai e leva água mineral ainda’.

O levar *água mineral* já coloca o visitante na esfera do *bem recebido*, com poucas chances de *ser mais bem tratado*. É uma ofensa aos moradores não beber a água que eles mesmos consomem. Quando os agentes da empresa – oriundos da China – *Rede Elétrica* foram até a comunidade verificar o andamento da unidade beneficiadora de polpa de fruta, os moradores ficaram ofendidos ao verem *‘um fardo de água mineral, trataram a gente como se fosse bixo’*, disse Enade. Enade exerce uma cuidadosa observação de muitos movimentos cotidianos entre *os de fora*, quando transitam pela comunidade, quais casas frequentam, suas direções, velocidades e permanências; e o interesse deles, não significando a existência de uma recepção pouco acolhedora, mas aos moldes da *natureza* do setor de Francisco, tida como *desconfiada*. Alguns visitantes, quando ficavam um tempo na Malhadinha sem aparecer no Pavão, quando desciam do carro Enade não deixava de comentar, como com Felipe: *‘Ei, vi sua caminhonete subindo, está descambando pra lá?’*.

Esse processo de observar os modos e os costumes dos chegantes se aproxima do que Comerford (2014) aponta como a sistemática de “vigiar e narrar”. Comerford (2014), a partir dos movimentos cotidianos feitos nas localidades rurais do Vale do Jequitinhonha, sinaliza uma sociabilidade voltada para uma vigilância informal. Isso significa dizer que os mapeamentos de quem passa pela estrada, como passa, quando vai e quando volta, são fundamentais para gerar narrativas e quadros de referência a partir desses deslocamentos triviais, garantindo, portanto, uma sociabilidade mais segura entre os moradores.

Outras situações poderiam vir na forma do silêncio, da virada de costas e da mudança de assunto, sempre acompanhados de gestos de desconfiança e olhares fuzilantes, deixando a cargo do visitante a apresentação de uma justificativa razoável para aquela momentânea preferência. Além disso, Enade, observava as inúmeras conversas em

que essas pessoas se situam, como se posicionam diante de assuntos aparentemente distantes, neutros ou banais. Isso tudo fornece rica matéria-prima para entender seus interesses. Quando alguém *de fora* vai até a casa de um parente e ela fica sabendo, logo ela questiona o que a pessoa queria – ‘*veio fazer o que aqui?*’ –, e, em outro momento, pergunta em qual partido político a pessoa vota, em qual cidade reside, qual a formação, se entende *das coisas da roça*; ela busca entender seus interesses, suas intenções e medra suas ações a partir da arte de *assuntar*.

Tal como discutido ainda na introdução da presente tese, Vieira (2015) contribuiu para o entendimento da arte de *assuntar* a partir do seu trabalho de campo no quilombo da Malhada, na Bahia (BA). Na sua etnografia, o *assuntar* seria uma maneira criativa com que os quilombolas vão tateando, levantando questões, perscrutando aquele que chega. Os contextos em que procedem desta forma ocorrem durante assuntos e reuniões formais, o que acaba, de certo modo, por oferecer alguma informalidade para a situação. Na Malhadinha o *assuntar* volta-se tanto para a sistemática de “vigiar e narrar” de Comerford (2014) quanto da vista em Vieira (2015). São formas de controle, vigilância e conhecimento, mas também da construção de ações criativas e inventivas para lidar com questões cotidianas da realidade quilombola.

Enade, no Pavão, eram quem liderava a arte de *assuntar* e a sistemática de vigiar e narrar, para usar de empréstimo os termos dos referidos autores. Por meio dessas inquietações, ela fazia, praticamente, um esquadrinhamento da pessoa, questionando e colocando em xeque suas ponderações iniciais, de modo que, ao fim das rodadas de perguntas, ela sabia mais sobre ele do que o inverso. Com Felipe, essa arte de *assuntar* foi se consubstanciando a cada ida do funcionário na casa da liderança tradicional, a cada retorno do agente e do interesse que ele tinha em comprar os produtos que consumia na comunidade, das idas ao *brejo para catar buriti* fora do expediente, da curiosidade em saber um pouco mais da vida dos *malhadenses* e das histórias dos antigos. Isso ia aproximando-o dos moradores do Pavão, justamente porque tinha interesse em *conhecer a cultura* e, para isso, os moradores precisavam *mostrar a cultura*⁸¹.

⁸¹ Carneiro da Cunha (2009) no seu artigo *Cultura com Aspas e outros Ensaios*, mostra os usos políticos que os povos indígenas fazem do conceito de “cultura” – uma terminologia dos brancos que, quando usada em contextos políticos, beneficia a pauta indígena. Isso acontece pois trata-se de um termo que, ao ser conceituado pela Antropologia, não diz respeito apenas aos hábitos, comportamentos e tradições de um povo, mas sobretudo que tais características devem ser valorizadas. Assim, os indígenas, ao recorrerem a tal conceito, conseguem lutar, por exemplo, pelas patentes de suas plantas e ervas medicinais, colocando-o como uma ferramenta política, justamente por acionar algo que é relativo à sua cultura e também que deve ser preservado. É como se utilizassem um conceito do branco que, em alguns momentos, os prejudicou, para agora lutar pelos seus direitos tradicionais. Guardadas as devidas proporções, os *malhadenses* parecem

Tais expressões – *conhecer a cultura e mostrar a cultura* – foram-me apresentadas por Enade na relação com outras comunidades quilombolas, com professores e pesquisadores, no contexto *do ser quilombola* com as *parcerias* feitas, e até mesmo com o educador da *Ágil*. O *mostrar a cultura* está relacionado ao valorizar as raízes da comunidade, como, por exemplo, o passado de escravidão. Foi assim, por meio de uma peça de teatro (cf. capítulo 3)⁸², que ela e alguns moradores encenavam no Dia da Consciência Negra, que um professor de Brejinho de Nazaré, em 2005, suscitou a ideia de serem quilombolas e a levou para conversar com a então prefeita Gorete. Nesse teatro, falavam do passado de escravidão, da vida nas senzalas, dos alimentos, dos trabalhos e das danças típicas, como a *sussa*⁸³. O *mostrar a cultura*, nasce no contexto do *ser quilombola*, pois foi quando os moradores viram a importância de publicizar a vida no quilombo não só para a valorização identitária, mas também para conseguirem as *parcerias* (cf. capítulo 3).

O *mostrar a cultura*, acaba sendo também um princípio de vida: exibir como é a vida na roça, valorizar e dançar a *sussa*, exercer uma boa recepção, *ir no brejo catar buriti*, e viver na/da roça. Movimento parecido foi visto por Rocha (2018) entre os Tupinambá. No seu trabalho, a antropóloga mostra como a cultura é entendida nesse princípio e produzida com e entre os parentes, fazendo com que estes indígenas, ao continuarem vivendo da cultura, se tornem fortes e sejam fortes justamente por mostrá-la. Nesse sentido, o *mostrar a cultura* fortalece os *malhadenses* tanto naquilo que configura esse princípio de vida como um mecanismo de controle para se saber quem é *de dentro* e quem é *de fora*, bem como quem, de fato, quer *conhecer a cultura* e quem tem, unicamente, um interesse pragmático.

O *conhecer a cultura* me foi apresentado a partir do exemplo da visita de Kátia Abreu ao quilombo, também narrada no capítulo três. A então senadora foi até a

seguir um movimento similar. Isso porque, ao usarem os termos *mostrar a cultura e conhecer a cultura*, utilizam de um vocábulo do “branco” para não só valorizarem a vida quilombola, mas também enquanto recurso político para angariarem “benesses” para a continuidade através da publicização e valorização da cultura *malhadense*.

⁸² Segundo Seu Francisco, ‘*de primeiro, a Enade, fazia sentinela na sexta-feira da Demétrio e ela inventou uma brincadeira desse negócio de escravo, né, juntava as meninas, as muié preta, aquele povo e ia fazer aquela peça ali de escravidão. Aí, primeiro, veio um primo meu, filmô esse trem aí, aí no outro ano veio o professor de Brejinho e filmô essa brincadeira de novo. Quando foi já veio um homem do Rio de Janeiro atrás desse negócio. Aí foi aonde surgiu, aí levei ele lá pra ver o baú da Ismênia e a Gorete trouxe o antropólogo aí*’.

⁸³ Segundo Enade, a *sussa* é uma dança tipicamente quilombola, muito vinculada à Festa do Divino. É comum dançarem a noite inteira em torno do mastro. Outros trabalhos têm como centralidade a discussão da referida dança (SANTOS, s/d).

comunidade a pedido de Raimundo, na época secretário Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Brejinho de Nazaré. Segundo Enade ela queria *conhecer a cultura*, então, ela *recebeu bem e mostrou as casas da Malhadinha*, serviu comida típica, fez apresentações de *sussa e levou a política* nos lugares mais antigos do quilombo. Essa ação da moradora foi fundamental para a manutenção das *parcerias* e até de possíveis novas *parcerias* com a prefeitura de Brejinho de Nazaré, justamente porque estava fazendo um favor a Raimundo.

Entretanto, Kátia Abreu, segundo Enade, não tinha o interesse de *conhecer a cultura* para saber da vida quilombola, mas sim de cumprir um compromisso pragmático e político com a região. Isto é, tem aqueles que querem *conhecer a cultura* em prol de algum interesse consoante às comunidades quilombolas, e aqueles que querem *conhecer a cultura* como um modo de relacionamento com os *malhadenses*. Por isso que ter interesse em *conhecer a cultura* não é sinônimo de *amizade* com os *malhadenses* ou que será posteriormente mais *bem tratado*. Exemplos disso é a então senadora Kátia Abreu, mas também dos estudantes da UFT e da Escola de Família Agrícola de Colinas (EFA), que vão à comunidade para *conhecer a cultura* em épocas específicas do ano, mas não estabelecem uma relação contínua com os moradores: são *bem recebidos*, mas não *mais bem tratados e/ou pegam amizade*; são apenas *parcerias*.

Tal como esses chegantes, Felipe também queria *conhecer a cultura*, segundo as famílias do Pavão, mas isso por si só não explicava o porquê de o agente do empreendimento ser *mais bem tratado* e amigo, enquanto outros apenas eram *bem recebidos*. O que explica a sua posição singular é, justamente, o retorno oferecido por ele. Em outro momento, conversei com Enade a respeito das pessoas que ali adentravam, perguntando também sobre a amizade que tinham com o educador.

De imediato, ela me respondeu:

‘Felipe quer conhecer a cultura, ele bebe no copo de extrato de tomate, toma suco de murici, cajá, acerola, come frango caipira, arroz, banana frita, ele gosta da cultura, bebe água que a gente bebe, não água mineral como os outros’. (meus grifos).

Margareth complementa: *‘ele é diferente. Os outros não querem saber da cultura, não ficam tanto tempo igual ao Felipe, ficou doente e deitou no sofá e tomou o remédio da madrinha Firmina, os outros não, só vêm a trabalho’.* Dona Firmina acrescenta: *‘esse*

povo aí da Energisol, passa aqui na porta direto, só Felipe que desce e cumprimenta, que visita a gente'. Esse retorno oferecido aos moradores permitiu que fosse *mais bem tratado*, por isso, davam a ele rapadura, farinha, doce de buriti, polpa de fruta e as garrafadas feitas pela Dona Firmina. Quando voltava para o Rio de Janeiro, Enade dizia: *'Felipe trouxe uma mala só para levar os produtos para a família dele'*.



Imagem 24. *O mostrar a cultura e o conhecer a cultura no setor Pavão. Da esquerda para a direita e sentada descascando mandioca, Jô; de costas, em pé, Indira, seguida de Enade; sentada na roda, Dona Firmina, seguida de Osório e Seu Francisco. Acervo: Daniella Santos Alves*

Por outro lado, essa ação do agente poderia ser uma forma de se aproximar dos moradores em decorrência do *empreendimento*. Perguntei à Enade sobre um possível interesse de sua parte e, então, ela rebateu: *'hmm, aiai, Felipe? Não, ele arrumou o emprego de Joelson⁸⁴, oferecia carona para o povo daqui até Porto, pegamos amizade'*.

⁸⁴ Ele foi um dos moradores que compuseram o grupo de empregados da Energisol, e o seu contrato exigia que ele atuasse como uma espécie de educador interno ao quilombo, complementando as atribuições de Felipe. Esse processo pode ser visto como uma estratégia do empreendimento de ter contatos internos (BRONZ, 2016), e os moradores tinham consciência disso. Joana me disse que ofereceram um emprego a ela na empresa, mas, como tratava-se da presidente da associação, isso poderia não ser bem visto. Como Gordão não tinha atribuições institucionais com a comunidade, ele aceitou o emprego. Segundo Régis, uma das questões levantadas na reunião do *firmamento do acordo* foi justamente sobre o aproveitamento da mão de obra dos moradores da comunidade pelo *empreendimento*. Ele ressalta que a FCP solicitou que a contratação não deveria ser feita apenas para o trabalho braçal e de baixa instrução, mas para capacitar a mão de obra para ser aproveitada em atividades diversas. Contudo, e diferentemente do prescrito, grande

Outras vezes, ela mencionava como mantinham relações mesmo após a volta dele para o Rio de Janeiro:

‘Felipe mesmo disse que tem comunidade que ele já passou fora daqui e as daqui da região que ele não volta mais. Esses dias Felipe ligou, a avó dele estava ciuando de mim com ele, porque ele dizia que meu frango ficava uma delícia, e a avó dele dizia [imitando a avó] ‘ah então vai comer o de lá’. Ele gosta dos caldinhos né, do de quiabo assim que eu faço né, comida que dá sustança, aí ele fala bem assim ‘quero caldinho’ aí a avó dele pediu foto minha pra ele, pra ela me conhecer, foto minha e do frango’ (risos).

Mag, indo ao encontro da opinião da irmã, continuava dizendo que o educador era diferente: *‘Felipe não tem frescura não, vai pro brejo catar buriti’*. Esse movimento de ir até o brejo é algo próprio dos *malhadenses raízes*, dos antigos *que não têm preguiça*, por isso, é algo tão estimado não só por ela, mas por grande parte dos moradores, sendo uma ação de quem realmente quer *conhecer a cultura* e a vida no quilombo. Quando voltei para campo, em janeiro de 2020, em uma de nossas conversas ela falava justamente sobre isso. Em contraposição a alguns parentes que moram em Porto Nacional, *gente nova e cheia de frescura*, ela dizia, *‘tem parente que fala assim, Dani: ai Deus me livre ir no brejo, gosto não, ai eu disse: Daniella e Felipe taca pro mato, enche de carrapato não tem essa frescura, não. Nós estávamos lá no Agostinho comentando de você’*.

Para aqueles que têm interesse em *conhecer a cultura*, é esperado que vá *para o brejo*, pois envolve adentrar em terrenos pantanosos, correr o risco de ser picado por uma cobra, *perseguido por uma onça*, sujar toda a roupa, pegar carrapato e *‘molhar os pés na lama que tem xixi de tudo quanto é trem e bixo’*. É para além de *conhecer a cultura*, é vivê-la, experimentá-la com o próprio corpo, constituindo laços mais duradouros, com comparações feitas inclusive com os *de dentro*, com quem de fato é da Malhadinha.

Por meio dessa aproximação com o modo de viver, ao contrário de outros agentes que muitas vezes nem desciam da caminhonete e constituíam uma relação descontínua, burocrática e centrada apenas aos interesses da empresa, Felipe apresentava um outro modo de relacionar, saindo do *bem recebido* para o *mais bem tratado*, realizando *visitas* e sendo, ao menos na casa de Enade, visto como alguém *de casa*. Essa configuração ficou mais acentuada ao fim do seu trabalho na Malhadinha, quando ele voltou, em agosto de

parte dos contratados ficaram limitados à esfera “braçal”, justamente por não terem estudo, como ressaltava Enade. Seu filho foi um dos poucos que fora contratado para exercer uma atividade que exigia, por parte da empresa, o ensino superior completo.

2019, para a *Quiolímpiad*, permanecendo não só no evento, mas também na casa de Enade. As brincadeiras eram presentes nessas situações; segundo a liderança, ao zombar da minha ausência e retorno do educador, disse:

‘Ih, Felipe veio Dani, ele veio ficou cantando uma música o tempo inteiro aqui, incutiu com a música, sabe dançar não, mas ficou dançando no forró da ‘Quio’ [Quiolímpiad] e que ia levar pro tal do Rio de Janeiro’.

O retorno que oferecia aos moradores do Pavão era, em grande medida, feito no interesse que tinha pela Malhadinha, segundo Enade, de *‘conhecer a cultura, de comer Buriti’*.

5.3. O pegar amizade, a amizade mais colorida e a amizade mais a trabalho

A *receptividade*, portanto, abre portas tanto para as relações políticas, como sustenta o exemplo das *parcerias* (cf. capítulo 3), como também para as relações afetuosas, como o *conhecer a cultura* e o *pegar amizade*, esta última vista tanto no Pavão quanto no Colina Quadrada. Amizade e a brincadeira, categorias definidas por Comerford (1999) como polos complementares, aproximam muito do *pegar amizade* para os *malhadenses*. Segundo o antropólogo, essa relação envolve brincar sobre temas variados, sobre a capacidade técnica e intelectual de um e de outro, sobre aspectos físicos, acontecimentos envolvendo os participantes, provocações e, até mesmo, sobre contendas políticas.

Obviamente, não existe um único desenvolvimento cronológico, linear no estabelecimento desta relação: ser amigo e brincar ou brincar e ser amigo, acontece espontaneamente e simultaneamente. Na Malhadinha, o *pegar amizade* é justamente uma relação envolta por brincadeiras, provocações e piadas, e isso não opera na distinção entre *os de dentro* e *os de fora*, ainda que, quando se trata destes últimos, o *pegar amizade* é sempre feito com aqueles que são *mais bem tratados*, que deixaram de *ser visitas*, e compõem o cotidiano e que, portanto, são amigos. Aquelas indivíduos *bem recebidos* podem adentrar na esfera do *mais bem tratado*, *ser de casa* e serem *amigos*, mas, se ainda não o são, logo *‘não dá tanto para brincar’*, como sinaliza Mag.

No Pavão, zombavam de como Felipe ia para o *brejo catar buriti e atolava*, ou então que ele *‘parecia ser filho do Lula’*, esteticamente falando, e até mesmo de ele não *‘ter jeito para viver na roça’*. Com as pessoas que permaneciam na esfera do *bem recebido*, como a maioria dos agentes da Ágil Ambiental, as piadas aconteciam, porém,

feitas internamente, entre os parentes, e após a saída dos funcionários. Ao ser *mais bem tratado*, e *ser de casa* as brincadeiras de Felipe e com ele transcorriam diante um do outro. Margareth gostava muito de brincar: após *pegarmos amizade*, sempre que passava na porta da sua casa, junto com Joana, soltava uns gritos: ‘*lá vai as duas lambidas, já não bastava você [Joana], agora arrumou outra lambida [Daniella] (risos)*’. Para os *malhadenses*, uma pessoa *lambida* é aquela com pouca timidez e de conversa fácil. A expressão era evocada toda vez que íamos na casa de alguém *procurar comida*, ou, como eu dizia, para “ir assuntar da vida quilombola”. Nesses momentos, Joana rebatia em tom baixo a brincadeira de Mag: ‘*como você faz seu trabalho se não for lambida?*’ (risos).

O *pegar amizade* também é uma expressão muito utilizada por Ieda, moradora do Colina Quadrada, ao caracterizar relações que ela e seus familiares estabeleceram e estabelecem com os agentes do governo e também com os do empreendimento. Ao inquirir sobre o que seria esse *pegar amizade*, ela dividia em dois outros termos: ‘*uma mais colorida*’ e a outra ‘*mais a trabalho*’. Esse conceito de amizade pode ser pensado a partir do léxico de Wolf (2003) sobre a amizade.

A partir dos dados etnográficos de Ruben Reina acerca dos indígenas na América Central, o autor define a amizade como um laço social adquirido, podendo se desdobrar em outros dois: amizade emocional e amizade instrumental. A primeira pode ser encontrada entre os indígenas de Chinautla, uma comunidade fechada, na qual o acesso a recursos naturais e sociais é independente das relações estabelecidas entre os agentes; logo, a amizade trata-se muito mais de uma compensação emocional do que de qualquer interesse utilitarista. Em contraste, a amizade instrumental pode existir independentemente do acesso a recursos – naturais e sociais –, mas o empenho para contrapartidas torna-se vital nessa tipologia. Entre os Ladinos, essa relação ultrapassa as fronteiras internas e procura estabelecer o contato com outros grupos. A amizade tem uma utilidade prática, em termos econômicos e políticos, podendo ser a saída para vários problemas, como, por exemplo, o acesso a um trabalho para o qual não se está totalmente qualificado, mas a influência de um amigo garante o emprego; por isso, neste grupo, ter amigos é algo desejável. Pensar a amizade em termos práticos não significa dizer, segundo Wolf (2003), que o mínimo de afeto não exista. Pelo contrário. Este deve estar presente nessas relações pois, de outro modo, seria apenas fingimento. A carga de afeto é importante para equilibrar e estabelecer uma relação envolta por confiança e crédito, sendo necessário o mínimo de reciprocidade para a construção de um relacionamento

simétrico. Tal como o inverso é igualmente válido, a relação está ameaçada caso um dos membros claramente explore demais o outro (WOLF, 2003).

Para o contexto em questão, vale ressaltar que o elo dos *malhadenses* com *os de fora* está sempre pautado em interesses mútuos, com alguma *contrapartida*; logo, é razoável supor que a amizade estritamente emocional, nos termos de Wolf (2003), seja quase inexistente nas relações externas ao grupo. Podemos pensar em amizades instrumentais, com dosagens distintas de teor afetivo. No Colina Quadrada, diferente do Pavão, em que os moradores falam apenas de *pegar uma amizade* em termos de *conhecer a cultura*, Ieda faz, como apontei logo acima, outras distinções: uma *amizade mais colorida* e uma *mais a trabalho*.

Ao que tudo indica, a *amizade mais colorida* quer dizer que o afeto se sobrepõe, ao menos por um momento, ao interesse pragmático que iniciou a relação, e o desequilíbrio ou uma *contrapartida* inesperada por parte do amigo(a) tem o potencial para gerar *inimizade* e frustração. Por outro lado, a *amizade mais a trabalho* significa que o interesse pragmático do vínculo se sobrepõe ao afeto e, assim, as *contrapartidas* existentes são, mas não totalmente, o **modus operandi** da relação.

No caso de Felipe, ele é definido como amigo pelos dois setores, mas com cargas relacionais distintas: no Pavão, as relações estabelecidas entre ele e os moradores foram traçadas e definidas pelo interesse na *cultura*, pelo retorno afetivo apesar de também existir um retorno material – *emprego de Joelson* –, mas ainda assim o afeto se sobrepôs. Os assuntos acerca do empreendimento eram pouco tratados ali, ficavam restritos à *presidente da associação* que residia no Colina Quadrada. No Colina Quadrada, ele também era amigo, porém, com uma ressalva: *‘ele está aqui a trabalho’*. O que indica a existência de um caráter deliberativo, institucional e pragmático. Muito embora as conversas com os moradores fossem regadas por brincadeiras e apelidos, a assinatura de documentos e as notícias sobre as deliberações superiores da *Energisol* eram feitas ali.

Como Felipe chegou já na fase final do trabalho da *Ágil Ambiental* na Malhadinha, o controle sobre os afetos por parte de Ieda, em detrimento das experiências passadas, era mais vigiado. A amizade que os moradores estabeleceram com ele tendeu a ser mais institucional, *‘a trabalho’*. Joana e Ieda sempre diziam: *‘Felipe é nosso amigo, mas trabalha para a empresa, não esquece’*; ou até mesmo quando via as crianças se afeiçoarem muito a minha presença: *‘gente, a Dani é nossa amiga, mas também está aqui*

a *trabalho*'. Essa oscilação entre a pessoa⁸⁵ Felipe e a sua figura institucional era uma tensão estruturante⁸⁶ nos modos de receber do Colina Quadrada após as sucessivas decepções com antigas *amizades mais coloridas*. Essas amizades foram sendo modificadas quando o retorno da outra parte da relação acabou frustrando as expectativas de alguns *malhadenses*.

Tais categorias de amizade, *mais colorida e a mais a trabalho*, me foram apresentadas por Ieda, ao salientar a importância que foi dosar a boa *receptividade* com os agentes do governo à chegada das primeiras políticas públicas, tendo-se em mente que nem sempre *os interesses de quem chega* estão atreladas às melhores ações dos visitantes e, por isso, *não dá para ter uma amizade tão colorida*. Ieda observava isso na cena cotidiana, nas visitas que alguns agentes do governo fizeram até sua casa nesse período, como, por exemplo, uma certa Gabriela da Ruraltins. Ieda foi pega de surpresa, pois tinha com ela uma '*amizade tão colorida*', isto é, ao menos de sua parte, o afeto se sobrepunha, momentaneamente, ao interesse pragmático que iniciou a relação. Esse desequilíbrio, ou um retorno inesperado por parte da amiga, acabou gerando uma frustração, levando a moradora a diminuir um vínculo mais emocional e ter uma vigilância mais perscrutadora não só com Felipe, mas com outros; por isso, Joana⁸⁷, que não havia acompanhado tanto a chegada *dos de fora*, deveria ter cuidado com o povo da *Energisol*:

Ieda: '*ela não viu, não dá para a gente fazer mais uma amizade tão colorida você não sabe que ele está vindo aqui só por interesse, igual Samuel* [o

⁸⁵ Ciente das discussões em torno da noção de pessoa (MAUSS, 1950; DUMONT, 1978; DAMATTA, 1979; GOLDMAN, 1999), bem como os seus desdobramentos e complexidade, para a presente discussão, utilizo o termo fazendo referência ao caráter dual que atribuíam ao edoc comunicador. Isto é, ele, enquanto um sujeito, com valores, modos de pensar, sentir e agir muito próximos ao preconizado positivamente pelos quilombolas, como salientado pelos moradores do *Pavão*, e ele ao mesmo tempo abrigando também um lado institucional, vinculado a uma empresa privada com condutas, regras e normas que acabam sendo estendidas também sobre o seu modo de ação. Logo, sua vertente institucional seria a sua representação perante o, ou nos quadros do *empreendimento*.

⁸⁶ O termo tensão estruturante é usado pelo antropólogo Octavio Bonet (1999), ao discutir a tensão que os alunos do curso de biomedicina passam ao exercer a prática médica. Segundo o autor, os alunos vivem divididos entre o que devem fazer e o que sentem ao fazer. Saber e sentir são manifestações dessa tensão estruturante que os sustentam na vida profissional. Ao utilizar o termo para fazer referência à figura do educador, busco apresentar, tal como Bonet, que esse dualismo estrutura a relação social que envolve a sua presença diante das lideranças do Colina Quadrada. Vale ressaltar que essa tensão estruturante não fica restrita a ele, é um modo de ação que se tornou uma prática dos *malhadenses*, após as sucessivas decepções com *os de fora* e até mesmo após os prejuízos que acometeram ao grupo. Logo, vivem um tensionamento que envolve afeto e responsabilidade, muito presente nas lideranças institucionais e políticas do quilombo.

⁸⁷ Joana morou durante vinte anos em Goiânia, e retornou para a comunidade em 2013, participando da associação junto com seu primo *Régis*. Ela assumiu a presidência em 2017, por isso Ieda, por vezes, fala que a liderança não está acostumada com *os de fora* porque grande parte dessas chegadas aconteceram entre 2006 e 2012.

primeiro educador, substituído por Felipe] *pegamos amizade, depois que ele foi embora, nunca mais, cortou os laços.* [Em outro momento reitera], *mas Samuel veio mais a trabalho, a amizade dele com nós foi menos apegado. Igual a antropóloga [Júlia] que Régis gostou, a amizade era mais a trabalho, já o Rogério [educador paralelo a Samuel] era mais apegado, mas foi embora também* (meus grifos).

Ieda via sua prima Joana estabelecer uma relação de amizade com vários agentes, para além do plano institucional, de presidente da associação, por isso, ela alertava:

‘Isso aí [serem educados e gentis] é uma forma deles chegarem aqui pra conquistar, eles sabem que com carinho todo mundo vai receber bem, só que a gente tem que diferenciar amizade, antes a gente fazia amizade direto, aí o povo ia embora nem via falar mais’.

Nesse sentido, *a amizade mais a trabalho*, tal como as *parcerias*, parece ser a porta que a *receptividade* oferece enquanto ferramenta política de *negociações*, sem correr-se o risco de misturar-se com os afetos, afastando as frustrações, também os prejuízos para a comunidade:

Ieda: *‘Eu agora estou assim mais não, estou fazendo amizade assim, não! E eles [o pessoal do empreendimento] mesmo fala: “sabia que em tal lugar a gente chega o pessoal mal recebe a gente, não é desse jeito vocês são calorosos”, eu agora fico com o pé atrás com todo mundo, quando chega projeto não faço aquela amizade colorida, é amizade mais a trabalho’* (meu grifo).

Isso não significa deixar de *receber bem os de fora*, e até mesmo os funcionários da *Energisol* e da *Ágil Ambiental*, mas entender que dosagens são importantes, pois estas mantêm e garantem um elo amistoso, permitindo *‘ficar de olho e ver o que é melhor pra gente’*. Perutti (2018), ao analisar o lado “amiguelo” de João Magalhães no quilombo do Lavado, mostra que, para os moradores dali ter amigos, por vezes, pode empreender mais vantagens do que o dinheiro, revelando que, em contextos políticos, esse engajamento corrobora para a demarcação de suas terras. Logo, é importante dosar as relações e entender quem pode sair do *bem recebido* e adentrar na esfera do *mais bem tratado*, e até mesmo *pegar amizade mais colorida*.

Com alguns funcionários, Ieda e seus familiares sabiam que a amizade era *mais a trabalho*, como o caso de Samuel e da Júlia – antropóloga – mas com outros, pelo retorno dado ao grupo – emocional, afetivo e material –, passava-se para o *mais bem tratado*, *sendo de casa*, como no caso de Rogério, que era *mais apegado*. Segundo Ieda, ele levou filhotes de gatinhos como presentes para ela, além de salientar que aqueles animais marcariam a *amizade* dele com o *povo de Florisvaldo*.

Outras vezes, para agradecer a última estadia dele na comunidade em outubro de 2021, ele pegava Life e Puff, os cachorros de Joana: *‘ele pegava os bixos e levava lá no Porto no veterinário e trazia de volta, Puff estava bem feio mesmo e ele ficou com dó, e ele é biólogo, ele pegou o cachorro dela [Joana], ela nem estava e levou pro veterinário no carro’*. Outras vezes o agradecimento era no cuidado com os seus filhos ao ensinar *‘Leandro a dirigir a sua caminhonete’*.

Ieda e Joana diziam que com Rogério tinham *uma amizade mais colorida*, ele não costumava levar muitas coisas, mas agradecia de outras formas. A sua aproximação, segundo ambas, deu-se em detrimento da *hospitalidade* do povo do Colina Quadrada. Ele adorava comer tudo que ofereciam a ele e o: *‘que via pela frente, não tinha frescura, era macarrão com ovo, peixe de molho de Régis, carne frita, o que tivesse ele mandava pra dentro’*, concluía Ieda. Às vezes, dizia Joana, *‘nem a gente gostava da comida e ele tava lá se esbaldando’*. Elas diziam que ele fazia isso porque gostava, uma vez que elas o deixavam à vontade para levar um alimento para o consumo próprio e/ou coletivo, mas ele queria comer *‘a nossa comida’*.

O funcionário muitas vezes era comparado comigo, mas nutria com estas, pelo menos no entender das moradoras, algo mais próximo, pois diferente de mim que, no entendimento delas, ainda estava fazendo a pesquisa, Rogério já tinha voltado e estava visitando-os fazendo outro trabalho no Tocantins, não mais vinculado a Energisol. Ieda: *‘com Rogério, Dani, eu estava ainda desconfiada da amizade, mas aí ele voltou e ficou aqui, quero ver você’* (risos). Sobre a relação comparada entre a amizade minha e de Rogério, Joana diz:

‘Igual você a gente sabe que é amizade, amizade que fica né, mesmo você fazendo seu trabalho e depois vai embora, você sempre volta. Você foi uma das que pode dizer, você e o Rogério é essa pessoa que veio a trabalho e conseguiu atingir o colorido, além do trabalho a gente pode ligar, mandar mensagem nada a ver com o seu trabalho. Então a gente sabe que dessa diferença quando a gente está conversando né. Aqui agora, você tá fazendo seu trabalho, mas também falando de outras coisas. Assim é também com o outro lá de fora, e só com você e o Rogério que tem esse momento de separar totalmente o trabalho da brincadeira. Principalmente dessa última vez, ele veio, como o trabalho não era direto na comunidade, então essa última vez não tinha trabalho, era só amizade mesmo. Ele nem falava de trabalho, as vezes perguntava o dia dele, mas ele falava cansativo, sem trabalho. (grifos meus)

Já com o Samuel, a *amizade é mais a trabalho*. Isso não significava dizer que ele não era *bem recebido*, mas que a linha do afeto sobre a qual Wolf (2003) fala era sobreposta por interesses materiais de ambas as partes. O educador, após a

assinatura do termo de compromisso, foi quem, segundo Joana, ajudou-a a entender que o que é combinado na oralidade nem sempre é o finalmente escrito. Sobre isso Joana diz:

Joana: 'O poço não saiu porque eles falam que fica caro fazer o poço e a distribuição. Nessa questão do poço que foi cair a ficha inclusive do geógrafo que teve aqui, o Samuel. Aí eu vi lá assim, os dois poços artesanais do lado da fábrica de polpa de fruta. Aí eu falei: pera aí Samuel, mas é, porque que vai ser ali? Era dito que os poços artesanais eram para ser feitos lá no Centrinho porque tem, geralmente, a maior carência de água é lá. Então assim, a unidade de beneficiamento a gente decidiu o local, o barracão aqui e os poços lá. Aí ele disse [Samuel] vamos lá Joana olhar no PBAQ. Quando cheguei lá em casa com ele e olhamos o PBAQ está dizendo que os dois poços artesanais eram, sim, ao lado da unidade para atender a unidade com a fabricação das polpas. Então não pode fazer mais nada porque já assinamos' (meus grifos).

Joana e Ieda associavam as orientações e encaminhamentos que Samuel oferecia a elas como uma amizade *mais a trabalho*: ou seja, ele fazia o que as suas atribuições lhe exigiam, talvez um pouco mais, mas não tinha o interesse de *conhecer a cultura*, como Felipe no Pavão. Outros funcionários do *empreendimento* compunham a semântica de apreciação de Ieda em relação à importância de uma *amizade mais a trabalho*, sendo que dois deles, envolvidos na construção da *mini fábrica de polpa de fruta*, têm destaque. A construção da benfeitoria consistia na edificação do prédio e nos cursos de capacitação que envolviam tanto o manuseio dos equipamentos quanto a preparação do espaço para a fiscalização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento (MAPA) – órgão responsável por licenciar unidades de produção em propriedades rurais, visando atender, entre outras, políticas de controle de pragas, assegurando a qualidade dos produtos a serem comercializados.

Jéssica, segundo Ieda, ficou responsável por preparar a comunidade para o manuseio técnico dos equipamentos, bem como para adequar-se aos protocolos de vigilância sanitária do MAPA. A profissional não era nova na região, ela já conhecia a Malhadinha de algumas *parcerias* feitas com a UFT, com a qual possuía vínculo. Nesse sentido, ela já era *bem recebida* pelo grupo. Sua recente contratação pela Energisol, no início de 2019, acabou promovendo uma aproximação com a presidente e os moradores do Colina Quadrada, *sendo mais bem tratada*, e, segundo Ieda, estava começando a *pegar amizade* com Joana. Por isso, ela alertava:

Ieda: 'Aí vem a Jéssica, igual eu falei, Joana estava com aquela amizadinha colorida com ela, e eu disse: 'Joana você tem que ficar esperta com a Jéssica, porque a Jéssica trabalha para eles, ela é doidinha pra gente mudar o Estatuto da associação e a gente tem que ficar atenta com ela, ela trabalha para eles.

Ela quer terminar, porque eles estão aí pressionando ela pra ela pressionar nós. Ela não é amiga nossa, é a trabalho’ (grifo meu).

A pressão à qual Ieda se refere é sobre a forma como a Malhadinha iria conduzir a *mini fábrica de polpa de fruta*. A *Energisol* queria que eles mudassem o estatuto da associação, segundo Joana, de *‘sem fins lucrativos, e inserir uma cláusula para ela trabalhar como cooperativa [com fins lucrativos]. E aí a gente está aqui com a cooperativa e uma porcentagem iria para a associação também’*. Trocando em miúdos, ao modificar o estatuto, um integrante que não estivesse envolvido com a produção de polpas, mas vinculado à associação, teria o mesmo direito aos dividendos da fábrica como qualquer outro que estivesse ali efetivamente trabalhando.

E a presidência, orientada por um advogado, não queria *correr esse risco*. Para os *malhadenses*, ao contrário do interesse da *Energisol*, a saída era a abertura de uma cooperativa subsidiada pela empresa, haja visto que ainda tinham um *compromisso com a comunidade*. O problema era que o *empreendimento* não queria ter mais esse custo e, por isso, a pressão de Jéssica diante da presidência. A surpresa dos moradores estava relacionada justamente com isso: *‘como pode ser amiga e fazer isso com a gente?’*. O que reiterava para Ieda, como tratava-se de uma *amizade a trabalho*, *‘ela está pensando nela, na empresa, e a gente?’*, falava para Joana.

A parte de edificações foi feita pela Souza Construtora, e outro agente subcontratado do *empreendimento* estava responsável, sendo que este também se aproximava de Joana. Para Ieda, ele fazia isso *‘para conseguir almoço lá na casa dela para os empregados dele’*. Outro motivo dessa aproximação seria em decorrência de uma irregularidade da construtora, que não poderia chegar aos ouvidos da *Energisol*. Essa irregularidade estava ligada ao não pagamento das contas de energia da *unidade de beneficiamento de polpa de fruta*.



Imagem 25. Unidade de beneficiamento de polpa de fruta, *setor* Colina Quadrada. Acervo: Daniella Santos Alves

Em tratativa com a *Rede Elétrica*, as contas da *mini fábrica* só seriam responsabilidade da Malhadinha ao término da obra e após a *entrega das chaves*; antes disso acontecer, a responsabilidade seria da construtora. Ao não pagarem as contas de energia, que foi cortada, as polpas de frutas que estavam armazenadas foram perdidas e a culpa caiu em cima da presidência da associação do quilombo. Ao ficarem sabendo disso, por intermédio de um relatório da *Energisol* enviado à Joana e reclamando da conduta da liderança, Ieda disse:

'Ele não pagou a energia da fábrica que está no nome dele, o freezer desligou, perdeu os trens tudo nosso e colocou a culpa na gente, Joana também estava achando que era amiguinho dela, eu falava pra ela, ele não é amigo nosso, é a trabalho'.

Nota-se que a amizade na Malhadinha é um conceito importante visto tanto entre *os de dentro*, como nas primeiras partes da tese, mas também como com *os de fora*, a despeito da figura de Felipe no Pavão. Entretanto, os moradores —especialmente, Ieda— que, quando esta é feita sem vigiar e medrar a ação do chegante, sobretudo dos funcionários do empreendimento, ela se torna um risco. Para tanto e como uma espécie

de controle e de vigilância diante da potencial ameaça daquele que chega, a moradora divide a amizade em dois polos: *uma mais a trabalho e uma mais colorida*. Ao inserir *os de fora* em algumas dessas categorias as chances de se frustrarem ou se decepcionarem com a figura do indivíduo são, pensa-se, reduzidas. Assim, *aos de fora*, ao menos aos que ainda não são tão confiáveis, a amizade construída, especialmente no Colina Quadrada onde residem as lideranças institucionais do quilombo, é a *amizade a trabalho*.

5.4. Amizade mais a trabalho: artifício para negociações?

Ieda, em um dado momento, compartilhou comigo que estava preocupada com a forma como Joana estabelecia algumas relações de amizade com os funcionários do *empreendimento*. Segundo Ieda, a prima, ao fazer reunião *‘às vezes, falava rindo e brincando*, o que a preocupava, pois sabia que *‘não se pode confiar nesse povo’*. Quando comentei com Joana sobre a preocupação da prima, ela me respondeu que nem sempre o seu jeito de agir se configura como laços de amizade. Pelo contrário, é uma forma de amenizar as *‘negociações e tirar um pouco da seriedade’*. Joana entende as nuances do risco de uma *amizade tão colorida* e a importância de uma *mais a trabalho*. Por isso, para lidar com as *negociações ‘falar rindo, brincando’* poderia, sim, apresentar uma proximidade com os agentes, conseguir alguns benefícios e, ao mesmo tempo, *ficar de olho nas segundas intenções*. E para ratificar essa ideia, ela retomava a relação com Jéssica: *‘Ela até tenta aproximar, a gente gosta dela, ela quer ajudar, mas a gente não consegue separar a amizade e trabalho, vamos na casa dela, almoçamos, mas gente vê ela profissional’*.

Sobre essas dosagens foi comum ver, na minha última temporada de trabalho de campo, Távito, recém-contratado da *Energisol*, chegando na casa de Joana na hora do almoço e, esta, poderia tanto estar na porta com um sorriso no rosto, ou no fundo lavando roupa, mas independente do lugar, a liderança *largava o serviço* e ia em direção ao funcionário oferecendo o *de comer*. Podia ser uma omelete com arroz, uma carne de panela, mas também oferecia uma ressalva: *‘da próxima vez que vier nesse horário traz um sorveteinho, é bom’* (risos). Essa relação é apenas uma forma de *receber bem*, descontraindo o ambiente, pois, segundo Joana, com ele *é só a trabalho*. Diferente de Felipe, Rogério e eu, ele não atendia o telefone fora do expediente e não falava de outros assuntos que não os relacionados a *Energisol*.

A amizade com Felipe foi sendo construída justamente nesse modo de ação da presidência. Muito embora *falar rindo* permitisse uma aproximação com o educador, ao mesmo tempo permitia a sua vigilância. Tal como Rogério e Samuel, antecessores de Felipe, a sua função é a de comunicar sobre as ações do *empreendimento*, contratar profissionais para as atividades ligadas às benfeitorias, e deixar a *Energisol* a par da situação. Além disso, era importante ficar em contato com a liderança a fim de conseguir assinaturas, consentimentos e uma livre circulação no quilombo. Nesse sentido, sua presença no Colina Quadrada era diária. Ele levava as incumbências para Joana, as quais eram resolvidas na sala de sua casa, na cozinha, no quintal, ou na varanda. Em semana de curso de capacitação⁸⁸, combinava o dia, a hora, o local, a quantidade de alimentos para servir o almoço, os cartazes para a divulgação do evento, entre outras demandas para a realização das medidas mitigatórias.

Muito embora tivesse *pegado amizade* com os moradores do Pavão, no Colina Quadrada, essa era feita com uma maior vigilância, tanto pelas experiências passadas quanto pela tensão estruturante que envolvia a sua presença ali. Por isso, apesar das brincadeiras que Joana e Régis faziam com ele, e vice-versa, eles ressaltavam: ‘*é preciso separar*’. E, para isso, a arte de *assuntar* era evocada, pois com ela, o controle e a vigilância eram feitos na tessitura do dia a dia, sem contendas e conflitos diretos, sendo uma maneira por assim dizer mais branda de adentrar no universo do agente exterior e também de *negociar*. Os encontros feitos na casa de *Florisvaldo*, com toda a família do Colina Quadrada reunida, eram sempre precedidos de alguma refeição e conversas sobre o Rio de Janeiro; os familiares gostavam de *receber ele bem* para ficar *assuntando* da sua vida urbana, os lazeres, dotes culinários, namoros; pode-se dizer, então, que havia uma esfera de afeto, mas também de vigilância, similar ao inicialmente feito no Pavão.

Do mesmo modo que *assuntavam* sobre sua vida pessoal – afinal, ele era *amigo* –, Joana e Ieda também observavam sua presença como representante da *Ágil Ambiental*, sendo que essa maneira de *assuntar* permitia ficar, ao mesmo tempo, perto e distante, conforme observa Ieda: ‘*gosto de ficar perto, assuntar, ficar ali observando, vendo o que eles falam*’. Joana concorda e acrescenta à fala da prima: ‘*assuntar é isso, assunta um, assunta outro, dá para saber das coisas, além do aprendizado que te dá isso de assuntar, socializar e conversar muito com as pessoas*’. Esse aprendizado e conhecimento que o

⁸⁸ Dentro das medidas mitigatórias apresentadas pela *Energisol* estavam também cursos de capacitação para a comunidade, tais como: o empreendedorismo rural e técnicas de equipamentos industriais voltadas para o manuseio da *minifábrica de polpas de frutas*.

assuntar ofereciam, segundo a liderança, era visto corriqueiramente nos encontros que tinham com Felipe e nas *reuniões* com a *Energisol*, nos modos como absorviam o então desconhecido vocabulário técnico dos funcionários.

Bronz (2016), ao analisar as técnicas e estratégias tratadas por empresas dentro do processo de licenciamento ambiental, aponta para um recurso estilístico muito comum nesse cenário, o qual ela intitula como a língua “dos mentos”. Consiste em um vocabulário específico dos comunicadores das grandes empresas. Essa técnica pode ser vista em dois movimentos: um de processualidade, recorrendo a gerúndios, e outro com termos e palavras distintas do vocabulário corrente dos povos e comunidades impactados. A antropóloga aponta para termos, como: planejamento, posicionamento, alinhamento, gerenciamento, procedimentos, desenvolvimento. Ademais, para palavras específicas: mitigar, benfeitorias, impacto, concessões, contrapartidas e devolutivas. Todas essas eram habitualmente acionadas nas tratativas dos funcionários das empresas com as lideranças. De outro lado, Joana ia compondo um vocabulário próprio para lidar com as *negociações*.

Por meio de Felipe, ela tirava dúvidas sobre os termos e utilizava-os em *reuniões* com outros representantes da *Energisol* e até mesmo para explicar aos outros moradores o que *estes de fora faziam*. A apropriação com esse recurso estilístico seria um desdobramento do *assuntar*; não só ela, mas também Régis e Ieda iam construindo uma familiaridade com o vocabulário⁸⁹, terminologias, expressões *dos de fora*, inclusive os da cena empresarial. Atentos à linguagem específica, aproximavam-se do estrangeiro ali presente, tendo, para isso, um maior domínio sobre o assunto. Numa dessas *reuniões*, quando inquiri Joana, por exemplo, sobre o significado da palavra *benfeitoria*, ela me disse: ‘*é uma ajuda ou algo que você não fez e vai fazer direito para vocês. É mitigação que eles falam também*’. Ao perguntar sobre a função do educador, ela explica que: ‘*ele comunica, ele vai comunicando, eu comunico vocês que a obra vai começar dia 07*’. *Contrapartidas* é também um termo utilizado pela presidência quando solicita algo para a *Energisol*. Diz Joana: ‘*é algo que eles têm que dar em troca, pois têm uma tratativa com a gente*’, tal como *mitigação*, que ‘*é diminuir o impacto que vão causar por aqui*’.

⁸⁹ De maneira correlata, pude observar que os moradores faziam isso com quem chegava: às vezes, percebia novas palavras e expressões dentro das conversas apropriadas pelas relações com *os de fora*. No meu caso, em particular, utilizavam uma expressão que “levei” até a comunidade: “fingir de morto”. No contexto que eu apresentava era quando alguém em Minas não atendia o interfone da casa. Na Malhadinha utilizavam-na quando algum parente não atendia a um chamado ou demorava para abrir a porta da casa. Quando eu, Joana e Ieda fomos visitar um parente e este demorou a abrir a porta, logo, elas diziam ‘*Ixa, Lara tá fingindo de morta*’.

Essa *amizade mais a trabalho*, diferente de uma *amizade tão* ou *mais colorida*, colocava no bojo da relação assuntos não só voltados para a rotina quilombola, mas também do interesse dos moradores em adentrar no universo do empreendimento para evitarem ser *pegos de surpresa*. Logo, a apreensão vocabular dada pelo *assuntar* não era nada involuntária e sem qualquer interesse. Pelo contrário, tinha como objetivo se prepararem melhor para as *negociações* com os representantes diretos da *Energisol*.

Assim, a amizade com Felipe no Colina Quadrada se constitui entre *a colorida e a trabalho*, justamente porque era capaz de *unir o útil ao agradável*. Além do interesse que ele tinha na *cultura*, nutria também outro em relação à boa convivência com a presidência da associação da Malhadinha. Com ele Joana diz:

‘Com Felipe, é médio. Ele veio a passeio igual Rogério, mas ele gosta muito de trabalho, ele é muito detalhista, com a questão do trabalho que ele fez aqui e quer dar continuidade, quer estar aqui como amigo, mas falando de trabalho’.

Logo, é uma amizade constituída de afeto, mas com interesses de ambas as partes. Interessante notar que, muito embora Felipe estivesse, no entendimento dos moradores do Colina Quadrada, como um elo *mais a trabalho*, ele, diferente de outros agentes, era *mais bem tratado*, o que ressalta as modulações das categorias nativas. Essa *amizade mais a trabalho* entre as lideranças do Colina Quadrada com Felipe permite uma *negociação* direta com o educador. Isso porque, dentro das deliberações instituídas no *fechamento do acordo*, ficou registrado que as reclamações ou reivindicações da Malhadinha perante o empreendimento deveriam ser feitas via FCP. Entretanto, a proximidade com o agente permitia que as insatisfações fossem direcionadas primeiramente a ele, e apenas depois à FCP, e, segundo Joana, era *‘para andar mais rápido’*. Rael foi um desses exemplos. Ele foi contratado para fazer uma pesquisa de mercado com os potenciais parceiros que a Malhadinha poderia ter na região após a entrega da *unidade beneficiadora de polpa de fruta*.

Entretanto, sua pesquisa de mercado ficou aquém do esperado, segundo Ieda: *‘esse Rael aí não fez nada. Fazendo coisa que a gente já sabe. Isso aí onde vender a gente já sabe porque a gente já teve experiência. A gente já vendeu pra escola, no Compra Direta, isso aqui não vale nada’*. Joana concordando com a prima, após a reunião de entrega do material, afirmou:

‘Liguei para Felipe, ele estava de férias, mas ele falava: o que vocês precisarem eu estou está pronto pra ajudar aí falei: você dá uma olhadinha com bastante carinho no que foi feito pelo Rael, nós não gostamos e queremos outra’.

Joana solicitava a figura do seu amigo, mas reiterava ao final: *‘é o trabalho dele também né’*; uma amizade instrumental, portanto, com dosagens de afeto e pragmatismo. Na minha última visita à comunidade, presenciei uma *negociação*, marcada por um enfretamento discursivo⁹⁰ com uma funcionária da *Energisol* para liberar a operação da unidade de beneficiamento de polpa de fruta. As discussões giravam em torno da mudança do estatuto da associação da Malhadinha, no qual a funcionária buscava convencer a comunidade a *‘dar esse primeiro passo para fazer todo o planejamento depois’*. No entendimento dela, o ideal era mudar o estatuto e, depois que a unidade estivesse funcionando, a própria Malhadinha faria as mudanças necessárias e custearia a abertura de uma cooperativa.

Joana, na reunião, não concorda e se posiciona: *‘nós não queremos dar essa andada’*, pois o grupo teria outro trabalho posteriormente, que seria a abertura da *cooperativa*. Joana pontua:

‘Problemas a gente já tem, queremos diminuir e não aumentar. As vezes pra vocês, pra andar rápido pra entregar, tudo bem né, sem problema vocês agindo aí da forma que melhor seja, mas e aqui, como é que fico?’. ‘O que eu quero dá Energisol uma ajuda de custo para dar a nossa andada no valor de 2.000 a 3.000 reais.’

Ela reitera que a unidade é do *coletivo* e não pode fazer algo que não será bom para o grupo. Nesse momento, ela lê um trecho de um parecer feito pela FCP, apresentando as insatisfações da Malhadinha diante da *Energisol*, bem como suas obrigações:

Joana: [lendo] *‘a empresa precisa atuar como agente financiador (direta ou indiretamente), ao longo dos dois primeiros anos, da unidade de beneficiamento de polpas com o intuito da constituição de um capital de giro por parte da Malhadinha que dê sustentação para o empreendimento coletivo’.*

Percebendo a sua firmeza diante do interesse na cooperativa, a representante sugere que seja enviado uma proposta da Malhadinha para os diretores da empresa,

⁹⁰ Termo utilizado por Vieira (2015) para analisar os embates discursivos entre os moradores da Malhada e os representantes da empresa Eólica. Refere-se ao desembaraço desses quilombolas diante do que designam como perguntas-ciladas, oferecendo, por seu turno, respostas certeiras.

colocando essas demandas: *‘Eu preciso de uma demanda muito bem estruturada, olha está aqui o documento para abrir a cooperativa, vai abrir em tanto tempo, são tantas pessoas, para cada pessoa custa tanto, e a gente [Malhadinha] não tem como arcar com esse custo’*. Joana já tinha o valor, pois, antecipando esse encontro havia discutido com um advogado e até mesmo com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), responsável por abrir a cooperativa: *‘o custo seria entre 100 a 150,00 reais por pessoa e o valor seria para o advogado e contador e não para a SESCOOP, mas vamos organizar bonitinho, estamos aqui querendo negociar’*.



Imagem 26. Moradores *assuntando*, após a reunião com a SESCOOP, realizada na casa de Joana ao lado da mini fábrica de polpa de fruta, setor Colina Quadrada. Acervo: Daniella Santos Alves.

Em outro momento, Joana havia me dito que precisaria *ser firme* e que tentariam ao máximo convencê-los de que o melhor para a Malhadinha seria a mudança do estatuto. Mas ela estava *ligada*:

Joana: *‘você viu a Kelly [representante], Dani? Não parava de falar, mas eu estou ligada, porque a pessoa quando fala sem parar ela não quer que a outra fala, ela quer que seja isso e pronto. Só que ela pegou uma pessoa que não cala (risos). Com a Kelly a amizade é só trabalho, é negociação, a gente sabe*

que ela vem representando uma empresa daquele tamanho, sozinha, por isso, a gente elogia bonitinho igual Régis falou, todo mundo elogia, recebe bem né, Régis? A gente sabe o que vocês estão fazendo, mas a gente não vai ser mais pego de surpresa’ (meus grifos).

Joana parecia exercer a mesma ação observada por Vieira (2015) na serra do Caetité, na Bahia, com os moradores que enfrentavam os funcionários da empresa de energia Eólica. Os quilombolas que eram bons no enfrentamento discursivo eram acionados para liderem com a empresa. A esses moradores dava-se o nome de “enfrentantes”, justamente porque estavam prontos para encontros com os funcionários, negando a sujeição e a adesão pretendida pelo discurso autoritário. Joana se aproxima muito de ser uma “enfrentante”. Ela percebe que uma relação *mais de trabalho*, envolta por *receber bem*, como faz com a Kelly, além de oferecer *risos e brincadeiras*, permite aproximar-se da funcionária e ficar atenta às suas *segundas intenções*. Ela vigia, controla a aproximação, buscando entender, tal como Régis disse: ‘*os que a gente vê que quer alguma coisa a gente abraça, os que não quer a gente corre*’. Esse vocábulo *correr*, empregado pelo até então presidente da associação, não significa expulsar da comunidade e do grupo, mas vigiar com mais afinco e entender se a proposta que o levou até ali poderia ter algum *benefício* para a Malhadinha. Por isso, apesar dos riscos que um acordo com o empreendimento poderia causar, eles ainda assim aceitaram, tal como fizeram com as *parcerias* (cf. capítulo 3), pois sabiam também dos *benefícios*, ou então *tem que vir de pouco para vir*.

Entretanto, essa relação mais vigiada sobre o interesse de quem chega nem sempre foi algo consensuado para os *malhadenses*, mas foi fruto das experiências passadas, como Ieda ressaltou nas *amizades mais coloridas*. A dosagem para uma *mais a trabalho* ou o *diferenciar a amizade* são artifícios⁹¹ encontrados pelas lideranças institucionais para *negociarem* de um jeito que fique *melhor para gente*, pois mantêm perto *o de fora*, controla as suas aproximações e distanciamentos, na síntese do afeto e do controle. O que mostra outras formas de engajamento e movimento dos quilombolas não só com o

⁹¹ O dosar os afetos, produtos da *receptividade*, podem ser aqui entendidos como a noção de artifício trabalhada por Stengers (1997). O artifício é uma forma criativa de lidar com o mundo múltiplo. O artifício envolve o que é feito pelo trabalho do homem, pelo artefato produzido. Esse movimento de lidar com o uno e o diverso, segundo a autora, envolve a astúcia, o engano e o disfarce. Isso nos permite pensar que tais práticas de contato podem ser entendidas como artifícios, uma vez que envolvem o trabalho dos moradores dentro da criatividade e do disfarce. Criatividade, pois instauram uma forma de hospitalidade que simultaneamente aproxima e distância. Envolve, portanto, o disfarce no sentido de que ao mesmo tempo que recebem todos de maneira similar, aos olhos do observador mais atento nota-se a predominância dos seus interesses nas relações externas.

empreendimento, mas com quem ali adentra. E isso é evidenciado pela *negociação* feita com Kelly. Ali, Joana antecipa a *negociação*, colocando os interesses pela cooperativa, conversando tanto com o advogado quanto com a SESCOOP. Ela agencia modos e ações, pensando sempre no que é melhor para o coletivo, o que até então não havia sido feito pelos *malhadenses*, justamente porque nunca outro *empreendimento* havia adentrado ali.

Considerações finais sobre a parte III

Nas discussões presentes nos dois últimos capítulos da presente tese, eu procurei mostrar a *receptividade* da Malhadinha construída com os funcionários do *empreendimento* da *Energisol*, muito baseada nas experiências passadas, especialmente as vistas após o *ser quilombola*, discutida no capítulo quatro. Ali, perceberam que a recepção feita com *os de dentro*, ao ser endereçada a esses *de fora*, poderia apresentar ao quilombo vantagens, como a velocidade de implantação de projetos políticos, culminando, pois, nas *parcerias*. Assim, *receber bem* vai além da boa prosa, de um café, um lugar para sentar e um beiju, mas fomenta uma reputação e uma imagem do quilombo que são importantes para a relação com os projetos das cenas federal e tocantinense, tanto estadual como municipal. Corroborar também para cargos comissionados e inclinação da prefeitura em levar projetos para o quilombo.

Entretanto, essa mesma recepção dos *de fora*, para os moradores do Colina Quadrada, tem que ser dosada, vigiada, pois nem sempre quem chega tem *a melhor das intenções*, a partir do exemplo de Gabriela da Ruraltins. É preciso *ficar de olho* e saber quem pode ser *mais bem tratado*. Vale lembrar que *ser bem recebido* na Malhadinha acaba sendo um substrato comum da recepção, apesar de *cada quem fazer de um jeito*, ao passo que o *mais bem tratado* envolve uma singularidade da relação entre anfitrião e hóspede.

No caso do Pavão, aqueles que estabeleceram e estabelecem *parcerias*, geralmente, são *bem recebidos*. Envolve um controle e uma vigilância de *unir o útil ao agradável*, porém, para ser *mais bem tratado* e tornar amigo, requer um retorno por parte do visitante, seja este material e/ou emocional; tem que haver uma continuidade, não visitas espacialmente circunscritas, mas com enlace contínuo, ou, como os moradores do Pavão apontaram como o *conhecer a cultura*. Mas o *conhecer a cultura* não em um evento único, tal como o exemplo da então senadora Kátia Abreu, de alguns estudantes da UFT e de pesquisadores em geral. Estes são, sim, *bem recebidos*, mas, para *pegar amizade*,

têm que, por assim dizer, viver a cultura, com seus corpos, ir *pro brejo catar buriti*, ouvir as histórias dos antigos, *comer farinha*, dançar *sussa*, comer *carne de caça* e gostar das *coisas da roça*.

Nesse ponto, *o assuntar*, uma característica no modo de ser *malhadense*, é crucial, pois permite entender com quem se pode *pegar amizade*, como no caso do Felipe no Pavão. Ao *assuntar*, é possível conhecer os objetivos que ele tem em *conhecer a cultura* e se existe algum retorno possível na relação. Isso foi sinalizado pelos moradores tanto na volta para a Quiolimpiadas quanto no emprego para o filho de Enade. Muito embora afeiçoado às lideranças tradicionais, outra cena foi sendo construída com os moradores do Colina Quadrada. As primeiras relações com *gente de fora*, descritas principalmente por Ieda, mostraram não só um retorno positivo nos modos de receber, mas especialmente *desconfiança*, *inimizade* e *corte nas relações*. Essa memória de eventos passados acabou colocando uma vigilância maior no *pegar amizade*, tanto por frustrações anteriores quanto por se entender a importância que a presidência da associação tem para a causa quilombola.

Logo, as tratativas do *empreendimento* eram feitas ali, no Colina Quadrada, e, por isso, medrar as relações era algo crucial para não colocar em risco o *coletivo*. E, nesse ponto, *o pegar amizade* me foi apresentado a partir de outras duas categorias nativas: a *amizade mais colorida* e uma *mais a trabalho*. Dentro do conceito de amizade instrumental de Wolf (2003), e analisando as gradativas relações constituídas com os funcionários do *empreendimento*, a primeira teria uma sobreposição do afeto sobre as relações pragmáticas e, na segunda, os interesses pragmáticos de ambas as partes iriam sobrepor-se à relação afetiva, mesmo que ainda com a presença de afeto. No tempo em que permaneci em campo, tive acesso às *amizades mais coloridas* apenas por lembranças dos meus interlocutores. Vivenciei, por assim dizer, *amizades mais a trabalho*, constituídas por uma tensão estruturante entre a pessoa e a sua imagem institucional, como no caso do educador Felipe.

Essa tensão estruturante permitiu também um domínio maior para realizar as *negociações* com os agentes diretos do *empreendimento*. Nesse sentido, sinalizei como o fazer política não é visto apenas nas *parcerias* iniciadas com o *ser quilombola* que as lideranças tradicionais e também institucionais realizavam. É visto também na relação constituída via *amizade mais a trabalho* com os funcionários do *empreendimento*, pois é por meio dela que você mantém por perto, mas ao mesmo tempo de longe, o agente externo.

A aproximação e o distanciamento simultaneamente promovidos pela *amizade mais a trabalho* foram vistos na relação de Joana – liderança da comunidade – com o educador Felipe. Ambos, apesar de nutrirem uma relação afetuosa e de respeito mútuo, tinham interesses em mantê-la também por suas posições institucionais, ele, funcionário da *Ágil Ambiental* e, ela, presidente da associação. Logo, uma amizade marcada por uma “via de mão dupla”, ele querendo a confiança da comunidade, e ela desejando se antecipar em alguns assuntos consoantes ao *empreendimento*. Através de Felipe e por intermédio da arte de *assuntar* ela tirava dúvidas com o educador sobre palavras e termos que poderia recorrer e utilizar nas *reuniões* com os funcionários da *Rede Elétrica*.

A *amizade mais a trabalho* permitiu essa familiarização com as terminologias e expressões *dos de fora* não apenas como um recurso estilístico, mas, especialmente, como uma ferramenta política, seu uso sendo materializado no momento em que Joana atuava, para usar um termo de Vieira (2015), como “enfrentante” diante de Kelly – funcionária da Rede Elétrica – que não queria cumprir alguns acordos relativos à responsabilidade financeira do *empreendimento* para com a fábrica de polpa de fruta. Vale ressaltar que essa posição de Joana como “enfrentante” conjugaria a *receptividade* da Malhadinha para se aproximar da funcionária, mas também recorrendo ao *aprendizado* que tiveram com as *parcerias* na época do *ser quilombola*. Essas duas ações, em conjunto, configuradas também como uma *amizade mais a trabalho*, permitem à liderança e a outros moradores controlar, vigiar e ficarem sempre atentos às *segundas intenções*.

Assim, dosar as relações ponderando benefícios e prejuízos é uma das muitas vantagens que a *receptividade* enquanto ferramenta política apresenta para a Malhadinha. Entretanto, essa ferramenta não deve ser interpretada como imune as frustrações e situações prejudiciais ao quilombo. Antes o contrário disso. Afeto e controle, faces de uma mesma moeda, significa dizer, antes de tudo, que as relações com *os de fora* não são dadas por forças unilaterais, nem do *empreendimento* e dos políticos diante dos quilombolas e nem dos quilombolas diante desses agentes. Essas relações vão ao encontro de um processo com múltiplas influências dos *malhadenses* com *os de fora* e dos *de fora* com os *malhadenses*, envolvendo a aproximação, mas também o distanciamento, a amizade, a desconfiança e a resistência – ou seja: o afeto, mas igualmente o controle.

Considerações Finais

Durante o ano de 2022, momento no qual eu me dediquei à escrita da tese, eu estava residindo em Ourilândia do Norte, uma cidade no interior do Pará. Ourilândia fica a 732,2km de Porto Nacional, no Tocantins e, portanto, a aproximadamente 745 km até a Malhadinha, sendo o percurso entre um destino e outro marcado por mais ou menos onze horas em uma viagem de carro. Assim, mesmo eu tendo finalizado o campo em dezembro de 2021 e, em teoria, terminado a pesquisa no quilombo, eu ensaiava, junto aos *malhadenses*, um retorno, ou melhor uma *visita*, às famílias da comunidade com as quais eu peguei *intimidade*, a saber, as famílias do Pavão, a família de Jacinta no Centrinho, a família de Cauan no Nascente e as famílias do Colina Quadrada.

Essa *visita*, diferente daquela feita nas primeiras chegadas à Malhadinha, ainda em 2019, seria distinta, pois, à revelia do nosso primeiro contato, eu retornaria como *amiga* e, até mesmo como *parente de consideração* – *netinha* de Florisvaldo –, portanto, com novas significações da minha imagem. Esse encontro, também esperado por eles, marcaria, em definitivo, a minha passagem de uma *amizade mais a trabalho/colorida* para uma *amizade colorida* apenas, considerando que eu não voltaria para fazer pesquisa, mas sim para *visitar*, como uma amiga que mora fora, mas que é *de casa*, similar ao encontro das irmãs Patrícia e Catarina, que moram fora, mas vão *visitar* Ieda na Malhadinha. Eu passaria os dias me movimentando como *os de casa*, *fazendo bestagem* com Natan e Nino, mexendo nas panelas de Fernanda, como Gael fazia; em outros dias iria *fazer a ronda* com Régis e passaria as tardes *fofocando* com Florisvaldo e Calu, em frente ao campo de futebol. Eu sairia, portanto, da posição de uma visitante de casa, para ser, ao menos para essas famílias mencionadas, apenas *de casa*, *parente por consideração*, movimentando-me e sendo recebida como tal.

Entretanto, para que isso acontecesse, Ieda e Joana, ainda me vigiando, tinham me avisado que eu precisaria passar por um teste final: ‘*o seu teste final, Dani, é voltar sem trabalhar* (risos)’, pois assim teriam a certeza se eu era mesmo uma amiga. Nesse sentido, o retorno seria mais que uma *visita*, seria uma prova que me permitiria sair do espaço limiar que eu ocupei durante a pesquisa, entre *ser de casa/visita*, *amiga a trabalho/colorida*, tendo minha recepção conjugada no par afeto/controle, para me inserir em relações puramente afetuosas, *de casa e colorida*, mesmo sabendo que nem aos *de dentro* é possível ficar apenas com uma face da relação. De todo modo, era o que as minhas anfitriãs me diziam quando me comparavam com outros amigos ou que se tornaram amigos, vide o retorno de Rogério e Felipe após finalizarem o trabalho deles no quilombo.

À revelia do esperado, eu, ainda em 2023, não consegui retornar até a comunidade. Mas isso não se configurou como um afastamento, nem tampouco na ausência do meu teste final, pois este foi realizado na figura dos meus pais e minha tia. Explico. Em julho de 2022, meus pais e minha tia foram me visitar em Ourilândia do Norte e, como estavam de carro, no caminho até Uberlândia, fizeram uma *visita* até a Malhadinha. Na figura de Régis e de Joelson, eles conheceram a comunidade por representantes das lideranças do Colina Quadrada e do Pavão. A recepção me foi apresentada, tanto pelas narrativas dos meus familiares quanto pelos áudios, mensagens e vídeos posteriores, mas também em tempo real, que os meus, então interlocutores, mas também amigos *malhadenses* e “parentes”, em conjunto com os meus familiares, faziam. Essa situação “etnográfica”, muito embora não vivenciada fisicamente por mim, ilustra com maestria as reflexões cruciais para a conclusão da presente tese.

Isso porque trata-se da *receptividade*, do encontro entre pessoas *de fora* do quilombo, a minha família, e as pessoas *de dentro* do quilombo, os *malhadenses*, que, embora desconhecidos, não deixavam de se conhecerem pelas narrativas feitas por mim – dos *malhadenses* aos meus pais e dos meus pais aos *malhadenses*. Essa *receptividade* ilustra uma situação emblemática que engloba o par afeto/controlado entre pessoas *de fora*, mas ao mesmo tempo *de dentro* e queridas, a considerar a minha já relação com o grupo. Esse *encontro* mostrou como na Malhadinha a recepção entre locais e estrangeiros não se faz sem a síntese desses contrários. E essa assertiva será ratificada pelo desenrolar do encontro.

O par afeto e controle esteve presente em todo o momento da *visita*, afinal, meus familiares eram indicações minhas, mas não eram conhecidos, e o controle sobre a recepção reinava em fazer o melhor para esses *de fora*, oferecer um frango com pequi, o biscoito, o café, a peta e um sorriso e um abraço. Isso acontecia, pois, muito embora fossem meus familiares, ainda assim levariam consigo uma interpretação própria da Malhadinha e esta, como visto, teria de reiterar a *receptividade* como sendo a identidade dos *malhadenses*. Esse reiterar tem ao menos duas preocupações: a primeira, dentro do plano histórico dos antepassados, de honrar a fama receptiva; mas também dentro do plano político, visto que essa lógica interna, ao ser estendida em contextos políticos – parte três da tese – foi benéfica ao quilombo. Assim, *ser receptivo* tem a ver com o operador lógico e histórico *malhadense*, mas reside também em se tornar um artefato político.

Nesse sentido, os meus pais foram carregados pelo substrato comum do *receber bem*, mas já *mais bem tratados*, justamente por serem meus parentes e serem eles a me

criarem. O que, guardadas as devidas proporções, antecipava o pagamento – e de certo modo “pagava – a minha dívida do retorno”. Isso porque mesmo não sendo a minha presença, eu “enviei” aquilo de mais precioso na minha vida e de uma distância considerável. Ademais, foram as pessoas que me *criaram* e que, no limite, eram responsáveis pela *minha natureza* e também a minha *criação* serem comparadas, parecidas e elogiadas pelos *malhadenses*, tal como Florisvaldo me disse uma vez: ‘*você trouxe a vizinhança de lá*’. Ou seja: se eu não acompanhava pessoalmente meus familiares nesta visita, eu estava lá na forma da relação.

De outro lado, mesmo sendo similar a mim, não deixavam de representar um perigo, este sendo materializado no que eles poderiam dizer a respeito da *receptividade*; logo, eles tinham o poder de reiterar e/ou refutar a imagem do quilombo. Uma recepção ruim com alguém *de fora*, mesmo conhecido, é sempre um perigo aos *malhadenses*, pois coloca em risco a fama da comunidade. Por isso, tiveram a recepção acompanhada e vigiada – mesmo com o cuidado e o afeto – de Régis e Joelson. É preciso afastá-los das casas e das recepções de *peessoas ruins*, logo, conduzir cuidadosamente as *visitas* ao quilombo é sempre necessário.

Todavia, essa recepção orientada poderia ser só mais um cuidado dos moradores para com os visitantes, se não fosse Régis me dizer que organizaria as *visitas* para não terem o risco de irem em Suiane, de encontrarem o povo de Demétrio, e assim saírem com uma impressão errada da Malhadinha. Questionei ele do porquê não fizeram isso comigo, ao que me disse que eu tive tempo de conhecer todas as famílias do quilombo, ver aquelas de *natureza e criação ruim*, mas também ficar tempo suficiente para entender que elas ‘*não representavam a Malhadinha*’. Ao passo que um visitante esporádico, ao passar apenas rapidamente pela comunidade, poderia ter uma imagem equivocada e distorcida do quilombo, dependendo de quem encontrasse; por isso o cuidado, que foi ao mesmo tempo um controle diante de meus pais e minha tia.

Nesse sentido, foram recebidos em lugares com notoriedade no quesito recepção. Foram em Jacinta no Centrinho para comerem pastel frito, almoçaram um frango em Ieda e conversaram com Florisvaldo. Tomaram café em Grandão e Joana, jantaram em Fernanda e *conheceram a cultura* da mandioca com Enade e a família extensa do Pavão. Tomaram suco de tamarindo em Cauan e torraram farinha no forno de Calu e Agnes no Colina Quadrada. Conheceram o cuidado que Elvira de Elvis tem para com os bichos e experienciaram a *vizinhança* com frutas – tal como o cacau – que as crianças traziam de uma casa para a outra a fim de presentear-los.

Não conheceram Érico, não ouviram os *fluxicos* circulando, *peessoas suvinas* negando o de comer, nem tampouco as brigas e as indiretas entre os setores. Essas situações presentes no cotidiano *malhadense* não só não lhes foram apresentadas, como vigiadas e controladas para não acontecerem. Régis e Joelson os guiaram desde a chegada em um posto em Porto Nacional, como a ida em cada casa, e pelo tempo em que permaneceriam ali o controle e/ou o cuidado estiveram presentes do começo ao fim. O alimento, o comentário, o abraço e o sorriso de meus pais e minha tia para com os outros também eram vigiados e avaliados, eram *bem recebidos* e inseridos em situações, casas e lugares para se sentirem confortáveis, mas não deixavam de notar os olhares e as avaliações diante da conduta dos meus parentes diante da contrapartida daquela recepção. Segundo meus familiares, era algo próximo à ideia de *‘vamos ver se eles se parecem com a Daniella’*. Sem saberem de fato o que eu pesquisava, recebi esse comentário, em específico, de minha mãe:

‘que comunidade acolhedora, minha filha, mas eles também não brincam em serviço (risos), foram nos cercando o tempo todo, nos buscaram no posto e Régis nos foi conduzindo em cada casa e marcando o tempo no relógio para que conseguíssemos passar e cumprir o roteiro que ele havia feito. Ficamos encantados com a Malhadinha’.

Da parte de Régis, esse roteiro era para que conhecessem todas as pessoas com as quais eu peguei *intimidade*, mas não deixou também de ser uma maneira de levarem aos espaços cuja imagem *malhadense* seria reiterada como *receptiva e hospitaleira*. Meus pais são *de fora* e apresentam perigo; claro que um perigo (e o necessário controle) não comparados aos apresentados pelos funcionários da *Energisol* e políticos; mas isso só acontecia por serem eles, por assim dizer, uma continuidade à minha presença. Em outras palavras, eu já tinha passado pela “prova de fogo” em ser uma inteiramente *de fora* e eles voltavam lá “personificando e reiterando que a Daniella era aquilo mesmo”. Essa assertiva me foi confirmada pelos dizeres dos moradores, durante e após a *visita*. De Jacinta, ouvi o seguinte: *‘agora, sei de onde vem sua natureza igual a nossa Dani, é sua mãe, sua voz e sorriso são os mesmos, ela é mais pretinha que você (risos), e a simpatia e o carisma é do seu pai’*.



Imagem 27: Meus pais comendo pastel frito na casa de Jacinta no setor Centrinho. Acervo: Daniella Santos Alves.

A *visita*, tanto a vivenciada pelos os meus familiares quanto aquela que foi apresentada e tematizada no presente trabalho, vista por um observador externo, não deixa de reiterar o sentido amplo do conceito – o encontro entre locais e estrangeiros. Até aí a Malhadinha parece não destoar de nenhuma outra comunidade hospitaleira: os moradores são amigáveis, oferecem comida, café, biscoito, *peta*, conversa, assunto e atenção. Entretanto, quando se adentra no cotidiano, nas miudezas das relações entre *os de dentro e os de fora*, nota-se uma complexidade para o que, aparentemente, e para muitos, é algo simples. A *receptividade*, tomada aqui pelo termo *visita*, é algo vinculado à *natureza* e à *criação*, materializada no cotidiano através da prática da *vizinhança*, do compartilhamento que constitui e constrói uma *pessoa boa* que sempre *dá o último*.

Ações de *vizinhança* circulam e se mantêm no quilombo por intermédio da *criação*, mas especialmente através da mobilidade, prática implícita no ato de *visitar*. Assim, ao se dirigirem às casas uns dos outros, nota-se não só motivos distintos para o deslocamento, como *vizinhar algo*, *fofocar*, *fazer a ronda*, mas igualmente maneiras diversas do receber, destinada *aos de dentro e aos de fora*. *Aos de dentro*, as variações no *receber bem* dependem da *intimidade*, da *natureza*, da *criação*, da família e do setor de onde aquele que visita provém. *Aos de fora*, para sair do substrato comum do *bem*

recebido, é necessário um retorno, uma continuidade com o grupo e com os moradores para *adentrar no mais bem tratado* e, quem sabe, até mesmo *pegar uma amizade*.

Aos de dentro e aos de fora, a recepção acontece independentemente do chegante, pois *receber bem* é algo intrínseco à Malhadinha. E justamente pela recepção ter base na história do quilombo, eles sabem também que a *natureza boa* nem sempre é algo unânime; por isso é necessário vigiar e controlar tanto quem *é de dentro quanto quem é de fora*. Mas esse controle e essa vigilância também são permeados por doses moderadas ou altas de afeto, simplificando para o que chega o que é complexo, deixando para muitos o entendimento que uma *visita* é apenas uma *visita*. Todavia, esta tese buscou mostrar o caminho contrário, haja visto que, na Malhadinha, uma *visita*, nunca é só uma *visita*.

Referências Bibliográficas

ABREU FILHO, Ovídio de. **Raça, Sangue e luta**: identidade e parentesco em uma cidade do interior. 1980. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1980.

ALLERTON, Catherine. Making guests, making ‘liveliness’: the transformative substances and sounds of Manggarai hospitality. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, [s. l.], v. 18, p. 49-62, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9655.2012.01760.x>. Disponível em: <https://ra.i.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-9655.2012.01760.x>. Acesso em: 24 jun. 2021.

ALMEIDA, Emerson Rubens Mesquita. **A política vai à festa**: sagacidade e estratégia Tentehar nas relações interétnicas. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/36880>. Acesso em: 24 jun. 2021.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 63-83, 1986. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/RBCS/01/rbcs01_06.pdf. Acesso em: 24 jun. 2021.

ALVES, Daniella Santos. **Do Alto do Espia**: Gentios, Calhambolas e Vadios no sertão do Campo Grande – Século XVIII. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. DOI: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2017.308>. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/19061>. Acesso em: 24 jun. 2021.

ALVES, Maria Aparecida de Oliveira. Experiências históricas dos quilombolas no Tocantins: organização, resistência e identidades. **Patrimônio e Memória**, Assis, v. 5, n. 1, p. 99-118, 2009. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/116>. Acesso em: 24 jun. 2021.

ALVES, Yara de Cássia. **A casa raiz e o voo de suas folhas**: família, movimento e casa entre os moradores de Pinheiro-MG. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. DOI: <http://doi.org/10.11606/D.8.2016.tde-11032016-154251>. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-11032016-154251/pt-br.php>. Acesso em: 24 jun. 2021.

ALVES, Yara de Cássia. Sob a luz e o calor do fogo: A criação entre os moradores de Pinheiro e as interconexões entre casas, famílias e corpos. *In*: MARQUES, Ana Claudia; LEAL, Natacha Simeí (Orgs.). **Alquimias do Parentesco**: casas, gentes, papéis, territórios. Rio de Janeiro: Gramma; São Paulo: Terceiro Nome, 2018. p. 205-232.

AMANTINO, Márcia. **O mundo das feras**: Os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – século XVIII. 2001. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/TESES/MFN-9094.pdf>. Acesso em: 19 maio 2023.

ANDRIOLLI, Carmen Silvia. **Sob as vestes de Sertão Veredas, o Gerais: “Mexer com criação” no Sertão do IBAMA**. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280741>. Acesso em: 24 jun. 2021.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Escravidão negra no Tocantins colonial: vivências escravistas em Arraias (1739-1800)**. Goiânia: Kelps, 2007.

ARAÚJO COSTA, Pedro Henrique Mourthé de. **Andanças movimentos e luta quilombola no Norte de Minas Gerais**. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14680>. Acesso em: 18 maio 2023.

ARCO NETO, Nicolau Dela Bandera. **A educação vem de casa: família e escola na periferia de São Paulo**. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. DOI: <http://doi.org/10.11606/T.8.2017.tde-23062017-113938>. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-23062017-113938/en.php>. Acesso em: 24 jun. 2021.

ARRUTI, José Maurício Andion Paiva. A emergência dos ‘remanescentes’: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana [online]**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 7-38, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-93131997000200001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/QBXXBw99XxgcmcS35sND3Rk>. Acesso em: 24 jun. 2021.

ARRUTI, José Maurício Andion Paiva. Agenciamentos Políticos da “Mistura”: Identificação Étnica e Segmentação Negro-Índigena entre os Pankararú e os Xocó. In: **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 23, nº 2, 2001, pp. 215-254

ARRUTI, José Maurício Andion Paiva. **Mocambo: Antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru: Edusc, 2006.

ASFORTH, Adam. Reckoning Schemes of Legitimation: On Comissions of Inquiry as Power/Knowledge Forms. **Journal of Historical Sociology**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 1-21, 1980. DOI: <http://doi.org/10.1111/j.1467-6443.1990.tb00143.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-6443.1990.tb00143.x>. Acesso em: 24 jun. 2021.

BAHLOUL, Joëlle. **The Architecture of Memory: A Jewish-Muslim Household in Colonial Algeria, 1937-1962**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Negros e Quilombos em Minas Gerais**. Belo Horizonte: [Edição do autor], 1972.

BARREIRA, Irllys; PALMEIRA, Moacir (Orgs.). **Candidatos e candidaturas**: enredos da campanha eleitoral no Brasil. São Paulo: Annablume, 1998.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. *In*: POUTIGNAT, Philippe; STREIFFENART, Jocelyne (Orgs.). **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BERNO DE ALMEIDA, Alfredo Wagner. “Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum”. *In*: BERNO DE ALMEIDA, Alfredo Wagner. **Terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: UEA Edições, 2012. p. 25-131.

BERNO DE ALMEIDA, Alfredo Wagner. Os quilombos e as novas etnias. *In*: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV: ABA, 2002.

BERNO DE ALMEIDA, Alfredo Wagner. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. *In*: DELGADO, Nelson (Org.). **Brasil rural em debate**: coletânea de artigos. Brasília: CONDRAF: MDA, 2010.

BEYNON, Huw. Protesto ambiental e mudança social no Reino Unido. **Mana [online]**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-28, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-93131999000100001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/ckFQvrL95rKkM8bXsxRKrcQ/>. Acesso em: 24 jun. 2021.

BONET, Octávio. Saber e sentir: uma etnografia da aprendizagem da biomedicina. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 123-150, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73311999000100006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/c3PCws7x6dVZgd4TgSLV8Kb>. Acesso em: 24 jun. 2021.

BORGES, Antonádia Borges. Hospitalidade e antropologia na África do Sul contemporânea. **Outros Tempos**, São Luís, v. 12, n. 19, p. 207-226, 2015. DOI: <https://doi.org/10.18817/ot.v12i19.460>. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uma/article/view/460. Acesso em: 18 maio 2023.

BRANDÃO, Carlos R. Parentes e parceiros, relações de produção e relações de parentesco entre camponeses de Goiás. *In*: ARANTES, Salomão Augusto *et al.* (Orgs.). **Colcha de Retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

BRONZ, Débora. “O Estado não sou eu”. Estratégias empresariais no licenciamento ambiental de grandes empreendimentos industriais. **Campos**, Curitiba, v. 14, n. 1-2, p. 37-55, 2013. DOI: <http://doi.org/10.5380/campos.v14i1/2.42472>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/42472>. Acesso em: 24 jun. 2021.

BRONZ, Débora. **Nos bastidores do licenciamento ambiental:** uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, Etnia e Estrutural Social.** São Paulo: Pioneira, 1976.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do Antropólogo:** olhar, ouvir e escrever. Brasília: Paralelo Quinze; São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

CARNEIRO, Ana. **O povo parente dos Buracos:** Sistema de prosa e mexida de cozinha. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

CARNEIRO, Ana. **O “povo” parente dos Buracos:** mexida de prosa e cozinha no cerrado mineiro. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=179957. Acesso em: 24 jun. 2021.

CARNEIRO, Ana; DAINESE, Grazielle (Orgs.). **Giros etnográficos em Minas Gerais:** casa, conflito, comida, prosa, política, festa e o diabo. Rio de Janeiro: Editora Sete Letras, 2015.

CARSTEN, Janet; HUGH-JONES, Stephen (Eds.). **About the house:** Lévi-Strauss and beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica:** antropologia e literatura no século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

COMERFORD, John Cunha. **Como uma família:** sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

COMERFORD, John Cunha. Vigiar e narrar: sobre formas de observação, narração e julgamento de movimentações. **Revista de Antropologia (USP. Impresso)**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 107-142, 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2014.89110>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/89110>. Acesso em: 24 jun. 2021.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a Luta:** Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999. (Coleção Antropologia da Política, 5).

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas:** e outros ensaios. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

DAINESE, Grazielle. **Chegar ao cerrado mineiro:** hospitalidade, política e paixões. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000802685/Preview>. Acesso em: 19 maio 2023.

DAINESE, Grazielle. Movimento e Animação das festas, visitas, andanças e chegadas. **Mana [online]**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 641-669, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-49442016v22n3p641>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/x4tq3mSQK5Hb6Gym6q8hbts>. Acesso em: 24 jun. 2021.

DAINESE, Grazielle. Política e família: oposições, conexões e capturas. *In: ENCONTRO DOS 20 ANOS DO NÚCLEO DE ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA (NUAP)*, 20., 2017, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Museu Nacional: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DUMONT, Louis. **Homo Hierarchicus: O Sistema das Castas e suas Implicações**. Paris: Gallimard (Tel), 1978.

EDWARDS, Jeanette. **Born and bred: idioms of kinship and new reproductive technologies in England**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ESTEVES, Francisco Patrício. **Historicidade e Campesinato: Um estudo sobre a organização socioeconômica da comunidade de Malhadinha e sua inserção nas políticas públicas de Ação Afirmativa (1988 - 2011)**. 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263>. Acesso em: 24 jun. 2021.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1989.

GIRALDIN, Odair. O Pontal e Porto Real dois arraiais do norte de Goiás e os conflitos com os Xerentes nos séculos XVIII e XIX. **Revista Amazonense de História**, [s. l.], v. 1, n.1, p. 1-14, 2002. Disponível em: http://www.uft.edu.br/neai/file/odair_pontal_porto_real.pdf. Acesso em: 24 jun. 2021.

GODOI, Emília P. **O Trabalho da Memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

GOLDMAN, Marcio. **Alguma Antropologia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

GOMES, Flávio dos Santos. Mocambo e mapas nas minas: novas fontes para a história social dos quilombos nos Brasil (minas gerais, séc. XVIII). **Textos de História**, Brasília, v. 2, n. 4, p. 27-57, 1994. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27707>. Acesso em: 18 maio 2023.

HARTUNG, Miriam Furtado. “Ser E não ser”, eis a questão: relatórios antropológicos, categorias nativas e Antropologia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 323-364, 2013. DOI: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2013.82472>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/82472>. Acesso em: 24 jun. 2021.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios de filosofia do direito**. Lisboa: Guimarães Editores, 1959.

HERZFELD, Michael. Afterword: reciprocating the hospitality of these pages. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, [s. l.], v. 18, p. 210-217, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9655.2012.01773.x>. Disponível em: <https://rai.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-9655.2012.01773.x>. Acesso em: 24 jun. 2021.

HOWARD, Catherine. A domesticação das mercadorias: estratégias Waiwai. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (Orgs.). **Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico**. São Paulo: Editora da Unesp: IRD: Imprensa Oficial, 2002. p. 25-55.

INGOLD, Tim. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling, and skill**. New York: Routledge, 2000.

KARASCH, Mary. Os quilombos do ouro na capitania de Goiás. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LEAL, Felipe Nunes. **Coronelismo, enxada e voto (o município e o regime representativo no Brasil)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975 (Original publicado em 1949).

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 965-977, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/PkRZPC6gwHRkLMMKkPxCvyd>. Acesso em: 19 maio 2023.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: UNB, 2003. (Série Antropologia, nº 322).

LOIOLA, Maria Lemke. **Trajetórias atlânticas: percursos para a liberdade descendentes de africanos na capitania dos Guayazes**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/2357>. Acesso em: 24 jun. 2021.

MANO, Marcel. Sobre as penas do gavião mítico: história e cultura entre os Kayapó. **Revista Tellus**, Campo Grande, ano 12, n. 22, p. 133-154, 2012. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/277>. Acesso em: 19 maio 2023.

_____. Índios e negros nos sertões das minas Contatos e identidades. In: **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 31, n. 56, p. 511-546, mai/ago 2015.

MANTOVANELLI, Thais. Casas de alvenaria e casa Mëbêngôkre: concepções Xikrin sobre família dos brancos. *In: MARQUES, Ana Claudia; LEAL, Natacha Simei (Orgs.). Alquimias do Parentesco: casas, gentes, papéis, territórios.* Rio de Janeiro: Gramma; São Paulo: Terceiro Nome, 2018. p. 169-204.

MARCELIN, Louis H. **L’Invention de la famille afro-américaine: famille, parenté et domesticité parmi les noirs du Recôncavo da Bahia, Brésil.** 1996. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

MARQUES, Ana Claudia. **Percurso e Destino: Parentesco e família no sertão de Pernambuco e Médio-Norte do Mato Grosso.** 2015. Tese (Livre-Docência) – Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002740768>. Acesso em: 19 maio 2023.

MARQUES, Ana Claudia. Política e questão de família. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 418- 442, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-77012002000200005>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27140>. Acesso em: 19 maio 2023.

MARQUES, Ana Claudia; LEAL, Natacha Simei. Introdução: Alquimias do Parentesco. *In: MARQUES, Ana Claudia; LEAL, Natacha Simei (Orgs.). Alquimias do Parentesco: casas, gentes, papéis, territórios.* Rio de Janeiro: Gramma; São Paulo: Terceiro Nome, 2018. p. 25-66.

MARQUES, Kátia Maria Carvalho de Moraes. **A comunidade quilombola Córrego Fundo no município de Brejinho de Nazaré – TO.** 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/3345>. Acesso em: 19 maio 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MASON, Victoria. The Im/mobilities of Iraqui Refugees in Jordan: Pan-Arabism, ‘Hospitality’ and Figure of the Refugee’, **Mobilities**, v.6, n.3, 2011, p.335-373.

MATOS, Mariana Magalhães de. **Políticas de desenvolvimento e povos tradicionais na Amazônia: um estudo sobre a comunidade remanescente de quilombo do Grotão quanto aos impactos da chegada do eucalipto.** 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/1648>. Acesso em: 24 jun. 2021.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia.** São Paulo: EPU: EDUSP, 2003.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia.** Paris: PUF, 1950.

MAZUREC, Bianca Maria Abreu. **Reconhecimento Étnico Quilombola no Licenciamento Ambiental**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2012.disserta%C3%A7%C3%A3o.Bianca-Maria-Abreu-Mazurec.pdf>. Acesso em: 19 maio 2023.

MELLO, Francisco Moura. **Reminiscências dos quilombos: territórios da memória em uma comunidade negra rural**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

MELLO, Francisco Moura; SALAINI, Cristian. Seguindo as pegadas dos quilombos pelos caminhos da memória, da identidade e da etnicidade. **Revista Identidade**, São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 33-50, 2010. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/24>. Acesso em: 24 jun. 2021.

MICAELO, Ana Luísa. Ser mãe duas vezes: filhos de criação e os descompassos entre a fertilidade e a domesticidade na zona da mata de Pernambuco. **Ruris**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 121-152, 2020. DOI: <https://doi.org/10.53000/rr.v12i2.4250>. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/17005>. Acesso em: 19 maio 2023.

MORI, Robert. **Os aldeamentos indígenas no caminho dos Goiaes: guerra, etnogenese no “sertão do Gentio Caiapó” (Sertão farinha podre) – século XVIII e XIX**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

MOURTHÉ, Pedro Henrique Araújo Costa. **Andanças, movimentos e luta quilombola no Norte de Minas Gerais**. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14680?show=full>. Acesso em: 19 maio 2023.

NORA, Pierre. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo: Educ., 1981.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos: identidade étnica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana [online]**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-93131998000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/LXbFMZgsrbyVpZfbdjy6zm>. Acesso em: 24 jun. 2021.

OLIVEIRA, Hans Werner Castro. **Cerrado e Plantas Medicinais: Algumas Reflexões sobre o Uso e a Conservação**. 2011. Monografia (Trabalho de Conclusão) – Curso Licenciatura em Ciências Naturais, Universidade Federal de Brasília, Campus Planaltina, 2011. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/4504/1/2011_HansWernerCastroOliveira.pdf. Acesso em: 19 maio 2023.

ONG, Walter J. **Oralidade e escrita: a tecnologização da palavra**. Campinas: Papyrus, 1998.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PALLACIN, Luís. **O século do ouro em Goiás, 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas**. Goiânia: Oriente, 1976.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz M. A. de. O Voto como Adesão. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 35-58, 2006. DOI: <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2006.v1.12138>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12138>. Acesso em: 24 jun. 2021.

PARENTE, Temes Gomes. **Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins**. Tocantins: Editora UFG, 1999.

PEIRANO, Mariza. Antropologia política, ciência política e antropologia da política. *In*: PEIRANO, Mariza. **Três Ensaio Breves**. Brasília: UnB, 1998. (“Série Antropologia”, n. 230). p. 17-29.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 2, p. 1-13, 2008. DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.1890>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/1890>. Acesso em: 24 jun. 2021.

PEREIRA ACYPRESTE, Izadora. Os pés da memória: uma etnografia sobre as plantas, o gado e o tempo na beira do rio São Francisco. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/15503>. Acesso em: 19 maio 2023.

PERUTTI, Daniela Carolina. Políticas do Território e Territórios da Política em uma família quilombola de Goiás. *In*: MARQUES, Ana Claudia; LEAL, Natacha Simeia (Orgs.). **Alquimias do Parentesco: casas, gentes, papéis, territórios**. Rio de Janeiro: Gramma; São Paulo: Terceiro Nome, 2018. p. 67-102.

PERUTTI, Daniela Carolina. **Tecer amizade, habitar o deserto: uma etnografia do quilombo Família Magalhães**. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.8.2016.tde-11052016-132211>. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-11052016-132211/pt-br.php>. Acesso em: 24 jun. 2021.

PINA-CABRAL, João. Agnatas, Vizinhos e Amigos: variantes da vicinalidade em África, Europa e América. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 23-46, 2011. DOI: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2014.89107>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/89107>. Acesso em: 19 maio 2023.

- PINA-CABRAL, João. **Contextos da Antropologia**. Lisboa: Difel, 1991.
- PINA-CABRAL, João; SILVA, Vanda. **Gente livre: consideração e pessoa no Sul da Bahia**. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.
- PITT-RIVERS, Julian. The law of hospitality. *In*: PITT-RIVERS, Julian. **The fate of Shechem, or the politics of sex: essays in the anthropology of the Mediterranean**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. (Republicado em *Hau: Journal of Ethnographic Theory*, v. 2, n. 1, p. 501-517, 2012).
- PORTUGAL, Larissa Moreira. Dissertação. “**Abaixo de Deus eu tenho fé nesses matos**”: uma etnografia do regime de cuidado cotidiano entre os Pataxó da aldeia Boca da Mata. 2022. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/17315>. Acesso em: 18 maio 2023.
- PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA, Brasília, 2005.
- PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA. Brasília: 2004.
- PUIG DE LA BELLACASA, Maria. **Matters of Care: Speculative ethics in more than human worlds**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.
- RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII. *In*: REIS, João José *et al.* (Orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RAMOS, Ieda C. Alves. **O lugar do parentesco na aliança entre um laudo antropológico e um território quilombola: análise a partir do processo de regularização fundiária do Quilombo Cambará**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/25819>. Acesso em: 19 maio 2023.
- RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do Cativo: famílias, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. **Economia e Escravidão na Capitania de Goiás**. Goiânia: CEGRAF: UFG, 1992.
- SANTOS, Alessandra Regina. Movimentos que tecem o mundo: Experiências de deslocamentos e práticas de conhecimento entre os habitantes de Pedro Cubas. *In*:

MARQUES, Ana Claudia; LEAL, Natacha Simei (Orgs.). **Alquimias do Parentesco: casas, gentes, papéis, territórios**. Rio de Janeiro: Gramma; São Paulo: Terceiro Nome, 2018. p. 269-302.

SANTOS, Alessandra Regina. **Terras, poéticas e lutas nas margens do rio Ribeira de Iguape: modos quilombolas de conceituar e manejar o mundo**. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/15063>. Acesso em: 18 maio 2023.

SAUMA, Julia. **The Deep and the Erepecuru: Tracing transgressions in an Amazonian**. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculty of S&HS, University College London, Londres, 2013. Disponível em: <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/1418412/>. Acesso em: 19 maio 2023.

SHYROCK, Andrew. **The New Jordain Hospitality: House, Host, and Guest in the Culture of Public. Display**. *Comparative Studies in Society and History*. Cambridge, v. 46, n.1, p. 35-62. 2004.

TEIXEIRA, Jorge Luan. **Na Terra dos Outros: Mobilidade, Trabalho e Parentesco entre os Moradores do Sertão dos Inhamuns (CE)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

VANDER VELDEN, Felipe Ferreira. **As galinhas incontáveis. Tupis, europeus e aves domésticas na conquista no Brasil**. *Journal de la Société des Américanistes*, [s. l.], v. 98-2, p. 97-104, 2012. DOI: <https://doi.org/10.4000/jsa.12350>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/jsa/12350>. Acesso em: 18 maio 2023.

VANDER VELDEN, Felipe Ferreira. **Inquietas companhias: sobre os animais de criação entre os Karitiana**. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280030>. Acesso em: 24 jun. 2021.

VANDER VELDEN, Felipe Ferreira. **Sobre cães e índios: domesticidade, classificação zoológica e relação humano-animal entre os Karitiana**. *Avá: Revista de Antropologia*, [s. l.], n. 15, p. 1-19, 2009. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-16942009000200006. Acesso em: 19 maio 2023.

VANDER VELDEN, Felipe. **Inquietas Companhias: sobre os animais de criação entre os Karitiana**. São Paulo: Alameda, 2012.

VIEIRA, Suzane de Alencar. **Resistência e Pirraça na Malhada: Cosmopolíticas quilombolas no alto sertão de Caetité**. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/72/teses/827797.pdf>. Acesso em: 19 maio 2023.

VILLELA, Jorge Luiz Mattar. Família Como Grupo? Política como agrupamento? **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 201-246, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-77012009000100006>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27335>. Acesso em: 24 jun. 2021.

VILLELA, Jorge Luiz Mattar; MARQUES, Ana Claudia Duarte Rocha. O sangue e a política: sobre a produção de família nas disputas eleitorais no sertão de Pernambuco. **Repocs**, São Luís, v. 14, n. 27, p. 33-51, 2017. DOI: <http://doi.org/10.18764/2236-9473.v14n27p33-51>. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/6404/0>. Acesso em: 24 jun. 2021.

VIVEIROS DE CASTRO, Kelvin . Etnologia Brasileira. *In*: MICELI, Sergio (Org.). **O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)**. 1. reimpressão. São Paulo: Sumaré: ANPOCS; Brasília: CAPES, 1999. (Volume I, Antropologia). p. 109-223.

WOLF, Eric R. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. *In*: FELDMAN BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). **Antropologia e poder: Contribuições de Eric Wolf**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se neguceia”. O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 11-73, 1990. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6389>. Acesso em: 24 jun. 2021.

XAVIER, Jonathas Adonias. **Comunidades Quilombolas no Jalapão – TO e os Territórios e Identidades Territoriais**: Carrapato, Formiga e Ambrósio. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/1234>. Acesso em: 24 jun. 2021.

Anexos



Imagem 28. Atalho que liga a casa de Florisvaldo a de Calu. Acervo: Daniella Santos Alves.



Imagem 29. *Malhadenses* na fábrica de polpa de fruta. Acervo: Daniella Santos Alves.



Imagem 30. Crianças *fazendo pose* para uma foto que irá representar a Malhadinha. Acervo: Daniella Santos Alves.



Imagem 31. Autora e as crianças do Colina Quadrada em 2019. Acervo: Daniella Santos Alves



Imagem 32. *Ser quilombola, persistir, resistir e não desistir.* Acervo: Daniella Santos Alves



Imagem 33. Meninas malhadenses mostrando a cultura em uma escola na cidade de Porto Nacional.
Acervo: Daniella Santos Alves.